



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

BRUNO REZENDE SANTIAGO CHAGAS

**O BATALHÃO SUEZ E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (1956-
1967)**

Brasília, 2019

BRUNO REZENDE SANTIAGO CHAGAS

O BATALHÃO SUEZ E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (1956-1967)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de doutor na Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração Sociedade, Cultura e Política.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Brasília, 2019

BRUNO REZENDE SANTIAGO CHAGAS

O BATALHÃO SUEZ E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL
(1956-1967)

Tese apresentada como requisito
para obtenção do grau de doutor
na Universidade de Brasília,
Programa de Pós-Graduação em
História, área de Concentração
Sociedade, Cultura e Política.

Presidente da Comissão. Dr. Virgílio Caixeta Arraes, UnB

Dra. Lídia Oliveira Xavier, Centro Universitário Euro-Americano

Dr. Luís Paulo Nogueiro, Departamento de História, UnB

Dr. Pio Penna, Instituto de Relações Internacionais, UnB

Brasília, DF. 31 de Julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Eternamente grato a Deus. À família, princípio de tudo. Aos professores desta Universidade. Em particular àqueles com quem muito aprendi, professores Francisco Doratioto, Luís Paulo, Filomena, Estevão. Ao orientador, Professor Doutor Virgílio. Aos senhores Jorge e Rodolfo da Secretaria do PPGHIS, sempre a postos. Aos colegas.

RESUMO

A presente investigação busca relacionar os nexos políticos e diplomáticos na constituição do Batalhão Suez com a projeção internacional do Brasil. O período corresponde à vigência do Batalhão Suez no Egito, fevereiro de 1957 a junho de 1967. Foca as tratativas políticas do governo Kubitschek junto ao Congresso Nacional para o envio da tropa após a solicitação das Nações Unidas em novembro de 1956. À frente, analisa como os governos brasileiros utilizaram o Batalhão como peça e ativo internacional em favor de projetar o país no mundo. E como as Forças Armadas igualmente utilizaram-no em suas relações com a superpotência capitalista. Tornaram-no um ativo (geo) político no contexto de poder em plena fase da Guerra Fria.

Palavras-chave: ONU, Guerra Fria, forças armadas, política militar, Brasil.

ABSTRACT

The present investigation seeks to relate the political and diplomatic ties in the formation of the Suez Battalion with the international projection of Brazil. The period corresponds to the duration of the Suez Battalion in Egypt, February 1957 to June 1967. It focuses on the political negotiations of the Kubitschek government with the National Congress for the dispatch of troops after the request of the United Nations in November 1956. At the front, it analyzes how the Brazilian governments used the Battalion as part and international asset in favor of projecting the country in the world. And how the Armed Forces also used it in their relations with the capitalist superpower. They have made it a political (geo) asset in the context of power in the midst of the Cold War.

Key words: UN, Cold War, military forces, military politic, Brazil.

RESUMEN

La presente investigación busca relacionar los vínculos políticos y diplomáticos en la formación del Batallón de Suez con la proyección internacional de Brasil. El período corresponde a la duración del Batallón de Suez en Egipto, de febrero de 1957 a junio de 1967. Se centra en las negociaciones políticas del gobierno de Kubitschek con el Congreso Nacional para el envío de tropas después de la solicitud de las Naciones Unidas en noviembre de 1956. En el frente, analiza cómo los gobiernos brasileños utilizaron al Batallón como parte y activo internacional para proyectar el país en el mundo. Y cómo las Fuerzas Armadas también lo usaron en sus relaciones con la superpotencia capitalista. Lo han convertido en un activo político (geo) en el contexto del poder en medio de la Guerra Fría.

Palabras llave: ONU, Guerra Fria, fuerzas armadas, defensa, Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Relação dos deputados federais diplomados pela ESG e nas comissões discursivas sobre o Batalhão Suez.....	54
Quadro II – Gerais da corrente liberal-conservadora: Comandos e postos nas Regiões Militares.....	120
Quadro III – Gastos e Orçamentos Militares do Brasil e Estados Americanos.....	152
Quadro IV – Comandantes do Batalhão Suez diplomados do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-ESG).....	189

LISTA DE ABREVIATURAS

AHD - Arquivo Histórico diplomático (Brasília e Rio de Janeiro)
AHE - Arquivo Histórico do Exército
AHN - Arquivo Histórico Nacional
UNEF - United Nations Emergency Forces (Força de Emergência das Nações Unidas no Canal de Suez)
ESG - Escola Superior de Guerra
EME - Estado Maior do Exército
UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (Agência das Nações Unidas aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo)
CAEPE - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
CSG - Curso Superior de Guerra
MG - Ministério da Guerra
DoD - Department of Defense (Ministério da Defesa dos EUA)
FCOFFICE - Foreign and Commonwealth Office (Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido/Comunidade Britânica das Nações)
RAU - República Árabe Unida (Egito entre 1958 e 1976/Egito e Síria entre 1958 e 1963)
ADL - Armistice Demarcation Line (Linha de Demarcação do Armistício)
UN Peacekeeping - Forças de manutenção da paz das Nações Unidas
FRELIMO – Frente Revolucionária de Libertação de Moçambique
UPA – União dos Povos de Angola

SUMÁRIO

I Introdução	16
1 – A Missão de Paz do Brasil nas Nações Unidas	24
1.1 Historiar o Canal de Suez	26
1.2 A constituição do Batalhão Suez	32
1.3 Forças políticas em atuação nas Forças Armadas	37
1.4 A corrente militar nacionalista	40
1.5 A corrente militar liberal-conservadora	48
1.6 As Articulações no Congresso Nacional	53
1.7 A Missão Suez no Senado Federal	70
1.8 Do Congresso Nacional para os comandos	88
2 – O Batalhão Suez e a estratégia internacional do Brasil	91
2.1 Embates de ideários	91
2.2 A Escola Superior de Guerra e a Questão Suez	97
2.3 O pensamento geopolítico brasileiro e a Missão Suez	100
2.4 O intercâmbio Brasil-Estados Unidos	134
2.5 Considerações	139
3 – O Batalhão Suez e a Política Militar do Brasil	147
3.1 A Missão Suez e a Política Externa Independente	154
3.2 A Missão Suez e a projeção internacional do Brasil	168
4 – A Missão Suez no contexto das relações militares Brasil-Estados Unidos (1961-1964)	184
4.1 O Contexto político bilateral Brasil-EUA	184
4.2 Garantir os vínculos Brasil-EUA pela Missão Suez	186
4.3 A transição: a Missão Suez na mudança de regime político no Brasil	207
4.4 O Brasil na UNEF e o Oriente Próximo: alavanca para a projeção internacional do Brasil?	227
5 - Conclusão	238
Referências	247
Anexos	253
Apêndices	270

I Introdução

Acerca do Canal de Suez. O cenário político onde o Brasil pretendia exercitar-se

Para esclarecer o terreno histórico e político em que o Brasil se lançara no Oriente Médio, é preciso percorrer dois itinerários: o doméstico e o internacional. Este último, corresponde tão somente ao universo sul-americano em que o Brasil se situa, ou de maneira mais extensiva, ao universo latino-americano. No entender de alguns autores, por estes momentos, a capacidade brasileira em política internacional estava limitada ao continente sul-americano. Afora as antigas relações com o Reino Unido, resultado dos largos investimentos desse país no Brasil, os interesses brasileiros estavam voltados para os Estados Unidos em fins dos anos 1950. Portanto, América do Sul, e América Latina vinham na esteira dos interesses brasileiros, a seguir aos Estados Unidos, o que não impedia de haver uma estratégia política voltada para o continente tropical.¹

Para o caráter investigativo e explicativo da pesquisa é necessário fazer tal esclarecimento, porque evitará possíveis interpretações equivocadas. Tanto de que a pesquisa não abordou esse ou aquele aspecto, como enveredou por temas distantes do objeto em análise. A cobertura temporal da investigação obedece ao tempo cronológico e não ao tempo histórico no entender de Koseleck.² Sim porque se orientasse pelo tempo histórico, abarcaria um período maior que o objeto, porque a projeção internacional do Brasil não começou nem se esgotou com a Missão Suez. Esta foi um importante instrumento para a diplomacia brasileira no tocante à política de projetar o país no concerto internacional. Mas também em estruturar sua política militar (Defesa) como lastro para aquela projeção. Daí que o Batalhão Suez, produto em campo da Missão Brasileira no Suez, tenha se mantido incólume por quase onze anos. Não por capricho dos governos que sucederam a Juscelino Kubitschek, mas por convicção generalizada de que fazia sentido para os interesses internos e externos do país participar daquela empresa. E esses interesses eram sumamente cultivados em dois ambientes institucionais: o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e o Ministério da Guerra.

Desta maneira, percorrer os dois itinerários citados, o doméstico e o externo, como mote explicativo para a presença do Brasil na UNEF I, requer apanhar o contexto interno e externo da época. Sem digressões factuais, os mundos brasileiro e internacional se mesclavam na atuação política das lideranças do Brasil, mesmo que aparentemente involuntária.³

1 Bueno, Clodoaldo e Cervo, Amado Luís. História da Política Exterior do Brasil. p. 289-291.

2 Koselleck, Reinhart. Futuro Passado. P. 23-24. A obra "A Batalha de Alexandre", de Altdorfer (1528) corresponde ao tempo histórico com que o duque Wilhelm IV da Baviera, se via na progênie cristã-renascentista desde Alexandre.

3 Duroselle, Jean-Baptiste. Todo Império Perecerá. P. 186-187. As "pressões" internacionais amalgamam-se na conjuntura nacional, compondo forças centrípetas em setores da sociedade.

Com a chamada crise do Canal de Suez, deflagrada em outubro de 1956, o Brasil é chamado a participar da força de paz, deliberada pela Assembleia Geral extraordinária das Nações Unidas. Juntamente com uma dezena de países que expressam o caráter heterogêneo daquela Assembleia – Colômbia, Ceilão, Índia, Canadá, Tchecoslováquia, Irã, Birmânia, Indonésia, Iugoslávia e Romênia. Contudo prevalecerão os planejamentos da Secretaria Geral da ONU, tendo à frente o Secretário Geral, o dinamarquês Dag Hammarskjöld, que estabelecerá organicamente a força. E incluirá nela os países citados, do mesmo modo que excluirá outros. E o Brasil foi incluído. Essas decisões farão parte da abordagem analítica que ora se apresenta.

No Brasil, a precipitação dos fatos internacionais alcançou o novel governo de Juscelino Kubitschek inaugurado naquele mesmo ano de 1956. A hábil articulação política do presidente, de seu chanceler, e de suas lideranças no Congresso Nacional, determinaram a conexão com o episódio Suez. De modo geral, os arquitetos políticos de JK lograram convergir as demandas internas do governo com as demandas externas, e nesse ponto, Suez se perfilou em intersecção com ambos. Com foco na tentativa de harmonizar o país pela senda do desenvolvimento e prestígio internacional, o presidente Kubitschek não prescindiu a convocatória do Brasil pelos pesos pesados da política mundial no tocante ao caso Suez. Seu quinquênio foi um misto de voluntarismo internacional, arrancada econômica e harmonização política, conforme aponta Benevides⁴.

Essa estabilidade foi responsável por algumas iniciativas ousadas em política externa e interna, cujo objetivo era colocar o Brasil nos rumos do desenvolvimento nacional e alcançar uma posição de destaque na arena global. Com interessante pragmatismo, o governo JK moveu o timão para o chamado Terceiro Mundo, sem descurar do Primeiro Mundo. E no âmbito do Primeiro Mundo, buscou recuperar a antiga relação com a Alemanha, agora República Federal Alemã, em vigoroso crescimento, para que em parceria, o Brasil também desfrutasse daquela ascensão. Ampliou as relações com a França preparando a importante relação que o Brasil teria mais à frente com a França gaullista, e reforçou os laços com os Estados ibéricos, notadamente com Portugal.

No entanto o Brasil fazia parte geopoliticamente do círculo concêntrico de poder que gravitava em torno da superpotência ocidental, os Estados Unidos. Os anos 1950 foram testemunhos da reorientação da política mundial traçada desde Washington, DC, pela administração americana de Dwight Eisenhower. À doutrina da contenção ofensiva, levada à efeito pelo governo Henry Truman (1945-1952) emergiu a doutrina da contenção interventiva do antigo chefe militar aliado, no poder entre 1953 e 1960.⁵ De caráter preservacionista, a orientação tomada pelo governo americano seria assegurar os regimes

4 Benevides, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek. 1976. P.199.

5 Anderson, Perry. Imperium et Consilium. La Política Exterior Norte Americana. 2013. P.48-49.

conservadores (capitalistas) onde quer que funcionassem, e garantissem outrossim, a estabilidade necessária para que os grandes investimentos e interesses corporativos do Ocidente prosperassem. Notadamente os interesses americanos, o que fez com que Washington promovesse seguidas intervenções internas em alguns Estados, e também os promovessem. Por isso, vale a pena uma breve análise em saber como as lideranças brasileiras nos três setores mais contíguos à investigação, o Executivo, o MRE e as FFAA (Ministério da Guerra) perscrutaram e lograram ajustar o lugar do Brasil na ordem internacional promovida pela superpotência naquele período.⁶

O Brasil não apenas situava-se no hemisfério geográfico ocidental, mas situava-se no hemisfério geopolítico ocidental de poder, espécie de condomínio continental, cujo vértice se localizava nos Estados Unidos. As principais forças políticas brasileiras aglutinadas na tríade partidária PSD, PTB e UDN, eram conscientes dos vínculos que estreitavam as classes empresariais brasileiras com o mercado americano. E a própria política externa dos Estados Unidos visualizava esses vínculos e os promoviam, pois era um valioso ativo ter como cliente o maior Estado latino-americano.

Dominando um território imponente, e do ponto de vista geopolítico estratégico, o Brasil despontava como ator significativo para a política americana no continente. Fundamentalmente interessava aos Estados Unidos – e as grandes potências ocidentais – como mercado aberto aos investimentos em recursos naturais e energia. E também às exportações de capitais provenientes de suas empresas transnacionais – ETNs. E no contexto da época, era terreno favorável à instalação industrial de matriz estrangeira, com as políticas de substituição de importações (ISI) aceleradas por JK e sucessores. Interessava ainda por sua posição privilegiada no continente, fronteiriço com a maioria dos países sul-americanos, e dono da maior zona costeira do Atlântico. Pela constatação de valiosos recursos minerais, com amplas reservas em regiões de escasso povoamento, os interesses americanos voltavam-se para o Brasil em múltiplos sentidos.

Por outro lado a classe política brasileira precipitava-se em lançar o país como terreno propício para os grandes negócios que sobejavam no após-guerra. Através de um Executivo voltado para o desenvolvimentismo, ancorado teoricamente nos postulados cepalinos da dirigência estatal, capitaneou a ofensiva industrial endógena e exógena. E também capitaneou mobilizar a política internacional nos fóruns, eventos e horizontes que surgiam a todo instante.⁷ Nesta lógica, inscreve-se o interesse do governo brasileiro em participar da Força no Suez, em particular os arquitetos da administração JK.

Os anos 1950 foram os anos dourados do crescimento econômico mundial, cujo epicentro foram os Estados Unidos e a Europa Ocidental, esta reunida no

6 Bandeira, Luiz A. Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Cap. 43. P. 373.

7 Castro, João A. Araújo. Sistemas Mundiais e Regionais de Segurança (1962). In: A Palavra dos Chanceleres na Escola Superior de Guerra. Organizadores: Lima, Sérgio E. Moreira e Farias, Rogério S.

pioneiro bloco da CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. A mentalidade imperante entre os líderes políticos brasileiros era o desenvolvimento, a industrialização a passos largos, associada com a superpotência americana, mais as potências europeias em ascensão. Daí que manter as relações, o mais harmônico possível com os Estados Unidos, era a lógica certa a perseguir pela classe política brasileira em sua maioria. A chegada de Eisenhower ao poder trouxe uma certa distensão quanto ao perigo comunista visto de forma ubíqua pelo governo antecessor (Truman). A nova orientação era buscar parcerias entre os atores mais bem posicionados e estáveis, e o Brasil era visto como um Estado estável e não proclive às ofensivas socialistas. Convinha para a liderança americana satisfazer as demandas brasileiras por crescimento industrial, desenvolvimento, abertura comercial para mercados em ascensão e investimentos. O desenvolvimentismo da década, marca registrada de JK, encontrou ressonância junto à administração Eisenhower, bem como a de seu sucessor John F. Kennedy. E prolongou-se pelos anos 1960, não obstante o período agitado entre 1961 e 1964.⁸

Em política internacional o Brasil contava com a experiente e hábil equipe do Ministério das Relações Exteriores do governo JK, que já vinha erigindo os fundamentos da política externa independente, autônoma e voltada para os interesses nacionais. Desta feita, o governo JK buscou conferir novo enfoque à linha já adotada pelo Itamaraty, e injetou mais dinamismo na política externa brasileira. Participação nos organismos internacionais, nas conferências intergovernamentais do continente, e na abertura para os países europeus. A estratégia do governo brasileiro era mover o país em três frentes, todas congruentes: a) promover o desenvolvimento capitaneado pela indústria; b) associação com as potências industriais em crescimento – pós guerra – atraindo os investimentos em capital e produção e c) buscar projetar o país como importante e decisivo ator, sobretudo na América do Sul.

É muito discutida a valia que o governo americano conferiu ou não às investidas brasileiras em política internacional nesta fase, que se prolonga basicamente até 1964. Ou mesmo ao período seguinte, governo civil-militar, em que a autonomia em política externa era rotineiramente invocada, malgrado o caráter anticomunista do regime. Algumas iniciativas do governo JK ficaram célebres na persecução a esta autonomia em política externa, como a Operação Pan-americana, a abertura para os Estados do Terceiro Mundo e a reaproximação estratégica com a Argentina, governo Arturo Frondizi.⁹

8 Malan, Pedro Sampaio. In: História Geral da Civilização Brasileira. Organização: Boris Fausto. P. 77-79.

9 Desarrollismo en Argentina y en Brasil: un modelo y dos efectos. P. 8 e 9. I Jornada de Economía Política. Instituto de Indústria – Universidad Nacional General Sarmiento. UNGS. Disponível em: http://www.ungs.edu.ar/ms_idh/desarrollismo-content/2007 Acesso em: 15/12/2017.

Assim a Missão Suez constitui mais uma investida do Estado brasileiro em posicionar-se a nível internacional, perante as Nações Unidas e perante a vizinhança sul-americana. Em primeiro plano porque as lideranças brasileiras consideravam – e consideram – ser direito do Brasil status de igualdade entre as grandes potências. Por dois motivos prosaicos: um pelo peso geográfico detido no continente, e outro pela participação na vitória aliada durante a Segunda Guerra Mundial. Daí que as autoridades brasileiras do período JK esforçavam-se para estender as investidas internacionais do presidente, com aquelas duas considerações assumidas. Era uma lógica que vinham perseguindo as lideranças políticas no Brasil. Se os Estados centrais, núcleo do poder subjacente à ordem internacional da época, aquiesciam com esta lógica brasileira, ou não, é interessante discussão. Todavia para os objetivos desta investigação, importa assinalar que os Estados Unidos atentavam sim para o espírito autonomista presente na liderança brasileira, e não era caso único.

Os capítulos que se seguirão pretendem demonstrar que a participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas no Canal de Suez, correspondeu aos anseios das lideranças políticas e militares no país. Inscrevia-se no quadro histórico da Guerra Fria pelas contendas Leste-Oeste. Mas inscrevia-se muito mais na lógica brasileira em projetar-se internacionalmente, tendo como palco as Nações Unidas. E para os planejamentos em Defesa elaborados pelas Forças Armadas, a participação do Brasil na UNEF I era estratégia fundamental. Por gabaritar-se perante os Estados Unidos em dois aspectos: a modernização militar e a preservação da Aliança estratégica no continente, com o aprofundamento dos Acordos de 1952.

Assim, o capítulo 1 está dedicado em historiar a crise do Canal de Suez e como o Brasil veio a se relacionar naquele aquele episódio. A constituição do Batalhão Suez e as articulações no seio das Forças Armadas, do Governo Federal – Ministérios da Guerra e Relações Exteriores – e no Congresso Nacional. Como análise investigativa das tendências políticas que perpassavam as Forças Armadas brasileiras no período, importante salientar as duas correntes de pensamento e ação em tela: a corrente liberal-conservadora e a corrente nacionalista. A denominação conferida a ambas não é casual. A primeira origina-se do pensamento militar ancorado no conservadorismo político, alinhada com a doutrina militar difundida desde os EUA, e pregava a mudança sob o viés autoritário. A segunda alicerçava sua ação nos movimentos pela legalidade constitucional, base para a democracia pensavam, e esposava as ideias contidas no nacional-desenvolvimentismo da época. Ambas as correntes não podem ser vistas unidimensionalmente. Congregavam em si ideais aparentemente contraditórios, reflexos da pluralidade política nas Forças Armadas e na sociedade brasileira principalmente. No Congresso Nacional, onde a expressividade política era manifesta, tais pensamentos podem ser melhor identificados, na liça que

travavam os partidos políticos alinhados com o conservadorismo e com o reformismo. Também é tema de análise do capítulo 1.

No capítulo 2 procurar-se-á relacionar o pensamento geopolítico brasileiro com a constituição do Batalhão Suez. Para tanto, é fundamental sondar a linha de pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG) surgida em 1949 e com considerável influência no alto escalão das Forças Armadas. A pesquisa se debruçará menos em doutrina militar e mais em ação política pela referida escola, no decurso da atuação de seus membros na corrente liberal-conservadora. O que a Missão Suez – doravante expressão usada na pesquisa como a própria empresa política e diplomática efetivada pelo Estado brasileiro – instrumentalizava para a estratégia geopolítica da ESG, desde sua articulação inicial em 1956 até seu ocaso em 1967. E ainda como a Missão Suez atuaria sinergicamente na relação político-militar Brasil-EUA. Isto tendo em vista a UNEF I como parte da engenharia geopolítica dos Estados Unidos para o Oriente Próximo. Em que Washington visava conter a tensão entre o aliado preferencial Israel, e a ameaça representada por uma coalizão liderada pelo Egito sob os auspícios da União Soviética.

No capítulo 3 procura-se agregar a difusa política militar do Brasil com a Missão Suez. Difusa porque em choque, por um lado, ao confrontar-se com o raciocínio da Política Externa Independente (PEI) cujos fundamentos se observam desde o governo JK.¹⁰ Por outro lado, a ação internacional do Brasil levada a efeito pela alta cúpula militar nucleada na ESG, bate-se pelo alinhamento incondicional com os EUA. A aplicação metódica da PEI sob os governos sucessores de Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, e a linha adotada pelos chefes militares (também políticos) chocar-se-ão no triênio 1961-1964. Esse choque, profusa tensão típica das vicissitudes históricas do contencioso Leste-Oeste, e do posicionamento que uns e outros tencionavam para o Brasil, marcou a geração dos anos 1950 e 1960. Será visto ainda no capítulo 3 que a projeção internacional do Brasil através da participação nos peacekeepings da ONU – Congo belga, Lêmen e Chipre – é resultante direta da Missão Suez. Desde que o Brasil assumiu a UNEF em novembro de 1956, que o contingente brasileiro mostrou-se à altura das expectativas e obrigações numa força de paz. E os requisitos mais exigidos como a imparcialidade, a neutralidade política, disciplina ao comando da ONU e não ingerência nos assuntos locais, foram todos rigorosamente seguidos pelo Batalhão Suez.

O capítulo 4, conclusivo, dispõe a apresentar a Missão Suez no quadro das relações militares Brasil-Estados Unidos. Para tanto é preciso breve análise do contexto político bilateral entre ambos os Estados, no tocante a instauração da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Esse contexto político bilateral interessa na medida em que retrata certos contenciosos nos âmbitos

10 Visentini, Paulo F. A Projeção Internacional do Brasil. “O objetivo de JK, era colocar o Brasil em uma posição melhor dentro da aliança com os EUA. (...) O ensaio multilateral visava ao restabelecimento das relações com a União Soviética e ao reconhecimento de relações com os países recém independentizados.” P. 42-43.

governamental e econômico. Como a estabilidade interna, a economia de livre mercado e as garantias à propriedade privada, sobretudo das ETNs americanas no país. O papel das Forças Armadas – em sua matriz conservadora – em garantir os vínculos institucionais com os EUA, no quadrante da Defesa e Segurança Nacional é realçado no estudo. Até o golpe civil-militar de 1964, o esgarçamento das relações com Washington, vitais para a saúde econômica do país, comprometeu a estratégia militar da ESG.¹¹ E neste ínterim, a Missão Suez e as demais participações do Brasil em forças de paz, tornaram-se a única ponte nas relações militares com Washington.

Mas não se trata de incluir a Missão Suez como a estratégia militar ou de defesa do Brasil. Esta é parte de um compêndio de iniciativas postas em prática pelo Estado brasileiro, tendo à frente as Forças Armadas, em que a Missão Suez dedica sua cota. Com Juscelino Kubitschek (1956-1960) as Forças Armadas puderam sistematizar sua estratégia: o reaparelhamento militar do Brasil. No capítulo, serão vistos as importantes aquisições para a esquadra naval brasileira, para a aviação – naval inclusive – e para o Exército. Convencia-se nos núcleos orgânicos de doutrina militar – a ESG à frente – que um Estado territorialmente ingente como o Brasil necessitava um forte poder militar. Porque dissuasório ante ameaças externas, e sustentáculo frente a instabilidades internas. Destarte, neste período turbulento nas relações político-militares com a superpotência, a Missão Suez foi uma válvula nas tratativas e manutenção dialogal com o vizinho do norte.

Ainda no capítulo 4 importa salientar dois aspectos: a Missão Suez durante a mudança de regime político no Brasil, e se de fato representou alavanca para a projeção internacional do país. Se por um lado a permanência do Batalhão Suez no Egito sobreviveu aos ventos revolucionários de 1964, é porque constituiu deveras uma iniciativa do Estado, algo que sublimava os interesses políticos de turno. Em outra perspectiva, importa reconhecer que a Missão Suez não foi uma iniciativa do Estado brasileiro; correspondeu a uma iniciativa da Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas convocada por uma gama de Estados africanos e asiáticos, mais o Canadá. E planejada às pressas pela Secretaria Geral da ONU, na pessoa de seu titular, Dag Hammarskjöld, em sintonia direta com os poderes da época: Estados Unidos, União Soviética, Israel e as potências permanentes no CSNU, França e Reino Unido. Há uma seção no capítulo em que a Missão Suez é especificamente investigada se de fato representou alavanca para a projeção internacional do Brasil. Ou se fez parte da agenda concebida para tal.

E por fim uma vista sobre os três últimos anos em que o Brasil permaneceu na UNEF, coincidentes com o regime instaurado em 1964. A partir de 1964, recrudescem as investidas guerrilheiras palestinas sobre o território de Israel, o

11 Maranhão, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil. p. 294. In: História Geral da Civilização Brasileira. 2004. Organização: Boris Fausto. Esteves, Diniz. Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. P. 368.

que provocam retaliações desmesuradas do Estado judeu.¹² A movimentação militar nos dois lados da fronteira é notada pelo próprio comando da UNEF, levando à agudização da crise, cujo desenrolar é a Guerra dos Seis Dias em junho de 1967. Tempos de trabalho difícil para os capacetes azuis da ONU, mas que afinal cumprem sua meta até sei ocaso. Por falta de tempo e espaço, esta investigação não pode explorar com profundidade esse lapso de tempo, entre o golpe de abril (1964) e o estourar da guerra a 6 de junho de 1967. Mas a reflexão acerca da temática, a projeção internacional instrumentalizada pela Missão Suez, é verificada.

Embora os três anos que mediam o golpe no Brasil e a Guerra dos Seis Dias, são agitados no plano doméstico e também no plano internacional, não são essenciais para evidenciar se de fato a Missão Suez cumpriu seu objetivo de posicionar afirmativamente o Brasil no mundo. Esta evidência pode ser verificada já nos anos finais da década de 1950 e iniciais da de 1960. Alguns dados e fatos são esclarecedores a respeito, e serão tratados no capítulo. Nota-se que durante o governo JK as iniciativas em política externa para alavancar o país, como a OPA, a abertura africana, a abertura aos investimentos europeus – alemães sobretudo – e a Missão Suez, já estavam cumprindo seu papel. E a fase seguinte, até abril de 1964, já é suficiente em material histórico para se refletir sobre os intentos de projetar o país. Aqui está outro motivo em que a pesquisa se encerra, mas que aponta haver seara historiográfica para o período que abrange o Batalhão Suez e os governos Castelo Branco e Costa e Silva. Por hora os capítulos que se seguem dedicam mais reflexão na fase democrática, por entender ser esta também uma estratégia de se projetar uma nação no mundo.

12 Shlaim, Avi. A Muralha de Ferro. P. 44-45.

Capítulo 01 – A Missão de Paz do Brasil na ONU (outubro – novembro de 1956)

Neste capítulo se descreverá analiticamente a constituição da Força Internacional de Emergência das Nações Unidas (UNEF, por sua sigla em inglês) para o Oriente Médio. Uma breve digressão sobre os acontecimentos na área e o contexto político onde se fez necessária a intervenção da ONU com os capacetes azuis em plena zona conflitiva.¹³ Observar-se-á como o Brasil aparece nesse cenário de tensão internacional e organiza internamente sua participação nos eventos. Nesta primeira abordagem, a investigação sobre o rápido operativo governamental e diplomático que viabilizou a participação brasileira é fundamental para o entendimento dos desdobramentos ulteriores. De igual monta é a prontidão com que as Forças Armadas brasileiras se interessaram pela empresa e em pouco tempo hábil (fevereiro de 1957) anunciaram a completa operatividade do contingente.

Vistoriar como a participação brasileira nos conflitos do Oriente Médio foi recebida pela sociedade brasileira, mormente nos setores mobilizados (militares e político) também deve ser analisada. Para isso serão vistoriados os jornais correntes naquela época, em especial aqueles das grandes metrópoles brasileiras, como da capital, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. A imprensa não apenas ecoou as tendências e tensões em torno da criação do Batalhão Suez, como ainda se posicionou frente a ele. E numa dimensão própria para o período, o público brasileiro acompanhou e participou indiretamente da criação, embarque e cotidiano do Batalhão em território egípcio. Como uma reedição da Força Expedicionária Brasileira de onze anos atrás, o Batalhão Suez foi midiaticizado no país como um trampolim, uma catapulta para um novo horizonte que se figurava mais adiante. E analisá-lo sob o contexto histórico daquele momento, a partir dos periódicos e jornais em circulação, é fundamental para se entender a mentalidade comum adrede construída pelas instituições oficiais e pela imprensa.

Noutra seção, debruçar-se-á sobre as articulações políticas nas duas casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, para a efetivação da Missão Suez. Sim porque nas democracias modernas há que submeter ao escrutínio do parlamento todas as iniciativas do Executivo que envolvam relações internacionais e de defesa. E com relação ao Batalhão Suez, o pioneirismo que o caracteriza, para o Brasil e suas FFAA, caracteriza-o também para as atividades parlamentares ocorridas. Ao analisar os discursos e lugar de fala dos congressistas e sobretudo das lideranças proeminentes do bloco governista (PSD, PTB) e opositor (UDN, PSP) observa-se as fissuras em ambos quando o tema é garantir tamanha expressividade ao governo Kubitschek, autor do projeto que constituiria o batalhão. E também quem, ou quais forças políticas teriam incidência sobre ele, e sobre a política externa do

13 Esteves, Diniz. História Oral do Exército. Operação de Paz: Missão em Suez. Tomo I. p. 40-41. A análise descritiva do gal. Araújo Braga, fornece dados importantes sobre o contexto político na área, às vésperas da chegada da UNEF.

Brasil. A seção inevitavelmente precisou se deter em longos trechos discursivos, em que emergem interessantes pensamentos em voga nos anos 1950. Dentre eles, a luta anticolonialista, o nacionalismo, o populismo e o “aliancismo” com o Ocidente. Sem discorrer literariamente sobre tais pensamentos, pois não é o objeto desta investigação, mas para balizar ideologicamente os pontos em que essa ou aquela composição política invocou para apoiar ou não a constituição da Missão Suez. Posteriormente, com a consolidação do Batalhão Suez em terras egípcias, e o manifesto reconhecimento das Nações Unidas, silenciou-se o tema no Congresso brasileiro. Daí a ênfase nos meses constitutivos de novembro-dezembro de 1956, e nos primeiros meses do desembarque e ação local em fevereiro-abril de 1957.

Numa segunda seção discorrer-se-á sobre o papel do Brasil na estratégia política internacional americana, não tanto para o Oriente Médio, mas especificamente para a América do Sul. E como o país emerge numa posição de ator nessa estratégia da superpotência, remontando para isso a Guerra Fria que se desenrolava e se tornava mais complexa ao alcançar o hemisfério ocidental (latino-americano). Um pouco de como a Guerra Fria se internalizava na política brasileira, atingindo sobretudo as Forças Armadas, foco central da análise. A nível militar (ou de defesa no léxico atual) as relações entre Brasil e Estados Unidos numa base político-ideológica comum, mas também técnica e profissional.

É importante situar essas relações para a compreensão de como a presença brasileira solicitada pelas Nações Unidas no Suez, sob os auspícios de Washington, foi bem recebida pela oficialidade de alto escalão no Brasil¹⁴. É esclarecedora uma breve analogia com a reticência, e por fim a recusa, da oficialidade brasileira com relação ao conflito na Coreia (1948-1953). Foi um conjunto triangulado entre EUA-ONU, Executivo brasileiro (Itamaraty) e Forças Armadas o principal veículo para a consecução da presença brasileira no Suez. É por ele que as relações de poder e articulações políticas se efetivaram, tanto no interior das instituições quanto junto aos setores mobilizados na sociedade.

Como principal Estado nacional ao sul do rio Grande, e maior peso geopolítico na América do Sul, o Brasil figura no espectro de poder americano como importante ator para o continente. Emerge como sujeito na estratégia política americana devido às próprias injunções da Guerra Fria conforme o conceito de cordão sanitário exposto desde 1947 por George Kennan¹⁵. Era imperioso manter todo o hemisfério ocidental fora do alcance comunista, leia-se de Moscou. Daí a necessária tessitura de vínculos orgânicos entre setores do

14 Entrevista com o general Ruy Leal Campelo. In: História Oral do Exército. Esteves, Diniz. P. 65. Segue um extrato: “Quando o Brasil foi convidado para compor a força, acrescentei ao Marechal (Odílio Denys) que a situação seria resolvida com a entrada da Força em Gaza. Foi um entusiasmo para todos.”

15 Kennan, George F. *American Diplomacy: 1900 – 1950*. Chicago: University of Chicago Press, 1951. P. 62-64.
Gaddis, John Lewis. *A Vida de George Kennan*. P. 285-287.

poder nos EUA e no Brasil, mormente as Forças Armadas (FFAA). Neste capítulo se procurará entrever esses vínculos e como foram operativos na constituição do Batalhão Suez, inserido que estava na macroestratégia americana para a América do Sul, muito mais que para o Oriente Médio. E, ainda, para a estratégia política e militar brasileira, que se alçava muito mais sobre o continente sul-americano que sobre o Oriente Médio. É preciso situar – e este capítulo tentará fazê-lo – que os interesses de poder em questão corriam em via de mão dupla. E além do mais, havia as tensões que pesavam nesses interesses escalonados na pirâmide de poder, em que friccionavam com frequência iniciativas americanas e reações brasileiras.

Como na política civil, a política militar viceja sobre terrenos conflituos, marcados por avanços e recuos, mas com a diferença que a hierarquia tem peso preponderante. Daí que sua estabilidade e organicidade no universo militar são fundamentais para a elaboração de uma política militar unificada e coesa para todo o setor castrense. Para este capítulo as relações funcionais entre as FFAA brasileiras e as FFAA americanas são analisadas como condição primordial para a efetivação do Batalhão Suez. Nem tanto é destacada a política militar brasileira (atualmente denominada defesa) em sua elaboração pioneira, logo após a Segunda Guerra. Mas com a fundação da Escola Superior de Guerra – um paralelo do americano National War College – em 1947, toma forma uma nova massa intelectual, política e orgânica nas FFAA, que é fundamental para a política militar que adotará o Brasil¹⁶. O Batalhão Suez é um desdobramento operacional dessa nova política militar encetada pela ESG. Sua efetivação, entre os meses de novembro de 1956 e fevereiro de 1957, evidencia isso.

O capítulo traz, ainda, os percursos seguidos pelo Batalhão, desde seu embarque no Rio de Janeiro – primeira leva, 02/1957 – Recife e Santos, até sua chegada em Port Said, terminal norte do Canal de Suez no Mar Mediterrâneo. É uma espécie de ilustração daquela jornada que marcou a vida de milhares de jovens brasileiros no cumprimento de sua missão de manter a paz num pedaço distante de sua terra.

1.1 – Historiar a Crise do Canal de Suez

O Canal ou passo de Suez é uma das mais importantes artérias que ligam o Oriente ao Ocidente e vice versa. Sua construção foi um empreendimento conjunto entre a França Imperial e o Egito Otomano entre os anos de 1855 a 1869. Marcou um dos pontos altos da política externa francesa, sob o recém instaurado II Império de Napoleão III. Os longos anos de construção do canal (1857 a 1869) obra mestra da engenharia europeia do século XIX, foi possível

16 Dreifuss, René Armand. 1964 A Conquista do Estado. P. 369. Embora este volumoso estudo de doutoramento se dedique ao papel da ESG e dos oficiais liberal-conservadores nos três anos que antecedem o golpe de 1964, sua abordagem sociológica é fundamental para a morfologia político-intelectual daquela oficialidade.

graças à nova política francesa no “ultramar”, e à ação obstinada de Ferdinand de Lesseps. Este, além de engenheiro, diplomata, com o apoio de Paris, faz contatos e manobras com o quediva (vice rei) do Egito, Mehmet Said – filho do lendário Mohamad Ali – e cria em 1854 a Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez. O Canal é solenemente inaugurado a 30 de outubro de 1869, na presença de suas majestades o Quediva Ismail, a Imperatriz Eugênia de França e o Imperador da Áustria Francisco José.¹⁷

Mas o progresso que auspiciava o Canal, seja no século XIX ou no XX, não o isentava dos conflitos que emergiram por sua causa. Já na fase de negociação, a tensão se instalou, pois a Grã Bretanha observava as manobras francesas como uma tentativa de restauração da influência gala no Oriente Médio. E de fato o era, pois os diversificados investimentos que De Lesseps atraiu para a obra, não escondiam as metas expansionistas francesas. Estas podiam ser observadas desde o ocidental México, com a entronização forçada de Maximiliano de Habsburgo – 1864 a 1867 – até Suez. A obra, foi uma realização ao mesmo tempo físico-geográfica, política, mercantil e civilizacional, conforme preconizara o criador em seus escritos.¹⁸

Mas a França e De Lesseps que tanto se empenharam na construção e viabilidade funcional do Canal não lograram seus êxitos. Já em 1869, dificuldades financeiras artificialmente engendradas por Londres, e sua aliada, a Turquia Otomana, na figura do novo quediva, Ismail, levaram à Cia. do Canal de Suez a ser adquirida por financistas britânicos em 1870. Soma-se a isso, a Guerra Franco-prussiana (1870-1871) em que o Império Francês é derrotado pela Prússia de Bismark. A crise abate-se sobre a antiga nação dos luíses, com a capital assolada pela caótica Comuna de 1871. A república proclamada após a pacificação de Paris, é conduzida por Adolphe Thiers que mantém os planos expansionistas do antigo Império, mas em outras paragens: deixam os franceses o Egito e aportam no Magreb africano, Argel especificamente. Inicia-se uma longa fase neocolonial, que fará intersecção no século seguinte: o Canal de Suez, antiga empresa colonial com a Argélia, empresa atual. Tal paralelo será visto no presente estudo.

Com o Egito tendo se tornado uma possessão virtual britânica a partir de 1882 – apesar de continuar sendo Estado vassalo do Império Turco – o Canal de Suez passa a ser uma zona estratégica para os interesses globais britânicos. Conforme os estratégias capitalistas da época, o Canal é administrado por uma companhia – refundada – de capital aberto em Londres. Majoritariamente composta por acionistas britânicos, a Companhia do Canal de Suez responde pelos objetivos da Grã Bretanha no Oriente Próximo, cruzamento de navios que deixam os mares orientais em demanda aos mercados do Ocidente. O petróleo em breve se fará determinante no ciclo

17 Fromkin, David. Paz e Guerra no Oriente Médio. Capítulo 2: O legado do Grande Jogo na Ásia. P. 31-36.

18 Ferro, Marc. História das Colonizações. A glória fugaz do imperialismo egípcio. P. 94-95.

energético que se avizinha, em inícios do século XX, mas até a Primeira Guerra Mundial é a tecnologia a vapor que ditará os padrões energéticos.

Após a Primeira Guerra Mundial com o esfacelamento do Império Turco Otomano, emergem os novos Estados árabes tutelados ora por britânicos ora por franceses. No Egito, a velha família do quédiva Muhammad Ali torna-se a dinastia real, com a adoção de modelos políticos europeus pelo novo Estado e pela própria sociedade egípcia. Os paradigmas ocidentais estão em voga, mesmo no país que é o guardião da mais intelectualizada ortodoxia sunita, reunida no clero da Grande Mesquita de Al Azhar, no Cairo – também universidade islâmica. O rei Faruk, jovem monarca ascendido ao trono em 1922, apesar de abrigar em seu cetro o poder absoluto, detém fraca liderança sobre o país. A oposição cresce por todos os lados, reunida no partido nacionalista Wafd, com profundas raízes no Cairo e Alexandria, as principais cidades. Mas também entre a população rural do país, majoritária, e principalmente nas forças armadas. Estas últimas serão determinantes na nacionalização do Canal de Suez em 1956, fato que provocou a chamada Guerra de Suez.

Não obstante a independência do Egito, a Grã Bretanha detém virtual controle sobre o Exército do país, com altos oficiais britânicos em postos chave de comando. A zona do canal, de Port Said ao norte, até a cidade de Ismailia ao sul, está guarnecida por forças inglesas, o que suscita sérios descontentamentos na sociedade e nas forças armadas. Tal ressentimento é descarregado também no regime monárquico, na pessoa do rei em particular, que afinal é deposto em junho de 1952 quando a república é instaurada. À frente do movimento estão os Oficiais Livres, grupo de jovens oficiais, com patentes que variavam de capitães a coronéis na maioria dos casos. Por hierarquia e antiguidade, seu líder é o general Mohammad Naguib, que virá a ser o primeiro chefe de Estado republicano do Egito. Contudo o verdadeiro líder desse movimento é um coronel de trinta e dois anos, veterano da guerra contra Israel (1948-1949) Gamal Abdel Nasser.

O protetorado britânico sobre o Canal de Suez, que incluía numerosos acionistas franceses na Companhia que administrava o Canal, causava aviltamento e revolta entre os egípcios. Notadamente entre os movimentos de cunho nacionalista que brotavam por todo o país, dos quais, o grupo que ora assume o poder, os Oficiais Livres. Estes tem em sua bandeira de luta o fim do predomínio estrangeiro sobre sua nação, bandeira esta que na realidade ecoava o sentimento mundial entre os povos africano e asiático que adquiriram suas independências recentemente. No horizonte do povo egípcio estava a influência que exercia a Grã Bretanha, para muitos demasiada e remanescente da era colonial. Algo que os Oficiais Livres, com sua política anti-imperialista e nacionalista estavam dispostos a encerrar.

Em 1955 ocorre a Conferência de Bandung, onde Gamal Abdel Nasser, tornado primeiro ministro, é o representante do Egito. Sua figura emerge naquela entusiástica cimeira como uma das mais destacadas, garantindo apoio

político de países tão distintos como China Popular e Iugoslávia.¹⁹ Ao lado do líder indiano, o premiê J. Nehru, e do presidente iugoslavo Josip Broz Tito, Nasser do Egito consagra-se como um dos porta-vozes do nacionalismo terceiro-mundista e das independências nacionais. Conferirá suporte essencial na sistematização do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1961, na Conferência de Belgrado, Iugoslávia. Estes Estados ditos neutrais, como o Egito, muito mais que assumirem-se como via independente entre as superpotências, buscavam uma incisiva estratégia política de caminhar entre os poderes. Tentavam conciliar e barganhar simultaneamente, expressar sintonia com um lado ou outro nos conflitos quentes da Guerra Fria, e tirar o maior proveito para si de ambos os superpoderes. Malgrado planificarem sua economia doméstica nos moldes estatistas, com reservas agressivas ao livre mercado e à livre iniciativa. O que os aproximava em tese dos princípios soviéticos de combate à burguesia internacional.

Os confrontos com Israel persistiam para o novo governo egípcio, e o Armistício de 1949, que pôs fim a Guerra de Independência israelense, não solucionou os problemas. O governo de David Ben Gurion numa ação inconcebível para a paz, em articulação com o governo da França, consegue acesso à tecnologia nuclear para fins militares. O regime francês liderado por Guy Mollet com sua política colonialista na Argélia, entra em colisão direta com o Egito, que apoia os rebeldes da FLN de Messali Hadji e Ahmad Ben Bella. Não é difícil, portanto, para a França, assestar um golpe contra o Egito armando ativamente seu principal inimigo.

Do lado britânico, as pressões contra a influência militar que a Grã Bretanha exercia, mantendo tropas de linha em vários pontos do Canal de Suez, sufragam o conflito com os Oficiais Livres. A partir de 1954, Nasser – que nesta altura já havia removido o general Naguib – passa a denunciar com veemência a presença britânica no Egito. Acusa Churchill de querer perpetuar o Império sob novas roupagens, e acusa os franceses em sua provocação de armar Israel ativamente. O Canal permanece aberto, mas a tensão à sua volta encarece os custos para o trânsito mercantil, sobretudo com relação às empresas seguradoras. E para complicar a situação, o governo egípcio proíbe a contratação de trabalhadores locais pela Companhia administradora do Canal. E dificulta ao máximo o desembarque de trabalhadores estrangeiros.²⁰

A situação chega ao impasse em meados de 1956, quando o governo dos EUA, em sintonia com Londres, decide suspender o financiamento da gigantesca represa de Assuã, no sul do Egito, obra vital para o aproveitamento das águas do rio Nilo. Além disso, usa o poder de veto dos EUA junto ao Banco Mundial, órgão que já havia planejado os empréstimos para o Egito. O presidente americano D. Eisenhower praticamente cede à estratégia de seu chanceler, o secretário de Estado John Foster Dulles, profundo adepto do

19 Kissinger, Henry. *Diplomacia*. Cap. 21 Alternando a contenção: A crise de Suez. P. 475-479.
Kennedy, Paul. *Auge y Caída de las Grandes Potencias*. P. 614-615.
20 Shlaim, Avi. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. P. 207-209.

anticomunismo, que enxergava no curso político do Cairo fortes inclinações socialistas. De fato o Cairo já havia ensaiado importantes aproximações com Moscou desde 1953, quando ascende ao poder Nikita Krushev, mas mantem os comunistas egípcios devidamente afastados do poder. Na verdade, o partido comunista egípcio e toda a sua militância, sofrerão continuamente durante a gestão de Nasser, cujo governo secular não pode alijar as forças conservadoras islâmicas. A República Árabe Unida – instalada em 1958 – ao mesmo tempo que investe contra a fundamentalista Irmandade Muçulmana, procura se aproximar do clero moderado sunita de Al Azhar, a fim de ampliar sua influência junto à população egípcia.²¹

E precisará desse apoio social e clerical para enfrentar a sucessão de eventos que não de vir. Ante a negativa americana com relação à barragem de Assuã, o Egito nacionaliza o Canal de Suez, justificando que os fundos obtidos pelas tarifas de passagem seriam revertidos para a construção da obra. Isso ocorre a 26 de julho de 1956, num memorável discurso do agora presidente Nasser em Alexandria, evento esse transmitido via rádio para todo o mundo árabe. A emoção toma conta das antigas capitais do Oriente Médio, e projetam o líder egípcio como um novo *raïs* dos povos árabes e muçulmanos. De imediato as tropas e as centenas de técnicos britânicos devem deixar o Egito e transferir a propriedade do Canal para o governo egípcio. Tal medida toma de espanto todo o Mundo Ocidental é encarada como um acinte por Grã Bretanha e França que decidem agir.

Em Londres o sucessor de Winston Churchill – em 1956 com oitenta e dois anos – é Sir Anthony Eden, antigo chanceler de seu país durante a Segunda Guerra Mundial. Rapidamente promove junto com seu colega francês, Mollet, uma resposta ao Egito, mas calculam mal, porque tal resposta segue padrões impossíveis de se sustentarem naquele contexto político do pós-guerra. E esta resposta é uma expedição punitiva, aos moldes da oitocentista política das canhoneiras. Num acordo secreto firmado na cidade francesa de Sèvres, França, Grã Bretanha e o aliado de turno Israel, decidem invadir o Egito e retomar o Canal de Suez. Averiguam que uma derrota rápida seria a melhor arma para abalar o prestígio de Nasser e arrefecer os coronéis do Egito. E mais, com um irresistível avanço terrestre israelense, impor a debacle humilhante ao país. Este último plano, foi traçado desde o comando das Forças de Defesa de Israel, que eram dirigidas pelo chefe do Estado Maior, o general Moshé Dayan.²²

As defesas egípcias são impotentes diante do poderio conjunto das duas potências europeias, mais Israel, que já em 1956 detinha o maior poder de fogo do Levante. Tomam com tropas paraquedistas as cidades ao longo do Canal, incluída Port Said, terminal setentrional, com seguidos raids aéreos que

21 Muñoz, Gema Martín. Cuadernos del Mundo Atual: El Egipto de Nasser. P. 7-8. Disponível em: <<http://www.perseo.sabuco.com/historia/nasser.pdf>> Acesso em: 06/08/2019.

22 Oren, Michael B. Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio. P. 31-32. Shlaim, Avi. A Muralha de Ferro. Op. Cit. P. 193-194.

afugentam o grosso do exército egípcio para as rodovias a oeste na direção do Cairo. Enquanto pelo leste, o avanço terrestre israelense varre as resistências no Sinai e no Canal, em suas margens oriental e ocidental. Sem as defesas antiaéreas, as principais cidades do Delta são alvejadas pela aviação agressora, tendo sido a periferia do Cairo bombardeada. O mais grave para o Egito são os milhares de prisioneiros, e deveras mais custoso, para as tropas invasoras, é assumir sob sua custódia todos esses prisioneiros, civis, militares e tribos do deserto, potencialmente transmutáveis em guerrilha numerosa. É uma lacônica vitória militar para os invasores, e de igual monta, uma estrondosa derrota para o Egito, e seu Conselho de Comando da Revolução presidido por Nasser.

Contudo, o curso dos acontecimentos seguintes produziria profunda reviravolta naquela vitoriosa empresa militar, transformando-a em derrota política de escala mundial. Embora conservassem sua influência em muitos aspectos, França e Grã Bretanha não dispunham mais daquele poderio político e militar conjugados, que os fizeram outrora, arquitetos da ordem mundial.²³ Esta vinha sendo desenhada desde 1945 pelas duas superpotências globais, Estados Unidos e União Soviética. Dentro ou fora do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU – americanos e soviéticos tinham sua própria agenda geopolítica, e não estavam dispostos a dividi-la com outros. As ameaças de ambas as superpotências se sucediam, com russos perfilando ao lado do Egito, e americanos a advertirem que qualquer ataque a seus aliados na OTAN – França e Grã Bretanha – mais Israel, teria graves consequências. Num arremedo de última hora, Estados Unidos e União Soviética ultimam as potências agressoras a um cessar fogo e a evacuarem o território egípcio para as linhas do Armistício de 1949. As Nações Unidas são acionadas para cuidar diplomaticamente da questão, e através de uma Assembleia Extraordinária deliberam pela incolumidade territorial do Egito. Também designam o Secretariado-Geral da ONU a formar uma Força de Paz cujo mérito seria policiar a zona fronteira entre Egito e Israel, particularmente a Faixa de Gaza – habitada por palestinos – onde se concentra a população.

Desta maneira, a Guerra de Suez é encerrada não com uma vitória militar consignada aos vitoriosos. É encerrada com uma vitória política exponencial consagrada a um derrotado em campo, que emerge como o líder de toda uma geração de árabes: o Egito de Gamal Abdel Nasser.²⁴

No entanto, os problemas conflitivos naquela zona do Oriente Próximo sucedem-se. A fronteira israelo-egípcia na região de Gaza continua marcada por tensões entre palestinos e israelenses, com constantes refregas entre grupos guerrilheiros – os *feddahym* – e o exército de Israel. A Força de Paz organizada por sua sigla em inglês UNEF I – United Nations Emergence Force – tem a espinhosa meta de policiar toda a região ao longo da fronteira entre os

23 Hobsbawm, Eric J. Historia del Siglo XX. P. 224.

24 Ali, Tariq. Confronto de Fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade. P. 126-127.

dois países, ou seja, todo por todo o Sinai. Temerosos de perder sua influência no Oriente, os EUA apressam-se em garantir componentes fiáveis à causa democrática ocidental. O presidente Eisenhower e seu secretário de Estado Foster Dulles – com o peso da opinião pública americana – não pretendem outro confronto aberto, a apenas três anos de encerrada a Guerra na Coreia. Lançam mão de todo seu prestígio político nas Nações Unidas, ao lado de Grã Bretanha, Canadá e França, para constituir um contingente ideologicamente favorável na embrionária Força.²⁵ Mais adiante se verificará as tratativas que levaram à escolha definitiva dos Estados componentes da UNEF I. Incluído aí o Brasil, que buscava novo relançamento nas relações com os EUA, tendo à frente o presidente Juscelino Kubitschek.

Esse foi contexto histórico no qual o Brasil foi chamado a participar. E o fez com denodo e prudente entusiasmo, com a equipe do novo governo JK acolhendo positivamente a solicitação expressa do secretário-geral da ONU, o dinamarquês Dag Hammarskjöld que acedesse à Força. Tanto o chanceler do governo JK embaixador José Carlos de Macedo Soares, como o ministro da Guerra general Teixeira Lott, apensavam no prestígio internacional que o Brasil obteria ao participar daquela Força. Tanto a nível de ONU quanto a nível de comunidade internacional. Mas havia outras instâncias internas no país que tinham outros objetivos. Mais pragmáticos e funcionais a seus programas dirigidos diretamente às Forças Armadas e seu status na política nacional. Este é outro tema que a pesquisa se debruçou a fim de esclarecer e apresentar as lateralidades das forças políticas e institucionais que medraram na Missão Suez.

1.2 – A constituição do Batalhão Suez e os meandros políticos

Pela Lei nº 2.953 de 17 de novembro de 1956 o Presidente da República Juscelino Kubitschek cria o batalhão que comporá a Força Internacional de Emergência das Nações Unidas para o Oriente Médio (UNEF I). Pelo Decreto Legislativo nº 61 de 22 de novembro do mesmo ano, aprovado no Senado Federal, o Presidente da República está autorizado a contribuir com um contingente militar para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dar outras providências. Afora essas medidas legais executivas e legislativas, havia no Congresso Nacional, no Ministério da Guerra, na Presidência da República e no Itamaraty (MRE) diuturnos acompanhamentos da política internacional por parte desses órgãos. Em especial acompanhava-se a política americana, concernente aos litígios e conflitos que grassavam no cenário mundial.

Com uma destacada membresia nas Nações Unidas, o Brasil se postulava agora como um Estado global, pronto a exercer seu papel no concerto das nações nos cinco continentes. Não estava mais restrito aos

25 Burns, Lieutenant-General Eadson L. M. Between Arabs and Israelis. Chapter 14: The UNEF is formed. P. 186-187. Chapter 15: Organizing in New York. P. 206-209. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/BetweenArabAndIsraeli>> Acesso em: 07/08/2019.

horizontes sul-americanos, aos conflitos subcontinentais e regionais que tanto marcaram a política externa e militar brasileira de antes da Segunda Guerra. Agora sob a bandeira das Nações Unidas, o Brasil poderia participar ativamente com as grandes potências mundiais, ombreando-se em importantes decisões tomadas coletivamente nos organismos multilaterais da ONU. Sobretudo, no Conselho de Segurança – CSNU.

Em parte, essa nova realidade atendia aos anseios e designações políticas dos mais altos escalões do Estado brasileiro. Isso porque em primeiro lugar tornava mais horizontal as grandes decisões em matéria de segurança e política global, via ONU, e não mais restrita à um grupo de Estados; depois porque ensejava a criação de uma diplomacia internacional vinculada aos aparatos da ONU, em que os brasileiros deveriam participar ativamente, tanto nessa organização como junto aos governos dos mais importantes países – num arranjo coletivo benéfico para todos, todavia não prescindindo da hierarquia entre os Estados. E por último porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas refletia o equilíbrio de poder que emergiu da Segunda Guerra, e sua ação ampliada – os quinze membros não permanentes – conferia pluralidade e rotatividade no centro do poder mundial. A cadeira permanente no Conselho de Segurança seria, *in fine*, o que buscaria os governos brasileiros, mormente a diplomacia, que obraria desde todos os quadrantes para essa realização. A política militar planeada pela ESG acompanharia os itinerários da diplomacia brasileira na arena internacional. Perscrutando ou mesmo antevendo as decisões americanas – e a própria estratégia geopolítica americana – o Brasil se colocaria de prontidão no cumprimento de seu papel civilizatório no mundo ocidental. E um chamado à paz pela instância mantenedora *de jure* e *de facto*, coroaria esse papel autoarvorado.

A ocasião se materializou em outubro de 1956 quando Reino Unido, França e Israel promovem um ataque combinado ao território egípcio, antecedido por *raids* aéreos sobre importantes cidades do país, inclusive a capital, a cidade do Cairo.²⁶ Como resposta imediata à nacionalização do Canal de Suez pelo governo egípcio, liderado pelo coronel Gamal Abdel Nasser, Londres e Paris viram uma brecha em ressuscitar seu imperialismo no Oriente Médio a partir do mais importante (e influente) Estado árabe da época. E Israel divisou uma oportunidade em retaliar o apoio conferido aos guerrilheiros palestinos (*feddaym*) pelo Egito, que desde 1949, realizavam incursões por Gaza e pelo Sinai-Neguev em solo israelense. A invasão combinada, tendo à frente as duas antigas potências colonialistas europeias, mais o Estado de Israel, soou imediatamente em Moscou, que desde o ano anterior se entusiasmara com o novo líder egípcio.

A Conferência de Bandung, Indonésia, projetou o Egito e seu líder, Nasser, como uma das estrelas do chamado Terceiro Mundo, juntamente com

26 Shlaim, Avi. A Muralha de Ferro. Israel e o Mundo Árabe. P. 191-192. O Caminho para Suez: Moshe Dayan quer guerra, e seu grupo fará de tudo para consegui-lo.

a Iugoslávia de Tito, a Índia de Nehru e a Indonésia de Sukarno. Despontaria mais ainda a partir de 1961 ao liderar o Movimento dos Estados Não-Alinhados, a seguir à Conferência de Belgrado (Iugoslávia). Entre os dias 29 de outubro e 07 de novembro de 1956, o Egito ficou sob fogo cerrado das duas potências, França e Reino Unido, sem que os EUA avalizassem a atuação de seus dois aliados atlantistas. Quanto à URSS, esta se viu impotente em deter pelas vias diplomáticas a intempestiva ação de Paris e Londres, a não ser advertindo Washington das consequências para com a estabilidade europeia²⁷. Segundo o historiador Avi Shlaim, o governo francês da época mantinha um duro viés para com os arroubos pan-arabistas do Egito e seu presidente, e os acordos com Israel visavam tanto à garantia de existência desse país, quanto deter o Egito;

Como chefe do Ministério das Relações Exteriores e principal defensor da orientação anglo-saxônica, Sharett (Moshe Sharett, chanceler de Israel) lutou uma batalha perdida contra os principais proponentes da orientação francesa: Shimon Perez e Moshe Dayan. Já que a aliança com a França baseava-se na disposição de Israel de entrar em guerra contra o Egito, o debate sobre a orientação fundia-se àquele outro grande debate sobre a questão da guerra preventiva. Ben Guerion (...) agiu com rapidez, transferindo o controle total sobre a aquisição de armas do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Defesa e autorizando Dayan, no dia 10 de junho (1956) a prosseguir com as negociações secretas com a França em extensiva cooperação, incluindo juntar-se às operações de guerra contra o Egito.²⁸

Vale lembrar que no primeiro trimestre de 1956, quando se iniciaram as negociações secretas entre Israel e França – aos quais se juntaria logo a Grã Bretanha – nada havia na agenda egípcia que ameaçasse o controle franco-britânico no canal de Suez. As Nações Unidas, sob a liderança do Secretário Geral, o dinamarquês Dag Hammarskjöld, observava com atenção o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo os relativos às fronteiras dos armistícios de 1949 entre Israel, Egito, Jordânia, Síria e Líbano. Algumas incursões israelenses haviam sido condenadas neste mesmo ano de 1956 pelo Conselho de Segurança, sempre com a justificativa israelense de repelir ataques “*feddaym*”.

Depreende-se, pois, que estava selada a frente anglo-franco-israelense sobre o Egito, bem antes da nacionalização do Canal de Suez em outubro de 1956. Seja para deter a influência egípcia no mundo árabe, junto às guerrilhas palestinas, perante o movimento independentista argelino ou à aproximação com Moscou, os tambores da guerra rufavam sobre o vale do Nilo. E os Estados Unidos acompanhavam bem informados a respeito, haja vista que dois aliados atlantistas – Reino Unido e França – mais um aliado visceral, Israel, moviam suas peças no tabuleiro sob os olhos atentos de Washington. Se

27 Shlaim, Avi. A Muralha de Ferro. P. 220-222.

28 Op. Cit. P. 210.

poderiam ou não debelar as hostilidades a passos largos, não é hoje possível responder. Mas estavam a par das ações agressivas contra um terceiro país, e não mobilizaram sua máquina diplomática em favor da distensão.

Afinal, com a deflagração do ataque combinado franco-britânico e israelense, pouco havia o que fazer pelas defesas egípcias, não obstante a encarniçada resistência das cidades de Ismaylia, El Qantara e Port Said. Nos dois primeiros dias de novembro, o avanço israelense por terra, largamente secundado por bombardeios sobre as forças egípcias, já tinha conquistado toda a península do Sinai chegando até as principais cidades ao longo do canal; ao norte, em Port Said e na desembocadura do istmo de Suez, levadas de paraquedistas franceses e britânicos ocuparam toda a zona, detendo centenas de soldados egípcios. Em 03 de novembro a região asiática do Egito cai em poder de Londres, Paris e Tel Aviv. Foram necessários apenas cinco dias para derrotar, o que seria na linguagem dos ocidentais, “a grande ameaça agressiva para a civilização.”²⁹

A partir desse ponto, com as forças egípcias laconicamente derrotadas e a ocupação combinada da Península do Sinai e do Canal de Suez por Reino Unido, França e Israel, o cenário de guerra transfere-se para o cenário político-diplomático das Nações Unidas, de Moscou e de Washington. No dia 06 de novembro (1956) o Conselho de Segurança se reúne pela convocação soviética, e os ataques verbais aos três invasores não tardam em sucederem-se. Os três Estados, de maioria muçulmana no CSNU, verberavam contra o que chamaram de “agressão colonial genocida contra o povo do Egito”, não obstante serem aliados dos EUA, assim como de França e Reino Unido, os reinos do Iraque, Arábia Saudita e Irã.

Nessa altura, o Brasil como não membro do CSNU das Nações Unidas, mantém uma fixa posição de neutralidade desde a Assembleia Geral, entre os blocos que se delineavam, sem abandonar, contudo, a cláusula pétrea da autodeterminação dos povos. Tal atitude provocou nos principais atores do CSNU uma certa aprovação da postura brasileira sem soslaiar que o Brasil era um aliado ocidental com profundas relações com Paris e Londres. Além do que, abrigava ingente colônia de sírio-libaneses e descendentes desde os finais do século XIX. Muitas personalidades dessa colônia se destacavam nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Urgiam que o Brasil se posicionasse com relação à agressão contra o Egito em 1956.³⁰ E ainda não participasse da Força da ONU, encarada como gendarmeria de ocupação no Egito. Portanto diziam que o Brasil era um amigo da “nação árabe”, e não esperavam uma postura diferente da que o Brasil tomou.

O governo Kubitschek inclinava-se para a defesa ativa da autodeterminação e inviolabilidade territorial quando o então chanceler Macedo

29 Shlaim, Avi. *The Protocol of Sèvres: Anatomy of a War Plot*. International Affairs. V. 73. N. 3 (Júlio de 1997). Acesso em 10 de novembro de 2016. Ver Fisk, Robert. *A Grande Guerra pela Civilização*.

30 Ver Anexo B.

Soares, ecoando o pensamento dominante na ESG deu marcha atrás. Havia sim que condenar a agressão triparte ao Egito mas sem arroubos ou ativismos terceiro-mundistas. Em cena, atuaram as lideranças político-militares aglutinadas na ESG que visualizaram a oportunidade imediata de colocar o Brasil no centro dos acontecimentos mundiais. Vale ressaltar que, tanto o chanceler Macedo Soares quanto o Embaixador chefe da Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, Ciro de Freitas Valle, eram conferencistas na ESG. Estava já, pois, delineada a triangulação político-diplomática entre Nova York, Washington e Rio de Janeiro para uma maior contribuição brasileira aos esforços internacionais pela paz.

De fato, o embaixador Freitas Valle expressava a linha política conservadora e alinhada do governo Kubitschek com a agenda ocidental, americana particularmente. Suas análises acerca do contexto geopolítico criado com a crise de Suez, apesar de meridianas, veiculam satisfação quanto à derrocada militar (não política) sofrida pelo Egito. E no longo prazo, com a instalação da Força, uma derrocada política também, em conjunto com os interesses soviéticos no país e em todo Oriente Próximo. A UNEF para o representante brasileiro nas Nações Unidas, seria uma calço tampão para a penetração comunista e agitadora tanto de russos quanto de egípcios ao largo das fronteiras palestino-israelenses.³¹

Em revista, o cenário político conflitivo estava em emergência; o teatro diplomático internacional, polarizado em Nova York, Washington e Moscou, atuava intensamente; e ainda havia a disposição política e a estratégia no Rio de Janeiro prontas a capturarem esse ativo internacional para o Brasil. Obviamente que o cenário – o ataque conjugado franco-britânico-israelense sobre o Egito – e o teatro – os esforços e pressões diplomáticas de Moscou e Washington – foram contingências não esperadas. Mesmo os atores regionais que particularmente acompanhavam os itinerários da política no Cairo não aguardavam tamanha reviravolta. Não esperavam a impactante decisão egípcia em nacionalizar o Canal de Suez, nem uma nova guerra a escassos três anos do último conflito (Coréia). Tampouco os atores internacionais de peso, Reino Unido, França, EUA ou URSS tinham na agenda daquele ano de 1956, o embarque num novo conflito. Tampouco puderam racionalizar sobre a ousadia do líder egípcio, perante duas das maiores potências do globo (França e Reino Unido). Foi tudo um típico caso em que a contingência intervém no processo histórico e os atores em cena precisam diluí-la no contexto político do momento, racionalizando-a.³²

31 O embaixador Ciro de Freitas Valle em comunicado endereçado ao presidente JK e ao ministro Macedo Soares enfatiza que a Força colocaria a União Soviética e o Egito em contenção. Vide Anexos das páginas 286 à 289.

32 Rüsen, Jörn. Teoria da História. P. 38-39.

1.3 Forças Políticas em atuação nas Forças Armadas

Os atores em cena, no Brasil, tiveram que agir rápido para diluir essa contingência imediata. Como foi notado na introdução, as Forças Armadas brasileiras permaneciam atuando politicamente junto às instituições nacionais. No Congresso, a bancada da UDN – União Democrática Nacional – ecoava as vozes provenientes daquele setor militar considerado o mais conservador, liberal e inclinado aos “*pronunciamentos*”. Esse setor liberal-conservador das FFAA era o promotor da inserção internacional do Brasil na órbita ocidental, portanto democrática e capitalista. Propugnava a participação brasileira em missões internacionais sob a bandeira das Nações Unidas, desde que fossem em sintonia com o “mundo democrático livre.”

No contexto da Guerra Fria e da bipolarização internacional, não é necessário recordar que esse mundo livre e democrático era simbolizado pelos Estados Unidos e aliados europeus ocidentais, em particular Reino Unido e França. Portanto, esse setor liberal-conservador agiu rapidamente movimentando seus quadros nas instituições para que o Brasil aproveitasse a oportunidade de cumprir com seu dever perante a comunidade internacional nas Nações Unidas. Acionou seus ramos no MRE (Itamaraty), no Congresso Nacional e no Ministério da Guerra para que participasse daqueles eventos contingenciais no Oriente Médio e não desperdiçasse a chance, como o fez naquela oportunidade perdida da Coreia em 1948.

Por outro lado, havia os oficiais nacionalistas que compuseram o antigo Movimento Militar Constitucionalista (MMC) que se empenharam para garantir a posse do Presidente JK em 1956, liderado pelo General Henrique Lott, Ministro da Guerra³³. Embora organizado para um específico fim, esse Movimento Constitucionalista prosseguiu com seu embate nas lutas intestinas que se travavam no meio militar, e se constituiu na oposição ao setor liberal-conservador, todavia mais articulado social e politicamente.³⁴ Pela ótica desse grupo a participação brasileira sob a égide das Nações Unidas deveria externar a defesa pela autodeterminação dos povos, independência e soberania, e não interferência em assuntos internos dos Estados. Eram na verdade, consignas típicas daquela fase histórica, marcada pelas independências afro-asiáticas e pela soberania dos países do Terceiro Mundo, mormente América Latina. Oficiais de média e alta patente de pendor socialista – inclusive próximos ao PCB – agiam no MMC o que causava mais receio entre seus colegas de farda, devido à histeria anticomunista que majorava e permeava todo o espectro militar, e, mesmo o nacional.

Ambas as correntes militares apoiavam a participação brasileira numa missão de paz internacional no Oriente Médio, a distinção seria o enfoque. Para os oficiais nacionalistas, como os generais Osvino Alves, Ladário Teles e

33 http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes_tematicos/mmc No sítio da FGV há importantes informações acerca do MMC e seu sucedâneo, o Movimento dos Oficiais Nacionalistas. Acesso em 30/12/2017.

34 Carvalho, José Murilo. Forças Armadas e Política no Brasil. P. 114-115.

João de Segadas Viana, o Brasil deveria simbolizar a solidariedade entre as nações do Terceiro Mundo e participar da defesa territorial ameaçada por antigos impérios – nesse caso o Egito, sob invasão conjunta de Reino Unido e França. Anteriormente à convocação dos capacetes azuis da ONU, as lideranças políticas e militares no Rio de Janeiro posicionavam-se abertamente.

A própria imprensa externava os acalorados debates de uma eventual participação brasileira numa missão pacificadora, incluídos aqueles feitos pelas FFAA. Os militares nacionalistas destacavam a projeção internacional que o país obteria numa empresa como esta ademais em relação ao conjunto de Estados do Terceiro Mundo. Seria o porvir de um novo líder internacional, diziam, oriundo de baixo e com passado de luta anticolonial, a mesma que travava o Egito contra seus invasores. Ecoava no discurso dos oficiais nacionalistas que compunham o antigo MMC a ufania nacionalista que perpassava o meio militar e político brasileiro, literário em muitos casos, mas congruente com o discurso nacionalista em voga pelos anos 1950 e 1960 no continente sul-americano. Ainda dentro do MMC havia o grupo de oficiais socialistas ou comunistas, adrede vinculados ao PCB e que seguiam a linha internacional traçada pelo “partidão” para casos afins. Para esses oficiais politicamente atuantes no espectro militar, a presença brasileira no Egito poderia sim responder às linhas da geopolítica americana, porém não sem atritos. Isso porque, ao lado da Índia e Iugoslávia, o Brasil constituiria um eixo libertário contra os aliados ocidentais presentes na missão das Nações Unidas, freando qualquer “trampa” imperialista contra a soberania egípcia na zona do Canal de Suez. O propósito político desse grupo comunista na corrente nacionalista, agudizaria as tensões ideológicas no meio militar – altamente politizado por essas épocas. Contudo, reflete sobremaneira o cunho militante, mais que pragmático, de sua visão internacional.

Por outro lado, para o setor liberal-conservador a presença brasileira responderia mais a necessidades práticas e a políticas bem ordinárias perseguidas há certo tempo pela elite política e militar do país. Esse setor ou campo das FFAA era dirigido por oficiais, que não obstante o Ministério da Guerra estar sob a chefia do general Lott, conduzia a política militar do Brasil desde o primeiro golpe contra o Presidente Getúlio Vargas em 1945.³⁵ Aglutinado acadêmica e politicamente na Escola Superior de Guerra desde 1947, o setor liberal-conservador ou esguiano tinha uma agenda planificada para o país, não apenas para sua política militar (defesa). Organizava-se desde o retorno da FEB – Força Expedicionária Brasileira – da Itália e vinha se medrando a passos largos na primeira metade dos anos 1950.

As crises em 1954 (o golpe contra o Presidente Vargas) e a tentativa de sustar a posse do Presidente JK em 1955 foram seu batismo de fogo nas lutas pelo poder e galvanizaram politicamente esse setor. O general Juarez Távora, comandante da ESG (1952 a 1954) era também um dos líderes da referida

35 Moura, Gerson. P. 44-46.

corrente, e se dispôs a advogar pela presença brasileira na missão de 1956, ao lado do mundo livre e democrático³⁶. No entender de Juarez Távora, a Missão Suez compunha o rol de ativos que confeririam ao Brasil substância e legitimidade internacionais para lograr sua Estratégia Nacional; e esta seria o principal pilar da Segurança Nacional, única seara possível onde o país pudesse evoluir. Escrevia o marechal em 1959 que: *“O problema de nossa organização deve equacionar-se globalmente, em função da Segurança Nacional e em termos de uma verdadeira democracia cristã, isto é, não só política, mas também econômica e social.”*³⁷

O tema que imbuíu personalidades-líderes no campo militar, como Juarez Távora, agregava o franco desenvolvimento nacional a ultrapassar os umbrais do subdesenvolvimento. Aí, segundo estes, residiam os grandes males do país. Porém, tais ingentes metas só seriam possíveis com uma sólida ação política concertada pelo Estado, por esse motivo a Estratégia Nacional condensada na doutrina de Segurança Nacional elaborada pela própria ESG. Mas não adiantaria isolar o país em sua grandeza territorial. Urgia a aliança especial com o mundo livre (democrático e cristão) onde a superpotência americana despontaria como a força zenital. Interessante o trecho abaixo em que Juarez Távora projeta o equilíbrio que o Brasil, em aliança com os Estados Unidos (mundo livre) legaria ao mundo e otimizaria as condições para seu progresso;

A paz no mundo atual é função de um equilíbrio bipolar de poder, entre o Ocidente democrático e o Oriente soviético. Esse equilíbrio de poder é instável, por falta de uma terceira força bastante poderosa para funcionar como fiel da balança entre aqueles dois pólos, cada um dos quais procura aliciar os elementos esparsos, ainda não polarizados, para ampliar e reforçar, de um lado, a ‘cortina de ferro’ que envolve o mundo comunista, e, de outro lado, estender e fechar o ‘cordão de cerco’, que delinea a política de contenção das potências democráticas. (...) Não acredito na viabilidade de uma terceira posição política entre o grupo comunista oriental e o capitalismo do Ocidente. Mas julgo que é possível, no tocante a esse campo, ampliar e acelerar a política iniciada pela Grã Bretanha, após a última guerra, de conceder autonomia progressiva aos povos coloniais; e, no que respeita ao duplo campo econômico-social, chegar-se a um meio termo razoável entre o capitalismo e o socialismo, conciliando, humanamente, o lado bom dos dois sistemas, sem incidir em seus defeitos.³⁸

A intelectualidade dos oficiais que atuava nessa corrente produzia interessantes trabalhos e investigações que denotavam sua agenda programática para a política militar brasileira e para o próprio país. Como voltados às questões pragmáticas para a plena consecução de sua “agenda geopolítica,” a corrente liberal-conservadora sempre propugnava a participação

36 Távora, Juarez. Organização para o Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1959. P. 8-10.

37 Távora, Juarez. Organização para o Brasil. Op. Cit. P. 8-9.

38 Távora, Juarez. Op. Cit. P. 3-4.

do Brasil nas missões internacionais sob o patrocínio da ONU. A aspiração do Brasil a uma vaga permanente no CSNU era devida muito a essa corrente que nos círculos políticos do poder não prescindia em sua defesa. E nisso estava junta ao Itamaraty ou pelo menos àqueles grupos de diplomatas que claramente expunham esse objetivo. É por isso que a atuação dessas duas correntes, a nacionalista e a liberal-conservadora, precisa ser posta em tela para que se entenda como fruiu no espectro político a constituição da Missão Suez. E ainda, como seu batalhão foi alvo das querelas tanto nos quartéis quanto no Congresso Nacional. Este último igualmente repositório dos activismos que marcaram as FFAA nesse período da história brasileira.

1.4. A corrente militar nacionalista

Mas até onde a congruência de aspirações à participação brasileira nas missões da ONU convergiam em sintonia? Aqui mesmo nessa investigação é possível balizar as orientações das duas principais correntes militares e sacar a conclusão a respeito. Para a corrente nacionalista a participação do Brasil estava condicionada em garantir a autodeterminação e soberania dos Estados, o que implica a não ingerência nos assuntos internos de cada país alvo daquelas missões internacionais. A pauta concebida pelas referidas missões (da ONU) deveria se restringir às agressões ou violações àquela máxima do Direito Internacional que consistia na autodeterminação para cada Estado membro.

No Congresso Nacional as figuras que refletiam a posição da corrente nacionalista igualmente se perfilavam na ala nacionalista parlamentar. Assim, o bloco liderado pelo PTB com alguns nomes do PSD e do antigo PCB aglutinado no primeiro, ecoavam os discursos típicos da Guerra Fria, emitidos evidentemente pelo bloco do Terceiro Mundo – ou mais adiante, provindo do Movimento dos Países não Alinhados. Difícil a tônica levada a efeito por esta corrente já que era pacífico para todos os setores das FFAA, e do Congresso, a importância da participação brasileira na missão da ONU ao Canal de Suez.

O que importava agora eram as circunstâncias internas do Brasil, a política doméstica. Na própria Escola Superior de Guerra onde foram organizados em urgência alguns colóquios a nível acadêmico – e político – sobre a participação brasileira no Suez, oficiais graduados partícipes ou proclives à corrente nacionalista estiveram presentes.³⁹ As discussões mantidas naqueles colóquios enfeixam bem a distinção política entre as duas correntes em lide e revelam o clima das tensões leste-oeste projetadas sobre o país. Mesmo sendo travadas no bastião liberal-conservador por excelência, a ESG, os oficiais nacionalistas puderam expor seu ponto de vista num ambiente cordial, mas não sem tensões. O mesmo se deu com figuras civis de proa nos assuntos macropolíticos e estratégicos para o Estado e suas relações

39 ANAIS DA ESG ANOS 1950 (outubro/novembro de 1956)

internacionais. O general de brigada José Machado Lopes⁴⁰ influente pensador sobre estratégia de participação brasileira no exterior, foi categórico em defender que a pauta brasileira nas Nações Unidas, e, sobretudo, frente às grandes potências, deveria ser democrática e libertária. Havia de orientar o país no rumo dos países progressistas que lideravam as lutas pela emancipação nacional de seus povos e contra o colonialismo que seguia efetivo nos cinco continentes.

Para o caso da crise no Canal de Suez, estava evidenciada a agressão das potências coloniais, França e Reino Unido contra um Estado soberano, o Egito. As palavras do general Machado Lopes ecoavam um disseminado pensamento político que tomava fôlego não apenas em países como o Brasil, mas inclusive nos países ditos centrais, nas antigas potências “agressoras” como Reino Unido e França. É que nos anos 1950 as antigas possessões franco-britânicas ainda ressoavam como estertores de uma era que há muito deveria ter sido sepultada. A era colonial ainda vicejava em significativas regiões da Oceania, África e Ásia e a intelectualidade militar nacionalista brasileira compartilhava esse pensamento disseminado de que já passara a hora de inumar definitivamente esses resquícios.

A forma como o Canal de Suez era gerido por franceses e britânicos – uma companhia binacional detinha o controle acionário do canal desde a década de 1920 – para muitos anticolonialistas traduzia a nova face do neoimperialismo daqueles tempos. Nos círculos socialistas e nacionalistas atuantes no Brasil esse entendimento também estava no corrente discurso e foi tema no referido colóquio celebrado na ESG. Mormente para a corrente nacionalista que não escondia o inconveniente em ver militares brasileiros servindo de escudo à uma causa colonialista.

Embora consciente da irremediável participação brasileira, pois esta já havia sido concertada antecipadamente pelos EUA, por meio do encontro mantido em Washington com o Embaixador Ernani do Amaral Peixoto e o próprio Secretário de Estado J. Foster Dulles, os altos oficiais nacionalistas insistiam em suas defesas. Havia, por suposto, algo de esperançoso entre os mais graduados oficiais desta corrente de que a agenda das Nações Unidas poderia sofrer alguma alteração. Ou que o Brasil poderia ao menos cerrar fileiras junto aos Estados Não Alinhados, Índia e Iugoslávia, na altura (2 e 7 de novembro de 1956) já anunciados como membros da missão⁴¹. Discutia-se entre os oficiais nacionalistas se a missão internacional no Suez não seria um mecanismo para intimidar os “jovens oficiais livres” liderados por Nasser.

40 O general José Machado Lopes foi adido militar do Brasil em Washington entre 1954 e 1956, além de ser o representante brasileiro na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, no mesmo período. Fonte CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/arquivo/cpdoc/biografia/machadolopes> Acesso em 29/12/2017.

41 A 02 de novembro de 1956 a Assembleia Geral se reúne em caráter extraordinário para: condenar a agressão triparte ao Egito; exigir o cessar fogo imediato; liberação dos territórios ocupados e deliberar sobre o envio de força pacificadora e policial. Tais tratativas se realizaram na Assembleia face ao CSNU imobilizar-se pelos vetos de Reino Unido e França.

A presença dos capacetes azuis poderia ser um fator dissuasório para a liderança no Cairo não ultrapassar determinados limites frente ao Estado de Israel. Isso era percebido pelos oficiais da corrente nacionalista no Brasil como ponto pacífico, porque constava entre os discursos difundidos pelos líderes de Bandung. O recrudescimento das investidas guerrilheiras (*feddaym*) palestinas a partir da linha fronteira no Sinai sobre o Neguev israelense, a partir de Gaza contra as cidades de Ashdod, Rafah e mesmo os subúrbios meridionais de Tell Aviv, eram intoleráveis no Ocidente. E o patrocínio egípcio a estas ações era notório. Havia sim a disposição política nas principais capitais ocidentais em quebrantar esses ataques desde o Egito, não porque o Estado judeu não pudesse lidar com eles, mas para se evitar qualquer outra escalada militar árabe contra Israel⁴².

Entretanto, para a corrente nacionalista brasileira o agressor era Israel. O ocupante ilegal de terras árabes e o infrator mais obstinado com respeito às resoluções das Nações Unidas era o Estado judeu. Este, contava com o respaldo das potências ocidentais na leitura que fazia do cenário político no Oriente Médio. Era compreensível, portanto, que uma força de paz, respaldada pelas potências “imperialistas” ocidentais, servisse como escudo às políticas expansionistas de Israel no Mundo Árabe⁴³. Para os nacionalistas brasileiros estava evidente o filiosionismo na promoção americana da missão de paz internacional no Suez, mas estava evidente, também, que a participação brasileira era inevitável e significava importante ativo internacional para o país. Tal corrente impelia mais a discussão de caráter ideológico e político que pragmático, pois o que mais se destacava era a temeridade em ver o Brasil sujeito à agenda política americana para o Oriente Médio. Procurava destarte influir de alguma maneira na percepção militar sobre a natureza daquela missão para o papel do Brasil entre as nações recém-libertadas do colonialismo, dentre elas o Egito. E ainda entre os Estados latino-americanos, em especial sul-americanos, onde o Brasil aspirava à liderança. Porém, para a corrente nacionalista haveria de ser uma liderança soberana e libertária, ou, bem na atmosfera da Guerra Fria, antiimperialista.

Contudo, havia um esquecimento que se pode notar nas discussões travadas pela corrente nacionalista em torno à participação brasileira na Missão Suez em 1956, patente nos referidos colóquios na ESG e no Clube Militar. Trata-se da ausência da União Soviética nas falas dos oficiais graduados presentes às discussões, a motivação soviética em, juntamente com os EUA, convocarem o CSNU e instarem à constituição de uma missão de paz na zona do canal. Sem excursionar aqui na dupla convocação (americana e soviética)

42 Shlaim, Avi. A Muralha de Ferro. P. 34. Praticamente desde o armistício entre árabes e israelenses em 1949, que as investidas guerrilheiras nas fronteiras do Estado judeu, não cessavam.

43 Vide o discurso do deputado federal Josué de Castro, Anexo IV. Castro era um dos nomes mais importantes da esquerda brasileira (não comunista), e mantinha vínculos com os militares nacionalistas.

pela missão internacional no Suez, é fato que Moscou agiu rotundamente para a instalação dos capacetes azuis em território egípcio, e exigiu com um *ultimatum*, o imediato cessar fogo de franceses, britânicos e israelenses sobre o país do Nilo.

A resoluta ação de Nikita Kruchev, Secretário Geral do PCUS, frente aos agressores e frente aos Estados Unidos (pois eram aliados de Washington na OTAN) foi decisiva para a suspensão das hostilidades, e, mais ainda para a celeridade na formação da UNEF I. Também a participação dos Estados líderes em Bandung, Iugoslávia (já sob o degelo no trato com Moscou pós-Stálin) e Índia, foi com o auspício soviético, embora contasse com o respaldo fleumático dos Estados Unidos. Então a Missão das Nações Unidas no Suez, UNEF I não apenas teve o amparo da principal potência antiimperialista a União Soviética, como dos dois principais Estados neutralistas. Assim, para alguns oficiais graduados da corrente nacionalista, afiliados ou afins à causa comunista, não cabia muito discutir se a missão Suez podia ser conduzida como instrumento da política americana para o Oriente Médio, como propugnava a corrente nacionalista.

Verdade que dentre os oficiais participantes na UNEF I dessa corrente, para os da ala comunista, o papel da União Soviética sob Kruchev era revisionista. A denúncia dos crimes da era stalinista e a própria “desestalinização” do PCUS e do Estado, contribuíram para que muitos comunistas no mundo vissem a nova liderança em Moscou como traidora das mais caras conquistas do socialismo real⁴⁴. E isso não passou ileso pelo Brasil, mormente entre os militares comunistas, que apesar de minoritários, exerciam sua influência em muitos quartéis do país. Por outro lado muitos oficiais nacionalistas, sem vínculos com o socialismo ou o PCB, advertiam para o “imperialismo” exercido pela URSS, próximo ao que destacava Josué de Castro, destacado congressista alinhado aos nacionalistas militares, ao pronunciar no Plenário da Câmara Federal sobre os recentes acontecimentos no Leste Europeu; dizia Castro,

A Hungria passou do tipo de estrutura puramente agrária e feudal a um país, já hoje, de economia industrial. Mas na hora em que a União Soviética quer sufocar a sua liberdade e impor princípios contra a sua autodeterminação, ela se rebela e sua gente sacrifica a própria vida, numa desproporção de força que é um martirólogo, para mostrar ao mundo que passou a época do imperialismo.⁴⁵

E, mais à frente emenda, ao exortar a independência em política internacional que o Brasil deve buscar, propugnando juntar o país aos esforços dos Estados neutralistas em oposição às políticas neoimperialistas, conduzidas pelas antigas potências europeias e Estados Unidos por ocasião da Crise de Suez; dizia que,

44 Novos Rumos. Nº 22. 1957. Revista do PCB. In: Biblioteca Nacional. Acesso em: 23/03/2017.

45 Discurso de Josué de Castro na Câmara dos Deputados. In: <http://www.batalhaosuez.com.br> Acesso em: 17/04/2017.

É diante desta situação do mundo que o Brasil precisa tomar posição. É lamentável que nosso País, até hoje, em sua política internacional, apenas se tenha enfileirado a blocos belicosos, respaldando o desejo de agressão de um bloco para esmagar o outro e dominar o mundo. Países como o Brasil, do grupo dos países subdesenvolvidos, só teriam uma posição a tomar; a terceira posição, contra os gigantes da guerra, contra a prepotência das nações belicosas. (...) Esta deve ser a posição do Brasil, para não trair os seus interesses, a sua formação cristã, honestamente cristã, não fingidamente cristã, e para não trair a evolução da sua história libertando-se do colonialismo. Esta é a posição que deve tomar o Brasil, e é neste sentido que advogarei seja discutida a proposição à apreciação do Parlamento.⁴⁶

A corrente nacionalista, portanto, travou bem mais uma batalha ideológica no contexto bipolar que se vivia à época do que uma real partilha pela influência nos círculos militares por ocasião da formação do Batalhão Suez. E sua ala adversária nas FFAA, a corrente liberal-conservadora, estava firme nos rumos, que diplomática e politicamente, o contingente brasileiro vinha sendo estabelecido, em permanente contato com as Nações Unidas e o governo americano. Antes de passar à análise sobre a atuação dessa corrente nos pródomos da Missão Suez, é interessante uma vista aos jornais que exteriorizavam setores específicos da conjuntura política brasileira. Um dos mais destacados era o jornal Última Hora, órgão afinado com o trabalhismo varguista e em menor monta, com a social-democracia (PSD) brasileira.

O jornal Última Hora em seus editoriais traçava um panorama exitoso para as tropas brasileiras no Canal de Suez, afora o entusiasmo com que apresentava a matéria. Basicamente refletia o tradicional ufanismo daqueles anos 1950, do “Brasil grande e rumo ao pleno desenvolvimento”. Em sua edição de 30 de novembro de 1956⁴⁷ o referido jornal conferiu detalhado destaque aos comandantes do Batalhão, na pessoa do coronel Iracílio Pessoa, comandante, e do major Ubirajara Brandão subcomandante. Ambos os oficiais eram ligados à corrente liberal-conservadora, conquanto nela não militassem, nem serem também quadros da ESG.

O grande lema era “Pelo Brasil e pela paz” com que o jornal intitulava sua manchete, seguido do tema da miscigenação étnica a compor a totalidade do efetivo brasileiro. “...*Descendentes das diversas etnias que formam o nosso povo integram o Batalhão brasileiro para a Força Internacional de Polícia da ONU. Eles estão recebendo a maior atenção...*”⁴⁸ Embora não fizesse eco às demandas da corrente nacionalista, com a qual politicamente se afinava, o jornal Última Hora externava a preocupação de que o Brasil não estava a cumprir qualquer interesse das partes “por procuração da ONU”, mas o interesse da paz mundial subscrita por todos os Estados afiliados às Nações

46 Castro, Josué. Op. Cit.

47 Biblioteca Nacional. Hemeroteca digital. Última Hora de 30 de novembro de 1956. <http://memoria.bn.br> Acesso em: 23/03/2017.

48 Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigital> 21 de dezembro de 1956. Acesso em: 23/03/2017.

Unidas. E como o pleito multinacional constava uma constelação de povos, valia a pena sublinhar a formação multiétnica brasileira, com muitas etnias – em paralelo com a força da ONU – a comporem o Batalhão. Também o caráter legítimo estava adstrito basicamente na estrutura jurídica da ONU, pela qual atuava o Brasil, e ainda pela participação de Estados democráticos alinhados à causa da paz mundial – os países neutralistas emergidos de Bandung, futuros líderes do Movimento dos Estados Não-Alinhados a partir de 1961 – igualmente participantes da força.

Ao mesmo tempo que louvava o Batalhão brasileiro no Oriente Médio, o jornal Última Hora colocava em cheque a política americana para a América do Sul, ante as reais necessidades e interesses do Brasil. Na edição de 21 de dezembro de 1956, o jornal intitula sua manchete com o tema “... Nacionalismo não é anti-americanismo e como boa vizinhança não é imperialismo”..., para rebater uma longa matéria do jornal The New York Times sobre os acontecimentos do ano anterior (1955) conhecidos como novembrada. Rememora-se que a Novembrada foi protagonizada pelos oficiais-comandantes nacionalistas, respaldados por muitos oficiais conservadores, graças à liderança firme do General Lott. O próprio articulador do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) coronel João Alberto Bitencourt, discursara (em novembro de 1956) que o envio da tropa brasileira correspondia aos interesses estratégicos do país, a longo prazo e em larga escala. O outro lado, a corrente liberal-conservadora, porfiava pelo golpe, ou seja, não deixar que fosse empossado o eleito Juscelino Kubitschek.

Mais adiante, o Última Hora enfatiza o direito do Brasil em perseguir a autonomia tecnológica e industrial na área militar (defesa) batendo-se pela produção dos foguetes teledirigidos, pela energia nuclear e para a participação do país no chamado Polígono de Defesa Atômica do continente. Segue um trecho interessante do editorial;

E para que o New York Times não julgue que sua pequena intriga divisionista, inspirada pela sôfrega leitura que seu correspondente no Brasil deve colher nas folhas golpistas locais teve qualquer efeito, podemos informar-lhe que foi o chefe do Estado Maior da Armada Almirante Guillobel, quem primeiro protestou contra a tendência subserviente denunciada na primeira nota redigida pelo chefe do Departamento Político do Itamaraty na questão dos testes dos foguetes teledirigidos; foi o próprio ministro da Aeronáutica Brigadeiro Fleiuss, quem defendeu com mais ênfase perante o Conselho de Segurança Nacional a intransigência com que o Brasil deveria manter a sua soberania e exigir uma contrapartida dos Estados Unidos nessa nova etapa de nossa aliança militar com aquela nação. Quanto a posição do general Lott, esta é por demais conhecida para que precise ser destacada aqui. (...) Jamais um governo brasileiro teve atrás de si um apoio tão incisivo e unânime de suas Forças Armadas, quanto o Sr. Juscelino Kubitschek vem

tendo nas negociações para a inclusão do Brasil no Polígono de Defesa Atômica do Continente.⁴⁹

Na verdade, o Brasil não foi incluído e o dito polígono foi substituído pelo simples monitoramento e pressão que Washington passou a realizar no continente na firme decisão de banir qualquer Estado com potencial capacidade nuclear. Do mesmo modo que unilateralmente vetou os entendimentos germano-brasileiros para a aquisição de capacidade nuclear pelo Brasil para fins pacíficos. Isso ocorrera dois anos antes, em 1954, quando tais entendimentos se encontravam em fase avançada com a República Federal da Alemanha.⁵⁰ Esses entendimentos ficaram conhecidos como a Missão Alberto, em alusão ao almirante Álvaro Alberto, coordenador do projeto atômico brasileiro. Portanto para 1956, seria um grave erro pensar que Washington aprovaria a participação conjunta do Brasil – ou de qualquer outro Estado latino-americano – num consórcio multilateral de defesa, ainda mais com potencial nuclear.

Tal desenrolar dos acontecimentos foi um golpe para a corrente nacionalista que advogava por um bloco em defesa comum. O bloco latino-americano *vis-à-vis* com a superpotência, em que teria por força numérica, a legitimidade para traçar as políticas de segurança e defesa em todo o continente. A instalação do Polígono de Defesa Atômica (PDA) pensavam algumas mentes da corrente nacionalista, poderia no futuro colocar o Brasil numa posição isonômica com os Estados Unidos. Assim proferiu o general Segadas Viana que o Brasil poderia dirigir, sob o concurso democrático, a pacificação do continente, banir quaisquer pendores de nuclearização e contribuir para sua estabilização política. Tarefa hercúlea mesmo para a própria casa, quanto mais para todo o continente. Tal era a visão da corrente militar nacionalista, que vislumbrava na Missão Suez, ativo relevante para executar as políticas Externa e de Defesa que perspectivavam para o país. A corrente nacionalista esperava que a imprensa não atrelada à UDN – setor capitaneado pelas Organizações Globo e Diários Associados – veiculasse suas iniciativas e pensamento. Contava, portanto, com o jornal Última Hora, único que mantinha afinidade política com a causa trabalhista, ou seja, alinhado com o governo PSD/PTB. Em princípio, o Última Hora honrou seus vínculos com o governo JK e permaneceria fiel à estratégia governista de harmonizar as FFAA, sendo que não atçaria as discussões em torno da questão militar. Infortúnio, pois, para a corrente nacionalista.

No entanto, o que se pode concluir é que, para o caso do Última Hora, mesmo afinado em ideologia com a corrente nacionalista, não optou por refletir as dúvidas, temores e pleitos – mesmo que ideológicos – movidos pelos

49 Jornal Última Hora. Op. Cit. 21 de dezembro de 1956. Acesso em: 24/03/2017.

50 The Gas Centrifuge Secret: Origins of a U.S. Policy of Nuclear Denial, 1954-1960. In 1954, Washington Ruled Against Brazilian Attempt to Purchase West German Centrifuges for Its Nuclear Program as Contrary to U.S. "Interests". Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/nukevault/ebb518-the-gas-centrifuge-secret-origins-of-US> Acesso em: 02/03/2019.

nacionalistas; o jornal Última Hora optou em seguir com o apoio ao governo JK que em parte buscou o equilíbrio com as forças militares liberal-conservadoras e com a ESG, para a consecução de seu mandato, distanciando-se assim da corrente nacionalista que deveras, na figura de Lott e seu Estado Maior, garantira a posse e o quinquênio JK. Algumas reportagens selecionadas para esta pesquisa ilustram a posição do jornal, ao menos nos primeiros três meses da Missão Suez. Desde o anúncio da participação do Brasil, em novembro de 1956, passando pela formação do Batalhão entre novembro-janeiro (1957) até o embarque do primeiro contingente a 7 de fevereiro de 1957. Contumaz em problematizar o ambiente político nacional, sobretudo quando as decisões governamentais batiam contra o ideário trabalhista expresso pelo PTB, o Última Hora absteve-se de suscitar polêmicas com o assunto Suez. Esses meses iniciais, e o primeiro ano de atuação do Batalhão em solo egípcio, foram absolutamente louvados pelo jornal, inclusive as lideranças militares que o organizavam. Ao longo dos setes anos seguintes o Última Hora quando noticiava matérias sobre a Missão Suez o fazia dentro do espírito patriótico, bem comum na grande imprensa; mas após o golpe de 1964 a postura do jornal foi simplesmente de noticiar os fatos ocorridos, isso de tempos em tempos, despojando-se daquele patriotismo notório da década anterior.

Por fim, a corrente nacionalista, ao advogar pela seleção no recrutamento dos oficiais e praças para comporem o Batalhão, foi derrotada no acordo que o governo precisou fechar com a liderança opositora no Congresso Nacional. Pensavam os nacionalistas que, ao ser o recrutamento na base seletiva, ficaria a cargo do gabinete do Ministro da Guerra o exclusivo arbítrio na convocação. Aqueles oficiais pertencentes ou afinados com a corrente liberal-conservadora – da ESG – ou ficariam de fora ou não assumiriam postos de relevo no comando. Isso porque tanto o general Lott, Ministro da Guerra, quanto seu chefe de Estado Maior, general Waldemar Levy Cardoso⁵¹ não admitiriam que os conservadores⁵² (antigos golpistas em 1955) imperassem no Batalhão Suez.

Contudo, a estratégia agregadora do governo JK foi além. Para ter a maioria absoluta no Congresso (Câmara e Senado) a liderança governista aprovou o pleito da UDN de que o voluntariado seria adotado na composição da tropa, mesmo dentre os oficiais – fora o comando direto – e que todos os oficiais estariam aptos a ingressarem no Batalhão Suez. Tanto para o MRE quanto Presidência da República, era substancial que o parlamento brasileiro

51 O General de Brigada Waldemar Levy Cardoso era um militar da ala legalista do Exército e consignara todo suporte necessário, como comte. da Zona Militar do Centro, ao movimento do gen. Lott em 1955. Afinava-se com a corrente nacionalista, embora não militasse nela. Último marechal falecido em 2009.

52 Um número considerável de oficiais e comandantes militares que se insurgiram contra a posse de JK, a maioria atuantes na corrente liberal-conservadora e partícipes da ESG se postularam na primeira fila para os quadros de comando no Batalhão Suez. De fato, mais à frente lograram êxito. Ver no sítio da FGV/CPDOC os oficiais da intentona de 1955. Op. Cit. Acesso em: 10/01/2018.

aprovasse por maioria absoluta a participação na UNEF I, sem a qual pesaria negativamente face as Nações Unidas e demais Estados participantes. Com o voluntariado aberto, a corrente liberal-conservadora que mais quadros detinha junto ao corpo de oficiais, tornou-se também majoritária no comando do Batalhão. O próprio marechal Odílio Dennys, um dos mais proeminentes líderes da corrente liberal-conservadora, alçou nomes seus nas primeiras cadeias do comando, não obstante ser o coronel Iracílio Pessoa, primeiro comandante, um oficial neutro.

1.5 – A corrente liberal-conservadora

O objeto de análise nestas linhas não é a atuação ou matiz política de qualquer das correntes, nacionalista ou liberal-conservadora. Seria outra investigação para se ter maior clareza referente ao tema. Contudo é importante a colocação dessas correntes políticas militares no contexto dos arranjos diplomáticos e de poder, que propiciaram a constituição do Batalhão Suez. Procurou-se traçar o perfil atuante em que a corrente nacionalista porfiava por inclinar a participação brasileira na UNEF I a favor da causa autonomista dos Estados pós-coloniais⁵³.

Agora, para o caso da corrente liberal-conservadora, vale aproximar a vista sobre a atuação, participação e presença dos altos oficiais nesse mesmo contexto formador do Batalhão Suez. Como esclarecimento, vale recordar que tanto essa corrente como a Escola Superior de Guerra (ESG) coadunavam na mesma seara política. O que ocorre é que a ESG, como instituição pública, devia abster-se de pronunciamentos, atuações ou mesmo divulgação de caráter político-partidário. Sua “missão” por assim dizer consistia em produzir trabalhos acadêmicos na esfera da segurança e defesa nacional de interesse para o país. Era – e permanece sendo – um órgão vinculado diretamente à Presidência da República, e por isso, sujeito às políticas de Estado que a aproximavam ao governo de turno. Assim, a ESG não “manobrava” politicamente nem fazia divulgações de tal natureza, mas isso não significava que seus quadros não o fizessem.

A grande maioria dos altos oficiais, que compunham a estrutura institucional da ESG, provinham da Força Expedicionária Brasileira, do alto oficialato que a formava, e por conseguinte, comungavam o ideário da aliança hemisférica com os EUA e o mundo ocidental. Este ideário ou ortodoxia, arrazoadamente semeada e cultivada nas escolas militares latino-americanas, encontrou nas FFAA brasileiras fértil terreno onde desenvolver. Cabedal de suma importância foi o Programa de Assistência Militar, o PAM instituído desde 1953; segundo René Dreifuss,

No que diz respeito ao PAM, este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon (em dezembro de 1963) como sendo um veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças Armadas e como um fator altamente

53 Ver o discurso do deputado Josué de Castro (PTB) afinado com os ideais emancipacionistas e terceiro-mundistas da época, figura também afinada com os oficiais nacionalistas. Ver Anexo.

importante para influenciar os militares (brasileiros) a serem favoráveis aos Estados Unidos. Visando a preservar a orientação especificamente pró-americana do corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras, a Embaixada americana recomendava que se prosseguisse o suprimento de equipamento militar e que este fosse usado para aumentar a influência que os nossos amigos nas Forças Armadas tinham para configurar o regime, assim como para anular as chances de ligações com outros países.⁵⁴

Esse ideário está bem sedimentado nas obras de George Kennan que fundamentavam as doutrinas Truman e Eisenhower, por referência aos presidentes americanos dos anos 1940 e 1950. Destarte, se a ESG não desembainhava a espada nas lides políticas que assolavam o país por estas épocas, seus quadros mais emblemáticos e influentes sim, peleavam pelo que obstinavam para as FFAA e para o Brasil. Pode-se concluir então que a corrente liberal-conservadora expressaria os posicionamentos políticos da ESG e de seus mais altos quadros, militares e civis. E mais, agiria em campo como instrumento factível e fiável daquela instituição, que mesmo vinculada à Presidência da República, lograria se impor ao Estado e às FFAA como organismo autônomo e como núcleo de poder referente às decisões nacionais.

O fato de angariar apoio, adeptos e militantes, pela ação direta dessa corrente nos altos escalões das três armas, sufragava à ESG uma real posição de poder dentro do Estado brasileiro. O cruzamento de nomes que simultaneamente estavam na estrutura orgânica da ESG e militavam como quadros da corrente liberal-conservadora, dão a entender melhor aquela relação. A corrente conservadora tinha integrantes que não constavam da estrutura da ESG, nem a frequentavam nos rotineiros simpósios, cursos e divulgações acadêmicas. Muitos oficiais que apresentavam-se como integrantes daquela corrente nem sequer passaram pela ESG, mas os de maior relevo e importância para a política militar e para o processo político nacional sim, tinham passagem pela ESG, no mínimo com alguma frequência. São destes oficiais, portanto, o maior interesse para compreender os nexos entre a corrente liberal-conservadora, a ESG e a instalação – com ulterior manutenção – do Batalhão Suez.

Depreende-se do exposto que os generais Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Odílio Denys, brigadeiro Grün Moss e almirante Silvio Heck, concomitantemente participantes da ESG em seus mais altos quadros, e líderes políticos da corrente liberal-conservadora, constituíam à época, os elementos de proa da articulação entre as FFAA, a Presidência da República e o Itamaraty. Secundariamente, junto aos Departamentos de Estado e Defesa dos Estados Unidos, obraram pela participação do Brasil na UNEF I.

54 Dreifuss, René A. op. Cit. P. 80-81. Embora a citação seja de entre fins de 1963 e começos de 1964, durante a gestão do embaixador Lincoln Gordon, se faz ênfase num programa que já vinha sendo executado, e insistia em sua manutenção, afim da unidade de interesses entre Brasil e EUA.

Conforme investigação realizada por René Dreyfuss⁵⁵, esses generais eram os elos mais sólidos entre o *establishment* de defesa em Washington e as FFAA brasileiras em 1956. Embora não pertencessem ao núcleo do ministro da guerra general Lott, detinham substancial apoio entre os altos oficiais das três armas. E eram os líderes da corrente liberal-conservadora que conferiam o aporte político à ESG e aos interesses da UDN no meio militar. Assim, desde a precipitação dos acontecimentos no Egito por ocasião da crise no canal de Suez e os intentos de EUA e URSS em criarem uma força de manutenção da paz na região, que esses oficiais se mobilizaram politicamente para garantir espaço ao Brasil naquele contencioso. Na altura dos acontecimentos, o coronel Antônio Carlos Muricy, representante do Brasil na Comissão Militar Brasil-EUA, expôs as vantagens que a participação brasileira traria para o sucesso dos capacetes azuis. E ainda para as relações militares entre os dois países. E encabeçou junto com o embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto o lobby do Brasil nos Departamentos de Estado e Defesa.⁵⁶

Mas como informa Moura⁵⁷, tanto a ESG como a corrente liberal-conservadora aguardavam o momento em dispor as FFAA brasileiras ao serviço da causa “democrática” e do “mundo livre”, havia tempos, pelo menos desde 1948-49 quando da carta fundacional da OEA;

[...] os oficiais dirigentes brasileiros acompanhavam as novas formulações americanas, que procuravam desde então apresentar o pan-americanismo como parte de uma formulação mais abrangente, a de mundo livre, civilização ocidental e civilização cristã em oposição à cortina de ferro, perigo amarelo, perigo asiático etc [...]]⁵⁸

O conflito na Coreia, que se arrastou pelos anos de 1951, 1952 e 1953 – a ESG é fundada em 1949 e a corrente liberal-conservadora organizada em 1950 – não fora a oportunidade. A intervenção na Guatemala (1954) por parte de forças especiais americanas, da CIA e órgãos de inteligência, não foram aproveitadas também. Ambos eventos tiveram o concurso das Nações Unidas como solucionadora, sendo que na Coreia, eram os capacetes azuis que lutavam sob o comando americano.

Para a crise de outubro de 1956 a oportunidade para o anseio brasileiro em participar sob o pavilhão azul internacional se materializou. Não seria na medida ideal que tanto a corrente liberal-conservadora e seus comandantes pretendiam, em campo pela liberdade e defesa do mundo livre – leia-se não comunista; mas sob a bandeira “juridicamente imparcial” das Nações Unidas, pela manutenção da paz mundial, sem colorantes ideológicos ou políticos. As correspondências entre o Ministro da Guerra general Lott, e o chanceler Macedo Soares, em que oficiais são solicitados pelo Itamaraty para cumprirem postos diplomáticos nos Estados Unidos, revelam as ligações do chanceler

55 Cf. Dreyfuss, René. Op. Cit. P. 79-80.

56 Para as correspondências entre o Embaixador Amaral Peixoto e o Subsecretário de Estado Herbert Hoover Jr., vide Anexos das pp. 271 e 272.

57 Moura, Gerson. Sucessos e Ilusões. Op. Cit. P. 67.

58 Op. Cit. P. 66-67.

com a ESG. Ao que tudo levava a crer, a ESG e a corrente liberal-conservadora, em articulação com o então chanceler Macedo Soares, instrumentalizaram junto ao oficialato americano o empenho para o Brasil (Dreifuss, 1981: 114)⁵⁹.

Nessa altura, alguns oficiais de alto escalão do Exército e Aeronáutica brasileiros articularam-se com seus respectivos pares americanos. Estes se incumbiriam junto a seus superiores no Departamento de Defesa daquele país em salvaguardar o nome do Brasil para a empresa multilateral no Egito. Três foram os locais onde os oficiais brasileiros foram ter-se com seus equivalentes americanos: em Fort Benning, academia onde muitos oficiais brasileiros – e sul-americanos – instruíam-se e formavam-se nas mais modernas técnicas de combate em terra; em Washington na sede do Departamento de Defesa, pois a alta cúpula militar e política localizava-se neste organismo que na realidade planeava a política militar externa americana, e ainda no Departamento de Estado. Esses oficiais buscavam a garantia da participação brasileira na UNEF I sob a total tutela da corrente liberal-conservadora (da qual faziam parte como quadros orgânicos) conquanto tivesse o beneplácito dos EUA. Seria sumamente importante o zelo e a discrição militar no cumprimento daquela missão que disporia também das forças iugoslavas, indianas e indonésias, pilares do neutralismo terceiro-mundista.

Para os interesses americanos mais ordinários, seria inconveniente contar com oficiais que politizassem a atmosfera no canal de Suez. Era preciso garantir uma comandância que se adequasse ao rígido protocolo diplomático e imparcial das Nações Unidas. Neste ponto a oficialidade brasileira sob a chefia da corrente liberal-conservadora cumpriria bem esse papel, ao passo que os nacionalistas estariam fora desse controle. Isso porque seu grau de politização frente aos acontecimentos no Brasil e no dividido mundo leste-oeste impediria tal imparcialidade na visão conservadora presente entre a oficialidade brasileira. Seria inconcebível manifestar tais pendores políticos, seja para a imagem do Brasil no mundo, seja perante os EUA.

Dessa maneira a corrente liberal-conservadora logrou articular-se com a alta oficialidade americana, com o Itamaraty e com a Presidência da República à revelia do Ministro da Guerra general Lott. Conforme se verá no capítulo seguinte, importantes demandas na área de transporte e logística, apremiantes para a tropa brasileira em sua chegada (15/01/1957) a Port Said, foram procrastinadas pelo Departamento de Guerra dos Estados Unidos. Mesmo com as solicitações do gen. Martola⁶⁰ às autoridades daquele país. De fato o general Lott e seus mais próximos colaboradores, generais Segadas Vianna, Levy Carneiro, Jair Dantas Ribeiro e Machado Lópes foram mantidos afastados das articulações políticas e diplomáticas em torno do Batalhão Suez. Na esfera

59 Costa, Octávio. Compreensão da Revolução Brasileira. Defesa Nacional. RJ. Nº 69. Set/out. 1964. APUD in: Dreifuss, René. P. 114.

60 Armas-Eino Martola, general finlandês (1896-1986) esteve como alto-conselheiro do Secretariado Geral das Nações Unidas, sob Dag Hammarskjöld

bilateral Brasil-EUA pouco contribuiu a oficialidade ligada ao ministro da guerra nestas ocasiões em que se desenhou a mais alta prioridade brasileira em política internacional.

Participavam sim em discursos, pronunciamentos, colóquios no Clube Militar e divulgação à imprensa, ou mesmo na logística técnica a partir de novembro de 1956. Mas, nas articulações político-diplomáticas que antecederam a constituição do Batalhão, não estiveram. Nem nas negociações posteriores com o Secretariado Geral da ONU sobre o contexto da situação e tomadas de decisão. Até 1961 quando o general Lott mantém-se como ministro da guerra, não há presença do Ministério nos colóquios com as autoridades americanas ou com as Nações Unidas. O quadro muda a partir de 1962 com o general Odílio Denny no Ministério da Guerra. Portanto, o embate entre as duas correntes militares se exprimiu na formação da missão brasileira na UNEF I e foi decisivo para que atendesse aos propósitos americanos no cenário conturbado do Oriente Médio.

Para uma detalhada avaliação daqueles eventos que levaram à constituição do Batalhão brasileiro sob os auspícios da corrente liberal-conservadora, é interessante observar alguns aspectos: Primeiro a triangulação estabelecida entre os atores que mais se sobressaíam na arena diplomática e militar (defesa) naquele período; em primeiro plano a ESG e seu braço militante, a corrente liberal-conservadora. Segundo, os contatos mantidos entre a oficialidade esguiana e as personagens no Itamaraty que instrumentalizavam a política externa brasileira em aras de atender aos interesses do Estado brasileiro em consonância com as demandas de Washington. Terceiro os próprios interesses americanos em formalizar a participação do Brasil, visando igualmente responder (com reciprocidade?) aos interesses brasileiros em questão internacional.

Toda essa comunhão relacional subjaz num objetivo precípua: conduzir a política militar brasileira fazendo-a alavanca para a constituição do Brasil como aliado preferencial americano no continente, frente a qualquer outro Estado (Argentina em particular)⁶¹. Isso recorria ainda aos importantes investimentos que os EUA pudessem fazer nas FFAA e no setor industrial militar (defesa) brasileiro no âmbito do PAM – Programa de Assistência Militar. Era um sonho acalentado a anos pelos altos oficiais (liberais e nacionalistas, porem com *devenir* histórico diferente) de transformar o Brasil numa potência tecnológica e militar não apenas no quadro sul-americano mas em todo Hemisfério Ocidental.

Com relação ao primeiro aspecto delineado acima, a ESG e seu braço militante, a corrente liberal-conservadora, a abordagem neste mesmo capítulo é suficiente. Mas para precisar e apresentar a extensão relacional entre os oficiais dessa corrente e os arquitetos diplomáticos da participação brasileira no Suez, faz-se necessário alguns informes. Na estratificação política pela qual

61 Moniz Bandeira, L.A. Presença dos Estados Unidos no Brasil. p. 339-342.

passava o Brasil naquele momento intenso de Guerra Fria, tanto a política militar quanto a política externa, que de fato empresariaram a participação brasileira no Suez, sofriam aquela referida intensidade. As instituições do Estado refletiam o panorama social, em diferentes graus. Tanto o MRE – Itamaraty – quanto o Ministério da Guerra, e a própria ESG, eram espelhos e usinas daquelas tensões movidas de encontro ao país, por indução exógena, cujo epicentro se encontrava nos interesses de Washington. Todavia oficiavam diligentemente para harmonizar esses interesses americanos, hegemônicos e globais, com os interesses internos da política brasileira⁶². Aqui, neste ponto, reside a importância em situar determinados atores e sujeitos com seus discursos, *paroles* e ações em vista de obter espaço nas searas onde atuam. E também obter – sobremaneira – a legitimidade perante a opinião pública ou setorizada com as quais extraem seu capital político.

1.6 – As discussões no Congresso Nacional: os reflexos do ideário da Escola Superior de Guerra e da corrente liberal-conservadora no parlamento

A ESG, ontem como hoje, não é apenas um ambiente de militares. Destacados homens públicos, parlamentares e executivos participavam regularmente nos eventos e difusões promovidas pela escola. No que tange ao caso Suez, em 1956, não foi preciso envidar esforços para que o Brasil atendesse ao chamado das Nações Unidas. Mas na tentativa de enviar o Batalhão houve sim disputas internas nos quadros institucionais e tanto a ESG quanto a corrente liberal-conservadora objetivavam metas específicas. Para tanto, ambas as entidades mobilizaram seus quadros afim de defenderem as metas que arvoravam para si, e uma dessas mobilizações se deu no Congresso Nacional, Câmara e Senado.

As discussões travadas na Câmara, nas Comissões de Diplomacia e Constituição e Justiça testificam as disputas entre os atores políticos (ESG-corrente liberal-conservadora e nacionalistas). Uma das mais interessantes foi a que decorreu do Projeto de Decreto Legislativo – PDC 109/1956, lido e debatido pelos parlamentares entre os dias 14 e 22 de novembro de 1956.⁶³ O relator desse projeto o deputado Hugo Napoleão (PSD) – cuja origem é o Poder Executivo – presidente da comissão de diplomacia da casa, revela a disposição das forças políticas na Câmara em torno da matéria. Embora minoritários no parlamento as forças liberais conservadoras representadas pelos partidos UDN, PR, PRP, PL e PDC⁶⁴ lograram aprovar quesitos que

62 Poulantzas, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. A análise de Poulantzas sobre o bloco hegemônico e sua tarefa em harmonizar interesses contraditórios, é interessante para o papel desempenhado pelo Itamaraty e Ministério da Guerra em harmonizar os interesses entre as demandas do Estado brasileiro e o Estado americano. P. 294-295.

63 <http://www.camara.gov.br> Acesso em 28/04/2017.

64 Partido Republicano, Partido de Representação Popular, Partido Libertador e Partido Democrata Cristão, salientando-se que o apoio a UDN ou ao bloco PSD/PTB podia ser

veiculavam os interesses da corrente liberal-conservadora (militar). Tais quesitos foram bastante criticados na própria Câmara e no Senado, como se verá adiante. Todavia os laços com a ESG e a corrente liberal-conservadora não puderam estar mais evidentes que nos nomes dos participantes dos debates, intervenções e aprovação de proposições pertinentes à matéria; a saber:

Quadro I – Relação dos deputados federais das comissões de diplomacia e constituição e justiça. Os diplomados pela ESG e ADESG estão incluídos, bem como os partidos políticos aos quais pertencem (legislaturas 1955 à 1960)*

Constituição e Justiça

Cursos: CSG/ADESG

Aduto Cardoso, MG – UDN	ADESG
Bias Fortes, MG – PSD	CSG
Bilac Pinto, MG – UDN	CSG
Nestor Duarte, BA – PL	ADESG
Milton Campos, MG – UDN	CSG
Rondon Pacheco, MG – UDN	CSG
Seixas Doria, SE – PSD	ADESG
Afonso Arinos, MG – UDN	CSG
Oliveira Brito, BA – PSD	CAEPE
Chagas Rodrigues, PI – PTB	Nenhum registro
Djalma Marinho – UDN	Nenhum registro
Gurgel do Amaral, SP – PR	CAEPE
Joaquim Duval – PSD	Nenhum registro
Segadas Viana, DF – PTB	Nenhum registro
Nogueira da Gama, MG – PTB	Nenhum registro
Amauri Pedrosa – PSD	Nenhum registro
Arino de Matos, RJ – PSD	Nenhum registro
José Alves – PTB	Nenhum registro
Newton Bello – PSD	CAEPE
Oswaldo Lima Filho, PE – PSP/PTB	Nenhum registro
Raimundo Brito – PR	Nenhum registro
Sales Filho – PSD	Nenhum registro

Aarão Steinbruch, RJ – PTB	ADESG
Chagas Freitas, RJ – PSP	ADESG
Frota Aguiar – UDN	CSG
Getúlio Moura – PSD	CSG
Guilherme Machado – UDN	CSG
Aliomar Baleeiro – UDN	CSG
Armando Rolemberg, SE – PR	ADESG

pendular conforme as circunstâncias. Porém cerravam fileiras com a UDN na maioria dos temas.

*O Curso Superior de Guerra inclui temas transversais tais como o curso de Informações e Mobilização Econômica Nacional, este direcionado a civis. Revista da ESG N° 19. Diplomados entre 1956 e 1961.

Ivan Bichara – PL	ADESG

Comissão de Diplomacia

Hugo Napoleão – PSD	CSG
Dantas Júnior – UDN	CSG
Dilermando Cruz – PSD	ADESG
José Arnaud – PSD	CSG
Rafael Correia – UDN	ADESG
Getúlio Moura – PSD	CSG
Carlos Jereissati – PTB	ADESG
Dantas Júnior – UDN	CAEPE*
Ivete Vargas, DF – PTB	Nenhum registro
Menotti del Picchia, SP – PTB	Nenhum registro
Newton Carneiro – UDN	CAEPE
Edilberto de Castro – UDN	Nenhum registro
Heráclio Rego – PSD	Nenhum registro
Neiva Moreira, MA – PSP	Nenhum registro
Hermes de Sousa – PSD	Nenhum registro
Yukishigue Tamura, SP – PSD	CAEPE
Ovídio de Abreu – PSD	Nenhum registro
Plínio Lemos, MG – PL	Nenhum registro
Carlos Albuquerque – PR	Nenhum registro
Deodoro de Mendonça – PRP	Nenhum registro
Eduardo Catalão – PTB	Nenhum registro
Georges Galvão – PTB	Nenhum registro
João Ursulo – UDN	CAEPE
Leoberto Leal – PSD	Nenhum registro
Mendes Gonçalves PSD	Nenhum registro
Ostoja Roguski, PR – UDN	CAEPE
Pereira Diniz – PL	Nenhum registro
Tarso Dutra – PSD	CAEPE
Raniere Mazzilli – PSD	CAEPE
Uriel Alvim – PSD	CAEPE
Valdemar Rupp – UDN	Nenhum registro

O Congresso Nacional era – e permanece sendo – o espelho contraditório das opiniões e tendências expressas pela sociedade civil organizada. Mas há certos entreditos. Igualmente, no Parlamento se espelham e se digladiam as posições que são oriundas do espectro institucional do Estado, formado por instituições e grupos que atuam em seu interior, manobram politicamente, saem vitoriosos e lideram ou são ainda derrotados e obliterados no curso do processo histórico⁶⁵. As discussões travadas entre os dias 14 e 22 de novembro daquele ano de 1956 dão testemunho disso. Pelo cotejamento de

65 Bobbio, Norberto. P.77.

*CAEPE – Curso de Altos Estudos de Planejamento e Estratégia. Relações de 1955 a 1965 conferidas.

muitas figuras tanto do parlamento quanto da ESG, da corrente liberal-conservadora, da Frente Parlamentar Nacionalista e segmentos da esquerda, é possível traçar uma radiografia das forças atuantes na constituição da Força Brasileira no Suez e no atendimento do Brasil ao chamado das Nações Unidas.

Se, para os intelectuais orgânicos da ESG, do alto escalão das FFAA e dos diplomatas brasileiros, a participação do país num empreendimento internacional de envergadura sob as Nações Unidas era aguardado e suscitado, para outras instituições não o era. Uma delas era o Congresso Nacional. Como bem afirmara o chanceler Macedo Soares⁶⁶, um país se mede internacionalmente pelo seu prestígio, e isto é laconicamente decorrente de sua atuação no mundo. O Itamaraty era uma das instituições que mais tateavam um espaço para a atuação brasileira nas arenas diplomáticas internacionais. Já no Congresso brasileiro de meados dos anos 1950, parece que o espírito isolacionista estava bem manifesto. Não obstante as iniciativas internacionais do Presidente JK, mesmo a maioria parlamentar era infensa à participação brasileira nos conflitos que estouravam mundo afora. Suez expressaria que os setores do Congresso não se dobrariam tão facilmente às iniciativas do governo, ao menos automaticamente. Incluindo fortes lideranças da base governista na Casa legislativa.

Dois lados são dignos de nota nessa investigação: a oposição parlamentar, que, nesse caso, aglutinava os partidos UDN, PR (Partido Republicano) e PTN (Partido Trabalhista Nacional) eram os principais. Com muitas ressalvas, apoiaram a iniciativa do Executivo para o envio das tropas. No entanto, insistiam que não poderia haver recrutamento e sim que o contingente seria formado por voluntários. Em discurso na tribuna, o líder udenista deputado Carlos Lacerda afirmava,

[...] que o governo desde já soubesse que nossa posição, a da maioria, senão da totalidade da bancada da Oposição, que se divide quanto ao voto final, tomasse conhecimento: a primeira é a de que não é admissível que se trate essa questão com leviandade, que se cuide desse assunto como se se cogitasse de um piquenique à beira do Canal de Suez. A segunda é a de que, sem a abertura de voluntariado, dentro de critérios lógicos, legítimos, compreensíveis e necessários, sem uma série de outras providências [...] não votaremos com o governo pela remessa de um contingente brasileiro [...] ⁶⁷

Mais adiante, a UDN em sua linha acusatória anti-gasto público que promovia o governo federal e ciosa das contingências financeiras nacionais, quando não lhe tocava as arcas, pronuncia-se na voz de Lacerda,

E vejam os senhores a que situação somos levados. Por lei e por elementar prudência, devíamos estar votando também aqui o pedido de abertura de crédito para o custeio dessa expedição. No entanto, até agora não se sabe sequer o total da despesa e muito menos a

66 DCN. Nº 1311. Seção I. Novembro de 1956. Participação do Min. L.C. de Macedo Soares na CCJ da CF. Acesso em 27/04/2017.

67 Diário do Congresso Nacional. 21/11/1956. Op. Cit. Acesso em 27/04/2017. Seção I.

quanto monta o crédito desejado pelo Executivo, porque até agora não há mensagem neste sentido.⁶⁸

Realmente nada fora coordenado, tecnicamente avalizado ou constitucionalmente encaminhado ao Congresso Nacional, tangente ao orçamento necessário para a força expedicionária. Nesse ponto, a oposição liderada pela UDN foi incisiva contra o que avaliou ser atropelos inconstitucionais do governo JK, dirigidos a priori contra a bancada governista na Câmara, às lideranças do PSD e, em menor medida PTB. Em seguida as acusações – em forma de catilinárias – eram disparadas contra as duas lideranças políticas do Executivo, linha de frente no caso Suez: o chanceler Macedo Soares e o Ministro da Guerra, Teixeira Lott. O líder udenista Alberto Torres, dono da Rádio Fluminense e do Diário de Niterói, assim dispôs sobre a situação a 21 de novembro de 1956;

Venho trazer um subsídio novo à Casa. O conceituado Jornal do Comércio (PE) estampa, na primeira página de sua edição de hoje, na parte internacional, três mensagens telegráficas: duas procedentes de Ismailia (Egito) e uma da capital canadense. As do Egito esclarecem – a Câmara precisa atentar para os dados que lhe ofereço – que a Dinamarca mandou apenas voluntários. Neste sentido, mister se faz meditemos sobre subemenda aprovada pela Comissão de Segurança Nacional, que estabelece o voluntariado, decorrente da fusão das emendas apresentadas pelos Srs. Deputados Carlos Lacerda e Último de Carvalho, iniciativa de todo louvável e digna de aprovação. (...) Iguamente Srs. Deputados, há uma informação que trago ao plenário, vindo da capital canadense. O Canadá, que deu o comandante das tropas, na pessoa do general Burns; o Canadá, que deveria fornecer o maior contingente para à força de polícia internacional que ficará no Egito, no total de mil homens [...] Sr. Presidente, o Canadá não mais enviará esses mil homens, e apenas oferecerá dois aviões para a cobertura de ponte aérea entre a Itália e o Egito. [...] Por que então, o Brasil vai enviar 750 homens? Por que então o Brasil vai mandar essa tropa, quando o Congresso Nacional está sendo desautorado – esta a verdade – pelo Poder Executivo? **Da mesma maneira como, a 11 e a 21 de novembro (1955) em que Forças do Exército deflagram o golpe de Estado, tendo à frente o General Teixeira Lott, o Congresso Nacional aprovou essas duas votações contra a Constituição, e a deposição de dois Presidentes da República, legítima e constitucionalmente eleitos**, estamos agora, a deliberar do mesmo modo, diante do fato consumado da organização da unidade expedicionária pelo Ministério da Guerra [...] ⁶⁹

Essas acusações de Alberto Torres ocorrem há apenas dois dias antes da matéria ser enviada ao Senado e aprovada em 23 de novembro de 1956. Pode-se depreender que o bloco udenista não porfia apenas contra o envio da tropa. Aproveita o momento para fustigar o Ministro da Guerra, general Lott, por

68 Diário do Congresso Nacional, 21/11/1956. In: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?CodDiario=12462#diario>

69 Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Deputado Alberto Torres. UDN, RJ. Op. Cit. P. 11515 de 21/11/1956. Os grifos são da pesquisa.

garantir a posse do candidato à presidência eleito em 1955, Juscelino Kubitschek. O mesmo fizera Carlos Lacerda, Gabriel Passos e Prado Kelly nesses dias que antecederam o despacho do PDL 109/56 ao Senado da República. Visto por uma perspectiva mais ampla, tem-se aqui o objetivo do bloco opositor, capitaneado pela UDN – e pela corrente liberal-conservadora nas FFAA – de minar a recém inaugurada política externa do Presidente Juscelino Kubitschek. Política esta que tem na adesão brasileira ao chamado das Nações Unidas, seu ponto de inflexão desde a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil agora, sob Kubitschek, decide-se projetar no concerto das nações, participando do maior número possível de ações multilaterais, sob o invólucro da ONU e outras organizações internacionais. Ao mesmo tempo, evidentemente, que busca o reatamento pleno com os EUA, após a crise por ocasião do último governo Vargas. É no Congresso Nacional que se dará a batalha entre o núcleo governista de JK e o bloco opositor. Bloco este que não apenas incluía a UDN e aliados, mas ainda setores do PTB – descontentes com os acenos do presidente aos golpistas de 1955 – e alguns grupos do PSD, que mais se afinavam à própria UDN.

No entanto, a liderança governista impõem-se no Congresso Nacional e logra ultrapassar os entraves colocados pela oposição à constituição do Batalhão Suez. Mas antes dessa vitória, reflete-se no Congresso (Câmara) a extensão da negativa oposicionista à nascente política externa de JK, que por ocasião do PDL 109/56, visa brechar sua efetivação. A tônica vai se reverberar por dois caminhos que visam deslegitimar o governo, e em especial o Ministro da Guerra, o MRE e próprio Presidente. Alberto Torres argumentava que;

A Câmara está votando, decidindo se deve conceder ou não autorização para o envio das tropas ao Egito. O projeto se encontra nesta Casa, ainda não foi ao Senado Federal, e já a tropa está selecionada entre componentes dos 1º, 2º e 3º Regimentos de Cavalaria. Essa tropa já tem comando e oficialidade escolhidos, e deverá a qualquer momento ser embarcada, por via aérea ou marítima. (...) Sou, Sr. Presidente, em face dessas razões visceral e medularmente contrário ao envio de qualquer força expedicionária para esse último país, para tranquilidade das mães brasileiras...⁷⁰

Aqui fica explícita a catilinária contra o atropelo que tanto o Ministério da Guerra, quanto o MRE conduzem o tema da formação da tropa, a par o descaso para com o parlamento. A estratégia inicial da UDN e da corrente liberal-conservadora era minar as iniciativas do governo JK em matéria internacional e política militar, daí visarem as críticas a estes dois órgãos. Contudo, mais adiante, alterariam seus itinerários ao substituírem a estratégia de conter a política externa e militar de JK, pela de coligirem com ela,

70 Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Deputado Alberto Torres, UDN, RJ. 21 de novembro de 1956. P. 11515. Op. Cit.

colmatando imprecisões e extraindo os dividendos políticos. Coisa que a ESG faria com esmero um pouco mais à frente.⁷¹

Quanto aos partidos da maioria governista, cuja formação envolvia principalmente as siglas, PTB, PSD e PST (Partido Social Trabalhista), este último dissidência interna do PTB, o embate fora outro. Lembrando que o Partido Social Democrata apesar de governista, em muitos casos se afinava com a retórica udenista, e dela se aproximava em determinadas matérias de interesse direto do Executivo. Na verdade grupos importantes do PSD mostravam-se muito mais confortáveis junto ao espectro liberal, representado pela UDN, que cerrando fileiras com o PTB. E tal distinção se afigurou nas discussões e votações sobre o PDC 109/1956 que deu origem ao Decreto Legislativo 61/1956 sobre o contingente a ser enviado para o Egito.

A análise simultânea dos discursos da oposição e da situação, com seus respectivos postulados, faz-se necessária, mesmo que breve, para deslindar quaisquer dúvidas quanto às defesas e interesses específicos de cada lado no Congresso. A exigência interposta pela oposição em votar com o governo se o voluntariado fosse mantido, afinal passou. Apesar de alguns líderes como Carlos Lacerda e Gabriel Passos demandarem publicamente por ela, e pressionarem na casa, a maioria governista retirou este ponto. Todavia outros pendoros foram diretamente reunidos às demandas da ESG e corrente liberal, que oficiava desde os quartéis até os comandos das regiões militares.

Para a oposição liberal no Congresso, devia ficar claro que o compromisso do Brasil naquela empresa não seria com a causa da autodeterminação nacional do Egito, ou dos povos árabe e africano. Nem com as causas de libertação nacional que vicejavam em África ou com as bandeiras do anticolonialismo hasteadas em Bandung, Indonésia, desde o ano anterior. Estava claro, para a oposição parlamentar brasileira que o compromisso do Brasil seria com as Nações Unidas, juridicamente ratificados na Carta de San Francisco, a qual o Brasil era signatário. Não importava se o compromisso fosse ou não do agrado ou aprovação das lideranças políticas brasileiras, ou mesmo da opinião pública brasileira. Era imperioso que o Estado brasileiro salvaguardasse seus compromissos jurídicos para com a comunidade internacional representada pela ONU e cumprisse com o seu papel quando solicitado, sem prejuízo social ou material para si. Era uma aposta no direito internacional e numa postura imparcial para a ação brasileira no Oriente Médio, distanciando-se das tensões geopolíticas estabelecidas pela Guerra Fria e pelos confrontos sócio-religiosos naquela região.

Esta era a condição pública principal arguida pela oposição. E embora estivesse corretamente conforme as cláusulas jurídicas internacionais, esta não era a razão primordial perseguida pela oposição. Na verdade outros governos

71 Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Exposição da Doutrina Militar Brasileira e Estratégia Nacional. 16 de março de 1958. Acesso em: 08/03/2019. A partir de 1958, com a OPA, o alto-oficialato liberal-conservador passa a apoiar as iniciativas internacionais de JK, mormente a reaproximação com os EUA.

sul-americanos também se interpuseram nos debates travados na ONU. Argentina e Colômbia condenaram a agressão tripartite ao Egito, e expuseram o que classificaram como “aspirações imperialistas”, mas se recusaram a participar *in loco*. Na América do Sul, apenas o Brasil atendera ao chamado das Nações Unidas – como bem frisara a oposição na Câmara – mas por outra razão. Estava claro que o que movia o governo brasileiro de JK era a aliança “preferencial” a ser estabelecida com Washington.

Segundo os planejadores e estrategistas na ESG, era uma aliança inevitável a acontecer cedo ou tarde entre os dois maiores poderes do hemisfério sul. E, embora não comprazia aos líderes udenistas ratificar as iniciativas internacionais de JK, a aproximação com os EUA foi a razão que guiou o bloco oposicionista no Congresso Nacional em seguir a política governamental no tangente ao envio das tropas ao Egito. Claro que depois de superadas as fricções como o voluntariado. O voluntariado que propugnava a bancada opositora resguardaria o contingente brasileiro dos ditos “elementos esquerdistas”, comunistas, que porventura se imiscuisse nas fileiras. Ora, mesmo sob o esquema do voluntariado haveria uma seleção na qual, tanto oficiais ligados a ESG e a corrente liberal-conservadora, quanto à corrente nacionalista, evitariam aqueles quadros politizantes, que não apenas a Inteligência do Exército, mas muitos oficiais possuíam plena identificação.⁷²

E há mais. O denunciamento com que se notabilizara a UDN, e sua correlata no meio militar a corrente liberal-conservadora, entrariam em ação para atingir aqueles oficiais e praças rotulados de comunistas. Era conhecida a vigília com que alguns deputados e oficiais das FFAA mantinham sobre a corrente nacionalista, e sobretudo com os oficiais do MMC – reunidos majoritariamente nesta corrente. O deputado Último de Carvalho, PSD, não titubeou em usar a tribuna da Câmara Federal para disparar contra inúmeros oficiais, tingidos de comunistas. Todavia o mais virulento discurso contra a suposta “infiltração” comunista nas FFAA veio do deputado Raimundo Padilha, UDN. Em discurso a 10 de agosto de 1956, direcionou as acusações contra o próprio Ministro da Guerra, general Lott, acusando-o de leniente e cúmplice ao agasalhar tais elementos nas FFAA. O ministro-general devolveu o acinte acusando-o de nazista, por suas ligações com oficiais da Inteligência alemã durante a guerra.

Portanto, a razão principal em que a oposição votaria com o governo na questão do envio das tropas ao Suez era a conveniência em relação à estratégia política da ESG. Nada de lideranças políticas na tropa, nada de veiculação partidária, doutrinações esquerdistas ou pronunciamentos em favor de causas libertárias ou anti-imperialistas. Enfim, nada que tísasse a relação que a ESG ultimava construir com os militares americanos ou que o Brasil haveria de ter com os Estados Unidos na tensa arena política internacional.

72 Último de Carvalho e a lista dos oficiais comunistas na corporação. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-ultimo-de>> . Acesso em 30/12/2017.

Garantindo o voluntariado, poderiam denunciar qualquer nomeação por parte do Ministério da Guerra que julgasse comunista. E diante das acusações, fazer recuar os nomes oriundos da corrente nacionalista, e obter a maioria dos oficiais no batalhão que em breve se constituiria. As lideranças do bloco oposicionista eram conscientes da necessidade em superar as reticências que permaneciam sobre o Brasil depois do período Vargas. E sobremaneira as reticências que persistiam em vista do bloco político dominante ser aquele oriundo das articulações do falecido líder trabalhista. Na verdade suas criações políticas (PTB e PSD) guardadas as profundas diferenças que iam se nutrindo internamente, e no próprio PSD, o partido do presidente Juscelino Kubitschek.

Mesmo sob críticas acirradas da oposição, ameaças de brechar a votação prioritária para o governo – porque em caráter de urgência – e posicionamentos que em muitos aspectos se aproximavam de alguns governistas, a linha traçada pela UDN no Congresso prevaleceu. E como a UDN carregava as demandas da ESG e da corrente liberal-conservadora no parlamento, prevaleceu, portanto, a estratégia política da ESG. O Batalhão Suez surgiu como uma resposta ao chamado urgente das Nações Unidas por parte do Brasil. E era articulado cuidadosamente em caráter de urgência com vistas à urgente parceria que os comandantes militares brasileiros demandavam para com os EUA. Mesmo no Congresso, a casa dedicada por excelência aos debates e aos intercâmbios de opinião, as condições colocadas pela oposição à formação do Batalhão Suez foram pontuais. Sem conteúdo ideológico no mais das vezes, visava tão somente atender aos requisitos exigidos pela ESG com relação às tropas, seus comandantes e sua atuação em campo. A inclusão do voluntariado não alterou a inclinação da oposição ao tema, e neste ponto, tanto o governo PTB/PSD quanto a UDN opositora lograram fixar a vitória contra as resistências – dentro da oposição e situação – à participação brasileira naquela empresa internacional.

Mas havia resistências emanadas desde a UDN, oposição, ao PTB (situação) na Câmara dos Deputados. A ênfase na ilegalidade do PDL 109/56 dada pelo deputado Jonas Bahiense⁷³ (PTB) secundado por Aliomar Baleeiro e Prado Kelly (ambos UDN) em discurso no dia 21 de novembro de 1956, revela a oposição ao MRE e ao Ministro Lott dentro do PTB; afirmava Jonas Bahiense que,

Nesta questão do envio de tropas creio, preliminarmente, que o Congresso não pode ignorar, nesta altura dos acontecimentos, a ação precipitada e ostensiva do Ministério da Guerra, em face das providências por ele tomadas, antes de se conhecer a decisão do Parlamento. Da forma por que age o Ministério da Guerra, na preparação desta tropa que ainda não sabemos se poderá sair do Brasil com autorização do Congresso, há uma coação indisfarçável sobre os representantes do povo, a quem cabe decidir da conveniência ou não do envio dessas tropas para a região de Suez.

73 Diário do Congresso Nacional de 21/11/1956. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=12462#diario> Acesso: 04/02/2019.

Não podemos ignorar, igualmente, a ação ditatorial do Itamarati, que traça a política internacional do Brasil em flagrante desacordo com as tendências da maioria do nosso povo. Votarei contra o envio das tropas para Suez ou qualquer outra parte do mundo. Se temos um dever com a ONU, por contingência interna, esse não deve ir além do apoio moral.⁷⁴

Note-se que Jonas Bahiense era dos mais ativos membros da recém fundada Frente Parlamentar Nacionalista, e compôs, como civil, o Movimento Militar Constitucionalista em 1955, que garantiu a posse de JK. No entanto, como expressão da ala independentista do PTB, e da corrente nacionalista nas FFAA, Bahiense posicionou-se contrário ao envio de tropas ao Suez. Batia com insistência na autoridade máxima do Congresso como instância principal que legitimaria tal empreendimento. E não era para menos, pois a Constituição previa que tanto a convocação como o trânsito de tropas pelo território nacional, em tempos de paz, tinha o Congresso como árbitro último. Externava ainda o descontentamento parlamentar com o chanceler Macedo Soares, e o Ministro Lott, que em momento algum das discussões do referido projeto, compareceram à Câmara Federal para expô-lo. Na verdade, os grupos mais enfáticos da FPN, quase todos do PTB, propugnavam a aderência do Brasil às políticas terceiro-mundistas consignadas em Bandung. E sobretudo, não encaravam a ONU como um território neutro, dada a autoridade suprema exercida pelo CSNU, concentrada nas quatro potências da época.

E mais, exigiam maior participação na elaboração política da diplomacia brasileira, defendendo que a política externa não era reduto exclusivo do Presidente da República e do MRE. Era sim possível e necessária a participação do Congresso naquela política, e como prova, elencava o projeto nº109/56, ora em discussão (com urgência). Pelo simples fato de ser a Constituição quem outorgava ao Congresso o poder decisório sobre permitir ou não o movimento e o envio para o estrangeiro de tropas nacionais. Ou seja, para Jonas Bahiense e seus pares da FPN, se uma tal empresa como a Missão Suez requeria o acorde do Parlamento, o que dizer quanto a elaboração da política externa brasileira. Gritavam contra o silêncio de Macedo Soares, Lott e o próprio Juscelino Kubitschek, por não cumprirem o referendo constitucional conferido ao Congresso.

Portanto, em relação à bancada governista representada pelos partidos PTB, PSD, PSP (Partido Social Progressista) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) a questão Suez não era tão simples. O mesmo se pode considerar para os representantes da Frente Parlamentar Nacionalista nas Comissões de Diplomacia, Segurança e Constituição e Justiça que regimentalmente avalizaram o PDC 109/1956. Ora, mesmo sendo o Executivo o autor do projeto, e que assumira as responsabilidades pela ação do país junto às Nações Unidas, importantes lideranças petebistas e nacionalistas declinaram o apoio ao governo. O já citado discurso do deputado Josué de Castro em 14 de

74 Diário do Congresso Nacional. Op. Cit. P. 11495. 21 de novembro de 1956.

novembro desse ano, prenunciava o espírito das votações e as reticências ocasionadas junto a estas forças políticas. Mais um trecho para se abstrair e bem interpretar o espírito da época que guiava algumas lideranças brasileiras;

[...] O Brasil, preso pelos vínculos de país membro da Organização das Nações Unidas e pela circunstância de ter aprovado a Carta de sua criação, de ter, ademais votado na sessão extraordinária especialmente convocada há alguns dias para estudar o conflito, o Brasil, repito, encontra-se necessariamente compelido a estudar o assunto com o máximo interesse e a tomar sobre ele uma deliberação simbólica, mas definição de um país que já hoje pesa no concerto das nações, para que essa nossa atitude venha a servir de exemplo na orientação de uma política internacional que não seja de interesses imediatistas, de rapinas, de invasões, de despotismos, de prepotências, de exploração pelos grupos mais fortes, dos grupos mais fracos [...]⁷⁵

Mais à frente, Josué de Castro reverbera o que a maioria dos representantes da FPN e, por conseguinte, da corrente militar nacionalista nas FFAA aspiravam declarar ante a tribuna;

[...] O colonialismo como foi, como é, como deseja persistir, apesar de superado econômica e socialmente, não passa de um roubo organizado, um roubo sacramentado, um roubo cínico das grandes potências, que usam os organismos internacionais, a imprensa internacional, os meios todos de convencimento e de formação de uma falsa opinião pública, manipulada para esmagar o desejo de libertação, de autodeterminação, a vontade de se governar a si mesmos que tem os povos oprimidos e esmagados pelo imperialismo colonialista [...]⁷⁶

E por derradeiro, o líder nacional-trabalhista expõem meridianamente o espírito anti-imperialista, em sua vertente intelectual, científica e ativista, típica daqueles anos 1950, 1960, e que espelhavam também a confrontação Leste-Oeste no Brasil;

[...] Se as potências imperialistas, que hoje se enfileiram em dois campos – o mundo da órbita americana e o da órbita soviética – verificassem que não tinham aliados para sua aventura porque não é possível que sejamos aliados da morte e da miséria, elas não se animariam a deflagrar a próxima conflagração, que pode exterminar a humanidade inteira.(...) Relembro: Estados Unidos, França e Inglaterra, sob propósito da ONU, resolveram financiar a grande obra da Represa de Assuã que redimiria da fome 24 milhões de habitantes do nosso planeta. Os Estados Unidos prometeram que dariam esse financiamento, mas, com isso, estava envolvida, também, uma outra promessa: compromisso de o Egito assinar pactos de segurança contra interesses do próprio Egito. Foi o Pacto de Bagdá. O Egito se recusou a ser seu signatário; e então, lhe foi negado o financiamento, o recurso necessário a que pudesse desenvolver sua economia. (...) O Egito queria salvar-se da fome e da sede, e lhe foi negada água pelas potências ocidentais. Negaram água a um povo maometano, cujo Alcorão diz que o maior crime é o negar-se água a quem tem sede.(...)

75 Castro, Josué. Op. Cit. P. 2.

76 Castro, Josué. Op. Cit. P. 3.

Então o que fez o Egito? De acordo com o princípio da autodeterminação dos povos, nacionalizou a Companhia do Canal de Suez (**pertencente a consórcio franco-britânico**) como a Inglaterra nacionalizou as minas e a exploração de indústrias pesadas e dos transportes na Grã Bretanha. A Inglaterra levanta-se despeitada, movida por dois sentimentos: um de cobiça pelos 50 milhões de dólares anuais que rende o Canal; outro, de medo do precedente, e que as minas de fosfatos, petróleo e outros minérios também fossem nacionalizados. Estas foram as causas da invasão. (...) Diante do projeto, creio que devemos enviar a tropa para apoiar as Nações Unidas que, lamentavelmente, não dispõem de elementos próprios para coibir o abuso da força. Só há uma forma de reagir contra a força até hoje: a própria força [...] ⁷⁷

Ao cabo de seu discurso na Câmara dos Deputados, Josué de Castro mostra-se fiel à bancada majoritária e adota a linha governista, conferindo seu voto ao PDL 109/1956. Mas não sem antes denunciar a causa imperialista que moveu a ação conjunta de Grã Bretanha, França e seu aliado Israel. Entusiasta que era dos sucessos celebrados na Conferência dos Estados Afro-asiáticos em Bandung, Indonésia, no ano anterior, Castro expressava aquele espírito soberanista, anticolonialista e nacionalista. Sobretudo levando em consideração que a “vítima”, o Egito, era uma das estrelas daquele memorável evento, e seu líder, o Presidente Nasser, tornara-se o grande porta voz das independências nacionais do mundo árabe e africano. Para a frustração de Josué de Castro e outras lideranças brasileiras, socialistas e nacionalistas, o Brasil nunca adotou a postura dos estados independentistas. Mesmo sob a Política Externa de JK ou a PEI, alguns anos depois, o Brasil manteve sólida e constante, a política de priorizar as relações hemisféricas, ou mais ainda continentais – América do Sul – onde residiam seus interesses mais imediatos. E em sintonia com a superpotência americana, cujos efeitos de sua política, tanto marcaram a vida nos países da África e da Ásia. O Oriente Médio ainda estava muito longe dos horizontes brasileiros.

Entretanto, a tônica antiimperialista ou anticolonialista não era exclusividade dos representantes do trabalhismo no Congresso Nacional. Ao rejeitar o projeto do Executivo para o Suez, membros da UDN na Câmara – partido tradicionalmente alinhado à causa ocidental – disparavam argumentos bem próximos aos tradicionais do PTB e do bloco nacionalista. Isso porque muitos representantes da UDN atuavam na Frente Parlamentar Nacionalista, que ao fim de algumas celeumas e divisões, votaram a favor do envio das tropas. Embora as lideranças udenistas na FPN tenham fechado acordo de votar a favor do governo só depois da certeza da não participação de comunistas no contingente. Tal certeza veio à tona após evocarem a já referida lista apresentada em setembro por Último de Carvalho dos oficiais e praças

77 Castro, Josué. Op. Cit. P. 5-6. OBS: Os grifos são da pesquisa.

membros do PCB – ou simpatizantes – acusando inclusive o Ministro da Guerra Lott de acobertá-los.⁷⁸

A exigência da maioria dos ainda reticentes parlamentares udenistas a votar com o governo, seria a interdição desses militares ao contingente – o que foi atendido, ao menos até onde fosse possível identificá-los. Conforme já comentado, o voluntariado privaria o Ministro da Guerra, general Lott, e seus colaboradores nacionalistas, de exercerem a exclusividade na nomeação.⁷⁹ A exigência do voluntariado manifestada por Carlos Lacerda – vide seu discurso neste capítulo – evitaria em parte a nomeação consumada do que julgavam ser comunistas ou esquerdistas. Porque para a UDN, o Ministério da Guerra tornara-se um foco de atuação para a oficialidade vermelha no Brasil, pois situava os oficiais nacionalistas (maioria da expressão ideológica nas FFAA) como reais esquerdistas. Só o fato de não haver conscrição para as tropas, a ser feita exclusivamente pelo Ministério, seria menos uma preocupação para a UDN.

De fato, todos os mencionados naquela lista, apresentada no plenário da Câmara por Último de Carvalho e inflamadamente denunciada na tribuna por Raimundo Padilha (UDN) ficaram de fora do contingente. Não é possível observar se houve uma pugna nas fileiras do Exército, mas houve o cuidado em não se convocar oficiais ou praças com histórico politizante (leia-se esquerdizante) nas FFAA. Como já referido neste capítulo, era prudente para o Brasil seguir fielmente as diretrizes das Nações Unidas e evitar qualquer manifestação política na UNEF I que colocasse em xeque a idoneidade diplomática e jurídica da empresa. E, mais importante ainda para o governo brasileiro era mostrar para os Estados Unidos que o país era plenamente capaz do exercício daquela função. Teria capacidade real e material além de total controle sobre suas FFAA no cumprimento de missão tão complexa, numa região e contexto geopolítico complexos. Os quadros enviados deveriam se portar de maneira totalmente profissional sem tismas politizantes ou má condutas no campo. Era imperioso para o Brasil, portanto, ser plenamente capaz de cumprir tal missão, seja perante a comunidade internacional, seja perante os Estados Unidos – os reais promotores da participação brasileira. Isso numa época em que as FFAA latino-americanas davam mostras sobejas de instabilidades em seus países, com golpes de Estado, pronunciamentos e rompimentos da ordem democrática, situação verificada mesmo no Brasil a pouquíssimo tempo.

No entanto, as discussões prosseguiram no parlamento, refletindo as aspirações de setores da oposição, que tinha o apoio da ESG. Por outro lado, refletindo aspirações da corrente militar nacionalista, apoiada pelo PTB, claro, com vínculos com os setores governistas. Como afirmara o deputado Carlos Lacerda, era posição pacífica entre as forças da casa a aprovação pelo envio

78 Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Acesso em : 30/04/2017.

79 Ver neste capítulo 01, p.83.

das tropas, após resolver-se a questão do voluntariado. Resolvida esta questão, emergia outra com respeito à natureza da missão. Para alguns parlamentares da FPN, não estavam claros os motivos diplomáticos e jurídicos da participação brasileira. Tomando por exemplo alguns Estados latino-americanos que se abstiveram de enviar tropas, como Argentina, Peru e México, alguns parlamentares opositoristas resistiam a votar pelo PDC 109/1956. Arguiam que mesmo votando pela constituição de força internacional no CSNU estes Estados se recusaram a mandar contingentes. De acordo com o deputado Adail Barreto da UDN, Ceará e membro da FPN;

[...] Logo que se tornaram públicas as notícias de que o Brasil talvez mandasse um contingente de tropas suas para policiar a região conflagrada de Suez, tivemos a iniciativa de vir à tribuna desta Casa para manifestar as nossas restrições sobre a deliberação iminente do Poder Legislativo. [...] Nosso ponto de vista, colhido nas ruas, nas palestras, nos lares, era de que o Brasil não tinha nada em comum com os grandes interesses econômicos em jogo e em choque no Oriente Médio e que por isso a cautela e isenção de ânimos nos aconselhavam um afastamento prudente do grave conflito que ali se desencadeava. Não conhecíamos, ainda, as razões que levava o Executivo a cogitar de tão delicado precedente [...] Agora, Srs. Deputados, que já conhecemos os termos da Mensagem com que o Presidente da República pediu a autorização do Congresso para enviar a Suez um contingente de tropas brasileiras, não encontramos nela razões ponderáveis que modificassem o nosso ponto de vista [...]⁸⁰

Prosaicamente, discurso de Adail Barreto insistia na inobjetividade do Brasil perante os conflitos árabes contemporâneos. Coincidia com algumas posições do PTB nesse aspecto e expressava a tendência neutralista frente os conflitos típicos da Guerra Fria. Refletia certa tendência mundial contrária ao maniqueísmo com que se manifestava a política americana para com os Estados latino-americanos. E principalmente a política das antigas potências europeias em salvaguardar seus interesses dos espólios imperiais em desintegração. O líder udenista cearense externava uma visão corrente de que tais interesses europeus – no caso franceses e britânicos – eram resquícios do colonialismo que teimavam em não abandonar. A ONU, de uma maneira ou de outra, ao intervir no Egito, o Estado agredido, sustentaria interesses colonialistas europeus. Do mesmo modo como advogava o PTB, nas palavras do já citado deputado Jonas Bahiense;

Enquanto os povos não se reunirem para extirpar da face da Terra a dominação colonialista, política ou econômica, nações honestas e bem intencionadas como o Brasil não devem fazer qualquer sacrifício. Que temos lucrado com a supressão de relações comerciais com os países socialistas, enquanto os chamados grandes com eles comerciam livremente?

80 Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Adail Barreto na CCJ da Câmara dos Deputados. 13/11/1956. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

Absolutamente nada. Comparecemos aos congressos internacionais com sinceridade e boa fé, ao passo que outros povos apenas cuidam de preservar suas posições de países dominantes. [...] O envio de tropas brasileiras para o exterior, representa um sacrifício, no momento e nas atuais circunstâncias, um sacrifício inglório, com graves repercussões na vida financeira do País.⁸¹

Mais adiante, expõem o que seu grupo trabalhista entende como ser manobra da superpotência a constituição da UNEF I e o serviço do Brasil como ferramenta política de Washington e aliados europeus;

Deixemos de romantismos e patriotadas. Há outras formas de prestigiar a ONU na presente conjuntura; esse organismo está desmoralizado e necessita ser posto à prova de forma definitiva. Antes de participar da Força Internacional, deve o Brasil propor três medidas básicas para o restabelecimento do prestígio da ONU: 1º - reconhecimento concreto do direito de independência política e econômica para todos os povos; 2º - direito de participação na ONU para todos os países do mundo; 3º - igualdade de tratamento entre as nações participantes, com a abolição do sistema de grandes e pequenos. Sem que se transforme nos termos dessas três proposições, a ONU será um disfarce para os imperialismos do Ocidente e do Oriente, sem força moral para assegurar a paz ou as liberdades do homem. Tome o Brasil essa posição, em socorro dos povos subjugados e das nações humilhadas, aí sim, estaremos como nação pacífica, honrando nossas tradições de nobreza, de coragem e de amor à liberdade. Antes disso, digamos não a qualquer pedido de tropas [...] ⁸²

Para os parlamentares da FPN, os discursos da UDN e PTB são coincidentes, no tangente ao papel do Brasil nessa Força Internacional em gestação. Mas não são coincidentes os receios da UDN em apoiar um projeto do Executivo que pudesse projetar aqueles oficiais ligados ao próprio governo – portanto ao Ministro da Guerra – e sem vínculos com a ESG ou a corrente liberal-conservadora. Por sua vez a UDN expressava as preocupações da ESG em ver alçados ao comando das tropas, oficiais da ou ligados à corrente nacionalista. Era preciso evitar tais sucessos brecando o estrito controle do Ministério da Guerra – general Lott e nacionalistas – na arregimentação da tropa.

Havia ainda outra manobra política a refletir nos discursos dos deputados udenistas Barreto, Lacerda e Pedro Braga, já comentados mais atrás. Não era do interesse da UDN o sucesso do presidente JK em suas empreitadas internacionais. A própria OPA⁸³ (Operação Pan-americana) uma

81 Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 21/11/1956. Discurso do deputado Jonas Bahiense. P. 11496. Op. Cit. Acesso em 03/03/2019.

82 Diário do Congresso Nacional. Op. Cit. Acesso: 03/03/2019.

83 Costa, Fernando Augusto. A Operação Pan-americana: um marco na diplomacia brasileira. In: IPRI/FUNAG. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index-php/12-mestres-irbr/903-a-operacao-pan-americana> Acesso em: 02/03/2019.

iniciativa brasileira sob os auspícios diretos de JK, lançada um pouco mais afrente em 1958, contou com a ofensiva explícita da UDN. Por sua abertura diplomática aonde se fizessem presentes os interesses do Brasil, o presidente Kubitschek promoveu o diálogo com todos os governos que estivessem a seu alcance. Sem em nenhum momento secundarizar a importância que havia nas relações brasileiro-americanas. A prontidão com que o chanceler Macedo Soares atendeu o chamado das Nações Unidas – ou o compromisso com o Secretário-geral Dag Hammarskjöld – no envio das tropas ao Egito, insere-se naquela política de Kubitschek em projetar o Brasil internacionalmente. Por isso, entre outros objetivos, breçar a Missão Suez, seria também breçar os possíveis sucessos que Juscelino Kubitschek poderia obter na arena internacional. E por conseguinte, a via independentista que o PTB tentava imprimir na diplomacia brasileira, mesmo que aos solavancos.⁸⁴

Ora, para Lacerda, a UDN e toda a bancada da oposição, e mais ainda para a ESG e a corrente liberal-conservadora, a questão dos critérios acerca do voluntariado – lógicos, legítimos e compreensíveis – são claros: afastar a liderança militar nacionalista na tropa, e a liderança do próprio Ministro Lott junto aos oficiais. Isto ao menos nesta primeira fase de funcionamento do Batalhão Suez. Fase esta importante e altamente positiva para o governo JK, seja na política doméstica e sobretudo, na política exterior. Conforme as palavras do presidente da CCJ deputado Oliveira Brito, PSD,

[...] Devo dizer a V. Exa. que o Sr. Ministro do Exterior não declarou tivesse o Poder Executivo empenho em que o pronunciamento do Congresso Nacional viesse o mais breve possível. S. Exa. disse, sim, que quanto mais urgente fosse o pronunciamento do Brasil tanto maior seria o reforço do nosso conceito no exterior [...]"⁸⁵

A projeção do Brasil no exterior sempre fora excelso tema nas agendas governamentais, da Presidência da República e do Itamaraty. E aqueles eventos que vez ou outra surjam repentinamente no horizonte da política internacional, devem ser estrategicamente otimizados pelos chefes do poder de turno. Com o governo JK e a Questão Suez não foi diferente. Mas para a UDN, mais interessada em sua projeção interna que na do país a nível internacional, um trunfo a mais para o bloco governista não soava interessante. Daí os discursos udenistas na Câmara em insistir na autodeterminação dos povos e na independência das nações em desenvolvimento, para que o Brasil não se imiscuisse nos temas do Oriente Médio. Muitas locuções que os deputados udenistas dirigiam sobre a matéria do Suez, aludiam à penosa situação sofrida pela Hungria.

Em outubro último (1956) este Estado do Leste Europeu fora invadido por forças do Pacto de Varsóvia e da União Soviética e, no entanto, não fora

84 Danese, Sérgio. A Diplomacia Presidencial. O período JK. P. 378-379. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf> Acesso em: 03/03/2019.

85 Diário do Congresso Nacional – DCN. Intervenção do Deputado Oliveira Brito, Presidente da CCJ. In: www.camara.gov.br Acesso em: 02/05/2017.

objeto de intervenção das Nações Unidas. No Congresso Nacional várias lideranças udenistas – e petebistas também – condenaram o fato, sublinhando a agressão imperialista cometida por Moscou contra um vizinho consideravelmente mais fraco. E para o caso Suez, os mais influentes Estados latino-americanos condenaram a agressão tripartite e aprovaram o envio expedicionário pacificador, sem oferecerem-se, contudo, como participantes. Os deputados da UDN Carlos Lacerda, Adail Barreto e Pedro Braga, além de Sérgio Magalhães (PTB) e Último de Carvalho (PSD), enfatizaram esses posicionamentos diplomáticos relacionando-os à postura brasileira: Por que o Brasil deveria ser o único país do continente a cumprir com este papel de polícia num conflito equidistante dos temas caros ao país?⁸⁶

Se, para a Oposição parlamentar retardar o mais possível a aprovação no Congresso da força brasileira para truncar os planos que o governo tinha como urgente, para a ESG isto não seria tão primário assim. De fato a liderança esguiana não envidaria esforços em prol do governo JK para pavimentar sua política externa ativista. Mas para a ESG, estabelecer vínculos os mais diretos possíveis com os EUA, em matéria de política militar bilateral, seria sim altamente positivo, guardando os mais recentes eventos no Brasil. E a empresa internacional sob as Nações Unidas, em caráter de contingência quase que abrupta, surge com inusitada relevância. A ESG não poderia deixar passar esta oportunidade apenas por divergências ideológicas com o governo petebista/pedessista de JK e se pôs a trabalhar em conjunto com os comandantes militares – do Exército basicamente – para obter o maior espaço possível na comandância do II Regimento de Infantaria do III Exército (RS) de onde se originaria o futuro Batalhão Suez.

Pelo que chegava do Congresso Nacional e pelos trâmites acelerados do Ministério da Guerra e MRE, a ESG antevira que o Brasil marcharia para o Oriente Médio. Já era uma evidência que o governo lograria internamente atender à solicitação das Nações Unidas, colocando todo peso de sua maioria no Congresso (primeiro Câmara dos Deputados) para aprovar seu Projeto de constituir a força de paz. Os dirigentes esguianos não manteriam qualquer fleuma psicológica em face da vitória governamental, e pragmaticamente como de costume, passa a manobrar na expectativa de maior espaço. Não era tão somente uma mudança de postura. Era na realidade uma realocação de estratégia, um reposicionamento das baterias de ação da ESG e da corrente liberal-conservadora ao concluírem que o Batalhão Suez sairia sob a vigência do governo JK.

Aqui ocorre uma inflexão de atitudes. Até as primeiras semanas após a solicitação feita pelo Secretário Geral da ONU Dag Hammarskjöld ao Brasil, via Chanceler Macedo Soares, a ESG encarara com reserva reticente a participação brasileira. Isto devido ao seu posicionamento que já se esclareceu

86 Diário do Congresso Nacional – DCN. Discurso do Deputado Pedro Braga na CCJ da Câmara dos Deputados. Acesso em 02/05/2017.

nesta pesquisa. Porém, após se certificar que o governo JK lograria a aprovação no Congresso e teria o respaldo da opinião pública, as lideranças esguianas mudaram de posição. Como acentuou Carlos Lacerda⁸⁷ já no dia 17 de novembro, data em que a matéria foi debatida e deliberada na Câmara, estabelecera-se o consenso na maioria governista, e mesmo entre muitos da oposição. A articulação pelos governistas garantiria a aprovação do PDC 109/1956 e seu envio para o Senado, não obstante alguma resistência da UDN e da corrente liberal-conservadora. O mesmo se deu na Comissão de Diplomacia presidida pelo Deputado Hugo Napoleão, PSD-PI, governista.

1.7 – A Missão Suez no Senado Federal – o Projeto de Decreto Legislativo Nº 62/1956

Já no Senado Federal, o PDL nº 109/1956 da Câmara dos Deputados tornou-se o PDL nº 62. Foi discutido e deliberado em 22 de novembro, em seção presidida pelo Presidente Apolônio de Carvalho, e acompanhada diligentemente por Filinto Müller (PSD/MT), líder do governo e da maioria na Casa. Nessa ocasião não houve muitas rugas ou embates quanto ao mérito, pois o governo já articulara habilmente com a oposição, primeiro na Câmara e depois com as lideranças dos partidos. Afora alguns altruísmos presentes nos discursos proferidos na tribuna, dentre eles o de Kerginaldo Cavalcanti (Partido Social Progressista – PSP/RN), Daniel Krieger (UDN/SP) e Bernardes Filho (Partido Libertador, PL/MG), o caminho para a efetivação do Batalhão Suez estava pavimentado no Senado Federal. A grande preocupação dos senadores voltava-se para o envolvimento do Brasil no cenário conflitivo do Oriente Médio, e nos abalos que por ventura sofreriam as relações anglo-franco-brasileiras.

Quanto ao primeiro aspecto, foi dissipado pela locução de Filinto Müller que a participação brasileira não seria numa missão militar, mas numa força policial. E de que a presença de tropas brasileiras no Egito não feriria o princípio da autodeterminação dos povos, porque já houvera o consentimento do governo egípcio. E nem atentaria à Carta das Nações Unidas em que pudesse pesar a imputação de forças estrangeiras ocupantes, pois todos os Estados membros da ONU foram signatários da chamada União Pró-Paz, mecanismo jurídico-diplomático que facultava ao CSNU e à Assembleia Geral convocar forças pacificadoras em teatros de guerra. Filinto Müller da tribuna,

[...] Sr. Presidente, tão logo se teve notícia da invasão do Egito por tropas israelenses e do brutal ataque feito àquela nação por tropas de Inglaterra e França, a Norte-América pediu a convocação do Conselho de Segurança para que este determinasse se havia ou não a figura da agressão a um país livre e independente afim de que esse conselho tomasse as providências que lhe cabem por força da Carta da ONU para fazer cessar a agressão(...) Sr. Presidente não pode o conselho de Segurança exercer sua ação benéfica no sentido de a fazer cessar a fim de que esse Conselho tomasse o anti-democrático

87 Discurso do Deputado Carlos Lacerda na CCJ. Op. Cit. Acesso em: 02/05/2017.

princípio do direito de veto. Assim, usando do remédio consubstanciado na resolução da União Pró-Paz, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1950, foi convocada uma Assembleia de Emergência a fim de tomar conhecimento das medidas solicitadas no sentido de fazer cessar a luta [...] ⁸⁸

Como líder da bancada majoritária no Senado e líder do governo, pelo PSD, Müller possuía importante trânsito na ESG, da qual fora conferencista e membro pioneiro da Associação dos Diplomados – ADESG. Sabia que o governo JK investira pesado na constituição da força policial no Oriente e que, malgrado as desavenças profundas entre o comando da ESG – com a corrente liberal-conservadora – por um lado e o bloco governista formado por PSD/PTB por outro, o Brasil enviaria o contingente pacificador. Teve o Senador Filinto Müller a real responsabilidade de instrumentalizar o pragmatismo entre essas forças conflitantes e colocar o aceite na viabilidade diplomática.

Quanto ao segundo aspecto, o possível azedamento nas relações anglo-franco-brasileiras, invocado da tribuna por alguns senadores, era assaz diminuto. Isso porque a força que se constituiria não seria no Canal de Suez, e portanto, a ONU não estaria assumindo como mandatária a antiga possessão franco-britânica. A força internacional haveria de ser estacionada apenas no lado egípcio da fronteira com Israel, precisamente na então populosa zona de Gaza, habitada por palestinos. E na linha fronteira que infletia-se para o sul, entre o Sinai egípcio e o Neguev israelense. Ou seja, nada que toldasse os interesses de Reino Unido e França mais do que haviam sido restringidos pelo próprio aliado americano. E como se verá mais adiante nesta investigação, a política externa brasileira sob JK tratou com bastante zelo as relações com Londres e Paris, a ponto de manter a impassibilidade frente as guerras coloniais no norte da África e as ingerências britânicas no Irã e Oriente Médio ⁸⁹.

Portanto, a empresa na qual o Brasil investira pesadamente, a nível internacional e sob o beneplácito dos EUA, de fato realizar-se-ia. No Senado, ficou patente o peso envergado sobre as lideranças políticas na aprovação do PDL 62. Ao contrário da Câmara que antepôs visíveis inconvenientes ao PDL 109/1956, o Senado aplainou juridicamente o caminho para a constituição da força de paz. Além do que, equacionou aquelas dissonâncias conflituosas provenientes da Câmara dos Deputados, que chegara ao ponto de invocar a Lei Afonso Arinos, que proibia o envio de tropas brasileiras ao exterior sem uma declaração ou estado de guerra. Esta referida lei de 1952, equivaleria a uma mudança na Constituição, apenas sendo válida via emenda constitucional.

Contudo, a Câmara Federal a interpôs como óbice ao envio da força de paz. Na CCJ do Senado sob a presidência do Senador Argemiro de Figueiredo (UDN, PB) foi declarada a nulidade dessa lei de 1952, por expressar

88 Discurso do Senador Filinto Müller em 22/11/1956. Disponível em: www.senado.gov.br/anaisdosenedado Acesso em: 05/05/2017.

89 O governo britânico, respaldado pelos EUA e aliados ocidentais, logrou derrubar em 1955 o governo social-nacionalista de Mohamed Mossadegh no Irã e manteve seus protetorados no Golfo Pérsico.

dissonância com a Constituição. Mas as acusações no Senado contra o PDL 109/1956 da Câmara, não pararam por aí. Refletindo de mais próximo as fricções no meio militar, a Câmara não logrou nivelar os descontentamentos dos parlamentares e incorporou no referido projeto aquelas agruras. A questão do voluntariado, da mencionada Lei Afonso Arinos de 1952, e a denúncia dos oficiais comunistas (nacionalistas?) com seu virtual banimento da tropa, maculou o texto enviado para o Senado Federal. Daí as críticas dirigidas ao projeto vindo da Câmara.

É difícil, se não impossível para esta pesquisa averiguar se a ESG tinha vinculação direta com as fricções correntes na Câmara, por ocasião da aprovação da solicitação vinda do Executivo, e que desbordou no desarrazoado texto legislativo. No entanto com relação à corrente liberal-conservadora constata-se a militante diligência feita entre parlamentares do bloco oposicionista, notadamente da UDN. Pois, importantes figuras dessa corrente relacionavam-se diretamente com as lideranças udenistas. O próprio coronel Jurandir de Bizarria Mamede contactava a todos quanto podia na valia de alijar aqueles oficiais nacionalistas que estivessem na cabeceira do Ministério da Guerra ou nos comandos regionais.⁹⁰ Denunciava que uma missão de tamanho relevo para o país fosse entregue a oficiais antipatriotas e com matizes comunistas. Era secundado por outras figuras da corrente liberal-conservadora, que nesse aspecto vinha se distanciando da postura da ESG cada vez mais. E os parlamentares oposicionistas na Câmara carregaram para o PDL 109/1956 aqueles itens, bem inconvenientes para o Executivo, tais como: alijar da tropa tanto os oficiais como os praças comunistas – portanto nacionalistas também; adotar a lei Afonso Arinos; e resguardar para o Congresso a autorização última para o trânsito de tropas em solo nacional.

Como a UDN na Câmara agia em discordância com o propósito governamental, esperava-se que o texto deliberado e aprovado pelos deputados federais, o PDL 109/1956, incorporasse esses aspectos anti-governo. Não apenas questões ordinariamente jurídico-diplomáticas e legislativas eram interpostas ao projeto do Executivo, mas questões eminentemente políticas, sintomas das querelas ideológicas e por influência junto à opinião pública naquele momento. Aqui, a UDN é promotora e presa das lutas que se travavam nos círculos militares, notadamente entre as correntes nacionalista e liberal-conservadora. Assim como o PTB e o PSD igualmente, sem contudo, canalizar explícita e diretamente aquelas tensões oriundas no meio militar.

Na Câmara, o discurso tautológico da UDN e bloco oposicionista, associou-se equalizadamente com as demandas da corrente liberal-conservadora que se via alijada em dois níveis: primeiro quanto ao comando do futuro batalhão (Suez) um comando ultramarino e com exposição internacional, portanto já célebre no nascedouro; segundo, do comando doméstico, no caso,

90 Dreifuss, René Armand. Op. Cit. P. 104-106.

se tratando das funções técnicas e hierárquicas no Ministério da Guerra que, nessa altura, sob a retidão e conduta disciplinar do Gen. Lott, estava vedado àqueles antigos oficiais antilegalistas.

Daí, as inconveniências citadas pelos senadores que debatiam sobre o texto legislativo PDL 109/1956 – origem Câmara, no Senado PDL 62. Diz o líder da maioria – e do governo – Filinto Müller que

[...] Entendo que o Projeto de Decreto Legislativo votado pela Câmara dos Deputados está cheio de inconveniências e de falhas, e que não deveríamos aprova-lo; mas entendo, também, que temos conveniência em aprovar, com urgência, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL nº62) em exame, para dar, dessa forma, uma demonstração solene do nosso apoio às medidas tendentes a assegurar a paz, adotada pela ONU [...]

91

Essas inconveniências a que se refere o Senador Müller diz respeito à já citada Lei Afonso Arinos de 1952 que veta o envio de tropas brasileiras ao estrangeiro sem uma declaração formal de guerra. E ainda interpõem autorização pelo Congresso Nacional a qualquer expedição armada para fora do território nacional. Vale dizer que esse texto vindo da Câmara tão “inconveniente” para os senadores foi uma conquista da opositora UDN (e por conseguinte da corrente liberal-conservadora) e da ala mais nacionalista do PTB, governista portanto. Mesmo no Senado, Lourival Fontes que representava essa ala, não votou com seu partido, contrariando assim o governo; assim se manifestou;

[...] As potências imperialistas fizeram várias guerras e conquistas para considerar o comércio livre como lei divina, obrigar o uso do ópio, impor preconceitos raciais ou defender missionários convertidos. Agora estão inventando, na fertilidade de sua fantasia, novas formas pérfidas de restauração imperialista. Não dou o meu voto para nos afadigarmos em guerras alheias ou a servir de instrumento a uma política de intriga estrangeira. Não somos o objeto de preza nem devemos concorrer ou consentir como tributários, vítimas ou dependentes a uma política tortuosa de vandalismo e opressão [...]

92

Aqui chama atenção que duas frentes da mesma linha política travada no Estado não lograram harmonizar-se; a ala nacionalista do PTB e a corrente militar nacionalista não se afinaram nesse aspecto. Ambas com afincamento militante na sociedade e no Estado elaborando importantes estudos no quadro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, não puderam estabelecer uma frente comum contra a ofensiva do bloco UDN/corrente liberal-conservadora. Isso pesaria muito mais à frente quando já no governo Goulart haveria estruturada a máquina civil-militar para depô-lo, e, por conseguinte, depor a democracia brasileira.

91 Discurso do Senador Filinto Müller no plenário do Senado Federal. Op. Cit. DCN. Seção II. 23 de Novembro de 1956. Folha nº3460. Acesso em 30/04/2017.

92 Discurso do Senador Lourival Fontes no plenário do Senado Federal. Op. Cit. DCN. Seção II. 23 de novembro de 1956. Folha nº3460. Acesso em 30/04/2017.

Retornando às críticas dos senadores ao projeto originário da Câmara, cabe ressaltar aqui o descompasso entre a capacidade da maioria governista em galvanizar os deputados para suas causas urgentíssimas e a capacidade de sua maioria no Senado. Isso foi levantado pelos senadores em seus discursos, considerando aspectos jurídico-legislativos como mote, mas que não conseguia esconder totalmente alguma frustração com as lideranças governistas na Câmara. Novais Filho do Partido Libertador manifestou-se assim;

[...] Desejo dizer hoje, com a autoridade de representante de Pernambuco, que a Câmara dos Deputados claudicou, introduzindo-lhe dois dispositivos frágeis, tênues, dois dispositivos que representam o espírito acomodaticio de quem quer cumprir seu dever sem ocasionar maiores desagrvos àqueles que de mal grado se opõem ao cumprimento desse dever. Assim devido a dois dispositivos os artigos 2º e 3º deixou esse projeto de ser, como eu desejava nesta hora grave para a humanidade, um projeto “açu” para ser como uma simples proposição “mirim”. (...) Sr. Presidente se o Brasil hesitasse em responder afirmativamente ao apelo da Organização das Nações Unidas e, se outros países tivessem também atitudes dessa fraqueza, como poderia aquela Organização dos povos livres, que tanto deseja evitar a deflagração de uma guerra mundial, chegar até ao Canal de Suez para restabelecer a ordem, expulsar as forças beligerantes e fazer a paz com a qual está de pleno acordo o próprio Egito?”⁹³

Vale ressaltar que o senador Antônio Novaes Filho de Pernambuco, fora um dos fundadores do PSD em seu Estado e esteve nos embates nacionalistas como expoente da Frente Parlamentar Nacionalista no Senado. No caso Suez, via uma importante ocasião para o Brasil se afirmar perante as Nações Unidas e o Terceiro Mundo. Mesmo admirando o passado libertário francês e o constitucionalismo britânico, não titubeou em denunciar no Senado as duas potências invasoras. Louvou a decidida atitude do governo egípcio em não abrir mão de um recurso e de um patrimônio que lhe pertence por natureza. Proclama a necessidade em serem céleres tanto a Câmara como o Senado em homologar o projeto do Executivo para o envio das forças brasileiras no contingente da UNEF I. Aqui, o referido senador deixa escapar o polarizado ideário político que se vivia quando afirma que a demora do Brasil e das Nações Unidas em estarem com a força plenamente operacional em solo egípcio, “*conduziria a Rússia comunista a movimentar seus famosos batalhões de voluntários vermelhos a defender o Egito*”⁹⁴ numa clara alusão à ofensiva internacional de Moscou sobre os países livres. Evocava o caso húngaro, tão em evidência nessa época.

93 Discurso do Senador Novaes Filho no plenário do Senado. DCN. Seção II. 23 de novembro de 1956. Folha nº3463. Acesso em 30/04/2017.

94 Discurso do Senador Novaes Filho. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

Mesmo situando o Egito como uma ditadura, o Senador pernambucano Novaes Filho mostra admiração pela ousadia com que o governo desse país reivindicou para si a posse de seu patrimônio natural, o Canal, e a disposição dos egípcios à luta. Esta identificação do Egito como uma ditadura, e seu presidente um ditador, é corrente entre os partidos conservadores brasileiros, notadamente PSD e UDN que compartilhavam certa frieza quanto ao espírito de Bandung, e os Não-Alinhados. Incoerência da História, grande parte dos líderes políticos e homens públicos brasileiros que se definiam nacionalistas, mostravam-se céticos ou distantes daquele que foi o mais importante movimento de libertação nacional do Terceiro Mundo. Outros destacados nomes do Parlamento brasileiro igualmente rotularam Gamal Abdel Nasser como ditador. Casos da Guerra Fria e do lado que historicamente optara a dirigência brasileira por alinhar o país.

As críticas à lentidão da Câmara em aprovar o projeto do Executivo não pararam no Senador Novaes Filho. Bernardes Filho⁹⁵ também apontava o descuido que os deputados tiveram com “tão altaneira missão endereçada pela comunidade internacional ao Brasil”. Momento em que o Direito Internacional se afirmava perante nações da envergadura de França e Grã Bretanha, e o “mundo livre” convocava o Brasil, ocorrera tão canhestro esbarro no Parlamento brasileiro. E ainda mais, quando, pela primeira vez as duas superpotências do orbe renunciavam recorrer às armas e votavam pelo Direito Internacional, o Brasil demorava em discutir critérios jurídicos legais menores, como as interposições ao trânsito de tropas pelo território ou a autorização do Presidente ao envio de forças brasileiras ao exterior. Nestas interposições, oficiadas por representantes do bloco opositor liderado pela UDN, tentava-se agrilhoar o governo. Mesmo minoritários o bloco opositor conseguiu enxertar no PDL 109/1956 amarras ao governo de JK e ao Ministério da Guerra – como as interposições citadas acima. Fracassariam no Senado e na própria Câmara quando o referido projeto do Executivo voltasse do Senado, com o texto pavimentado conforme as necessidades do governo.

O Senador Bernardes Filho, mesmo no bloco opositor, não fez corpo mole em lançar críticas à bancada udenista na Câmara. Sua ponderação com respeito ao envio da força brasileira era se o Estado teria condições de cumprir integralmente as demandas internacionais e, caso se desdobrasse em teatro beligerante, o Brasil reforçaria seu contingente, sob o comando das Nações Unidas. Pesava como preocupação para Bernardes Filho as capacidades materiais reais do país, o orçamento e a disponibilidade técnica-operacional das FFAA brasileiras. Para tanto, julgava o senador, as duas casas legislativas deveriam estar analisando temas cruciais como estes, e não itens secundários como constava no PDL 62 vindo da Câmara. Era uma retenção indesculpável provinda dos deputados – bloco opositor – que o Congresso não estivesse subsidiando o Executivo com viabilidades para o cenário que se aproximava e

95 Discurso do Senador Bernardes Filho. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

para cenários potencialmente críveis. Disse Bernardes Filho do projeto vindo da Câmara que

[...] o projeto de lei ora em discussão não pode ser encarado à luz apenas de argumentos unilaterais, que desvirtuem as suas origens ou obscureçam a clareza das razões que o ditaram. (...) Sr. Presidente desejo esclarecer que eu e meu partido não opomos a menor restrição a esse projeto. Naturalmente oporia, como oponho, restrições às emendas apresentadas na Câmara dos Deputados, por julgá-las desnecessárias [...] ⁹⁶

É que na Câmara, apesar de aprovado o texto vindo do Executivo – relembro, PDL 109/1956 – constava aquelas citadas interposições, que a juízo de Bernardes Filho, não colaboravam com a premência do tema. Defendia que no Senado o texto fosse aplainado o mais rápido possível e aprovado definitivamente nos plenários das duas Casas. O Brasil “*não poderia mais tardar em responder a esta convocação*” arguia, e que tanto oposição quanto maioria governista deviam se entender em justa causa internacional para o Brasil. Mas o bloco opositor exigiria mais algumas garantias do Executivo, ou pelo menos tentaria equacioná-las no projeto em trâmite no Senado. Uma dessas garantias seria a capacidade orçamentária e material do país em disponibilizar a tropa, conforme solicitação da ONU. Muito ciosa quanto a questões financeiras e orçamentárias, a UDN não descuidara desse ponto, e o líder do Partido Libertador (coligado à UDN) Senador Bernardes Filho⁹⁷, levaria esse assunto para a tribuna, como de fato o levou.

Para tanto, o governo precisaria explicitar e comprovar que haveria orçamento suficiente, e que, caso fosse necessário, recorreria ao Congresso para novas disponibilidades concernentes ao custeio da tropa. Não agiria unilateralmente, sem explicações e sem concordância com o Poder Legislativo. Na visão da oposição e nos cálculos da ESG, uma tropa no estrangeiro em missão internacional seria de muito bom alvitre diplomático para o Brasil. Robusteceria a projeção brasileira no continente e na comunidade internacional, porém, em primeiro plano, brilharia o governo e a pessoa de seu chefe, o Presidente Juscelino Kubitschek. E isso já no primeiro ano da gestão PSD/PTB com JK. Raciocinava a ESG que o mais importante para sua estratégia em política militar era a suficiência orçamentária para as FFAA no plano doméstico, para a aquisição de armas modernas que o Brasil necessitava com urgência. Não apenas Bernardes Filho e Daniel Krieger foram vozeiros dessa premência da ESG, mas a maioria dos senadores opositoristas⁹⁸.

96 Discurso do Senador Bernardes Filho. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

97 O senador Artur Bernardes Filho era dos mais influentes políticos de Minas Gerais, filho do antigo Presidente homônimo e homem da banca e do empresariado brasileiros.

98 No capítulo seguinte os trâmites governamentais e legais com respeito à manutenção autônoma do Batalhão Suez serão analisados. As preocupações e demandas do Sen. Bernardes Filho eram justas.

Para os senadores oposicionistas Bernardes Filho, Daniel Krieger, Freitas Cavalcanti e Mem de Sá – os que mais fizeram uso da palavra naquela histórica seção – potenciais eventualidades no Oriente Médio poderiam comprometer o país. E por conseguinte, comprometer o orçamento brasileiro para a Defesa – pasta da Guerra – dos mais curtos a nível ministerial, mas politicamente significativo para a ESG. Com esta arremetida, a oposição voltava a enquadrar o governo num aspecto puramente técnico e administrativamente responsável, sem utilizar aqueles arremedos da Câmara, bastante criticados. De todo modo os argumentos arguidos pelos senadores oposicionistas, principalmente Bernardes Filho, tinham suas razões. Isso porque realmente cada Estado deveria custear a manutenção de seu contingente no teatro das operações, a infraestrutura e o material bélico adequado à tarefa. Segundo as cláusulas estipuladas pela ONU, em legislação própria da organização, os soldados teriam complementação – e significativa – em seus soldos, bem como algumas despesas que tocariam para a ONU. No todo, a despesa ficaria com os Estados participantes e responsáveis pela missão, de modo que era preocupante se o Brasil teria a tal disponibilidade financeira e orçamentária para cobrir os gastos ordinários com o futuro Batalhão Suez, e mais: se caso novas ocorrências surgissem na área coberta pela UNEF I, ou entre os países adversários – no caso Israel e Egito – o Brasil deixaria a descoberto seus soldados. E ainda: caso a ONU necessitasse de maiores e mais equipadas forças na zona beligerante se o país seria capaz de corresponder a novas solicitações. Preocupava a UDN se o governo iria dispendar gastos extras para a tropa e o impacto nas arcas públicas; dizia o Senador Bernardes Filho,

[...] Se hoje concordo com que se mande amanhã esse contingente, devo, honestamente, confessar ao Brasil que se neste momento precisarmos mandar para o estrangeiro uma força expedicionária, sem que haja da parte de qualquer brasileiro, a mínima restrição, o governo brasileiro e sobretudo o Congresso Nacional, precisarão considerar o que ela nos custará. (...) É que não temos condições econômicas nem financeiras para sustentar um exército com as vantagens pecuniárias e as regalias de toda ordem que a nossa legislação lhes concede [...]⁹⁹

Mas, ao que consta, o governo JK não tinha demasiada preocupação referente aos gastos com o contingente brasileiro, muito menos com circunstanciais acréscimos no porvir. Como atesta os anos seguintes de JK, mesura orçamentária não era o forte do Presidente, nem de seus colaboradores. Preocupava o governo a imediata disponibilidade da força em questão e o cumprimento das negociações celebradas entre a diplomacia brasileira, o secretariado geral das Nações Unidas e o Departamento de Estado dos EUA.

99 Discurso do Senador Bernardes Filho. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

Nisso foi lacônico o Senador Caiado de Castro (GO), general da reserva, líder do PSD e presidente da Comissão de Segurança Nacional;

“...O Brasil apoiou a criação de uma força que deveria seguir para aquela zona (Canal de Suez) de acordo com a resolução das Nações Unidas. Posteriormente o Brasil apoiou, pelo seu representante, a resolução subscrita por cinquenta e quatro países, em que se solicitavam do Secretário Geral da ONU, que dentro de quarenta e oito horas apresentasse o plano para a organização desta força internacional. Como se vê do Senado, o Brasil tem tomado parte ativa em todas as decisões das Nações Unidas. Estamos, portanto, em face de situação em que o País tem o compromisso com a ONU, reforçado pela atuação dos seus representantes. Trata-se, nada mais nada menos, do cumprimento desse compromisso. Revela notar que a força que vai seguir – caso aprovada pelo Congresso – não tem objetivo militar e sim de paz. A força fará o policiamento da zona e não intervirá em qualquer conflagração...”¹⁰⁰

O Senador Caiado tinha pressa na aprovação porque cumpria importante dever, à frente da Comissão de Segurança Nacional, dar o parecer sobre as conveniências militares e diplomáticas pelo Senado. E ainda porque representava os interesses do governo JK em acelerar a tramitação daquela matéria, sem quaisquer percalços por ventura criados pela oposição, ou mesmo vindo da maioria governista contrária a matéria. Como comandante que fora, outrora, era o mais apto a dar o parecer legislativo referente ao tema. Mas Bernardes Filho não absteria daquele ponto técnico-orçamentário que defendera na tribuna. Insistia que o governo brasileiro devia a mais ampla transparência quanto aos reveses e eventualidades que poderiam ocorrer na turbulenta região. Precavia com um discurso admoestador que o Congresso – na qualidade de casa legitimadora pública – deveria estar a par das condições materiais e financeiras nacionais para o pleno exercício da missão pacificadora¹⁰¹. E que o Congresso Nacional não poderia prescindir nesse ponto da discussão, porque estava em causa a vida de centenas de brasileiros. Assim o líder opositor do Partido Libertador aludia a dois aspectos de relevo para a opinião pública, muito mais perceptíveis e tangentes que a política externa ou a política militar: a capacidade do Brasil em honrar os compromissos com as Nações Unidas e a segurança física dos soldados e oficiais brasileiros em serviço no estrangeiro.

Foi um inteligente, perspicaz e irremediável lance utilizado por Bernardes Filho – e acompanhado naquela mesma seção nos discursos e nas emendas dirigidas pelos senadores da oposição – para não deixar o governo

100 Discurso do Senador Caiado de Castro. In:

<http://www.senado.gov.br/diariodocongresso/historico>. Acesso em: 30/04/2017.

101 “Pois é, entendo que o Batalhão não apresentou a melhor condição (material). Na sua organização teria que receber os meios compatíveis com a missão atribuída à Unidade. (...) Viajaram via Nápoles levando apenas o uniforme de instrução. Quando chegaram, a Embaixada (do Brasil em Roma) providenciou-lhes até mesmo os agasalhos.” P. 68. Depoimento do Gen. Campello. In: História Oral. Op. Cit. Grifos do autor.

PSD/PTB totalmente livre na articulação daquela empreitada internacional. Irremediável porque nem o próprio Presidente poderia secundarizar ambos aspectos, sob a posterior acusação no mínimo de negligência; e depois porque nem o Presidente, o Ministro da Guerra ou os líderes congressistas poderiam postergar tão importante tema que versava, nada mais nada menos, que a vida de brasileiros a serviço da paz mundial. E como bom jurista que era, o Senador Bernardes Filho enquadrou estes dois aspectos no campo da segurança nacional, no direito tributário – vinculado ao orçamento nacional – e no direito internacional; explica-se assim: para se garantir o cumprimento pelo Brasil dos compromissos que a ONU estipulava para a missão UNEF I no Egito, não somente era preciso disposição política do governo. Era por lei necessária a aprovação de legislação complementar que garantisse orçamento público suficiente para a permanência das tropas naquela longínqua região, sua completa manutenção e infraestrutura, logística e transporte pessoal e por que não, aprendizado sumário sobre a sociedade em que conviveriam por determinado tempo. É bem sabido ao Senador Bernardes Filho que em todos esses aspectos o Brasil não estaria sozinho e que haveria toda a estrutura das Nações Unidas, e demais contingentes nacionais, na consecução da obra. No entanto insistia como lance político, estratégia do discurso a reunir dividendos para seu partido, para o bloco opositor, e interpondo assim pequenos obstáculos no caminho do governo.

Já para o segundo hiato que apontava, a segurança física do soldado brasileiro em serviço no estrangeiro, talvez fosse a que mais impacto causaria na opinião pública, isso se o governo JK não tivesse o apoio quase irrestrito para a missão Suez por parte da grande imprensa. Tanto Bernardes Filho quanto o líder udenista Daniel Krieger martelaram nessa situação pois realmente não existia qualquer dispositivo financeiro no Ministério da Guerra ou no Itamaraty, verba pública destinada às FFAA para eventualidades ou aparato médico-sanitário. Nesse ponto ou aspecto, o governo brasileiro deveras cedeu ao urgente chamado das Nações Unidas e não enviou qualquer solicitação, emenda ou projeto ao Congresso que dilatasse as arcas públicas em Defesa ou Segurança Nacional. Disparava Daniel Krieger e Bernardes Filho da tribuna do Senado ou da Comissão de Segurança Nacional e Relações Exteriores – após na Câmara o bloco opositor também ter disparado na mesma direção – contra essa “grassante ausência do governo em relação aos soldados brasileiros a serviço no estrangeiro.”¹⁰² E concluíam que nada justificava tal lacuna, nem mesmo o caráter urgentíssimo ante uma emergência internacional.

Especificamente para essa questão, os senadores invocaram a legislação que previa a segurança de brasileiros em missão no exterior, como as linhas dos acordos Pró Paz assinados pelo Brasil na Assembleia das Nações Unidas. E que a Constituição, em dispositivo, vetava ao governo

102 Discurso do Sem. Daniel Krieger. DCN. 22 de novembro de 1956. Op. Cit. Acesso em: 30/12/2018.

remeter brasileiros ao exterior sem as garantias quanto à vida e assistência médica. Eis aqui um ponto essencial que a oposição, na voz do Senador Bernardes Filho, tinha total razão, mas que seria naquela mesma seção suplantado em benefício da urgência, que o governo – detentor da maioria absoluta – endereçara a matéria.

Todavia esse dispositivo constitucional seria martelado pelos senadores, incluídos aqueles da oposição. O Senador Daniel Krieger da UDN, lembrou dos deveres que o Brasil tem com a Carta de San Francisco e com as instituições da ONU. Não poderia faltar a esta convocação e censurou a Câmara – seus correligionários de partido e de bloco portanto – pelos entraves à mobilização das tropas que incorporou no texto. Raciocinando politicamente, o Senador Daniel Krieger passara a um outro horizonte: como avaliar constitucionalmente aquele dispositivo da Constituição sem atrasar a mobilização da tropa. E sobretudo, onde posicionar os quadros militares (oficiais) adjuntos a seu partido no futuro – brevíssimo futuro – Batalhão Suez. O Senador Krieger era um conferencista na Escola Superior de Guerra e mantinha estreitos laços com a oficialidade liberal-conservadora de primeiro escalão. Antevia que o governo lograria aprovar o envio das tropas e envidaria esforços em não permitir que sua ala nas FFAA ficasse fora do comando do futuro Batalhão Suez. Portavozeando a UDN no Senado, Daniel Krieger ovacionou a participação do Brasil na missão internacional, como um reconhecimento do mundo livre – diga-se dos EUA – à democracia e às instituições brasileiras – e em primeiro plano, às instituições militares.

A UDN que capitaneava a oposição, agiu no Senado mais a concorde ao governo que a Câmara dos Deputados. Se nesta casa os impeditivos que dirigiam ao projeto governamental tinha caráter ideológico, militante e de pugna contra o governo, no Senado foi algo mais técnico e jurídico. Nas tratativas dos Senadores Bernardes Filho, Daniel Krieger, Freitas Cavalcante e Mem de Sá havia o apoio a “tão nobre missão” como diziam, mas havia igualmente as lacunas que não se poderiam por de esquelha. Como se observou mais acima, o núcleo dirigente opositor já tinha a ciência que o Executivo aprovaria a matéria, devido à contabilidade dos votos no parlamento, e o decidido apoio do Ministro da Guerra, Gen. Lott. A Constituição recomendava – assim invocavam – que era necessário o aval do Congresso Nacional para o envio de tropas brasileiras ao exterior, em períodos de paz. Então os procedimentos estavam a ser seguidos pelos parlamentares, e com eles, a visibilidade pública que auferiam e a oportunidade política perante a tribuna. A oposição no Senado cumpriria seu papel.

O embate travado entre o bloco opositor e o governista no Senado foi esclarecedor quanto a estes pontos, e as estratégias que a UDN e aliados lançavam mão também. Mesmo tendo a maioria que garantisse uma vitória pacífica, a oposição visou congestionar com barreiras jurídicas e técnicas o projeto do governo. No debate entre os senadores Freitas Cavalcante e Daniel Krieger surgem bem estes pontos; Senador Krieger:

[...] A Nação brasileira deve mandar essa força e não, platonicamente. Deve mandar preparada para todas as consequências, porque, quando assumimos o compromisso, não foi apenas para policiar, mas para defender os direitos e liberdades em qualquer teatro do mundo, porque já dizia Benjamin Franklin: *A minha pátria é onde existe a liberdade*. Entretanto, Morris afirmava com muito maior razão: *A minha pátria é onde não existe a liberdade, porque lá é que tenho o dever de defende-la [...]*¹⁰³

Senador Freitas Cavalcante;

[...] Há a considerar, nobre Senador Daniel Krieger, que não estamos em guerra. A Nação brasileira está pretendendo dar cumprimento a uma deliberação de caráter internacional, no sentido de participar de força de segurança de polícia e de paz. [...] Não estamos enviando tropas para a guerra; estamos acudindo à convocação de um órgão internacional, no sentido de assegurar a ordem e a paz numa área do território egípcio [...]¹⁰⁴

Aqui neste reparo, o Senador Daniel Krieger, em nome da UDN, solicita ao governo que não apenas cumpra a convocação das Nações Unidas, mas que garanta toda a força e segurança materiais necessárias para o cumprimento daquela missão. Alude mais uma vez à segurança de brasileiros que se encaminharão para um teatro conflituoso, numa região turbulenta, social e politicamente. E numa zona territorial palco de uma guerra recente, e que convivia quase que diariamente com ataques guerrilheiros¹⁰⁵. O senador almejava com isso o senador, visibilidade para seu partido perante a opinião pública, numa questão que toca a todos os brasileiros, e que o governo, de certa feita, descuidara em tomar plena ciência e providências. Descuido este que não houve para com o primeiro item da matéria, qual seja, a disponibilidade de forças para a UNEF I. Conclamava o Senador Krieger a seus pares que exigissem do governo o mesmo empenho na adequação material e suporte bélico aos soldados brasileiros como teve o governo no atendimento à solicitação da Secretaria Geral das Nações Unidas. Era imperante que o governo, por meio do Ministério da Guerra, fortalecesse esse contingente militar, e fortalecesse igualmente as FFAA em solo brasileiro, para eventualidades futuras decorrentes desta missão ora em apreço no Congresso. E esse fortalecimento aqui e alhures, correspondia com as demandas que a ESG vinha fomentando ao governo de reaparelhar as FFAA, dentro da estratégia nacional de conferir maior poder e projeção ao Brasil através de sua defesa.

De certo modo as tratativas da oposição – tendo a UDN à frente – lograram compromissos do governo Juscelino com a questão do fortalecimento

103 Discurso do Senador Daniel Krieger. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

104 Discurso do Senador Freitas Cavalcanti. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

105 Trata-se dos guerrilheiros palestinos os chamados feddhaym que desde Gaza ou mesmo desde Rafah ambos território egípcio, faziam frequentes incursões sobre o sul de Israel. Ver em: Slaim, Avi. Muralha de Ferro. Op. Cit. P. 144-146.

militar, tangenciados pela força expedicionária brasileira ao Suez. Já que o Brasil assumira ingente responsabilidade em teatro conflitante, necessitava poder militar à altura. E para isso, a modernização de suas FFAA estava jurídica e politicamente compatível com o quadro contemporâneo. Assim antevira a ESG em sua estratégia para com os governos brasileiro e americano, mesma postura adotada pela UDN. Contudo, conforme pronunciou Freitas Cavalcanti e o próprio Filinto Müller, líder do governo, não seria para agora. A urgência estava com o envio das tropas, para cumprir com a convocação da ONU e nisso o governo tinha toda pressa porque outros Estados poderiam se candidatar e ocupar o lugar que já pertencia ao Brasil. Então o aparelhamento do futuro Batalhão Suez seria postergado à bem da urgência no Egito, e talvez, paulatinamente, as demandas da oposição cobrariam maiores louros quando a força já estivesse em atuação na região.

Pelos mesmos caminhos as demandas oposicionistas que portava o Senador Bernardes Filho foram equacionadas, com respeito aos custos gerais que teriam a Missão brasileira na UNEF I. Como já abordado neste capítulo, Bernardes Filho foi por caminhos que conhece muito bem. Os itinerários das finanças e do orçamento nacional, como homem da banca que era, faziam parte de sua atuação no Senado, e a parte que aludia à remessa de tropas ao exterior, era o impacto que teria no erário público. As referências que fez ao soldo que percebia um soldado americano em missão no exterior, U\$ 250,00 mensais, advertia, deveria ser o mesmo para o soldado brasileiro¹⁰⁶. Seria impossível para o governo brasileiro, nas circunstâncias financeiras do país, custear todos esses soldados, incluindo aí os oficiais, comandantes e alguns funcionários. Incluso se considerar a verba adicional oriunda das Nações Unidas para a manutenção da força, pois o que tocava para o Estado sobrecarregaria o orçamento, e não havia receita ou ingresso de divisas com que se pudesse contar.

Bernardes Filho ponderava que o país *“fatalmente poderia operar no vermelho”* caso enviasse as tropas com a urgência que se requeria o governo, para atendimento das Nações Unidas. Ou seja, não havia de onde tirar qualquer quantia para custear forças brasileiras no exterior, mesmo sob compromissos firmados com a ONU. Restaria ao país organizar-se primeiro financeiramente, atentando para políticas de expansão fiscal e incremento da produção para, posteriormente, gerar fontes de receita fiáveis tende em vista empreendimentos no exterior dessa envergadura. Ainda mais que o país estava encaminhando para exorbitantes gastos com o projeto – já em andamento – da construção de Brasília, a chamada meta síntese do governo Juscelino. Para a consideração de Bernardes Filho e da grande maioria da oposição udenista, o país estava comprometido financeiramente até a medula, com erguer no Planalto Central a nova capital, e, contingências da História ou

106 Discurso do senador Bernardes Filho. DCN. 22 de novembro de 1956. Acesso em : 30/04/2017.

não, teria de se comprometer financeiramente com mais uma empresa, desta vez no longínquo Oriente Médio, para policiar zonas de conflito. A preocupação (e o discurso) que duplamente sustentava a UDN e a oposição, na voz do Senador Bernardes Filho eram com os gastos exorbitantes do governo JK, e agora com relação à Missão Suez que não se previra no gasto público anual e que poderia levar o país a uma crise financeira. Afirmava ainda o Senador Bernardes Filho que,

[...] Pelo que ouço, pelo que sei das vantagens conferidas a todos aqueles que uma vez deixem águas territoriais do Brasil, em missão militar, as despesas são de tal vulto que a nossa economia, por não suportá-las, levará o Brasil a perdê-las antes da primeira batalha.[...]Nisso vai uma crítica ao Congresso, ao Governo, que não consideraram a extensão e a gravidade dos favores concedidos. É que baseando-nos mesmo nessa força a partir dentro de poucos dias, se tivermos necessidade por qualquer circunstância de decuplicá-la, ela se transformará em cinquenta ou setenta mil homens, e pergunto: Estaremos em condições de mantê-la? O governo precisa dar conhecimento ao Congresso ao quanto custa ao país uma força, por exemplo de mil homens, para que nos orientemos sobre quanto nos custará em determinada emergência, um verdadeiro exército expedicionário.[...] Mas visando, sobretudo, assegurar ao Brasil possibilidades materiais de cumprir aquilo que prometera ou a exercer o direito de defender sua soberania, se atacado e se for o caso, mas em condições, também, que não nos levem ao caos interno, porque então seria a nossa derrota dentro de Casa, ainda que vencêssemos fora das nossas fronteiras [...]¹⁰⁷

A determinação da oposição – no Senado organizada em torno da ação do Senador Bernardes Filho, principalmente – em disciplinar o governo JK na conduta financeira que se exigia dentro da ortodoxia liberal, era notória. E para um governo que se notabilizou pelos gastos, o choque com a UDN seria inevitável, ao menos nestes inícios da gestão Juscelino. Para os estrategistas do Brasil de JK o Estado deveria ser o provedor, o promotor e o agente dinamizador da economia; daí a participação do Estado com gastos vultosos. Segundo Evans,

...A ascendência do “desenvolvimentismo” como ideologia em fins da década de 1950 aumentou a participação geral do Estado na economia. A parcela estatal do investimento de capital fixo bruto aumentou de 25%, no período 1953-1956, para 37% em 1957 e aproximadamente para 48% no final da década, se incluirmos os investimentos das empresas estatais...¹⁰⁸

107 Diário do Congresso Nacional. Seção II 23/11/1956. P. 3463. Discurso do Senador Bernardes Filho. Disponível em <http://www.senado.gov.br/diariosdocongresso>. Acesso em:30/04/2017.

108 Evans, Peter. A Tríplice Aliança. P. 89.

O desenvolvimentismo reinaugurado pelo Presidente em seu Plano de Metas não via obstáculos, nem peias para os gastos públicos. Tampouco media esforços orçamentários para garantir ao país brilhantismo internacional, voltado que estava Juscelino Kubitschek para a projeção internacional do Brasil e com a autonomia em política externa¹⁰⁹. Eram percursos que o presidente não dispensaria em perseguir, pois antecipara que seu legado era tornar o Brasil uma grande potência. Daí que a oportunidade que surgia de maneira tão eventual e abrupta não poderia ser prescindida por questões de conduta ortodoxa no campo das finanças.

Desta forma, a missão brasileira no Canal de Suez não seria toldada por escrutínios ou restrições financeiras promovidas pela oposição, pela UDN, que na visão dos estrategistas do Palácio do Catete, tencionavam imobilizar o governo em suas aspirações internacionais para o país. E também imobilizar o governo JK em suas aspirações internas, com vistas evidentemente ao cabedal político nas eleições vindouras. Com relação ao estímulo ao grande capital internacional – e local – constante nas metas desenvolvimentistas, aí sim a UDN e aliados não colocavam obstáculos. Contudo, imobilizar o governo em promover a classe política originária do varguismo, ao qual o próprio Juscelino descendia, isso sim estava na mira da UDN. E com o próprio grupo trabalhista, a corrente militar nacionalista, cada vez mais aglutinada em torno do Ministro da Guerra, Teixeira Lott.

Porem os conclames da oposição e de Bernardes Filho em fazer o governo anunciar as reais despesas e os impactos destas no orçamento da União seriam ignoradas. A bem do caráter urgentíssimo da UNEF I? A bem dos compromissos internacionais e para com as Nações Unidas aos quais o país se consagrara? Em prol da projeção internacional do Brasil? De fato o governo JK não precisou se preocupar muito com as cobranças da oposição por prudência financeira ou suficiência orçamentária para a empresa do Suez. Isso pela simples razão de que o governo detinha a maioria nas duas Casas Legislativas, Câmara e Senado.

Segundo, devido ao efusivo apoio da grande imprensa, sobretudo o jornal Última Hora – um dos mais lidos no país – pela Missão Suez, pelo impacto internacional que conferiria ao Brasil e grau de responsabilidade entre a comunidade internacional e Nações Unidas. E ainda pela adesão da Escola Superior de Guerra que antevira dividendos múltiplos para com os EUA. Esta razão aditada à ESG será melhor analisada adiante, mas pelas lentes das duas principais correntes militares, a nacionalista e a liberal-conservadora, a Missão Suez já era, em fins de novembro de 1956, uma realidade palatável. Com menor apoio entre os oficiais liberal-conservadores, como se observou mais atrás. E isso se refletiu na Câmara dos Deputados, em que pese o PDL 109/1956 emanado dessa Casa e reconstruído por inteiro no Senado Federal,

109 Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. P. 44-45. Benevides, Maria Vitória de Mesquita. O governo JK. P. 33-34.

que tantas críticas lançara contra. Notou-se aqui a expressão do líder udenista Carlos Lacerda, deputado, que muito embora houvesse “inclinação da maioria pela aprovação do projeto governamental” (Suez) esta não se materializaria sem as devidas críticas, exposição ao público e exigências legítimas para se constituir constitucionalmente.

Para a oposição na Câmara dos Deputados, o projeto do Executivo com vistas à criação da força estava eivado constitucionalmente. Era preciso depurá-lo com solventes constitucionais, afirmavam, que extirpassem os vetores comunizantes, esquerdizantes que infestavam a tropa. Agiam consonantemente com a corrente liberal-conservadora em sua sanha anticomunista e antinacionalista. No entanto não lograram êxito, pois a maioria governista na Casa os impediu. Por outro lado, tiveram êxito em incluir o dispositivo da Lei Afonso Arinos – na altura aprovada pouco antes pelo deputado de mesmo nome – que impugnava soldados brasileiros no exterior em tempos de paz. E igualmente o seu trânsito pelo território de outros países, salvo em caso de ameaça ao Brasil. O texto composto na Câmara dos Deputados, ao desembarcar na Câmara Alta, foi totalmente refeito, e em sintonia com os propósitos do Executivo.

Assim, o governo JK não teve dificuldades em driblar os entraves (críticos e retóricos) colocados pela UDN e pelo Senador Bernardes Filho na questão orçamentária. Com sua maioria unificada, o governo JK logrou aprovar o PDL 62/1956 no Senado da República, com o texto que realmente interessava ao governo. O Batalhão Suez estava constituído, portanto, legítima e legalmente.

Como preâmbulo para o encerramento dessa análise sobre a disputa no Congresso Nacional em torno da questão Suez, vale um argumento derradeiro. Se o governo Kubitschek precisava do Parlamento para consagrar a legitimidade pública do envio das tropas brasileiras para o Oriente Médio, por que então não incluía qualquer dos questionamentos e ponderações dirigidas pela oposição? Ora, a bem do caráter urgentíssimo que a ONU convocara os Estados formadores da UNEF I, foi uma das razões levantadas pelo governo para a celeridade da empresa. Em que pese as críticas feitas pelo Senador Kerginaldo Cavalcanti de que Colômbia e Argentina também convocadas pelo Secretário Geral, recusaram todavia em face da urgência assignada.¹¹⁰ Tanto a Colômbia que gozava de amistosas e estratégicas relações com os EUA quanto a Argentina, chefiada por um governo militar que a menos de um ano derrubara o regime peronista antagônico a Washington, não viram razão nem lógica estratégica em participar de evento tão abrupto. Porque o Brasil deveria pois, sobrepassar todo bom censo governamental, orçamentário-financeiro e de infraestrutura para cumprir com tamanha responsabilidade em região tão remota a seus interesses? Essa era uma importante ponderação que a

110 Discurso do Senador Kerginaldo Cavalcanti. Op. Cit. Diário do Congresso Nacional. Acesso em: 30/04/2017.

oposição fazia ao governo e à sua maioria nas duas Casas legislativas. Sem no entanto rejeitar por inteiro o projeto do Executivo.

Sim, a urgência tinha sua validade para o governo e para a prontidão da qual necessitava a ONU e os EUA, tendo em vista a precária situação entre Israel e Egito. Mesmo com a iminente evacuação das forças anglo-francesas sob pressão conjunta de EUA e URSS, Tel Aviv tinha todas as esperanças de que pudesse manter uma situação política favorável pós conflito. Em tela, Israel poderia assumir todo o território da Península do Sinai, com o controle completo sobre o Golfo de Ácaba e o Estreito de Tiran, única via marítima do país com o Mar Vermelho.¹¹¹ Nessas condições, para a ONU era urgente a presença de capacetes azuis na área, mas, para o Brasil, especificamente, nem tanto. Segundo os protocolos de execução da organização, constantes inclusive nos chamados acordos Pró Paz de 1952, e na Carta fundacional, nenhum Estado convocado deve se sujeitar imediatamente a colocar seus soldados em campo; algumas razões levantadas seriam legalmente aceitas, e o país poderia postergar sua participação. Dentre essas razões, duas foram citadas em plenário, no Senado brasileiro, pelo Senador Daniel Krieger, da UDN: contingência financeira e ditames constitucionais. Na reunião celebrada em novembro de 1956, no Palácio do Catete entre o Presidente, o Chanceler Macedo Soares e os líderes dos partidos majoritários, o Senador Lima Teixeira afirmara que;

[...] Posso dar meu testemunho de que o Chefe da Nação, ouviu cuidadosamente a todos os líderes presentes no Palácio do Catete, podendo sentir de todos eles a impressão geral de que o Brasil, neste instante, deveria cumprir os compromissos assumidos com a Organização das Nações Unidas. Neste particular, devo ressaltar a colaboração dos Partidos da oposição, que nem em um só instante, criaram dúvidas ou dificuldades na decisão que o Sr. Presidente da República iria tomar, enviando ao Congresso Nacional a mensagem que originou o Projeto de Decreto Legislativo ora em debate [...]¹¹²

O certo era que a oposição enfeixou críticas, argumentos e contrariedades ao projeto do Executivo. E um dos principais questionamentos era a rapidez com que o governo queria que o projeto fosse aprovado. Se os receios do governo JK em postergar o envio das tropas para um melhor equilíbrio das contas públicas na Defesa (Ministério da Guerra) estava na imagem do país (e de sua administração) é bem discutível. O caso da Coreia alguns anos antes, sob o filioamericano governo Dutra, não maculou qualquer imagem ou *status* do Brasil no mundo democrático. Mas a Missão Suez, pelos estrategistas brasileiros no Catete e no Itamaraty, sim, seria contraproducente.

Outra razão para o governo não atender as ponderações da oposição seriam os compromissos firmados com a ONU, razão que se aproxima da

111 Slaim, Avi. A Muralha de Ferro. Op. Cit. P. 46-47.

112 Diário do Congresso Nacional. Seção II. P. 3461. 23/11/1956. Discurso do Senador Lima Teixeira. Acesso em: 30/04/2017.

postergação – no envio das tropas – analisada acima. Como bem acentuou o Senador Kerginaldo Cavalcanti, os compromissos que um país deve honrar em relação às Nações Unidas são diuturnos e dizem respeito a inúmeros itens da pauta democrática que cada Estado se comprometeu ao subscrever a Carta de San Francisco. A manutenção da ordem democrática, a transparência na representatividade, a autodeterminação dos povos, os Direitos Humanos e Civis e uma série de outros itens capitulares constantes na Carta. Não se restringia em absoluto ao cumprimento de convocações para a participação com tropas no estrangeiro, frisava o Senador Kerginaldo. Se o Brasil cumprisse em sua evolução social e política interna e no trato com os demais Estados com os requisitos da democracia e do Direito Internacional, não há dúvidas que mantem em dia seus compromissos com a ONU. E além disso, se perfilaria no contexto mundial como *alter ego* e exemplo para povos e sociedades.¹¹³

Todavia como nota Amado Luiz Cervo¹¹⁴ desde tempos recuados que o Brasil ambiciona o que antigos e atuais estrategistas consideram como um direito do país em ocupar um acento definitivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O chamado compromisso com a ONU enfatizado pelo Presidente Juscelino e seus líderes congressistas, pelos articuladores do governo e pelo Itamaraty, deve ser compreendido sob este enfoque. Pleno engajamento nas atividades da Organização visando ao expediente precípua, que é assumir uma cadeira permanente no CSNU. Participações, cooperação, presença nos fóruns e conferências da Organização, além das missões de paz fortaleceriam o passe brasileiro ao CSNU. E tal sucesso conferiria certamente grande prestígio ao governo, ao líder e aos diplomatas que nele se empenharam diretamente. Esse compromisso com a ONU pode ser compreendido como um firme investimento no multilateralismo, que segundo novamente Amado Luiz Cervo é pioneiro na arquitetura diplomática brasileira. Eis um trecho de sua análise;

[...] Entre 1948 e 2001 o Brasil participou de 27 missões de paz da ONU, militares ou civis. Quando assumiu pela sétima vez o assento não permanente no Conselho de Segurança, em 1993, havia participado recentemente de sete missões de paz. (...) A participação em missões de paz prosseguiria, elevando-se a apreciação perante o Conselho, que o incumbiu, em 2004, do comando da força no Haiti. Aceitou esse mandato com a ambição de ascender ao posto permanente no Conselho e reforçou sua campanha com os cinco membros permanentes e no seio de coalizões e consensos que sua diplomacia articulava, especialmente o G4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil) voltado à discussão da reforma da ONU e sugerindo a presença desses quatro países em um Conselho de Segurança ampliado e representativo de governos e massas

113 Diário do Congresso Nacional. Discurso do Senador Kerginaldo Cavalcanti. Op. Cit. Acesso em: 30/04/2017.

114 Cervo, Amado Luiz. Inserção Internacional. P. 127 e p. 141-142.

populacionais que ainda nada diziam sobre a segurança global.[...] ¹¹⁵

1.8 – Do Congresso Nacional para os comandos militares e embaixadas

Entre os dias 22 e 24 de novembro de 1956, travou-se uma curta batalha no Congresso Nacional brasileiro que muito descortinava o clima de Guerra Fria imperante no mundo da época. Os dois projetos vindos do Executivo de JK impunham ao parlamento a aprovação legal para o envio de tropas brasileiras ao Egito, onde se incorporariam às demais forças da ONU. O Batalhão Suez precisava da aprovação parlamentar para cristalizar-se. Como já visto mais atrás, por dois motivos correlatos: um, que a legislação brasileira estipulava a aprovação do parlamento para a movimentação de tropas pelo território nacional, e seu envio ao exterior; o outro tinha uma natureza mais transcendental porque revelava o caráter democrático das tomadas de decisão no interior do Estado. Funcionava quase como uma exigência das Nações Unidas, interposta na solicitação do próprio Secretário Geral Dag Hammarskjöld, que o Brasil discutisse internamente, na casa parlamentar, a participação na empresa. Havia, ainda, o firme propósito da oposição ao governo de JK no Congresso de cumprir com estes dispositivos. E de fato enumeraram lacunas, equívocos e vícios, mormente com relação à celeridade que acompanhava a petição governamental.

Se, na Câmara dos Deputados, o PDL 109/56 galvanizou os espíritos em luta na República, no Senado houve a temperança em evocar realidades mais prosaicas, como orçamento, infraestrutura e segurança para o contingente. O bloco opositor capitaneado pela UDN, tendo à frente o deputado Carlos Lacerda, fez eco da corrente liberal-conservadora no intuito de não contaminar a tropa com “elementos comunistas”. Os encarregados de denunciar a conspiração vermelha nas FFAA foram os deputados Último de Carvalho e Raimundo Padilha (UDN), com a notória lista dos oficiais comunistas. Temas secundários foram movimentados pela Oposição, no sentido de forçar o governo a atender às pautas que visassem os interesses da corrente liberal-conservadora. Dentre esses temas, restringir a passagem das tropas pelo território nacional e o embarque nos portos, a autorização preemptiva do Congresso e a presença de comunistas no contingente. Esta exigência da Oposição camarista deve ser lida como alijar da tropa e, sobretudo, do comando, os oficiais nacionalistas, ou que participavam da referida corrente ou que com ela simpatizasse. Incluídos aí aqueles oficiais legalistas (ou constitucionalistas) cujo ativismo no Movimento Militar Constitucionalista granjearam-lhes a hostilidade dos liberal-conservadores. Objetivava sobremaneira escantear o próprio Ministro da Guerra Gen. Henrique Lott, figura que galvanizava tanto legalistas como nacionalistas. Essas as pautas que sufragava a corrente liberal-conservadora, mais o voluntariado,

115 Cf. Cervo, Amado Luiz. Op. Cit. P. 141-142.

como visto neste capítulo. Ainda na Câmara Federal havia a oposição ao PDL 109/56 oriunda da base governista, do PTB, em torno dos deputados Josué de Castro e Jonas Bahiense. Ao cabo das discussões votaram com o Executivo, mas manifestaram sua vênua anti-imperialista sobre a atuação do Brasil numa empresa organizada diligentemente pela superpotência imperial, os Estados Unidos.

Já no Senado Federal, o PL 62/56 encontrou novo e mais equalizante caminho, sofrendo os necessários aperfeiçoamentos para que pudesse ser chancelado pelo Presidente da República. Na Câmara Alta o projeto foi discutido habilidosamente pelos Senadores Bernardes Filho, Daniel Krieger e Filinto Müller. Os dois primeiros, do bloco opositor, insistiam na transparência executiva que o governo deveria ter para com o Congresso e opinião pública a respeito do contingente a ser formado. Seus discursos enfatizavam a autossuficiência do Brasil em manter a tropa no Egito plenamente operacional. O orçamento para sua manutenção e eventuais reforços no local. E ainda, não menos importante, as mudanças abruptas que poder-se-iam ocorrer na tensa região fronteira entre o Sinai egípcio e o Neguev israelense. Estas inquirições dos senadores opositores não tinham por meta tumultuar o calendário do governo, que já era apertado para atender a solicitação das Nações Unidas.

No Senado, havia a presença constante do ideário da ESG, ecoado nos partidos conservadores liberais, sobretudo UDN, que já absorvera a razão pragmática da participação brasileira no Suez, ao contrário da Câmara. E quase todos os senadores eram proclives a este compromisso internacional, sobretudo os da Oposição. Aqui iria veicular o partido da ESG em relação aos dividendos para o país em política militar e internacional, com o Brasil na senda de se tornar o aliado preferencial americano no continente.

A Missão Suez passara a ser encarada em função dos interesses geopolíticos da alta cúpula militar – esguiana – em ter finalmente aberto o caminho para a efetiva modernização e capacidade dissuasória das FFAA brasileiras. Daí o empenho dos senadores em garantir do governo os recursos orçamentários necessários, a autossuficiência financeira, a capacidade mobilizatória (recrutamento) e claro, os investimentos iminentes em defesa. Neste ponto a atuação do Senador Filinto Müller (PSD) líder do governo, era bem ao encontro dos reclames mais conhecidos da ESG, mesmo porque o senador fazia parte dos conferencistas regulares da escola, e estava a par da doutrina militar proposta para o país. Empenhou-se em pavimentar o caminho para a aprovação do PL62/56, sem descurar dos objetivos estratégicos que a ESG tinha para o país face a Missão Suez. Estes objetivos serão percorridos e analisados no próximo capítulo.

O que se pôde notar é que a Missão Suez e a composição do Batalhão suscitaram tangentes discussões nas duas Casas Legislativas que verbalizavam internamente o espírito dicotômico da bipolaridade no mundo. Além disso, explicitavam os interesses mais imediatos da classe política e militar do Brasil, geminados que estavam na época em: bloco democrático-

popular (governo/PTB e PSD) junto à corrente militar nacionalista; e bloco democrático-conservador (UDN/PL/PR) junto à ESG e corrente militar liberal-conservadora. Era um cenário em que a política aglutinava também as FFAA na consecução de suas agendas, e estas se portavam como verdadeiros atores na seara política nacional, algo muito próximo da tese bonapartista ensinada por Bobbio¹¹⁶.

Ao analisar a agenda brasileira em política internacional e política militar, passa-se a destacar o centro nevrálgico que foi a Escola Superior de Guerra. No capítulo que segue, analisa-se a ESG e suas conexões com a alta cúpula das FFAA, e com seus pares nos Departamento de Estado e Defesa dos Estados Unidos. A Missão Suez e seu Batalhão não foi uma criação da ESG, nem seu laboratório. Foi sim, um importante ativo que a ESG e a política externa brasileira souberam instrumentalizar em favor do Brasil. É o que se verá adiante.

116 Bobbio, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Op. Cit. P. 161-162.

Capítulo 2 – O Batalhão Suez e a estratégia internacional do Brasil: poder militar e poder político

2.1 – Embates de ideários: nacionalismo e conservadorismo na estratégia nacional

Pelo exposto no capítulo anterior, o compromisso do Brasil com os esforços e perseveranças das Nações Unidas, em favor da paz e estabilidade democrática não estaria em agonia, caso se postergasse o envio de tropas nacionais para o Canal de Suez. Isso foi sobejamente discorrido pelos parlamentares, sobretudo no Senado, onde a tendência em subscrever a solicitação governamental foi mais clara e exequível que na Câmara. No termo compromisso internacional, entende-se as responsabilidades para com a ONU, consignadas na fundacional Carta de San Francisco, bem como na legislação internacional emanada dessa Organização, ao qual o Brasil é membro pioneiro.

Para importantes setores do Estado, Itamaraty e ESG, esse compromisso subjazia fortalecer as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Pelo núcleo orgânico desses setores, correspondia à ascensão do país ao rol de aliado preferencial e potência reconhecida no hemisfério sul. Para os estrategistas nestes dois órgãos, que conformavam a cúpula política e militar de defesa e relações exteriores, significava avançar na estrada do desenvolvimento (industrial) e na modernização das FFAA, tornando-as um poder efetivo no continente.

Tal compromisso precisava ser acelerado, tanto pelos aspectos elencados acima, de desenvolvimento e modernização militar, como pela agenda urgente das Nações Unidas. Contudo, há um último aspecto elencado sobre a urgência governamental em despachar a tropa para o Oriente. Aspecto esse que remonta a gerações no universo político, diplomático e militar da *intelligentsia* brasileira e muito caro à literatura e ao imaginário coletivo brasileiros.

A projeção internacional do Brasil após a Segunda Guerra Mundial, tema discorrido em importantes obras tanto da academia quanto do grande público – incluso na imprensa – afluera com destaque nas veias de quase todo o espectro político e militar do país. É a era do desenvolvimentismo que através da industrialização projetaria o país no exterior e afirmaria o Brasil como uma nação moderna. Sem adentrar nesse tema, por si só amplo e gerador de outra pesquisa, vale ressaltar que estava na ordem do dia naqueles idos finais dos anos 1950. O desenvolvimentismo do período Juscelino Kubitschek, o potencial geoeconômico e o gigantismo do país, espelhado na vibrante construção da nova capital, são alguns dos aspectos que ensejam o pensamento do Brasil grande. E para dar sequência ao projeto “desenvolvimentista”, fazia-se necessário constituir capital técnico-humano, com profissionalismo na lide da administração nacional.

Surge, então, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que articulará dentro do Executivo mais um desdobramento da estratégia de projeção internacional do país. Mas nos domínios da formação técnico-

administrativa, educacional-pedagógica e liderança. Segundo Sérgio Wanderley,

O primeiro curso regular (do ISEB) aconteceu no primeiro ano do governo JK, 1956, e ocorreu, até a inauguração da nova sede na rua das Palmeiras, no auditório do MEC no Palácio Capanema, e a sala destinada ao funcionamento do instituto ficava no gabinete do ministro. Isto deixa claro que o ISEB era um importante instrumento da política de ensino superior do governo que visava atingir as pessoas que já tinham um papel ativo na administração pública e que fossem capazes de intervir na tomada de decisões. ISEB e ESG pretendiam formar as elites dirigentes do país, sobretudo intelectuais, dirigentes do setor público e militares¹¹⁷.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) veicula em diversos círculos sociais, acadêmicos, políticos e militares a noção de que o Brasil destina-se à grandeza¹¹⁸. Uma grandeza primeiramente arquitetada no continente, na América do Sul e Latina, para depois projetá-la pelo mundo. A continentalidade¹¹⁹ como corolário estratégico fundamentava este pensamento, seguido de uma orientação para o desenvolvimento endógeno das forças produtivas e tecnológicas nacionais. Pode-se constatar que ISEB, ESG e alguns poucos núcleos do pensamento estratégico brasileiro da época estiveram no *mainstream* do ideário pan-americanista, cujo principal centro acadêmico de reflexão era a CEPAL.¹²⁰

Especificamente para o caso brasileiro, ocorre uma inflexão de sentido em que a questão da defesa nacional, pautada no fortalecimento das Forças Armadas (FFAA) torna-se fundamental; claro, ao menos para os estrategistas militares e aqueles agregados à órbita militar. E aqui é o ponto que interessa para a investigação. Trata-se das intersecções entre este pensamento nacionalista de grandeza, por um lado, e a presença brasileira no mundo, por outro. Particularmente para o caso em questão, a presença do Brasil no Oriente Médio, cenário de complexa atuação das redes de poder mundial. E ainda, numa sub-região médio-oriental onde a visibilidade política, diplomática e pública é constante: a fronteira israelo-egípcia no Sinai e a zona de Gaza, onde o Brasil atuaria na Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF I.

Com relação ao pensamento estratégico nacional nesse período, importa notar que o ISEB não apenas pesquisava e difundia o pensamento nacionalista, incluindo aí a defesa nacional, via fortalecimento das instituições estatais. É que o grau de politização com que dirigia seus estudos e publicações faziam deste instituto uma usina geradora de ideias, temáticas e militância política em vários segmentos sociais e também nas FFAA. Quadros

117 Wanderley, Sérgio. Iseb, uma escola de governo. Rev. de Adm. Pública. 2016. Vol. 50, n.6. p. 924. <http://www.scielo.br/pdf.iseb> Acesso em: 30/01/2018.

118 Toledo, Caio Navarro ISEB: Fábrica de Ideologias. P. 34-35.

119 Silva, Golbery do Couto. Geopolítica Nacional. P. 44-45.

120 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, órgão das Nações Unidas fundado em 1948.

que foram determinantes na orientação política do Exército passaram pelo ISEB e nele contribuíram para o pensamento acadêmico brasileiro, na linha popular e nacionalista. A própria corrente militar nacionalista tinha no ISEB importante manancial doutrinário e intelectual para sua ação no seio das FFAA. O pensamento nacionalista brasileiro aproximou-se das correntes universais que vinham percorrendo os países do Terceiro Mundo, graças aos trabalhos desenvolvidos pelo ISEB, e estendidos às universidades.

Portanto, não apenas nos círculos diplomáticos e políticos do alto escalão governamental, a presença internacional do Brasil era cultivada, mas em instituições que representavam estratos de toda a sociedade brasileira. Entre os praças e oficiais de médio escalão, a obra isebiana tinha ressonância e estimulou o apoio e adesão com que a Missão Suez fora recebida no meio castrense. A propósito, a corrente militar nacionalista, próxima do ISEB, antevia que a Missão Suez do Brasil poderia cerrar fileiras com a oficialidade iugoslava e indiana, e mais que isso, estaria cerca dos oficiais livres (revolucionários) egípcios. Era quase um momento de júbilo para aqueles oficiais nacionalistas mais intelectualizados, participar da ascensão de seu país junto aos líderes do Terceiro Mundo, projetando-o como liderança também.

Todavia aqui caberia uma indagação contrafactual: a projeção internacional do Brasil receberia o apoio daqueles (no mundo) que batalhavam contra a projeção internacional de outros países sobre o seu próprio? Os nacionalistas brasileiros, ao assumirem que a projeção externa sobre o Brasil configurava-se imperialismo, o Brasil também o exerceria sobre outros Estados? Verdade que ao defenderem a presença brasileira no exterior – seja com o envio de tropas sob a bandeira da ONU, o fortalecimento das FFAA, a capacidade dissuasória e a intervenção forânea em prol da autodeterminação dos povos – também defendiam matizes de uma política imperialista que assumiam combater. No dizer de Octávio Ianni, almejavam algo como um subimperialismo (brasileiro) sem os vícios históricos do imperialismo (neo) colonialista ainda vívido nos anos 1950. Haveria de ser um “imperialismo” generoso, humano e igualitário, porque vindo de uma sociedade que sofrera e sofria na pele as razias imperiais em seu cotidiano. Segundo Octávio Ianni, em seu clássico *Imperialismo na América Latina*,

[...] Devemos considerar que vários países latino-americanos tem realizado ensaios de emancipação econômica. O nacionalismo econômico e a política externa independente, adotados de modo conjugado em certos países, notadamente Argentina, Brasil, México e Peru, em ocasiões várias e descontínuas, revelam o empenho de alguns governantes em completar a emancipação política pela realização da emancipação econômica. [...] Há intérpretes (brasileiros e americanos) das relações interamericanas que veem em certas iniciativas diplomáticas de governantes brasileiros a intenção de estender a supremacia do Brasil na América do Sul. Uns fundamentam-se em argumentos de geopolítica, alegando que essa hegemonia é facilitada pelo fato de que o Brasil tem

fronteiras comuns com muitos “países pequenos”. Além do mais, estes países necessitariam de recursos econômicos e assistência técnica, em sentido lato. [...] E lembram que o Brasil precisa preencher o “vácuo de poder” deixado pelos Estados Unidos no continente [...] ¹²¹

Esse “vácuo de poder” em que o Brasil assumiria diante de uma superpotência arbitrária e imperial, na visão de Octávio Ianni, e outros importantes cientistas latino-americanos configuraria por si mesmo o referido sub-imperialismo dos emergentes. Para a corrente estrategista principal, nucleada na ESG e também no Itamaraty, a iniciativa Suez era a mola que faltava para a ascensão internacional do Brasil. A pressa com que o governo JK buscava a legitimação parlamentar para o envio das tropas ao Egito e a imediata criação do Batalhão Suez respondiam, num primeiro momento, a garantir nome e presença a nível mundial para o país. Para seu governo, e a própria liderança do Presidente, que mais à frente ensaiaria outra empresa internacional de pretensões vultosas, a OPA – Operação Pan-americana – a materialização do Batalhão Suez era mesmo imediata.

Não poderia haver espera para certificações quanto à disponibilidade financeira ou orçamentária. Também não poderia haver espera com relação à suficiente preparo militar para essa empreitada, potencialmente crítica sob o ponto de vista de alguns parlamentares. E igualmente não havia tempo para pesar a legitimidade dos exercícios diplomáticos promovidos por EUA e URSS em relação à crise no Oriente Médio. Todos esses temas eram caros aos senadores e deputados que os sublinharam em plenário e nas seções realizadas nas Comissões específicas das duas Casas Legislativas. Não apenas as intervenções dos líderes ou representantes da Oposição, como os citados Bernardes Filho, Daniel Krieger e Gomes de Oliveira, que reiteravam as condicionantes técnico-orçamentárias, mas as intervenções de figuras da base governista que criticavam o açodo do governo em atender a apelos internacionais sem pesá-los na balança da razão. Foram os próprios representantes da maioria (PTB basicamente) que, na Câmara e no Senado denunciaram a contrariedade da política externa brasileira, como os senadores Lourival Fontes e Kerginaldo Cavalcanti. E a título de esclarecimento, ambos os senadores petebistas eram partícipes no ISEB e comungavam do ideário nacionalista da projeção internacional do Brasil como potência.¹²² Segundo esses, soava altamente contraditório o governo apressar em enviar tropas que preservariam a independência de um Estado soberano (o Egito) e evitar deste modo a guerra, enquanto que ao mesmo tempo apoiava o regime colonialista

121 Ianni, Octávio. Imperialismo na América Latina. P.87 e p.91. A primeira edição do livro de Ianni data de 1972, contudo a teoria da dependência, bem difundida no Brasil pelos anos 1960, teve como precursora no anti-imperialismo o nacionalismo isebiano dos anos 1950. Por isso, parte da intelectualidade brasileira, mesmo dentro das FFAA, estava a par dessa ideologia, própria da Guerra Fria.

122 Nos cursos de formação de 1957 e 1958 os senadores Kerginaldo e Lourival Fontes apresentaram suas preleções. Ver www.cpdoc.fgv/iseb Acesso em: 30/01/2018.

português em África, Índia (Goa), China (Macau) e Indonésia (Timor Oriental). E mesmo a reação colonialista francesa no Magreb (África do norte ocidental) por essas alturas em guerra contra as populações locais. Era uma incoerência, afirmavam, seguir com tropas para o Oriente e ignorar situações mais graves de violação à autodeterminação dos povos, contra os direitos dos povos e os direitos civis, que valeriam a pronta atuação da ONU, pois já se vivia na maioria dos casos um estado de guerra aberta.

Esse interlúdio parlamentar, promovido quase que polarizadamente no Senado por UDN (e aliados, como Bernades Filho, Krieger) e PTB (Cavalcanti, Fontes) era o exórdio que transmitia as lutas internas no Estado pela estratégia nacional que deveria perseguir o país. Nacionalistas civis e militares, aglutinados no ISEB, e conservadores civis e militares reunidos na ESG, eram a síntese política que se vivia naqueles idos. A Missão Suez e seu batalhão se viram engolfados naquele processo e, mais do que isso, viram-se instrumentalizados na estratégia nacional em construção, tanto na defesa como na política externa. Importa salientar aqui o trânsito entre os dois núcleos de elaboração geopolítica, ISEB e ESG, bem como seus destinatários-transmissores, PTB e UDN. Aquelas discussões no Congresso verbalizaram esse trânsito, mas o curso dos eventos seguintes com respeito ao Batalhão Suez e à própria estratégia de projeção internacional do Brasil, define qual caminho se seguiu.

Apesar dessas oposições, de dentro e de fora da base governista, o governo JK constituiria o Batalhão Suez pela premência do Brasil em situar-se no campo internacional. Desde 1945, com a desmobilização da FEB que o Brasil não se situara a contento nos círculos de poder mundial. Na América do Sul havia as iniciativas que o colocavam no cimo do poder continental, não dispensando os custosos entendimentos com a Argentina. Mas a nível hemisférico e mais ainda, a nível mundial, o país ressentia-se de uma presença digna aos olhos de sua elite dirigente e de sua diplomacia. Estabelecer-se na cúspide mundial de poder (leia-se CSNU) era uma ambição dos estadistas brasileiros e de toda a elite política representada nas dirigências dos principais partidos. Conforme acentuara Gerson Moura, essa presença só seria possível nos quadros da “grande aliança ocidental” sob os auspícios das Nações Unidas¹²³. Os governos brasileiros de JK em diante, movimentariam-se para ocupar o máximo de espaço possível nos organismos colegiados da ONU, nas célebres missões de paz com os capacetes azuis, nos acordos multilaterais e nas iniciativas globais quanto a temas específicos – desarmamento, desnuclearização, comércio e investimentos. A distinção ficaria a cargo da coloração política de cada governo em seu turno, se alinhado ao Bloco

123 Moura, Gerson. Sucessos e Ilusões. Op. Cit. P. 101. “Apesar da diferença enorme de poderio militar entre EUA e Brasil, a incorporação brasileira ao sistema de poder norte-americano passava por negociações bilaterais e multilaterais. Estas últimas inscrevem-se também dentro da estrutura das Nações Unidas.” Esta citação do autor é com o foco nos desdobramentos do TIAR (1947).

Ocidental incondicionalmente, ou aliado a ele com devidas equidistâncias, aqui consideradas publicamente como “o inarredável interesse nacional do Brasil”. A evolução das participações do Brasil na ONU com a respectiva ampliação das temáticas corrobora a opção multilateral, quase um *ethos* que o país adotara no seu empenho em projetar-se globalmente.

Em novembro de 1956, além dos objetivos a longo prazo delineados no horizonte, havia os objetivos de curto e médio prazo que a presidência JK – e sucessores imediatos até da crise de 1964 – necessitavam cumprir. Nas seções seguintes, investigar-se-á alguns desses objetivos, à luz do horizonte maior, que era a projeção internacional do Brasil através de seu batalhão pacificador. E como o poder governamental constituído, ou seja, o governo eleito com sua bancada parlamentar, poderia se acomodar com as forças políticas e militares que cada vez mais estavam se impondo sobre o curso do processo histórico no país. Forças essas cada vez mais antagônicas aos democraticamente eleitos, tanto para a Presidência quanto para o Congresso, e que vinham aglutinando mais influência sobre o poder militar.

A Escola Superior de Guerra representava uma dessas forças, e da perspectiva institucional e militar, era uma das principais, por isso estudada com mais atenção nas páginas seguintes. A Missão brasileira no Suez e sua resultante material, o Batalhão Suez, constituiu-se na moeda de troca da articulação entre o governo JK – e sucessores – e o poder militar, cada vez mais cristalizado na agremiação política e intelectual esguiana. Até 1964, a manutenção do Batalhão Suez e sua performance profissional no teatro operacional egípcio foi uma das homeopatas que a democracia brasileira serviu aos liberal-conservadores das FFAA para manterem a estabilidade e o equilíbrio nos quartéis e fora deles. Surgido primeiramente sob suspeita pela corrente liberal-conservadora e a contragosto da ESG, o Batalhão Suez foi mais adiante assumido pelos liberal-conservadores. Na luta política travada sob o pendão desenvolvimentista, o ISEB foi perdendo terreno para a ESG. Não conseguiu agremiar na alta oficialidade militar nem no corpo diplomático quadros que lhe garantissem influir na política externa e na estratégia de projeção do país. E não logrou também densidade entre os altos quadros da administração pública, que poderiam influir nas decisões concernentes à segurança nacional. Em parte, devido ao ativismo político com as forças de esquerda da época, além da via nacional-desenvolvimentista declarada; “mais que relações próximas, havia uma interpenetração, um circuito institucional ligando ISEB, EBAP e UNE”.¹²⁴

A segurança nacional, bem como a condução da política militar (estratégia de defesa) seria açambarcada pela ESG após a saída do Gen. Lot do Ministério da Guerra em 1960. Tal condução passou a ser uma espécie de senha dos governos democráticos à manutenção da Constituição e

124 Wanderley, Sérgio. Iseb, uma escola de governo. Op. Cit. P. 930. Citação tirada do depoimento do prof. Néilson de Mello e Sousa, quadro do Curso de Aperfeiçoamento em Adm. Pública do ISEB.

estabilidade castrense, concedida pelo poder civil, guardando na época a ortodoxia da superioridade do poder civil sobre o poder militar. Essa condução da política militar pela ESG foi como o poder civil, (Executivo e Legislativo) logrou contemporizar aqueles militantes e inconfidentes oficiais liberal-conservadores, mantendo-os em seus postos nos quartéis. Contemporização esta que durou até 1964 quando não havia mais o que conceder além do próprio poder de Estado à Junta Revolucionária, toda ela oriunda do núcleo duro da ESG.

Como o recém formado Batalhão brasileiro teve todo o empenho político e diplomático do governo JK, a ponto de apoucar as considerações em contrário de seus correligionários no Parlamento, era de se esperar que os mais contemplados fossem os altos oficiais liberal-conservadores – afora a própria política externa do governo. Na verdade, o governo JK passou por alto dos dispositivos constitucionais que previam a anterior discussão pelo Congresso quanto ao envio de forças para o estrangeiro. Como bem assentara o deputado Jonas Bahiense e o senador Lourival Fontes, ambos do PTB, o governo atropelou legalmente o Parlamento. Em parte, para conceder a dádiva àqueles que quase o impugnaram e que, em breve, assumiriam a totalidade do poder político.

2.2 A Escola Superior de Guerra e a Questão Suez

Ao verificar a aprovação no Congresso Nacional e o apoio na grande imprensa, e junto à opinião pública para o envio das tropas brasileiras ao Canal de Suez, tanto a ESG quanto a corrente liberal-conservadora cooperaram com as diretrizes políticas da UDN. As hostes conservadoras e pró-golpistas (contra a posse de JK) no oficialato – Exército e Aeronáutica principalmente – verberavam sua oposição. Mantiveram seu discurso antagônico do que seria entregar o comando de tão altaneira missão a comunistas ou esquerdistas. Citavam a recente lista de oficiais comunistas relatada pelos deputados Último de Carvalho e Raimundo Padilha em plenário da Câmara Federal¹²⁵. Faziam referência à antiga direção do Clube Militar (1952) nacionalista – sob a liderança do Gen. Estillac Leal – que mesmo fora da direção, influía nas escolhas dos comandantes regionais. E disparavam substancialmente contra o Ministro da Guerra, a quem assistia a prerrogativa nas nomeações aos comandos, inclusive ao comando do próprio Batalhão Suez¹²⁶. Igualmente investiam pelo voluntariado, tese arduamente defendida pelos parlamentares udenistas, sobretudo Carlos Lacerda. Mas não lograram o voluntariado dentre os oficiais médios e superiores o que consignou toda a escala de comando ao Ministério da Guerra e, por conseguinte, à corrente militar nacionalista que detinha maiores influências junto ao Ministro; claro que sob o governo JK, pois com a posse de Jânio Quadros em março de 1961, esta corrente perde força no Ministério da Guerra, sendo mesmo defenestrada do órgão.

125 Ver p. 70 neste capítulo.

126 Sodré, Nelson Werneck. Memórias de um Soldado. P. 85-86.

Por fim, havia a linha de fogo aberta entre a ESG/corrente liberal-conservadora contra o próprio Ministério da Guerra ou, mais especificamente, contra seu titular, o Gen. Henrique Lott e a corrente nacionalista. Os idos de novembro de 1955 – a Novembrada – estavam vívidos na memória daqueles oficiais que compuseram a quartelada contra a posse de Juscelino Kubitschek¹²⁷. Anistiados pelo presidente nos primeiros meses de 1956 haveriam de protagonizar as revoltas de Aragarças (GO) e Jacareacanga (RJ) ao que novamente seriam anistiados pelo chefe do Executivo. Apesar de serem oficiais da Aeronáutica os mentores daquelas quarteladas, todos militavam na corrente liberal-conservadora, juntamente com oficiais das outras duas armas, não obstante Suez ser uma empresa majoritariamente composta por quadros do Exército.

Portanto, em relação à constituição do Batalhão Suez, os oficiais e comandantes esguianos tentariam impor suas conveniências, já que não lograram interditar nos meios institucionais – de braços dados com a oposição parlamentar – sua efetivação. Importa aqui e agora verificar em que medida, circunstância, local e nomes a ESG conseguiu indicar e efetivar seus nomes no Batalhão Suez. Nos quase onze anos de vigência do regimento brasileiro – e da própria UNEF I – e para além da consolidação do Batalhão como Política de Estado, existiu toda uma metamorfose no comando que refletiu as profundas mudanças políticas – de regime – ocorridas no país. Após as crises decorrentes da posse de João Goulart, o ensaio parlamentarista findo, e a volta do presidencialismo a todo vapor em meados de 1963, a sorte no comando do Batalhão Suez seria estremecida.

Para abril de 1964 em diante, haveria outra realidade política no país e o Batalhão sofreria as vicissitudes da nova configuração interna de poder no Brasil. Conquanto estivesse mantida sua presença e regularidade em solo egípcio, até seu abrupto fim em junho de 1967. Todavia o que é destacável para este momento é o interstício entre a efetivação do Batalhão Suez em novembro-dezembro de 1956 e as crises que precipitaram o fim da democracia no Brasil em abril de 1964. É neste lapso temporal que a ESG e a corrente liberal-conservadora envidarão esforços na seara governamental e política para galgar maiores influências no comando do Batalhão. Para tanto, consertará manobras nas mais variadas instâncias institucionais, com as lideranças udenistas e também do PSD (ala ultraconservadora) geralmente afim aos postulados da UDN. No Congresso Nacional, no Ministério das Relações Exteriores ou mesmo no Ministério da Guerra, junto aos comandos das regiões militares e também com a imprensa, a ESG precipitaria suas capacidades para exercer paulatinamente mais controle sobre o comando das FFAA. E o Batalhão Suez não ficaria de fora deste intento, ativo político e diplomático que era no exercício das relações com os EUA. Para a ESG exercer o controle,

127 Sobre estes episódios no início do governo JK ver: D'Araújo, Maria Celina. Agitações nos tempos de Juscelino. Benevides, Maria Vitória de Mesquita. O Governo Kubitschek.

sobretudo na política militar e na estratégia de segurança nacional, eram as bases para a projeção internacional do Brasil.

Porém, antes da verificação entre as articulações políticas promovidas pela ESG, juntamente com a UDN, para a assunção no comando nas FFAA, coetâneo ao comando do Batalhão Suez, faz-se necessário observar o papel da Escola¹²⁸ no pensamento geopolítico brasileiro. Ou na interseção entre este pensamento – na verdade uma escola de ideias um *think tank* – e a segurança nacional no contexto da Guerra Fria. Isso porque a ESG foi a principal responsável institucional pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, esboçada já em meados dos anos 1950, embora consolidada depois de 1964.

Observar e cotejar esse edifício geopolítico com a emergência da Missão Suez em 1956 é fundamental. Assim como é determinante relacioná-la com a lógica geopolítica internacional para o hemisfério erigida pelos EUA, na qual o Brasil desempenhava importante papel por suas dimensões físicas de potência continental. Não basta expor essa lógica e sua relação ascendente com o pensamento geopolítico brasileiro elaborado pela ESG. Seria uma unidimensionalidade improdutiva para se desenvolver ciência, ou seria ainda um maniqueísmo unilateral. É preciso situar e dimensionar os mútuos interesses que levaram a ESG – e toda sua seara orgânica no meio militar e civil – a internalizar a lógica geopolítica americana e complementá-la, abrasileirando-a conforme a dinâmica de poder existente no Brasil. E, também, a evolução do pensamento (escola) que se engendrava nos estudos e comunicações intra-órgãos governamentais e militares, que ordinariamente desembocavam nas políticas de defesa nacional. Caso contrário é voltar às literaturas que respondiam à clássica dualidade que por décadas vicejara na academia brasileira, quase que externalizando ora o universo capitalista, ora o universo socialista.

A fim de melhor contribuir com a ciência e com novas abordagens para o interesse público, vale a pena intentar uma outra interpretação desse período crucial na formação do pensamento cívico-nacional brasileiro. Uma interpretação onde a escola geopolítica brasileira não seja analisada estanque ou desgarrada dos eventos mundiais. E que não seja interpretada como mera reflexão interna dos sucessos histórico-políticos na dinâmica conjuntural dos anos 1950-1960. Esclarecendo, que a escola geopolítica brasileira não era um reflexo mimético direto da hegemonia americana exercida no país e no continente sul-americano. E que para além das conveniências de Washington em protagonizar o Brasil nas Nações Unidas e num evento tão repercussivo internacionalmente, havia sobremodo os interesses da classe política dirigente. E dentro desta, as conveniências da alta cúpula militar. Aí vale o esforço por

128 Entende-se e tratar-se-á por escola às correntes de pensamento e estratégias elaboradas por núcleos orgânicos em instituições com o fim precípua de melhor manejarem as políticas nacionais. Para o caso, as políticas internacional e de defesa. Maiores esclarecimentos em Duroselle, Jean B. *Todo Império Perecerá*. P. 445.

entender o papel do pensamento geopolítico brasileiro, consubstanciado na ESG, para aclarar o episódio do Batalhão Suez.

2.3 – O Pensamento geopolítico brasileiro e a Missão Suez

Muito se escreveu e se produziu sobre o “alinhamento” brasileiro com o chamado Bloco Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. No alvorecer dos anos 1950, quando vão se recuperando as antigas potências europeias da devastação do conflito, e algumas se consolidam na estratégia de segurança continental americana ante as investidas da União Soviética, parece que já estão emolduradas as fronteiras físicas do “mundo livre”. A criação da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – em 1949, visava entre outros objetivos a contenção do perigo soviético no exterior, mas também no interior do bloco. A estratégia da contenção, fartamente edificada pela *intelligentsia* americana e reelaborada convenientemente, passara a abranger para alhures do eixo norte-Atlântico. Mesmo com a política de distensão promovida por Nikita Krushev a partir de 1956, a *Détente*, a nova doutrina da administração americana, a Doutrina Eisenhower, previa a manutenção da contenção sobre a “expansão vermelha”. Segundo o historiador Paul Kennedy,

Entre os vários elementos da "estratégia de contenção" acelerada, dois se destacaram. O primeiro, considerado de natureza negativa por Kennan, era indicar a Moscú as regiões do mundo que os Estados Unidos não poderiam permitir que caíssem em mãos hostis para nós, especialmente nosso hemisfério. Portanto, esses estados receberiam apoio militar para aumentar sua força de resistência, e um ataque soviético seria considerado um *casus belli*.¹²⁹

Ou seja, a recente Doutrina Eisenhower, inaugurada com o desfecho da Guerra da Coreia, visava todo o Hemisfério Ocidental ou às Américas, reintroduzindo as antigas noções de Mackinder dos pivôs estratégicos¹³⁰. No Brasil, à época da Missão Suez, a ESG já com sete para oito anos de existência e ativismo trata, pois, de interiorizar para a realidade brasileira as lógicas que o mundo livre engendrara para esta parte do orbe. Concomitante a essa interiorização, gestava também seminal pensamento que reverberava as antigas noções estratégicas que se haviam elaborado para o país, remontando conforme o caso desde a época do Barão do Rio Branco. Conservando aquela longa tradição de “pensar o país” para os desafios futuros, foi-se consolidando uma escola de pensamento estratégico brasileira, com interessante plasticidade em acolher as contemporâneas urgências do mundo.¹³¹

Categorias novas, mas não estranhas ao pensamento político brasileiro, são introduzidas e metamorfoseadas no atendimento às demandas da elite política assentada no poder desde o definitivo afastamento do Presidente

129 Kennedy, Paul. Auge y Caída de las Grandes Potencias. P. 588-589, tradução nossa.

130 Mackinder, Halford. The Geographical Pivot of History. P. 311-312. Disponível em: <<http://www.iwp.edu/thegeographicalpivotofhistory>> Acesso em: 15/05/2017. Ver: Mackinder, Halford. O Pivô Geográfico na História. Tradução de Fabrício Vasselai. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº29. Pp. 87-100. 2011.

131 Costa Freitas, Jorge Manuel. A Escola Geopolítica Brasileira. P. 119-120.

Vargas e seu projeto político. Segurança Nacional, contenção interna, projeção estratégica continental, área central de soldadura sul-americana, passam a ser debatidos e pluralizados no seio das elites governantes, no alto oficialato (sobretudo o conservador), no meio empresarial e acadêmico. São novas, mas não estranhas, porque a “ameaça vermelha”, como produto ideologicamente fabricado vinha desde 1935. A contenção ao expansionismo soviético sim, era inovadora, não obstante a admiração pelos triunfos do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial. Assim, como era pacífica – entre as elites políticas e intelectuais – a ideia quanto a posição de destaque do Brasil dentre os Estados latino-americanos. A projeção estratégica no contexto Leste-Oeste, esta sim era inovadora. Inovava porque o antagonismo bipolar precipitara-se sobre o continente, sobre o Brasil, e se tencionavam os atores para ativar suas baterias no teatro global a favor de uma ou de outra superpotência. Agora, o Brasil deveria se agigantar no campo democrático, sob a conjuntura da Guerra Fria, particularmente na América do Sul.

Portanto, era essencial que a ESG concretizasse o ideário do aliado preferencial, estratégico e vital no continente, para a ação política a nível global¹³². E ainda estimulasse os atores que, no governo JK, obravam para situar o Brasil no concerto das nações votadas ao internacionalismo da ONU. Ou seja, que o Brasil assumisse seu papel como potência média a serviço do direito internacional e da estabilidade política global. No entender do general Meira Mattos,

Quando dos acontecimentos de outubro e novembro de 1956 no Oriente Médio, Pearson propôs à ONU a constituição de um Exército Internacional, capaz de atuar em nome da organização mundial, impondo a força do direito onde imperasse o direito da força. Na justificativa de sua proposição, o representante canadense defendeu a tese de que às potências médias deveria caber a tarefa de constituir essa força internacional. Sua argumentação a favor das potências médias se baseava na seguinte lógica: aos “grandes”, cujos interesses estariam em jogo, faltaria isenção para agir em nome da organização mundial; aos “pequenos” careceria prestígio político e militar para poder empunhar instrumento de sanção ou de contenção das Nações Unidas; às “potências médias”, respeitadas no mundo inteiro, como o Brasil, Suécia, Noruega, Índia, deveria caber a honrosa tarefa de formar a força internacional que, sob os auspícios da ONU, se incumbiria de preservar a paz no universo.¹³³

Todavia, o então chanceler canadense Lester Pearson não pensava na totalidade das potências médias para esse excelso trabalho de gendarmaria das Nações Unidas. Estava na mente do ministro canadense apenas aqueles Estados que comprovadamente agissem sob os influxos do poder ocidental, ou que pudessem ser atraídos pelo que considerava “irresistível persuasão” das democracias liberais. Nesse ponto, o raciocínio do político canadense se coadunava com o raciocínio de muitas lideranças brasileiras que no governo JK

132 Meira Mattos, Carlos. Geopolítica. P. 77-78.

133 Meira Mattos, Carlos. Op. Cit. P. 78.

atuavam para esse papel do país na ONU e perante as democracias liberais – leia-se Ocidente. Para tanto, urgia garantir a credibilidade interna, necessária ao salvo-conduto das potências democráticas e da superpotência (EUA) para que o Brasil ascendesse aos mais altos escalões da ONU e outros organismos internacionais de relevo.

Essa referida credibilidade interna deveria ser perseguida desde já, senão no universo político nacional, ao menos no meio militar, garantindo a total segurança do território e fronteiras do país a qualquer ameaça externa ou interna, a saber: a instabilidade social e política provocada pelo comunismo expansionista. Devido ao ativismo político dos oficiais naquela altura da História brasileira, não seria difícil prever que a segurança nacional tecida pela ESG objetivasse sobretudo a política nacional, seu monitoramento, controle e intervenção quando necessário fosse aos olhos da segurança nacional. Assim, a ESG poderia criar as ótimas condições domésticas para o exercício de sua estratégia com relação ao poder americano. Mas a Escola Superior de Guerra não era um ente internacional, um ator diplomático entre os Estados. Portanto, não poderia dirigir iniciativas do Estado a nível internacional. Estas seriam administradas pelo Estado brasileiro, governo e Relações Exteriores mais o Ministério da Guerra particularmente no quesito segurança hemisférica. Havia a premência do governo brasileiro em ativar os mecanismos de política internacional e de defesa (militar) suscitando os vizinhos continentais e principalmente os EUA.

Entretanto, o Brasil não possuía a envergadura política ou diplomática para desenvolver iniciativas pró-ativas no cenário mundial. Haveria então de aguardar o momento oportuno, as eventualidades ou contingências, no dizer de Rösen¹³⁴, para agir satisfatoriamente. E tal contingência surgiu mais cedo do que o esperado com a Crise de Suez em 1956. Eventualidade, que nenhum poder estatal previa ocorrer ou promovera em razão de seus interesses nacionais. Acontecera, sim, devido a uma série de fatores enumerados no capítulo anterior, e bem correntes na cronologia factual histórica, sem embargo a existência de um clima de confronto latente desde o Armistício de cessar fogo entre Israel e Egito em 1949. Deveras que a estratégia brasileira contou com a eventualidade contingencial e também com o clima hostil que soprava no Oriente Próximo e que ressoava o sentimento árabe (egípcio fundamentalmente) de derrota frente ao inimigo israelense, vitorioso nos combates que propiciaram nada mais nada menos que o nascimento do novo país.

Então, se nada nem ninguém previra o estourar do conflito egípcio-israelense de 1956 muitos acreditavam que haveria de ocorrer. As tensões na fronteira comum dos dois países, tendo seu foco na zona egípcia de Gaza, habitada etnicamente por palestinos que, apoiados por forças regulares egípcias faziam rotineiras incursões pelo território meridional de Israel, com

134 Rösen, Jörg. Teoria da História. P. 26.

ataques guerrilheiros, tencionavam a vida política na região. Havia ainda o fato de que nem o Cairo nem Tell Aviv estabeleceram mutuamente um acordo de paz. O governo Nasser não tinha intenções de firmar qualquer acordo isoladamente com Israel, sem antes a resolução do problema palestino e das ocupações ilegais em território árabe.

Por sua parte, Israel não resolveria suas relações com o Egito sem antes este reconhecer sua existência como Estado soberano. O mesmo se aplicava aos Estados árabes fronteiriços, Síria e Jordânia. Se Israel contava com o indelével apoio americano para sua política expansiva e dissuasória, o Egito contava com o apoio irrestrito dos Estados Não Alinhados. E a partir de 1961, efetivamente com o apoio da União Soviética, em virtude dos entendimentos entre o Cairo e Moscou. No entanto, era fundamentalmente nos mundos árabe e afro-asiático onde o Egito buscava o respaldo internacional para sua política externa e interna, o mesmo mundo que se reunira em Bandung e traçara como meta existencial a autodeterminação dos povos. Encaravam sinceramente Israel como uma ponte avançada do antigo domínio ocidental em terras árabes, um novo condomínio imperialista sustentado basicamente com o braço armado britânico (antes de 1948) e americano após essa data. Além desse apoio ético plurinacional, o Egito contava cada vez mais com o “guarda-chuva protetor” da União Soviética. Não que o país se inclinasse para o comunismo.

Na verdade, o Presidente Nasser tratava muito mal os comunistas em seu país, conforme relatara o embaixador brasileiro no Cairo, Carlos Maximino de Figueiredo¹³⁵ mas, como Moscou antevia a repulsa recíproca entre o Cairo e o Ocidente, preparava-se para assumir um potencial lugar para si no país e na região. O entreato provocado pelos ataques anglo-franco-israelenses fez adernar definitivamente o Egito para a órbita soviética, ao menos enquanto durasse o governo de Nasser. O Oriente Próximo detinha profundos laços com as antigas metrópoles francesa e britânica, verdade, porém as reviravoltas políticas tituladas pelo acentuado quadro nacionalista (de matriz europeia) vivificava profundo sentimento antagônico para com o Ocidente. Portanto, aliado ao clima social de mal estar, adicionava-se o clima de hostilidade com o inimigo, amplamente apoiado pelo Ocidente. Restava tão somente um rastilho de pólvora para tornar o Oriente Próximo alvo das manchetes em primeira mão.

Outubro de 1956 viu precipitarem-se os acontecimentos que culminariam com a oportunidade almejada para a diplomacia e política militar brasileira, e toda estratégia teoricamente acumulada de inserção internacional planejada para o país.¹³⁶ E tal estratégia remete, pois, à Escola Superior de Guerra e todo edifício doutrinário que, desde os anos 1950, constituiu-se no pensamento geopolítico brasileiro nuclearizado na Escola. De acordo com Cabral,

135 Relatório do Embaixador Carlos Maximino de Figueiredo, de 22 de novembro de 1956. In: Pasta da Embaixada no Egito. Anexo II.

136 Cabral, Severino. O Mundo Latino e a Era do Megaestado. In: Costa, Darc. Mundo Latino e Mundialização. p. 217.

A concepção geopolítica elaborada e desenvolvida pelo corpo de estudiosos e mobilizada pela Escola Superior de Guerra ao longo de 50 anos constitui um patrimônio intelectual brasileiro. [...] Entre as ideias desenvolvidas sobre o ser nacional brasileiro e o seu destino, duas, sobretudo, chamam a atenção: a primeira é a caracterização do Brasil como uma panregião em si mesmo; a segunda é que esta panregião, quando se firmar no contexto internacional, engrandecerá a cultura da humanidade. [...] Irrompia na análise geopolítica da ESG a concepção de um superestado meridional, de feição cultural latina, capaz de protagonizar a liderança dos Estados sul-americanos. A Bipolaridade restringia os movimentos do Brasil, que continuava sendo um país vinculado politicamente ao Ocidente, mas preso, por destino, ao mundo em desenvolvimento.¹³⁷

Essa reflexão, embora atual (2005) reporta ao ideário intelectual e orgânico da ESG durante os anos 1950 a 1980 e à toda comunidade acadêmica que, seja na sociedade civil ou no meio militar, atuava nos escalões variados do Estado brasileiro com o precípuo objetivo de construir o novo país. Portanto quando eclodiu a Crise do Canal de Suez em outubro-novembro de 1956, havia um substrato intelectual pronto para ativar no organismo nacional sua noção de Diplomacia e Defesa. Voluntarista ou não, colocar o país no vértice do cenário político e histórico mundial seria algo triunfante para este setor institucional. E o momento da ESG na estratégia política brasileira galaria-se com a consolidação da Comissão Militar Mista Brasil – EUA e logo após, com a Missão Suez.

Nesse ponto não havia nada de ideológico ou politizante nas tratativas firmadas entre os altos oficiais esguianos, o MRE e o alto oficialato americano, em perseguir o lugar na missão internacional das Nações Unidas. Primeiro porque o governo Kubitschek e o Ministério da Guerra já haviam se empenhado em garantir a participação brasileira, junto ao Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjöld.¹³⁸ E, também, o embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto e o chefe da Missão Permanente do Brasil na ONU, embaixador Ciro de Freitas Valle, haviam pessoalmente garantido a imparcialidade do país na crise que se precipitara, em recente entrevista com o Secretário de Estado americano J. Foster Dulles. Segundo, porque tanto a oficialidade nacionalista quanto os oficiais liberal-conservadores da ESG igualmente se voltaram para a empresa. O Certame se daria inicialmente sobre a condução do corpo de voluntários brasileiros, no próprio Batalhão que atuaria no Egito, nas regiões turbulentas de Gaza e leste do Sinai. Estava em jogo não apenas o prestígio brasileiro junto às Nações Unidas e à opinião pública (de reduzida monta à época) internacional, mas junto ao governo americano e em especial, ao seu Departamento de Guerra.

A ESG já era, há certo tempo, a co-instância que junto com o MRE pensava e engendrava políticas de defesa e estratégia de inserção

137 Cabral, Severino. Op. Cit. P. 217-218.

138 Ver Anexo B Fotos 1 e 2

internacional para o Estado brasileiro. E esta era a função basilar a que se propunha, uma vez afastado o ativismo do ISEB em virtude da aproximação com a esquerda. No entanto, o interessante estava na interpelação que a ESG mantinha com o Itamaraty, nos cursos de Estratégia e Políticas de Defesa que ambas as instituições promoviam. Como nos intercâmbios de agenda e de quadros que levavam e compartilhavam os mesmos prognósticos para o país.¹³⁹ Era preciso reunir a *intelligentsia* responsável pela política militar e internacional, num mesmo núcleo e propósito, para alavancar o país naqueles tempos de determinismo ideológico. Já não se perdia mais tempo em solucionar a potencialidade brasileira no continente sul-americano, como outrora se teorizava. A consolidação e o fortalecimento das enormes fronteiras, a integração do oeste e do norte, a pacificação da ordem republicana nos Estados, bem como a estabilidade dos regimes políticos nos países vizinhos, foram os temas que dominaram o pensamento estratégico brasileiro até o fim da Primeira Guerra (1918).¹⁴⁰ Eram temas que precisavam ser solucionados para garantir politicamente a grandeza do Brasil. Foram implementados no decurso dos anos 1920 e sob o regime de 1930 com acento no Estado Novo. Agora para os anos 1950 a liderança brasileira no continente era uma realidade visível, pela grandeza geográfica, humana e cultural do país. E sobretudo pelos arranjos políticos a nível sul-americano que o país encetara nas últimas décadas¹⁴¹.

No tocante aos temas atuais o pensamento estratégico brasileiro voltara-se para o contexto do país na conjuntura internacional, na fricção de poderes globais e na estabilização do poder nacional sobre o conjunto sul-americano. Tinha-se como certa e inevitável a aliança natural entre os dois polos do continente: Estados Unidos ao norte e Brasil ao sul. O adversário comum, o socialismo expansionista, seja o sediado em Moscou ou Pequim, ou aquele medrado internamente, era o alvo que precisava ser contido para a real estabilização social, política e humana. Para que o país assegurasse sua hegemonia na América do Sul era imperioso dois gigantescos empreendimentos: a) consolidar-se politicamente, ou internamente, a saber, o poder nacional, seguido do que deveria ser a erradicação dos desdobramentos socialistas em expansão pelo país; e b) estabelecer a aliança “natural” entre os dois polos continentais das Américas: Estados Unidos e Brasil, sem que tal implicasse qualquer traço de subordinação dos interesses nacionais. Em ambos os empreendimentos subjaz a tarefa hercúlea da Segurança Nacional, garante de um itinerário *perfectus* para a sociedade brasileira. Costa Freitas sobre o pensamento do Gen. Golbery, expoente da ESG por esses tempos, diz que;

Os conceitos de Segurança Nacional que vise à salvaguarda dos objetivos vitais permanentes da Nação contra quaisquer

139 Ver Anexo B Fotos 3 e 4

140 Costa Freitas, João Manuel. Op. Cit. P. 14-15.

141 Moura, Gerson. Op. cit. p. 34-35.

antagonismos tanto exteriores como internos, de modo a evitar a guerra se possível for e empreendê-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito. (...) em decorrência da universalização do fator segurança e do sistema anárquico prevalecente na relação entre Estados soberanos, a planificação da Segurança Nacional insere-se de forma lógica numa concepção realista das relações internacionais. O poder afigura-se então como denominador comum em todas as equações estratégicas formadoras do sistema internacional. O poder é por sua própria natureza expansivo, não podendo deter-se senão ao chocar-se com outro poder mais forte. A Segurança Nacional, pressupõe a Nação como *unidade de poder* no campo internacional. Por consequência, é na avaliação concreta do poder das nações que o objeto da Estratégia se manifesta, orientando, em função dos resultados alcançados, a práxis do Estado na cena mundial. Fora do poder não há salvação.¹⁴²

Muito coerente com o espírito do tempo naquela altura, a ESG compreendia sua política sob o realismo estratégico que lhe convinha no contexto geopolítico da época. E este, significava a construção de relações sólidas, amplas e profundas com o poder hegemônico contemporâneo: os Estados Unidos. Não por um tropismo irrefragável; mas porque era o esteio e o ancoradouro razoável que garantiria a organização interna do poder nacional brasileiro, face o descalabro – anarquia – das relações entre os Estados. Tal como se afigurava na Europa Ocidental desde o pós-guerra, quando todos os Estados se acomodaram ao “guarda-chuva” protetor americano, frente ao expansionismo soviético (Kominform¹⁴³) e as crises sociais internas, politicamente engendradas.¹⁴⁴

Para o Brasil, entre meados dos anos 1950 até o fim dos anos 1960, a certeza na edificação de uma Estratégia nacional consequente estava na relação construtiva com o mundo Ocidental, cristão e democrático, que pela evolução do processo histórico sediava-se nos Estados Unidos. E a consolidação do país como unidade de poder no campo internacional, somente poderia ser efetivada sob inter-relações estatais sincrônicas, estáveis e seguras com a superpotência americana. Haveria, portanto, que se encontrar – ou construir politicamente – o campo específico para o Brasil no macro campo internacional; campo este específico, no realismo estratégico bem definido e divulgado pela ESG, que se centralizava no Hemisfério Ocidental capitaneado pelos Estados Unidos.

A constituição do Batalhão Suez corresponde a esta estratégia. Muito além da atenção voltada à solicitação da ONU, ou dos compromissos internacionais subscritos pelo Brasil no seio dessa organização, estavam os

142 Silva, Golbery do Couto. Cf. Costa Freitas, Jorge Manuel. A Escola Geopolítica Brasileira. Op. Cit. P. 36-38.

143 Bureau de intercâmbio dos partidos comunistas no mundo, resultado da III Internacional, sediado em Moscou e em funcionamento até maio de 1956. Foi substituído pela Internacional Comunista.

144 Kennedy, Paul. Op. Cit. 464-466.

interesses imediatos. Estes, no entender de Juarez Távora¹⁴⁵ enquadravam-se na grande estratégia ocidental para o mundo livre, capitaneada pelos Estados Unidos. Líder da corrente liberal-conservadora, e docente na ESG, o general Juarez Távora era um dos que mobilizavam as ideias acerca da estratégia de projeção internacional do Brasil. Na sua visão nacionalista e racionalista, reconhecia na participação brasileira em missões internacionais, senda importante para que o país se gabaritasse aos olhos do mundo livre e na política internacional.

Mesmo sem qualquer protagonismo entre os atores envolvidos ou nas sub-regiões em conflito, se o Brasil cumprisse sua meta neutral, jurídico-diplomático e humano-material com as tropas no terreno, poder-se-ia perfilar com legitimidade ante a superpotência. E sustentar com todo fundamento, suas reivindicações nos planos de defesa (militar) e projeção internacional – acento no CSNU em especial. No correr dos anos que se seguiram a instalação do Batalhão Suez, o *think-tank* doutrinário da ESG estaria voltado para esses objetivos e, em alguns casos, realmente os alcançaria. Conforme será visto mais adiante, a parceria institucional entre a ESG e o Itamaraty visou materializar aqueles objetivos de defesa e projeção internacional do Brasil, instrumentalizando com eficiência nas relações com Washington o ativo político-diplomático que era o Batalhão Suez.

Outra categoria importante, que foi perpetuada no ideário da ESG era o conceito de Segurança Nacional nas relações internacionais. Não cabe nesta pesquisa discorrer sobre este tema, mas o aporte que o vincula à estratégia brasileira na Missão Suez, por suposto que vale uma breve atenção. Se a Segurança Nacional está inserida numa concepção realista das relações internacionais, como afirma um dos principais divulgadores da ESG, o general Golbery¹⁴⁶, a Missão Suez é o momento oportuno de criar o ativo necessário que catalisará os nexos estratégicos e políticos brasileiros com os principais Estados definidores da ordem mundial naqueles tempos. Aqui vai o realismo não apenas para com os Estados Unidos – grande promotor da iniciativa na ONU, juntamente com a União Soviética – mas com as duas grandes potências ocidentais, França e Grã Bretanha.

Para esse tópico, que se refere ao desenho diplomático e político realizado tanto por Moscou como por Washington, há o empenho do então Secretário Hammarskjöld. Esse aristocrata dinamarquês, com estreitos vínculos com a diplomacia de seu país, tinha especial trânsito junto ao Departamento de Estado americano; não que estivesse no comando da ONU a serviço dos Estados Unidos, em absoluto. Mas os vínculos eram reais e mais real ainda a aliança militar entre Estados Unidos e Dinamarca, ambos,

145 Mundim, Luís Felipe. Juarez Távora e a Organização do Estado Brasileiro. P. 349-350. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/21081/17815>> Acesso em: 20/05/2019.

146 Silva, Golbery do Couto. Planejamento Estratégico. P. 27-29.

membros fundadores da OTAN. Daí ser compreensiva a atenção especial que o secretário-geral conferira aos interesses geopolíticos americanos, sobretudo no Oriente Médio. A eleição do Brasil pelo gabinete de Hammarskjöld deve ser encarado a partir dessa situação, em que o papel dos Estados Unidos na ONU e na política internacional não poderia ser prescindido, sobretudo na região do Oriente Médio.

Retornando à realidade brasileira, fica aqui o informe de que mesmo numa empresa internacional, sob a tutela das Nações Unidas e com injunção coletiva pela paz, houve fricções desde as searas governamentais até o comando exercido *in locu*. E o empenho brasileiro em estabilizar estas fricções foi um enorme ganho, verdadeira superação dos imbróglis internos, tanto nas FFAA quanto na política. Foi um ganho para que a estratégia de defesa e a projeção internacional do país afinal fluísse, e robustece a posição de seus mais diletos autores, a ESG e o MRE.

Com a *realpolitik* pretendida pela ESG nos domínios da Segurança Nacional e relações internacionais para o Brasil, a Missão Suez aparece como a ferramenta oportuna de cristalização dessa estratégia no longo prazo. Em primeiro lugar era preciso garantir a sincronia com os Estados Unidos nas projeções brasileiras para a América do Sul. Sim porque a área imediata de projeção internacional do Brasil era – e talvez o seja atualmente – o continente sul-americano. Portanto para a consecução da estratégia de segurança nacional interna era fundamental a estabilização continental, com governos associados, parceiros e dispostos à cooperação com o Brasil. Atritos de ordem ideológica, política ou por mera recalcitrância, não poderiam prosperar. Com os Estados do Cone Sul, Argentina sobremaneira, seria mais que oportuna a sincronização das relações. E pela *grandeur* em quase todos os domínios, o poder brasileiro estender-se-ia naturalmente pela vizinhança continental, como polo meridional da democracia liberal. É pacífico que este poder seria exercido em consonância com o outro polo continental, setentrional, os Estados Unidos.

Em segundo lugar a Missão Suez era sumamente oportuna porque alimentaria outro importante vetor da Segurança Nacional que era o aparelhamento das FFAA. Seria no contexto atual (século XXI) a política de defesa daqueles tempos: garantir a disponibilidade em servir a causa das Nações Unidas – a causa da paz mundial em suma – e o compromisso com aquilo que se entendia como o espírito do tempo, a autodeterminação dos povos. Tal compromisso credibilizaria o papel do Brasil no mundo, no continente americano e ainda junto aos novos Estados de África e Ásia. E sobremaneira creditariam o papel do Brasil perante as nações ocidentais do mundo livre, em especial os Estados Unidos, principal provedor militar do país. Isto era de suma importância porque os planos de reaparelhamento das FFAA nos campos estratégico e conceptual já vinham sendo elaborados pelo núcleo

orgânico da ESG, em sintonia com o MRE e quadros específicos do Ministério da Guerra¹⁴⁷.

A partir da estabilização institucional do país entre Executivo Federal e alto comando militar encetada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, nota-se brotar nova sinergia: o Itamaraty e a ESG sintonizam-se na elaboração de uma realista política externa e militar para o país, por meio de sistemáticos estudos dirigidos pela Escola. Trata-se de dois cursos: o de Estratégia e Defesa e o Superior de Guerra ministrados pela Escola e com significativa presença dos mais altos quadros diplomáticos brasileiros. Nesses cursos procurava-se construir um novo realismo geopolítico para o Brasil que servisse como paradigma funcional em que tanto o Executivo, como o Ministério da Guerra e o Itamaraty agissem sinergicamente. Ora, buscava-se construir a nova política externa e de defesa do Brasil nos marcos da nova ordem mundial elaborada pelas potências ocidentais e democráticas, encabeçadas pelos Estados Unidos. Caberia à *intelligentsia* brasileira encontrar a posição ideal e profícua para o país, num cenário tenso motivado por forças antagônicas, instabilidade e caos, resultante tanto da ação externa (comunismo) quanto interna: o subdesenvolvimento, encarado como a porta aberta para o caos social. E ainda pela competência entre os Estados, nas concorridíssimas searas políticas e econômicas, em que largavam na frente aqueles Estados que gozassem de planificação e empenho governamental.

Os cursos ministrados na ESG, em conjunto com o Itamaraty, avalizavam essa disposição de encontrar a posição segura e vantajosa para o país, que entendiam, passava pela preservação dos interesses nacionais sem choques, relas ou fricções com a potência hegemônica americana. Para os desafios que este cenário apresentava, a Segurança Nacional era o remédio mais indicado, tanto na antecedência profilática como na intervenção direta. Por isso o Curso Superior de Guerra formava as mentalidades que conduziram a política exterior do Estado em sua mais ampla defesa, robustez e projeção nos cenários regional e internacional com o suporte doutrinário e acionário da Segurança Nacional. Debelar a instabilidade interna, produto de forças bem identificadas – a esquerda organizada e o socialismo expansionista, sediado em Moscou ou outros centros – que conduziram ao caos social e político, e assestar a posição do país entre os demais Estados, estavam na ordem do dia. É neste ponto que todos os participantes e orgânicos da ESG mobilizaram-se pela participação brasileira no Suez, desde quando tornara-se pública a convocatória do Brasil pelo Secretário Geral da ONU com o apoio americano. A nomeação do então Major Francisco Boaventura Cavalcanti como assessor do Gen. Martola, da equipe do Secretário Geral, é mais um indicativo da congruência entre a ESG e o Itamaraty. Integrara a turma de 1956 o referido oficial e era quadro orgânico da ESG, e apesar da participação na corrente

147 Moura, Gerson. P. 36-37. Op. Cit. e Anexo B Fotos: 3 a 5.

liberal-conservadora, sua nomeação foi ratificada pelo Ministério da Guerra, sendo chefe de Estado Maior o Gen. Anor.¹⁴⁸

Assegurar a plena participação brasileira no Suez, sob os mais rígidos requisitos do Direito Internacional à luz da democracia liberal, seria o objetivo primevo perseguido pelo Brasil,¹⁴⁹ como seara propícia, claro está, à confiabilidade, cooperação e sintonia com a política americana, tanto nos níveis internacional quanto continental. Em contrapartida, estariam abertas as vias para dotar tecnologicamente e com plena modernização as FFAA brasileiras. Seria o troféu do reconhecimento que ultimavam os estrategistas da ESG, execução esta que constava das linhas primevas da Segurança Nacional que se empreendia para o país. E por último, em terceiro lugar – sem qualquer escalonamento de prioridades – estava cimentar o poder interno com a Segurança Nacional, aspecto este um tanto mais alinhado com o contexto bipolar então vigente.

Sim porque para erigir, equilibrar e sustentar o poder interno – nacional – sem os adventos efetivos da Segurança Nacional, no entender da ESG, seriam impossíveis. E mais uma vez as relações internacionais entrariam em cena, tecidas por uma diplomacia cônica do quão vital era a sincronia com o poder ocidental democrático. Essa linha de pensamento era capitaneada pelos generais Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora, dois dos mais eminentes próceres da ESG. Compunha, com certa aproximação o conjunto pragmático da geopolítica intelectualmente orquestrada desde os Estados Unidos (Kennan, 1953) em que não poderia haver instabilidade antagônica no Brasil nem acessos esquerdizantes ou nacionalistas. Deve-se frisar que para Washington, o Brasil representava um polo geopolítico ou um pivô estratégico continental, na acepção “mckinderiana”. E ressonâncias dessa orquestra, presidida pelos Estados Unidos, repercutiam nos círculos intelectuais e, principalmente, estratégicos, como a ESG. Para Costa Freitas,

[...] Dessa sùmula das principais ideias-força presentes no pensamento e atuação da ESG, ressalta que a planificação da Política de Segurança Nacional deve arquitetar-se com base numa axiologia própria de uma visão ocidental cristã, democrática, realista e brasileira do sistema internacional. Construir uma Geopolítica brasileira estratégica atenta ao problema da segurança nacional e adaptada aos condicionalismos de um sistema internacional anárquico, apresenta-se como causa última continuamente presente. [...] Inerente a essa construção estará por sua vez uma noção de afirmação do Brasil vertida quer no alargamento da fronteira civilizacional às áreas anecúmenas, quer no contexto das relações sul-americanas, quer enfim no papel a desempenhar na defesa e preservação da civilização cristã do Ocidente [...]¹⁵⁰

148 Anexo B. Foto 06.

149 Conforme advogara o líder do governo no Senado, in: Diários do Congresso Nacional. Op. Cit. Discurso do Senador Filinto Müller. Acesso em: 30/04/2017.

150 Costa Freitas, Jorge Manuel. Op. Cit. P. 39-40.

Portanto, esta investigação pretende situar com clareza a interface que a Missão Suez apresentou para a estratégia brasileira em segurança nacional capitaneada pela ESG. Ela buscava concretizar a relação sincrônica que se pretendia entre Brasil e Estados Unidos – e o mundo ocidental evidentemente. E preencher, com virtuosos e ativos trabalhos a diplomacia brasileira bem como materializar a política militar com uma nova, atuante e modernizada força armada, que seria no conjunto o pilar da Segurança Nacional e poder interno e externo em todo o continente. A ampla reconciliação entre governo e FFAA propugnada pelo Presidente Juscelino Kubitschek no decurso de seus primeiros meses de mandato ajudou a selar o propósito da ESG no plano geopolítico nacional. Seus mais eminentes quadros, intelectuais e orgânicos, passaram a atuar sistematicamente para converter o Brasil nessa potência meridional pró-ocidental que auspiciavam. Daí que a ESG também encetara funcionalmente uma política externa para o país, cujas linhas gerais foram comentadas acima com relação à política de Segurança Nacional partícipe com as nações “amigas”.

Contudo o novo, o eventual ou a contingência criadora no entender de Rüsen¹⁵¹, apareceu com a Missão Suez em novembro-dezembro de 1956. Se por um lado, o Ministério da Guerra envidara todos os esforços para concretizar a participação brasileira no corpo internacional de paz, por outro lado, foi virtualmente o MRE-Itamaraty, em constância de pensamento com a ESG e a oficialidade liberal-conservadora – porquanto esguiana e amplamente anistiada pelo presidente de suas conjuras – que arquitetaram, política e diplomaticamente, a empresa.

As tratativas entre o Embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto com o Departamento de Estado sugerem os contatos prévios que garantiram a citação do Brasil pelo Secretário Dag Hammarskjöld em sua convocação perante o pleno do CSNU em 02-03 de novembro de 1956. Não apenas a citação ao Brasil feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lester Pearson, como Estado votado à neutralidade entre dois mundos, foi o determinante. Na verdade, tal manobra diplomática do então chanceler canadense, visava conter politicamente as prováveis indicações que o bloco socialista – ou União Soviética – pudesse vir a fazer. Já rotulado pelo governo egípcio como “Estado congenérico” ao Reino Unido, o Canadá e suas autoridades detinham pouca legitimidade perante os novos países afro-asiáticos, e muito menos perante o nacionalismo terceiro-mundista. Mesmo assim, a articulação movida pelo ministro Pearson granjeou a aprovação do Brasil pela superpotência, e paralelamente de Londres e Paris. Mas especificamente, para os grupos em ação no interior das FFAA e do MRE, o que contava era o crédito angariado com os Estados Unidos via presença na Força em formação.

151 Rüsen, Jörg. Op. Cit. P. 28-29.

O Embaixador Amaral Peixoto mantinha importantes e proveitosos contatos com o Secretário Foster Dulles; em parte pela expectativa americana para com o novo presidente brasileiro, e mais singelo, por motivos assaz ordinários: as demandas brasileiras pelos novos mísseis terra-ar e mísseis de cruzeiro para a marinha; também figurava a expectativa dos acordos de segurança no Atlântico Sul na grande calha afro-americana para cujo concurso se dispunha o Brasil com uma reequipada marinha e armada aérea. Obviamente, reequipada com o fornecimento bélico americano, treinamento conjunto e assessoramento. E tudo isso pensado para um futuro bem próximo. Amaral Peixoto descortinou a tendência diplomática brasileira na grande aliança com os Estados Unidos, iniciativa deste último sob a égide política do “New Look” (Novo Olhar) promovida pelo governo Eisenhower e articulada pelo Secretário de Defesa Charles Wilson. Os pontos principais desse enfoque político-militar-diplomático eram:

“...(1) greater reliance on nuclear weapons, using the advantage the United States had over the Soviet Union in such weapons; (2) elevation of strategic air power, the major means to deliver nuclear weapons, to a more important position (not expansion in the number Air Force wings but rather development and production of better equipment); (3) cuts in conventional ground forces, based both on reliance on strategic and tactical nuclear weapons and the expectation that U.S. allies would provide ground troops for their own defense; (4) an expanded program of continental defense, which, along with strategic air power, would serve as a principal ingredient of the military manpower base while reducing active duty forces...”¹⁵²

Dois deles interessam diretamente à execução da estratégia militar e continental brasileira: os itens 3 e 4. Uma, trata da expectativa americana em que os aliados se defendam, por meios próprios, sem dependerem de armas nucleares estratégicas (3); a outra com relação à expansão da defesa continental (hemisférica) promovida diretamente por Washington e secundada por aliados estratégicos (4). Ambas as passagens eram parte da geoestratégia americana de contenção de gastos e reescalonamento de obrigações. E eram também sincrônicas quanto ao objetivo de equilibrar a presença militar americana no mundo sem pesadas onerações com gastos e tropas no estrangeiro. O fim da Guerra da Coreia pressupunha para a administração Eisenhower, abandonar o ideário pretoriano da presença física universal por reequilíbrios de defesa por meio de responsabilidades compartilhadas. Bem no propósito do Secretário Charles Wilson, homem de negócios e afim a um Estado com menos ganância e mais enxuto. O mesmo para a diplomacia

¹⁵²Disponível em:

<<http://www.history.defense.gov/Multimedia/Biographies/Article/571268/charles-e-wilson>>
Acesso em: 02/06/2017. Tradução Apêndice I.

conduzida por Foster Dulles – secundada por Herbert Hoover Jr. – de maior reforço dos aparatos interestatais, como OTAN, Pacto de Bagdá, TIAR etc.

Na ESG, entre 1955 e 1960, o então coronel Golbery do Couto e Silva já definia a rota a ser tomada pelo Brasil no pretense papel a ele reservado no cenário continental e mundial. As Nações Unidas e a OEA estavam em primeiro plano, não descuradas, por suposto, das relações estratégicas com os Estados Unidos. Segundo Costa Freitas,

[...] A práxis político-estratégica da sede de poder brasileira deveria ainda fazer da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) palcos naturais de exercício da capacidade de atuação. Em paralelo, Golbery define ‘quatro janelas para o mundo largo’ nas quais importava ao Brasil vincar sua posição: ajuda na manutenção do *status quo* no mundo luso-brasileiro e fortalecimento dos laços de solidariedade e cooperação com o mundo latino, católico e subdesenvolvido completariam o esquema de prioridades geopolíticas [...]¹⁵³

Mas para a escola geopolítica nucleada na ESG tendo à frente o núcleo de homens como Golbery, Juarez Távora e Castello Branco, o que importava era a independência econômica. E esta, processar-se-ia pela autonomia tecnológico-industrial galvanizada no país por um Estado capaz e integrado, politicamente estável, requisitos constantes já na quase anunciada Doutrina de Segurança Nacional. Sem a dispensa evidentemente da estreita cooperação com as nações democráticas do Ocidente, que significariam o aporte necessário e vital ao empenho nacional (brasileiro) por romper as amarras do subdesenvolvimento. Em Planejamento Estratégico¹⁵⁴ (1ª edição 1955) o general Golbery entendia o Brasil para o Ocidente e vice-versa nestes termos,

[...] Nesse panorama sombrio para a humanidade, o Brasil tem uma posição nítida e definida ao lado do Ocidente. Pois, pertencemos ao Ocidente, nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que balbuciamos, até na maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e incansável de incontáveis gerações [...]

Essa nova orientação política dos Estados Unidos foi bem absorvida pela *intelligentsia* brasileira. Procurou-se congruí-la com os propósitos da estratégia do Brasil em projetar-se internacionalmente, pela via da defesa compartilhada. Na América do Sul certamente, cuja instabilidade política palpitava insegurança no Rio de Janeiro e em Washington, e noutros centros

153 Costa Freitas, Jorge Manuel. Op. Cit. P. 54-55.

154 Tirado do jornal Opinião, de 11 de março de 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/123307/per123307_1974_00070.pdf> Acesso em: 23/03/2019.

mundiais. Na grande calha amazônica e atlântica, foco dos estudos mais recentes da escola geopolítica brasileira. E na capacidade de reação a qualquer tipo de ameaça provinda do comunismo internacional. Esse propósito, muito importante para as FFAA brasileiras, residia na certeza de que o comunismo internacional agia por procuração direta de Moscou, portanto, de um Estado estrangeiro a imiscuir-se na vida de outros povos. Haveria que contê-lo por todos os meios, e com autossuficiência, já que o poderio soviético era real e bem comprovado, como nos recentes casos iugoslavo (1948-1949) e húngaro (1956).

Se essa nova orientação diplomática foi rapidamente absorvida nas altas esferas do Estado brasileiro, o grupo da ESG já operava seus dividendos a respeito. E pela razão mais palmária, haveria primeiro que garantir a modernização das FFAA, com a aquisição dos materiais bélicos urgentemente.¹⁵⁵ Isso, porque desde 1952, Brasil e Estados Unidos ao celebrarem o acordo militar, a parte brasileira não conseguira reequipar sua tropa, na medida em que as necessidades se pronunciavam. E também, em face das obrigações concernentes à “defesa compartilhada” no hemisfério. Esta era entendida pela ESG como a outorga à responsabilidade brasileira de policiar a vasta zona oceânica do Atlântico Sul, até as costas africanas ao sul do Golfo da Guiné. Mais ainda a função de *gendarmeria* sobre o continente sul-americano, papel que no entender da ESG dotaria o Brasil de virtual ascendência política sobre os vizinhos. É por isso que, nessas condições, o Brasil tinha necessidade premente na modernização de suas FFAA, via aquisição bélica. E o Estado que detinha as condições para esse intento era os Estados Unidos, seja material, seja condições políticas, pois representavam não apenas o bastião do mundo livre, mas toda herança ilustrada e republicana do Ocidente.

A efetivação da Missão Suez correspondia à linha de ação política traçada na estratégia nacional pela ESG e seu núcleo orgânico ao qual o general Golbery do Couto e Silva era um dos destacados componentes. Com o Brasil na Força de Emergência, as obrigações estariam em cumprimento para com as Nações Unidas; pontuaria o pleito do Brasil – e de outros Estados – na reforma do CSNU e por fim, robusteceria a candidatura brasileira à este órgão da ONU. Daí que fortalecer as FFAA numa triangular estratégia – CSNU, EUA, Suez – requeria a total custódia da política militar (defesa) e Segurança Nacional pela ESG. Nisso, Golbery se expressava muito bem em seu exercício retórico sobre a conjuntura;

[...] A guerra total que envolve o planeta desenrola-se no espaço interno das nações ocidentais, onde a ideologia comunista atua como ponta de lança. Por isso, não basta a esses países de um poder

155 Basicamente os programas de modernização bélica das Forças Armadas brasileiras nos anos 1950, se restringiram ao governo Kubitschek. Para mais detalhes ver Bassoli, Douglas. Developing a Partnership with Brazil. Disponível em: <<http://www.apps.dtic.mil/dtrc/tr/fulltext/u2/a424216.pdf>> Acesso em: 10/04/2019.

nuclear de intimidação, resposta violenta e, por isso mesmo, exageradamente rígida e nem sempre aplicável no caso de ameaças limitadas, mas lhes convém contar com forças militares ao pé da obra organizadas de preferência com elementos locais devidamente equipados e assistidos, reforçados, se necessário por destacamentos dotados de armamento dos mais moderno e potente, e além disso, construir um primeiro escalão de reserva geral, brigada de choque altamente móvel e superiormente equipada, capaz de atender no mais curto prazo, aqui ou acolá, como bombeiros internacionais de uma nova estirpe, aos focos de perturbação atizados pelos comunistas ou às ameaças de ataque tanto da Rússia como da China, no vasto perímetro do mundo livre [...]¹⁵⁶

Ora, está-se a verificar se a participação do Brasil na UNEF I em constituição (nov.-dez. de 1956) correspondia a essa lógica, na linha de atuação da ESG, expressada por um de seus mais diletos membros, o gal. Golbery do Couto e Silva. Assim parece que aos objetivos mais prosaicos de projeção internacional são acrescentados outros, como o controle político, o policiamento e até a intervenção nos espaços onde estejam em risco a segurança internacional – leia-se a ordem democrático-capitalista. E realmente muito do esboçado nos estudos geopolíticos da ESG, tornados política de Estado no Brasil, incorporava essa lógica bem delineada pelo gal. Golbery. Como por exemplo a vigilância sobre o continente sul-americano e sobre o Oceano Atlântico (Sul).

No entanto, o Atlântico Sul voltado para o continente africano através do saliente nordestino do Brasil, era trabalhado a muito como um ativo estratégico pela ESG e pela escola geopolítica brasileira de antes da Guerra Fria¹⁵⁷. A substituição da permanência americana direta pela presença de Estados aliados assegurando a estabilidade necessária à ordem mundial foi potencializada no Brasil pela ESG e pela *intelligentsia* geopolítica brasileira como a oportunidade do país de projetar-se no entorno sul-americano e no Atlântico sul. Como depreende-se dos acordos de meados dos anos 1950 entre Brasil e Estados Unidos, no marco da Comissão Mista de Defesa de ambos, o Brasil esperava o reconhecimento americano na sensível demanda do reaparelhamento militar, entre outros fins, o patrulhamento do Atlântico Sul. Em tela, havia a compra dos mísseis cruzado e terra-ar, e ainda dos aviões caças que a FAB necessitava. A ESG e seu oficialato de alto escalão, politicamente organizados, tinham interesse específico nessas aquisições, e neste ponto, selaram fileiras com o governo JK e sua diplomacia no Itamaraty. A concretização dessas demandas era o coroamento pela ESG de suas atuações políticas e estratégicas – ou ao menos parte delas – no seio de sua nova doutrina da Segurança Nacional já explicitada. Aumentaria significativamente o prestígio da instituição no Estado e na sociedade civil organizada, além de potenciar sua liderança interna nas FFAA e no país como um todo.

156 Jornal Opinião. Op. Cit. 11 de março de 1974. Acesso em: 22/03/2019.

157 Travassos, Mário. Projeção Continental do Brasil. P. 28-29. A obra do Marechal Travassos avança pelas décadas de 1920 à 1940, e o enfoque principal para esta análise, é o corredor Atlântico Sul indispensável para a segurança territorial brasileira.

Porém dentro da reorganização estratégica proposta e levada a efeito pelo governo Eisenhower, com o Secretário Wilson, o papel destinado ao Brasil não seria aquele meridianamente prognosticado pela ESG. Nem ao menos estaria próximo das linhas estratégicas definidas pela Escola. Isso porque basicamente a zona de tensão para a diplomacia americana não estava na América do Sul, ou América Latina num maior grau. Os recentes desequilíbrios na Europa Oriental com a questão húngara (1956), a preocupação por não permitir uma “deriva” chinesa ante o rompimento com Moscou – desde a morte de Stálin em março/1953 – seguida da questão de Formosa e da península coreana, todas essas tensões no Extremo Oriente, somadas à nova escalada crítica no Oriente Médio, protagonizada pela Crise de Suez, constituíram episódios que não coadunam com qualquer papel relevante para o Brasil.

Assim sendo, toda a *intelligentsia* brasileira, sobretudo a ESG, eram conscientes que teriam de esperar para ver emergir maiores e melhores perspectivas para o país diante da estratégia americana. Basicamente o papel brasileiro era garantir estabilidade política junto aos Estados da região, ou ao menos entre aqueles sobre os quais o Brasil tinha relevo e força geotrópica para influir. Pense-se no Cone Sul particularmente, já que o outro grande Estado de peso, a Argentina, enfronhava-se numa recente ditadura militar despótica, sem apoio social ou lastro junto à classe política nacional, enquanto a principal força política do país, o peronismo – na clandestinidade – nutria amplo sentimento antiamericano. Dessa maneira nota-se a positividade com que o Embaixador brasileiro em Washington, Amaral Peixoto, aguardava o envio daquelas tecnologias militares. Como também, a fluida comunicação com o Secretário Dulles – ou seu imediato, o Subsecretário Herbert Hoover Jr. – diante de sua satisfação com a participação brasileira na Missão da ONU ao Suez.¹⁵⁸

Dentre aquelas tecnologias militares citadas anteriormente, em especial os mísseis de cruzeiro a serem vendidos para a Marinha brasileira, havia ainda a importante questão do reator nuclear – para uso civil – que os americanos se propuseram a instalar no Brasil. Depois de vários esforços do governo brasileiro, desde 1952, que afinal via-se a possibilidade do país ingressar no clube das potências atômicas. O que conferiria especial status na correlação de forças no continente, e era visto como mais um ativo na estratégia de defesa auspiciada pela ESG. Em reunião com o Subsecretário Hoover, em 20 de novembro de 1956, o embaixador Amaral Peixoto tornou a cobrar pela instalação do reator. Eis o informe de Hoover para sua embaixada no Rio, um dia depois;

Peixoto–Strauss meeting (Deptel 371)² held 21st. Peixoto did not ask for specific new areas cooperation but spoke at length re “now favorable” atmosphere U.S.-Brazilian cooperation. Said he did not know why power reactor instructions not yet received but if not received within month would go Brazil straighten things out.

158 Ver Anexo A.

Strauss assured Peixoto our desire cooperate fully establish sound atomic energy program with Brazil but indicated technical problems arising as result uncertain status existing agreements beginning to cause some difficulty. Peixoto said he had recommended prospecting be resumed. Also although GOB had approved Brazilian NSC recommendation no intention cancel sales contracts. He added new commission good; chairman his personal friend and other members three of whom recently in U.S. all good men and well disposed.¹⁵⁹

Havia também, os mísseis a serem instalados na base aeronaval de Fernando de Noronha. Em 05 de dezembro de 1956, numa reunião entre o Embaixador americano Briggs e o embaixador Carvalho e Sousa, no Rio, ambos avalizaram os pormenores técnicos para o envio dos mísseis; em telegrama despachado da Embaixada americana para o Deptº de Estado tem-se os seguintes informes:

In view continuing delay on military facilities Embassy officer discussed situation on November 30 on informal, personal basis with Ambassador Carvalho e Souza, chief of political department, who in recent weeks has taken leading role in Foreign Office efforts obtain agreement military authorities on affirmative response re guided missiles project in particular. Ambassador Carvalho stated despite every effort final agreement not yet obtained. On contrary, National Security Council representatives at meeting November 29 insisted facilities used on Fernando de Noronha island must be limited to remainder period Kubitschek administration, i.e., four years, arguing that next administration could extend agreement if it saw fit. (As reported Embtel 446⁴ Foreign Office draft provided for period of ten years renewable for another ten and denunciation on one year's notice.)¹⁶⁰

Todas essas demandas que o Brasil notificara os EUA através de sua embaixada, não eram novas. Era parte do reescalonamento de prioridades que o governo vinha fazendo desde pelo menos o início da década. Mas que Washington pusera em “banho maria” por atavios de sua própria política externa para o continente; todavia, com a nova administração Eisenhower a partir de 1956, e o Novo Olhar (New Look) consubstanciado na chamada doutrina Eisenhower, Estados aliados como o Brasil, passam a desempenhar mais na lógica geopolítica americana no continente e na ONU. E tal nuance foi percebida pela *intelligentsia* brasileira no MRE e na ESG, daí a renovação daquelas demandas, obedecendo agora ao novo contexto nas relações bilaterais. E somado a isto, a presença do Brasil na UNEF I que, como ativo político e diplomático, poderia vir a instrumentalizar aquelas urgentes aquisições para a modernização de sua tropa.

Embora sendo a participação brasileira no Suez em 1956 resultado de uma contingência do processo histórico no Oriente Médio, foi a pavimentação

159 Telegrama do Secretário de Estado Interino Herbert Hoover Jr. para a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. In: www.statedepartment.us/officehistorian/eisenhower/brazil Acesso em: 20/02/2018. Tradução apêndice I.

160 Telegrama da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Deptº de Estado – gabinete do Secretário. In: www.statedepartment.us/officehistorian/eisenhower/brazil Acesso em: 20/02/2018. Tradução apêndice I.

política e estratégica promovida pela ESG no seio das FFAA e MRE-Itamaraty que colaboraram na convocação e aceitação do país pela ONU e Estados Unidos respectivamente. Tal “pavimentação” comporta dois aspectos inter-relacionados: o primeiro é teórico/intelectual e aduz a postulados histórico-sociais, e o outro aporta aspectos puramente de elaboração político-técnica, ou seja, tomada de decisões no campo do poder de Estado. Ambos os aspectos são fundamentais para se entender o ativismo político-militar representado pela ESG e sua conexão com a Missão Suez. Não se está a dimensionar aqui qualquer condução que a ESG poderia conferir aos pendores diplomáticos internacionais para o Brasil; mas justifica-se que a ESG contribuiu para a elaboração do corolário doutrinal que, de fato, conduziu a escolhas e tomadas de decisão pelo Estado brasileiro. Ao compreender a concretização ou a funcionalidade desses aspectos, fica mais clara a resposta a uma indagação crucial:

O que levou o Brasil a ser convocado e aceito como partícipe numa complexa missão de peculiaridade geoestratégica para as duas superpotências da época?

Primeiro, o aspecto teórico/intelectual, pois criava uma atmosfera de sentido histórico ao papel do Brasil no mundo, visto pelos militares. Um dos mais proeminentes pensadores da geopolítica brasileira desde os anos 1960, e quadro orgânico da ESG desde a década anterior, fora o Gal. Carlos de Meira Mattos. Para esclarecer esse aspecto, relacionado à aliança indelével com o Ocidente, um pouco comentada mais atrás, o general Meira Mattos considera o seguinte;

Reunindo nossos veios de valores tradicionais, encontraremos as quatro grandes sementeiras de nossa formação histórico-cultural: latinidade, lusitanidade, cristianismo e democracia representativa. Essa síntese nos conduz, inelutavelmente, para o lado ocidental. Procurar fora do mundo ocidental uma linha de destinação política para nossa nacionalidade seria, para nós, o rompimento violento com as origens étnicas, religiosas, culturais e sentimentais. Não resta dúvida, portanto, de que somos ocidentais por imperativo de nossa gênese política e pela força incoercível de nossas aspirações espirituais. (...) Assim uma das grandes linhas de nossa política exterior parece-nos ser a fidelidade ao Ocidente. Devemos, cada vez mais, integrar-nos na coletividade ocidental, buscando o seu aperfeiçoamento como cultura e civilização e fortalecendo-a com o nosso apoio.¹⁶¹

Essa aliança com o Ocidente já foi discutida neste capítulo, mas uma observação vale a pena: o fator desenvolvimento nacional. A angústia que pairava sobre quase todos os quadros orgânicos da ESG era o subdesenvolvimento brasileiro. Persistente e permanente, mas que se encerrava numa contradição ininteligível, abrigado sob o colossal e riquíssimo território. Era imponderável a permanência do país naquele critério econômico,

161 Mattos, Carlos de Meira. P. 56-57.

pensavam os intelectuais da ESG – e o próprio Gal. Meira Mattos – e somente com a efetividade do poder nacional – o poder de Estado – sob a égide da Segurança nacional, o Brasil poderia livrar-se do subdesenvolvimento crônico. Não havia outra alternativa a não ser pela associação com as nações ocidentais que trilharam outrora o caminho do bem estar social e do desenvolvimento.

A nível continental, dizia o gal. Meira Mattos, o Brasil superaria esta condição por meio da unidade americana, o pan-americanismo, desafio histórico bastante debatido na ESG como modelo inadiável a ser seguido politicamente. E não poderia fazê-lo sem o concurso fundamental da superpotência americana. Não por simples admiração, mas porque existia e atuava politicamente como o *hégemon* continental – e global. Desta maneira, o primeiro aspecto da aliança com o Ocidente materializar-se-ia com funcionais e definidas políticas de *approchment* com os Estados Unidos, no campo teórico/intelectual e ideológico. Era necessário garantir às autoridades americanas que o Brasil não embarcaria nas aventuras globais da moda, como o citado Movimento dos Não-Alinhados (1961) ou o bloco da Terceira Via. Na dualidade que imperava no mundo era vital definir-se política e doutrinariamente perante a opinião internacional, sem reservas.

Para a *realpolitik* brasileira orbitada na ESG e no Itamaraty, o país necessitava dar mostras de segurança ideológica e política para seus aliados e parceiros, sobretudo os Estados Unidos. A nível sul-americano mais imediato e do interesse direto do Brasil – e de Washington – o realismo brasileiro precisava investir na unidade entre os Estados, na tônica do desenvolvimento nacional, na cooperação intergovernamental e na dissipação socializante. Difícil hierarquizar estes postulados, mas tomando apenas dois, a cooperação entre os governos e a contenção socialista, já é o bastante para ilustrar o aspecto vital da aliança com os Estados Unidos construída pela ESG.¹⁶²

A cooperação intergovernamental dizia respeito à elaboração de uma agenda política e econômica construtiva entre os Estados sul-americanos, na linha do pan-americanismo promovido por Washington desde a Conferência do Rio em 1949. Associação entre os governos, diálogo constante e aberto, consensos em temas comuns e minimização das contendas, por arbitragem conjunta, era o que os americanos esperavam de seus vizinhos do sul, muitas vezes beligerantes e intransigentes entre si nos contenciosos regionais do passado. Se o Brasil se firmasse como um esteio ou um vetor dessa cooperação a nível governamental, numa agenda próxima daqueles requisitos, estaria habilitado aos olhos da ESG, para liderar todo continente.

Assim, o velho populismo¹⁶³ – todavia ascendente pelos anos 1950 e 1960 – deveria ceder diante de políticas institucionais sérias, seguras e transparentes, que devotassem mais serviço às instituições de cunho

162 Costa Freitas, Jorge Manuel. Op. Cit. P. 54-56.

163 Ianni, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 34-35.

democrático e representativo que de lideranças carismáticas. A ESG tinha consciência desses desafios e pugnava por instituir no país um Estado estável, centralizado, atuante e que desse conta daqueles encargos. Pela via da Segurança Nacional sob o concurso da ordem interna, arguíam, seria possível chegar à estabilização necessária ao desenvolvimento nacional. Alcançadas essas condições estavam vedadas as possibilidades para o caos, para as incertezas políticas e sociais, para a anarquia esquerdizante ou socialista, e sobretudo para o subdesenvolvimento excruciante. E numa concepção tautológica, para alcançar a senda do desenvolvimento pleno, pela via da Segurança Nacional, era imprescindível a aliança estratégica com os Estados Unidos.

Essa aliança estratégica foi auspiciosamente desenhada pela ESG. A Missão Suez, mesmo sendo planejada diplomaticamente pelo MRE e tecnicamente pelo Ministério da Guerra, convergia para a agenda de prioridades da ESG no trânsito rumo àquela aliança. Isso porque o núcleo político da ESG envidara todos os esforços para alçar nos principais comandos militares as lideranças liberal-conservadoras que garantiriam a estabilidade interna ao país. Esta era de vital importância para a política continental americana, cujo maior penhor era banir qualquer traço de influência comunista na política interna dos Estados e também os arroubos nacionalistas. Ao se confirmar a indicação de seus mais importantes quadros em comandos estratégicos das regiões militares, a ESG credibilizaria sua atuação e asseguraria ao governo americano a estabilidade necessária. Todavia, entre 1956 e 1960 essa estratégia da escola não se concretizaria. Abaixo um sumário dos generais “esguianos” todos partícipes da Cruzada Democrática, e seus postos de comando, a partir de, e no imediato à Missão Suez;

Quadro II – generais da corrente liberal-conservadora: comandos e postos

Nélson de Mello	Chefe do Gabinete Militar da Presidência (1956-1960); preside a CM Brasil-EUA (Fev.1961 a 1964); apoiou a Novembrada
Alfredo Souto Malan	Chefe da 3ª Seção do EMFA (1956-1960); membro do corpo permanente da ESG;
Juarez Távara	Comandante da ESG (1956-1961); candidato à Presidência em 1955 (UDN).
Humberto Castello Branco	Diretor do Deptº de Altos Estudos da ESG (1956-1961); cai no ostracismo por apoiar a “conspiração da ECEE” em 1956.
Augusto da Cunha Magessi	Chefe do Deptº Federal de Segurança Pública (1956-1961); corpo permanente da ESG; apoiou a

	Novembrada
Emílio Maurell Filho	Representante do Exército à Missão da ONU (1956/57-1961); diretor do Deptº Altos Estudos da ESG (1961).
Ângelo Mendes de Moraes	Chefe do Deptº de Produção e Obras do Exército (1956-1959); corpo permanente da ESG (1957); apoio à Novembrada.
Nicanor Guimarães de Sousa	Chefe da Diretoria de Material Bélico (1957-1960); cursou a ESG; contrário a Novembrada.

Emílio Ribas Júnior	Chefe da Zona de Comando Sul (1956-1960); corpo permanente da ESG.
---------------------	--

*Fonte: elaboração do autor com base em dados do CPDOC/FGV. Acervo biográfico.

É importante recordar que, durante a gestão do general Henrique Lott no Ministério da Guerra, o núcleo político-militar da ESG não poderia expor-se publicamente. Entenda-se aqui o efeito “expor-se publicamente” no sentido de manifestações políticas. Em 1957 o chefe do EMFA general Odílio Denys – da corrente legalista, mas após 1961 esguiano – punira o general Álvaro Fiúza de Castro com a reforma, por este endereçar críticas à indiferença do governo com os comunistas¹⁶⁴. E como muitos quadros do generalato da ESG pertenciam à Cruzada Democrática, e desafiaram o Ministro da Guerra nos eventos de Novembro (1955), a maioria foi mantida à distância dos comandos das Regiões Militares. O legalismo com que o general Lott vinha imprimindo sua gestão à frente do Ministério, pusera termo – ao menos pelos próximos cinco anos – à ascensão política da ESG nos comandos. E causara certos interrogantes em Washington quanto à definição da política militar brasileira. No entanto, a Missão Suez seria preservada a despeito disso, o que se conclui que Washington estava seguro quanto ao rumo “político” das FFAA brasileiras. Isso, devido a dois concursos opostos: um, à marca legalista do Ministro da Guerra, e o outro, à ação concertada da oficialidade liberal-conservadora nucleada na ESG.

Portanto, no aspecto regimental e legal, a gestão de Lott no Ministério era irretorquível. Nos Estados Unidos, esse detalhe da política militar brasileira era seguidamente observado e acompanhado. Conquanto o governo JK mantivesse o país à distância de arroubos nacionalistas internos, sobretudo nas FFAA, contaria com as boas gestões do governo americano. É de citar, mais uma vez, a corrente militar nacionalista, e o movimento da Frente de Novembro, formada por alguns coronéis com destaque para o cel. Nemo Canabarro. E, principalmente, mantivesse distância dos apelos nacionalistas externos que pairavam pelo Terceiro Mundo, como o nacionalismo popular e,

164 <http://www.fgv/cpdoc/acervo/biografia/generalfiuzadecastro> Acesso em: 28/02/2018.

mais adiante, o Movimento dos Não Alinhados (a partir de 1961) e dos Estados socialistas. Se lograsse êxito contra tais desafios, sua administração seria bem vista por Washington. E num prazo mais estendido, a manutenção de quadros da ESG nos principais comandos do país, inclusive na alta cúpula do Estado federal, assegurava aos Estados Unidos que as FFAA não estavam “à deriva”.

Ou seja, não seriam presas fáceis de lideranças populistas com forte apelo junto às classes trabalhadoras. Ou por lideranças militares com influência junto à tropa, como a corrente nacionalista. Havia tanto no núcleo dirigente da escola quanto no Departamento de Estado americano o receio de que a ala radical do PTB, com vínculos nas três forças, hegemonizasse o bloco trabalhista, e por conseguinte, o governo federal. E essa ala já era identificada com o Vice-presidente João Goulart, e seu cunhado, o governador gaúcho Leonel Brizola.

O que vinha sendo rotineiro entre as repúblicas do continente, e que consternava o governo americano, com ressonâncias nos setores conservadores do Brasil, era que partidos populistas, de inspiração nacionalista ou socialista haviam assumido o poder, e conduzido muitos países a climas tensos com Washington. Os acontecimentos na Venezuela em 1956 são ilustrativos, a quando da visita do Vice-Presidente americano Richard Nixon. Este fora alvo da ira popular, agredido e vilipendiado por multidão atizada por lideranças que compunham o próprio governo venezuelano. Vivia-se naquele país a ditadura nacionalista do gal. Marcos Pérez Jiménez (1953-1958) em que o desenvolvimentismo típico do Terceiro Mundo foi assumido na chamada política do Novo Ideal Nacional.¹⁶⁵

Fora preciso a intervenção diplomática do Presidente JK, no desembarque de Nixon no Rio de Janeiro, para que medidas de retaliação contra a Venezuela não fossem tomadas pelo governo americano. Também o Secretário de Estado J. Foster Dulles, no México, fora alvo do opróbrio por populares e lideranças políticas daquele país, quando lá estivera em março de 1956. Poderiam ser citados vários outros episódios de anti-americanismo na América Latina por aqueles tempos, mas este não é o espaço para tal. Apenas sublinha-se aqui, os rumos que a política sul-americana poderia tomar caso as Forças Armadas nacionais não fossem “acompanhadas” de perto por Washington.

E no Brasil, principal Estado sul-americano, o monitoramento das FFAA pelo governo dos Estados Unidos, passava pela permanência dos quadros esguianos em áreas estratégicas dos comandos nacionais. O próprio núcleo dirigente da escola tinha conhecimento dessa conveniência, por isso, operou com diligência junto ao governo JK, e ao Ministro da Guerra, sua área de influência nos setores estratégicos do Estado. A obra estaria inacabada, todavia, pelo não controle sobre os comandos das Regiões Militares. O passivo

165 Hoffman, Jorge Mier. La dictadura de Pérez Jiménez. P. 18-21. Disponível em: <<http://www.rena.edu.ve>> Acesso em: 24/03/2019.

pela derrota de Novembro de 1955 ainda seria arcado pela ESG, mesmo assim, o controle sobre órgãos de planejamento, instrução e infraestrutura, conferia o respaldo americano à atuação política da escola. E à capacidade de seus quadros em posicionarem-se nos escalões de comando mesmo sob ambiente difícil.

Dessa obra política e diplomática, avoca-se a Missão Suez como o destacado instrumento, a nível de política internacional, que o Brasil ofertava às Nações Unidas. E ofertava também à comunidade democrática ocidental, ciosa de que o conjunto das tropas internacionais no Levante, não politizariam a questão, dando munção à política soviética.¹⁶⁶ Bem dentro da linha estabelecida pelo Departamento de Estado americano, mas não somente. O Ministério das Relações Exteriores britânico, o Foreign Office, também via com bons olhos a participação de Estados neutros, fora do círculo norte-Atlântico¹⁶⁷. Abaixo, um trecho da correspondência que o premiê britânico Anthony Eden enviara ao presidente Eisenhower sobre a participação internacional na futura UNEF I,

Eu entendo inteiramente a força do que você diz. No que diz respeito ao seu ponto (a), não acho que seja necessário ter alguma dificuldade. Em nossa resposta ao Secretário-Geral, na verdade não fizemos uma condição de nossa aceitação do cessar-fogo e da entrada de uma Força das Nações Unidas de que as obstruções no Canal deveriam ser removidas por nossas tropas. Isto é, no entanto, algo que tem de ser feito com a maior urgência no interesse do mundo. Estamos no local e as únicas pessoas que podem fazê-lo rapidamente. Nós, portanto, achamos certo que devemos ser autorizados a carregá-lo sem impedimentos. Pessoalmente, estou inclinado a concordar com o seu ponto (b), ou seja, que os Cinco Grandes devem ser excluídos da Força das Nações Unidas. Esta é, no entanto, uma questão sobre a qual existem sentimentos muito profundos aqui. Não pude tomar uma decisão de tal magnitude sem consultar meus colegas e o farei assim que possível pela manhã. Eu acho que antes de tomarmos uma decisão, podemos querer saber mais sobre quais são as funções da Força das Nações Unidas..¹⁶⁸

Essa força deveria estar convenientemente dentro da órbita geopolítica ocidental, como o Brasil, em que as FFAA seguramente agiriam com profissionalismo no terreno, sem tintes políticos que inflamassem a delicada missão da ONU (UNEF I) no Egito.

Ainda sob os louros da ESG junto ao governo JK, o Brasil estava conseguindo os materiais bélicos necessários para a modernização de sua marinha, defesas costeira e aérea e aviação. Note-se que os generais Emílio Maurell e Augusto Magessi, não eram apenas quadros da ESG no exercício dos comandos. Maurell era o representante das FFAA brasileiras (Ministério da

166 Nos primeiros anos da UNEF ainda havia desconfiança com relação às tropas iugoslavas e indianas, reflexo da política de ambos os Estados em defesa do Movimento Não Alinhado. Seus líderes, Tito e Nehru, enfatizavam o papel imperialista do Ocidente nas crises do Oriente Médio, na de Suez em especial. Tradução nossa.

167 Vide carta do Premiê britânico Anthony Eden ao Presidente Eisenhower no Anexo I.

168 Op. Cit. <http://www.statedepartment/officeofhistorian/politicalboxes/crisisofsuez> Acesso: 28/02/2018.

Guerra) junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, com estreitos vínculos com o alto comando americano. Fora aluno da School of America, no Panamá nos anos 1940. Magessi cursara a Command of General Staff School em Fort Leavenworth no Kansas. O general Mendes de Moraes também cursara a School of America. O general Moraes chefiava o importante Departamento de Obras Públicas do Exército, responsável pelos reatores nucleares que os Estados Unidos deveriam construir no Brasil, conforme os acordos bilaterais.¹⁶⁹

Portanto, esses generais esguianos mantinham estreitas relações com a alta oficialidade americana e com destacados intelectuais das academias e escolas de geopolítica daquele país, e que por isso, sabiam dos reais interesses brasileiros. Muitos desses acadêmicos das forças armadas americanas eram *brazilianists*, cujo trabalho era traçar os destinos reservados ao Brasil na estratégia geopolítica dos Estados Unidos. Suas relações no campo técnico-profissional, acadêmico-militar, ou mesmo de camaradagem castrense, nutria percepções em ambos os lados. Pela parte americana, como observado, esses oficiais *brazilianists* sabiam o que oferecer à parte brasileira para que decisões convenientes aos interesses americanos fossem tomadas no Brasil. Conforme correspondência diplomática da embaixada americana no Rio, e do Departamento de Estado para a Casa Branca, as opiniões desses altos oficiais especialistas em Brasil tinham efeito sobre a condução política americana. Era do conhecimento de todos que o governo brasileiro enfaticamente assumira o pleito pela modernização de suas FFAA. A então projeção internacional do país, *alter ego* da política externa de JK, incorporara como artéria venosa potencializar o poder nacional através de sua capacidade militar. Seria o alicerce para lançar o país nos rumos do desenvolvimento nacional, na industrialização de seu parque produtivo, o que se efetivaria apenas pela segurança interna e externa absolutas. Estavam aí descortinadas as teses da doutrina de Segurança Nacional, primeiramente encadeadas pela ESG, e depois abarcadas politicamente nos anos subsequentes.

Assim, a Missão Suez poderia instrumentalizar como peça importante da geopolítica brasileira a modernização e capacitação militar do país. Por um lado assegurando aos Estados Unidos o comprometimento com os serviços prestados às Nações Unidas, sem polemizar politicamente com qualquer lado conflitante – como fizeram no início iugoslavos e indonésios; construir gradativamente e conferir decisivamente mais um *ethos* ao Brasil e suas FFAA, que seria a constante participação em missões de paz e policiamento em zonas conflituosas do orbe. Por outro lado, pavimentar política e diplomaticamente o caminho do Brasil à vaga permanente no CSNU, após reforma da organização, auspiciada – assim pensavam os estrategistas brasileiros – pelos próprios Estados Unidos. Mas a Missão Suez contudo não

169 http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete_tematico/mmc/biografia Acesso em: 28/02/2018. No sítio da FGV/CPDOC encontra-se algumas informações sobre os cursos realizados por oficiais, inclusive na ESG e academias estrangeiras. Sobre os reatores nucleares para fins pacíficos há referências na bibliografia desta pesquisa.

seria a peça diplomática que dobraria os Estados Unidos às conveniências dos estrategistas do governo JK. Consistia num importante ativo diplomático e político internacional e binacional, considerando as relações Brasil-EUA. Não poderia ser utilizada como barganha política para os interesses nacionais do período JK – tal como fora feito nas negociações de 1942-1943 quando o presidente Getúlio Vargas logrou criar a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

As perspectivas com a Missão Suez levaram muitos do alto escalão governamental a intumescer em veleidades nacionalistas. Incluídos aí muitos oficiais da ESG que tinham em mente a cristalização das relações militares com os Estados Unidos em favor do Brasil. Sobrestimavam o papel da força de paz no conflito árabe-israelense, ou sobrestimavam o papel do Brasil dentro daquela força. E mais, sobrestimavam o papel do Brasil no cenário continental, ao pretenderem ombrear o status do país ao dos Estados Unidos, figurando algo como um destino manifesto brasileiro na América do Sul – ou mesmo América Latina.¹⁷⁰ O Batalhão Suez cumpriria seus deveres, com o máximo de denodo e profissionalismo possíveis, mas as esperanças de alçar o país a uma aliança estratégica com a superpotência, em relação aos demais Estados americanos – e mesmo sul-americanos – seriam relativizadas.

Com respeito às expectativas dos principais atores internacionais envolvidos com a criação da força, Estados Unidos e União Soviética em primeiro lugar, Israel em segundo e Reino Unido e França a seguir, nada mais longínquo que os propósitos brasileiros. Em primeiro lugar, nem Washington ou Londres postulavam a força como elemento dissuasório frente o Egito, ou a União Soviética. A precipitante UNEF I não tinha metas dissuasórias. Era um contingente militar cujo trabalho em campo não era defensivo, mas de patrulha. A força seria de polícia num terreno conflitante, porém, pacificado após a tripla investida franco-britânica e israelense. O secretário britânico para os negócios estrangeiros (chanceler) Selwyn Lloyd, em missiva a Dag Hammarskjöld da ONU, não punha fé em qualquer força internacional para deter os ímpetus dos militares egípcios no governo, ou das guerrilhas palestinas em Gaza. Punha evidência, sim, na ação direta de seu governo e dos franceses, neste ponto secundado pelo premiê Guy Mollet. Então aos olhos de britânicos e franceses a UNEF I era de pouca monta. Mas agiria positivamente como patrulha e tropa investigativa quanto às ações do Cairo, que tomavam como belicistas e hostis aos interesses ocidentais. Neste detalhe, para Londres e Paris, na força de paz não deveria haver membros do CSNU. Nem de Estados que compunham a Aliança Ocidental – OTAN – pois era necessária a maior credibilidade possível

170 A obra do general Carlos de Meira Mattos pode confirmar tal pretensão. Mesmo o gal. Golbery do Couto e Silva evocava o “destino manifesto” brasileiro, não somente para o continente, mas para o Ocidente. Ver Silva, Golbery do Couto. Geopolítica do Brasil. p. 28-29 e Mattos, Carlos de Meira. Uma visão histórica e contemporânea da Geopolítica brasileira. In: A Defesa Nacional, 1988. P. 32-33.

à força de paz, não obstante a preocupação com virtuais candidatos indesejáveis.

Em 7-8 de novembro de 1956, o chanceler britânico Selwym Lloyd encontrou-se com o líder francês Guy Mollet e o chanceler, Christian Pineau em Paris para traçar conjuntamente com os Estados Unidos a criação e ação dessa força. Em paralelo de ideias e propósitos estava o secretário Hammarskjöld que desde finais de outubro vinha sustentando junto ao presidente Nasser a permanência em solo egípcio de tropas internacionais. Este expunha suas razões, e com elas a negativa no final, de que tais tropas estacionadas apenas no lado egípcio da fronteira seria um prêmio ao agressor (Israel). Mas após os entendimentos e convergência entre os “três grandes” Estados Unidos, Reino Unido e França, a sustentação do secretário geral da ONU ao líder egípcio foi alterada por literal pressão; em caso de persistência, a resultante seria uma invasão direta por parte de Israel, com desastrosas consequências militares e econômicas para o país, e certamente para seu regime, que já angariava apelantes desafetos entre os Estados árabes de regimes conservadores – as já ricas monarquias do Golfo Pérsico sobretudo.

Portanto, o Brasil encaixava-se bem nas expectativas de Londres e Paris como candidato a participante da força. Contudo, menos por interesses específicos diretos na geopolítica sul-americana e mais por conveniência do papel assumido pelo governo brasileiro em relação a compromissos internacionais. E também em relação aos profundos e sólidos vínculos com a elite política e militar brasileira, estando certos de que a depender dela, o país não se precipitaria em aventuras socializantes ou nacionalistas. Mas com respeito aos propósitos americanos para com a força de paz, o papel do Brasil se encaixaria em quadrantes diferentes.

Voltando um pouco à aliança estratégica com os Estados Unidos, pilar principal na construção da potência brasileira – e também aspecto histórico-intelectual, que balizou por esses tempos a política externa e militar do país – vale a pena debruçar sobre a citação de Costa Freitas em que;

No contexto externo, à luz da conjuntura mundial marcada pelo antagonismo dominante, o destino manifesto brasileiro e a subsequente liderança no subcontinente sul-americano passariam pelo estabelecimento de uma aliança privilegiada com os Estados Unidos, a nação irmã do norte. Esse estatuto traduzir-se-ia, em termos de segurança e defesa global, na responsabilidade brasileira na elaboração de estratégias de imunização da América do Sul contra o vírus marxista atuante sob a forma insidiosa de quintas-colunas; participando na defesa da África ‘contra o expansionismo soviético que daí nos ameaçará diretamente’; e contribuindo para a manutenção dos bastiões defensivos no Mundo Ocidental que lá ao longe, na Europa, no sul asiático e na Austrália garantem a nossa relativa tranquilidade e toda nossa esperança.¹⁷¹

171 Silva, Golbery do Couto. APUD: Costa Freitas, Jorge Manuel. Op. Cit. P. 54.

Aqui, avança-se um pouco na produção intelectual do núcleo dirigente esguiano num ponto pouco observado pelos analistas de política internacional e de Geopolítica do Brasil. São as ambições desses estrategistas para com a África, mormente a África portuguesa, já em franca luta pela independência. Embora esse estudo não pretenda tratar do caso africano, vale a pena breve digressão. As iniciativas diplomáticas do MRE em direção às antigas possessões lusas na África canalizavam tendências que, mais adiante, tornaram-se ações políticas do Brasil para com os novos Estados dali surgidos. E a ESG estava no cerne dessas tendências, ou como poderia se denominar, pensamentos elaborados com respeito à futura política africana do Brasil. Mas em paralelo com a estratégia ocidental – americana – cujo veio, seria a erradicação dos movimentos comunistas que na altura encabeçavam as lutas de independência contra a metrópole portuguesa.

Desenvolvia-se, portanto, uma deliberada política aliancista com os Estados Unidos, vigente nos acordos bilaterais, multilaterais e intergovernamentais com os Estados do continente, em que a preservação do *status* do Brasil, como grande potência meridional, seria o sustentáculo para as linhas de defesa ocidentais (democráticas, representativas e cristas) nesta parte do mundo. O projeto da ESG, para a política militar e internacional do Brasil forjou-se sob o prisma nacionalista. Isso porque encerrava nele categorias bem resteladas do discurso nacionalista. Algumas são bem prosaicas como, fortaleza nacional, desenvolvimentismo, expansão política, influência regional e projeção internacional. Costa Freitas intercambiando o pensamento dos generais Golbery e Meira Mattos, adjudica quatro sentenças para assegurar a aliança que propiciaria a grandeza nacional: 1 – o nacionalismo como princípio basilar das relações internacionais; 2 – a adoção explícita da doutrina de contenção (George Kenan¹⁷²) como único meio de combater a ideologia expansionista soviética, entendida como a maior ameaça à segurança interna e externa dos Estados ocidentais; 3 – a elaboração daquilo a que chamaríamos teoria dos círculos concêntricos, definindo prioridades diplomático-estratégicas à luz das quais a práxis externa do Executivo brasileiro deveria subsumir-se de forma coerente; e 4 – o conceito de Ocidente como elemento-programa de uma geopolítica simultaneamente interna, regional e mundial gizada em função da onipresença de um conceito de guerra entendida como total, permanente e global.

Dessa forma, a Missão Suez foi abraçada como a grande oportunidade para que a estratégia brasileira mostrasse materialidade, campo de ação e resultados para a projeção brasileira no mundo. Nada fruto de algo ideologizado, concebido romanticamente para atuar nas relações com o Ocidente e os Estados Unidos em particular. Era uma postura alicerçada nos interesses ordinários e nacionais do país ou pelo menos dos setores sociais e

172 Ver o subcapítulo II deste capítulo que trata sobre a doutrina da contenção elaborada sobretudo por George Kenan, diplomata e político americano.

políticos que assumiam a chefia do Estado e convertiam para si o interesse nacional. Como afirma Costa Freitas,

se o nacionalismo decorre logicamente do realismo subjacente à cosmovisão delineada pelos autores (Golbery e Meira Mattos) a adoção integral da estratégia de *countainment* norte-americana como padrão de referência internacional atuava como causa e efeito das análises e diretivas geopolíticas elaboradas. Desse modo, entendemos que a teoria dos hemisférios representa, acima de tudo, uma visão global e unificadora da relação de poderes mundiais na qual se procurava conjugar a importância de uma liderança brasileira no subcontinente com a atuação da superpotência norte-americana.¹⁷³

Entretanto, a que reporta a teoria dos hemisférios na política externa brasileira e na projeção internacional do país? E, ainda, em que consistiria a Missão Suez para essa “teoria estratégica” pensada e articulada para o país? Seriam três as meias luas que forjam a capacidade brasileira como Estado Nacional atuante: a) o semicírculo interno, do qual a integração territorial com o conseqüente povoamento luso-brasileiro (na visão do Gen. Golbery o termo luso refere-se tão somente à população brasileira falante do português) da imensa massa continental central e Amazônica, seria a alavanca para a consecução do eixo econômico-produtivo, vital para o crescimento e desenvolvimento nacionais; b) o semicírculo continental ou sul-americano em que esta grande massa territorial brasileira tornando-se um elo axial para toda América do Sul, proporcionaria ao Brasil lugar de destaque no mundo, privilegiando não apenas o país mas todos os vizinhos, graças ao dinamismo social que tal desenvolvimento proporcionaria e c) o semicírculo internacional, derivado dos dois primeiros, consubstanciando assim o hemisférico conduzido pelo Estado brasileiro, que seria a liderança global exercida pelo Brasil em conjunto com o seleto clube das grandes potências ocidentais, da qual faria parte como membro de pleno direito.

Agora bem, a oportunidade surgida com a Missão Suez estaria no trabalho que o Brasil faria junto às Nações Unidas, como representante do Ocidente democrático e livre, junto aos demais parceiros da Missão. Se as Nações Unidas era o fórum determinante, pelo direito e legitimidade internacional, à atuação dos Estados, a liderança ocidental deveria se pautar pelos mecanismos participativos daquela instituição. Por certo que lideranças unilaterais sobrevivessem e fossem bem ativas nos cenários políticos, mas apenas estariam sob o manto da legitimidade se referendadas pelas Nações Unidas. Assim o processo de pacificação no Oriente Médio poderia e deveria ser liderado pelos Estados democráticos e livres, ocidentais no pensar esguiano, mas sob o invólucro político e jurídico da ONU. Para a Escola Superior de Guerra e seus principais pensadores, não havia mais espaço para as arremetidas imperiais de outrora. A Segunda Guerra Mundial sepultara a ação impositiva direta, a conquista e a colonização, e todas as sequelas

173 Costa Freitas, João Manuel. Op. Cit. P. 55-56. Os grifos são do autor citado.

históricas advindas daquelas práticas antigas. A *expertise* ocidental, com sua experiência e maturação no direito internacional aplainariam as irregularidades e solavancos da política árabe, do imbróglio israelense-palestino, e da intempestiva ação do Egito, envolto num beligerante espírito revolucionário¹⁷⁴.

O outro aspecto a considerar da macro-estratégia da ESG, para a condução brasileira em política externa e militar, diz respeito às iniciativas práticas no campo da ação governamental. E o período que baliza o Batalhão Suez (1956 a 1967) e, mais especificamente, o momento que leva a criação do referido corpo, é farto de exemplos que corroboram aquela teoria estratégica analisada nos parágrafos anteriores. Sob a presidência de Getúlio Vargas em 15 de março de 1952, celebra-se o Acordo Militar Bilateral Brasil – Estados Unidos¹⁷⁵, de grande repercussão nas FFAA brasileiras. Em que pese o conhecido anti-americanismo do presidente, o governo PTB/PSD não pode titubear em garantir aquilo de maior importância para as três armas, que era sua modernização. E no quadro internacional de inícios dos anos 1950, o único que poderia preencher estes anseios do alto oficialato brasileiro eram os Estados Unidos. Não por viabilidade política, mas por carência de opção dentre os Estados com os quais se relacionava o Brasil.

Assim, pelo acordo, a principal demanda brasileira era obviamente a modernização com o completo aparelhamento das FFAA pelos Estados Unidos, de modo a tornar o Brasil a principal potência militar na América do Sul. Tanto para a ESG quanto para o Itamaraty, em diferentes frentes de ação, o apoio americano ao Brasil seria vital para a projeção internacional do país e a consolidação de sua liderança na América do Sul. A começar do Itamaraty, o embaixador brasileiro em Washington Amaral Peixoto envidava esforços na preferência pelos investimentos americanos no Brasil. Participava ativamente de colóquios com o empresariado americano, sobretudo os da Costa Leste, e efetuou viagens afim de apresentar o mercado brasileiro como seguro, aberto e promissor aos investimentos americanos.¹⁷⁶ O próprio chanceler Macedo Soares em julho de 1956 efetuara importante rodada de negociações nos Estados Unidos para assegurar o compromisso do novo governo com o livre mercado.

No tocante ao plano militar, ou aos negócios envolvendo o setor *trade* da Defesa, a ESG estava particularmente interessada na aquisição dos famosos mísseis – já mencionados mais atrás – de pequeno e médio alcance, para a Marinha e Exército. De fato a tecnologia e emprego dos mísseis entre os exércitos era um fator tanto de distinção em relação ao poderio ofensivo como de dissuasão. Largamente utilizado nos estertores da Segunda Guerra

174 Oren, Michel. Seis Dias de Guerra. P.

175 Acordo Militar de Assistência Recíproca Brasil-Estados Unidos. Sítio da FGV. Acesso em 01/09/2017.

176 Ver Anexo III. Iniciativas do embaixador Amaral Peixoto nos EUA. Em 1955, é assinado o Acordo Atômico entre Brasil e EUA, dentro da política americana “Átomos para a Paz”, de 1954.

Mundial, em especial pelo Exército Vermelho, e também no conflito da Coréia, a tecnologia missilística era dominada por algumas potências. Na década de 1950, Estados Unidos e União Soviética eram os detentores dos mais avançados mísseis em emprego corrente, como os de cruzeiro que o Brasil demandava. Caso o país conseguisse naquele ano de 1956 ou em 1957, seria o único país latino-americano a deter aquele arsenal ofensivo de ponta. O adido militar do Brasil em Washington (interino) general Floriano de Lima Brayner, estava se esforçando nos contatos junto ao alto comando americano, em especial ao coronel Vernon Walters, assessor do Pentágono para a América do Sul. Explicitava a necessidade do país em se equipar militarmente para os desafios que a manutenção da ordem interna e da contenção regional impunham às FFAA brasileiras, ante uma América do Sul politicamente instável e ideologicamente volátil.

Igualmente, referia-se ao policiamento e controle do Atlântico Sul, rota de interesse para o Brasil, porque o referido oceano formava costa comum entre Brasil e África Ocidental, com destaque para os antigos territórios portugueses do Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola. Todos eram peças ativas na geopolítica esguiana para a expansão brasileira no continente africano, seja ela político-governamental ou econômica¹⁷⁷. Atente-se para as guerrilhas¹⁷⁸ de índole marxista que atuavam naquelas colônias e que o Brasil, na qualidade de potência atlântica meridional de cultura portuguesa, tinha reais e diretos interesses na estabilização daqueles futuros Estados luso-africanos. Debatia-se entre a inteligência militar brasileira e americana a extensão das possibilidades russas naquela área e de como o Brasil poderia atuar, face à proximidade cultural com aqueles povos.

Mas, o que pesava também na ESG e na alta cúpula militar brasileira era a capacidade de atuação interna das FFAA. Por isso a urgência em aparelhar Exército, Marinha e Força Aérea visando à garantia das enormes fronteiras, desde o Planalto Amazônico até a bacia platina. Como acentua o professor Francisco Doratioto, a extensa fronteira sulina sempre esteve na mente dos estrategistas brasileiros como zona vulnerável, em parte pelo terreno em planície e campinas, favorável à movimentação de infantaria, e em parte pela concentração populacional argentina e paraguaia relativamente próxima aos Estados do sul brasileiro. É que os grandes centros onde se localizavam as linhas de defesa mais importantes estavam no litoral sudeste do país (MG, SP e RJ – II Exército e 1ª Região Militar) ao passo que as linhas de defesa argentinas e paraguaias estavam bem perto da fronteira com o Brasil, fato que justificava a preocupação em garantir a segurança daquela região. Nota o

177 Meira Mattos, Carlos. Geopolítica. P. 73-75.

178 Trata-se do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, liderado por Amílcar Cabral, e seu irmão Luís de Almeida Cabral; e em Angola do MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola, liderado pelo médico Agostinho Neto.

professor Doratioto¹⁷⁹ que a Junta Governamental argentina, desde 1955 no poder, manifestava uma política militarista em seu cotidiano, com o general Aramburú promovendo gastos em defesa para seu Exército.

Já o general Presidente do Paraguai Alfredo Stroessner (1954-1989) aliado da Junta Governamental Militar argentina, reequipava sua tropa e militarizava o país ao estilo franquista, com regimentos armados e aptos ao combate próximos à fronteira com o Brasil. A ditadura Stroessner tornara-se peça de poder entre Brasil e Argentina, e o general joga com pertinácia a política de barganha entre os dois vizinhos poderosos. Mesmo flertando com o governo democrático de JK e o Rio de Janeiro ampliando as concessões comerciais com o Paraguai – o porto franco de Paranaguá, a ligação Foz do Iguaçu-Assunção e a ponte sobre o rio Iguaçu datam dessa época – era certo que Buenos Aires exercia maior ascendência sobre a política paraguaia que o Brasil. Portanto estreitar os laços estratégicos com a potência americana via o instrumento internacional da Missão Suez, constituía mais um ativo na geopolítica brasileira de projeção continental. O caso paraguaio que naqueles idos de 1956-1960 representava uma nítida disputa de poder entre os dois gigantes do Cone Sul, poderia ser proclive ao Brasil caso este se impusesse na linguagem direta que a Junta Governativa argentina entendia muito bem: a potestade militar.

De fato, o governo JK logrou superar os desatinos com as lideranças argentinas, já sob o governo eleito de Arturo Frondizi, a partir de 1958. Mas, conquanto corriam os anos de 1956 e 1957, a zona platina ainda não se encontrava de todo desanuviada, e quanto aos temas geopolíticos e de defesa, pairou por um bom tempo a desconfiança e os receios mútuos entre a liderança militar brasileira e a argentina.

De certo modo, a ESG e a liderança militar liberal-conservadora envidaram esforços junto ao Departamento de Defesa americano na elaboração de entendimentos e agenda programática conjunta que descongestionasse o mais breve possível as aquisições armamentísticas para as FFAA brasileiras. E tangente a esse ponto, tanto o Itamaraty quanto o Ministério da Guerra, como órgãos institucionais apropriados, trataram de otimizar as disposições do mecanismo bilateral constantes no Acordo Brasil-Estados Unidos. É seguro que essa otimização contava com o recurso vantajoso da Missão Suez em que o Brasil se comprometia ante as Nações Unidas e o governo de Washington a participar ativamente, dentro do espírito da ONU e da lógica pragmática ocidentais. Sobre esse aspecto, abordar-se-á mais adiante, porém, o fato é que o governo brasileiro procurou estabelecer sobre a mesa negociadora com Washington os vínculos que havia na agenda imediata do país. Dentre eles, as necessidades militares internas, a geopolítica continental na América do Sul e a zona territorial do Atlântico Sul em direção à

179 Doratioto, Francisco. O Brasil no Rio da Prata. P. 135 e 136. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/obrasilnorioprata/pdf>> Acesso em: 01/09/2017.

África Ocidental. Todos esses vínculos seriam aplainados ante o comprometimento brasileiro com a política americana para o Oriente Médio, que na Missão brasileira no Suez, correspondeu a dois planos: ao cumprimento policial no terreno, objetivo precípua da força internacional da ONU; e ao cumprimento político para com a estratégia americana junto aos demais países coparticipantes¹⁸⁰. Esta última será tematizada no capítulo III, mas remonta-se a certa hostilidade que muitos oficiais superiores brasileiros mantinham com o regime egípcio de Nasser, e por extensão, com seus aliados, indianos e, notadamente, iugoslavos. Segundo o General Araújo Braga, em 1964 e 1965, quando serviu no Batalhão Suez como oficial de Operações e de Informações do 3º/2º Regimento de Infantaria, o então major, assim observava a prática política no Egito;

[...] Faz-se mister assinalar que, situado à entrada das escolas apoiadas pelo UNRWA*, via-se um mapa da área com o território de Israel pintado de negro. As crianças eram instruídas no ódio a Israel. Chamou-me a atenção, também, o fato de os livros adotados serem impostos pela República Árabe Unida, por isso logicamente tendenciosos. Certa ocasião, comentei o fato com o Oficial de Relações Públicas da Força, meu amigo, um civil americano: 'Acho um absurdo as Nações Unidas apoiarem isso! E o Nasser ainda impõe! Ele respondeu: 'É lamentável, mas se não o atendermos, nada mais poderemos fazer. Com essa dificuldade, ainda conseguimos realizar algo'. Eis por que, de gerações em gerações, até os dias atuais, as crianças crescem educadas no ódio a Israel, segundo eles, um intruso naquela área[...]¹⁸¹

No geral, o clima entre a oficialidade conscrita no Sinai era harmônica, como depõe o coronel João Baptista de Paiva Chaves, a saber que;

[...] Os militares selecionados para o QG/UNEF, não só do Brasil como dos outros países, de um modo geral, constituíam uma elite. Primeiro, porque tirante os canadenses, precisavam falar inglês, segundo, possuir capacidade para trabalhar em uma Força Internacional. Então, o nível era muito bom. O Batalhão Brasileiro era altamente conceituado. No meu tempo, quando o comandante da UNEF era indiano, o Batalhão que apresentava o maior número de problemas era o indiano. O soldado indiano era miseravelmente pago e fazia muito contrabando. Os nórdicos tinham problemas com as moças, porque ficava na cidade. Dos iugoslavos e dos canadenses não se ouvia falar. E os canadenses, além de terem o esquadrão de reconhecimento, cuidavam de toda base logística [...]¹⁸²

180 Motta, Aricildes. História Oral do Exército. Operações de Paz: Missão em Suez. P. 429-431. Entrevista com o General de Exército Pedro Luís de Araújo Braga.

181 Op. Cit. História Oral do Exército. Entrevista com o General Pedro Luís de Araújo Braga. P. 430.

182 História Oral do Exército. Entrevista com o Coronel de Cavalaria João Baptista Malan de Paiva Chaves. P. 366. O Cel. Paiva Chaves é filho do General Carlos de Paiva Chaves, Comte. da UNEF entre Janeiro e Agosto de 1964.

*United Nations Relief and Works Agency – Agência das Nações Unidas para o Trabalho Assistencial, criado em 1949 sob auspício financeiro árabe para a assistência aos palestinos desalojados pela invasão israelense.

Mas, ao avaliar quais os pendores que a Missão Brasileira no Suez poderia suscitar na administração americana, deve-se ao mesmo tempo averiguar os mecanismos diplomáticos e institucionais criados para o cumprimento da agenda brasileira de defesa. A ESG estava à frente na elaboração desses mecanismos, instrumentos consultivos e programas bilaterais encarregados de por em execução os interesses mútuos de Brasil e Estados Unidos.

Talvez, o primeiro deles seja a nomeação de “esguianos” orgânicos para os cargos diplomáticos nos Estados Unidos e para o próprio Itamaraty, em altas funções. Desde 1955, novembro, em comum acordo entre o governo transitório de Nereu Ramos e a equipe de Juscelino Kubitschek, que saíra a indicação do coronel Antônio Carlos da Silva Muricy para a chefia da Comissão Militar Brasileira em Washington. Em maio de 1956, assumiria já no clima de distensão proporcionado pela visita de JK aos Estados Unidos, onde dissipava qualquer crise nas FFAA brasileiras por ocasião de sua vitória eleitoral. O coronel Muricy foi a prova de que o novo governo alinhava-se militarmente com Washington e se afastava de qualquer veleidade independentista na política externa.

Como um dos organizadores do Curso Superior de Guerra na edição de 1952¹⁸³, o coronel Muricy era o principal representante brasileiro na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Em outubro do ano seguinte, é nomeado Adjunto do Adido Militar em Washington, exercendo a dupla função importante de materializar os interesses brasileiros em defesa junto aos Departamentos de Estado e Defesa americano, e também à alta oficialidade desse país. No decurso de sua gestão à frente daqueles dois organismos diplomáticos, o coronel Muricy administrou com funcionalidade e competência a pauta principal da agenda brasileira em defesa: o reaparelhamento das FFAA. A modernização da Força Aérea e da aviação naval – praticamente sua criação naqueles momentos – com a compra dos primeiros helicópteros navais para a Marinha brasileira, foram de grande valia. Bem como os créditos junto ao governo americano – e a bancos com carteiras de fomento – para a aquisição de material bélico a ser utilizado pela tropa brasileira na UNEF, o Batalhão Suez. Conseguiu ainda o coronel Muricy, e seu *staff* nos dois organismos, a remessa de material de artilharia para o Batalhão Suez no tempo em que servisse a UNEF, com perspectivas de incorporação ao arsenal brasileiro após o mandato daquela tropa o que, afinal, realizara-se em 1967.

Como Adjunto do Adido Militar em Washington, o coronel Muricy possibilitou a oficiais selecionados, a serviço ou veteranos da UNEF, que após o retorno para o Brasil cursassem o Curso Superior de Guerra ou o de Altos Estudos (de geopolítica). E ainda, cursos de formação técnica superior nos Estados Unidos, conforme empenho conjunto do Adido Militar general Machado

183 Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Op. Cit. Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro. Acesso em 06/10/2017.

Lopes e do próprio Embaixador Amaral Peixoto¹⁸⁴. Até 1958, ano final da gestão do coronel Muricy nos Estados Unidos, um número seletivo de oficiais do Batalhão Suez cursaram a ESG e alguns deles foram enviados para Escolas americanas na Zona do Canal do Panamá e em território americano. Essa geração de oficiais “esguianos” seria fundamental para a política militar e de defesa que a Escola estava construindo no país. E também para a projeção política do país com o total realinhamento interno às necessidades de defesa ocidentais no continente e seu conseqüente cumprimento: a participação do Brasil nas forças internacionais de paz das Nações Unidas, das quais a mais importante era a presente UNEF.

Entre os organismos criados por essa época com o fim específico de selar a unidade militar entre Brasil e Estados Unidos – e por conseguinte a unidade em política exterior – estava o já referido Acordo de Assistência e Defesa Mútua de 1952, o Pacto Militar de Segurança Conjunta, de 1954, a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos de 1952 e em 1955, o Acordo Atômico Brasil-EUA. No contexto da Missão Suez o Acordo de Assistência e Defesa Mútua – AADM, conservou seu estatuto e objetivos bilaterais, cujo cerne era, de fato, o abastecimento militar das FFAA e seu reaparelhamento. Contudo nos anos críticos que balizaram o final do último governo Vargas, mais o interstício tumultuado em que o Brasil teve três presidentes, até a posse de Juscelino Kubitschek em 1956, tal acordo ficou em paralisia. Isso porque não se definia ao certo os rumos da política exterior do Brasil com relação aos interesses globais e hemisféricos dos Estados Unidos. E ainda porque na conjuntura interna havia espaço para que as lideranças nacionalistas e, por suposto antiamericanas, triunfassem nas eleições, ou mesmo seus programas políticos. Fato é que, aos Departamentos de Estado e de Defesa dos Estados Unidos, pesava inquietante dúvida quanto aos ventos políticos que sopravam no principal Estado sul-americano. Enquanto a estabilidade não se fizesse sentir pelos estrategas e observadores-peritos daquele país, a otimização do AADM patinaria.

2.4 – O intercâmbio geopolítico Brasil-Estados Unidos no curso da Missão Suez

Foi preciso a chegada da pacificação interna com JK para que o acordo fosse afinal operacionalizado em função dos interesses mútuos, tal como previra. Nesse aspecto a alta cúpula da ESG, em contato direto com o alto escalão das FFAA americanas, revelou-se acuradamente inteirada, no presente e no porvir dos acontecimentos. Por meio de seus quadros bem instalados na diplomacia brasileira em Washington, a ESG logrou reativar o AADM com as demandas mais imediatas que fundamentavam a estratégia continental brasileira, que era o aparelhamento da Força Aérea Naval, da

184 Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Washington, DC. EUA. AHMRE. Confidencial. 26/11/1956. Ofício Diplomático do embaixador Ernani do A. Peixoto ao Secretário de Estado Interino dos EUA Herbert Hoover Jr. Ver Anexo A.

Aviação de combate (Aeronáutica) e sistema de mísseis terra-ar e ar-terra para o Exército. Tão logo o presidente Juscelino Kubitschek entrevistara-se com o presidente Eisenhower em dezembro de 1955, e firmara no seu novo governo os quadros mais afinados possíveis com a aliança americana, que Washington deu o sinal verde para a reativação do AADM. A forma e a condução com que o governo brasileiro avalizaram a participação na UNEF¹⁸⁵, seguindo minuciosamente os protocolos constitucionais e democráticos pesaram diante da plateia administrativa estadunidense. E se convenceram do apoio parlamentar que gozava o presidente brasileiro, não obstante o Ministro da Guerra fosse o General Henrique Lott, simpático à corrente nacionalista.

Algumas demandas eram exigidas quase que de imediato pelo governo brasileiro, agora com o relevante propósito de marchar para o Oriente Médio, numa zona de flanco entre os dois poderes globais: Estados Unidos, da parte israelense e União Soviética da parte egípcia. O Adido Militar em Washington, general Siseno Sarmiento, o chefe da Comissão Militar coronel Antônio Carlos Muricy, e o Embaixador Ernani do Amaral Peixoto esforçam-se no cumprimento da agenda brasileira em defesa e segurança, e levam à cabo junto ao Departamento de Estado americano a pauta da hora: a aquisição de 36 aeronaves B-26 e B-14 mais o modelo AS-16A para o Exército e Aviação naval respectivamente. A Administração de Cooperação Internacional da Embaixada brasileira na capital americana, em comunicação com o Adido Aéreo, reuniram esforços para o pleito. Os pagamentos parcelados já haviam sido detalhados em negociação com o Departamento de Estado e a companhia fabricante dos aparelhos. Por fim, o encaminhamento oficial diplomático de 25 de novembro de 1956 do gabinete do Secretário em exercício Herbert Hoover Jr., garantira aquela transação.¹⁸⁶

A plena aceitação pelos poderes da República, Executivo e Congresso Nacional, em levar adiante a convocatória das Nações Unidas para a participação do país na UNEF pesou consideravelmente naquela negociação e nas demais que adviriam. Basicamente a posse daquelas aeronaves – últimos modelos em tecnologia aérea que a indústria bélica americana punha no seletor mercado armamentístico de ponta – dotaria o Brasil da mais poderosa armada aérea do continente, imediatamente abaixo dos Estados Unidos. Renovaria o grau de confiança interno nas FFAA, tendo em vista a capacidade para o cumprimento de missões essenciais à defesa nacional e ainda renovaria o espírito castrense entre a oficialidade. Já no segundo semestre do ano seguinte (1958) aquelas aeronaves estariam em poder das FFAA brasileiras e em plena operatividade. A recepção às mesmas foi preparada com pompa e signo de grandeza, com cerimônia a que compareceu o Presidente da

185 Carta do Embaixador Chefe da Missão Brasileira na ONU Ciro de Freitas-Valle ao Ministro J.C. de Macedo Soares. AHMRE. Rio de Janeiro. 01/11/1956.

186 AHMRE. Carta do Embaixador Brasileiro nos Estados Unidos Ernani do Amaral Peixoto ao Secretário de Estado Interino dos EUA Herbert Hoover Jr. 26 de novembro de 1956. Ver Anexo A. Foto IV.

República. Foi marcada pelo sinal da vitória das lideranças militares que planejaram o itinerário a ser seguido na política de defesa, na política exterior e na política de aliança continental. Ou seja, a corrente da ESG composta por altos oficiais da corrente liberal-conservadora que discutiam diretamente com as mais altas autoridades americanas e garantiam ao país, a tão almejada renovação/modernização das FFAA. Vale ressaltar que, estando à frente do Ministério da Aeronáutica, o brigadeiro Vasco Alves Seco, do quadro orgânico da ESG – e seu comandante entre 1960 e 1962 – a ratificação daquela compra pelo Departamento de Estado estava assegurada. Em Washington era de se esperar que a Força Aérea Brasileira (FAB) posicionara-se firme ante os movimentos nacionalistas ou progressistas nas FFAA.

Esse primeiro passo dado já nos fins de 1956, assegurariam a estratégia da ESG para a política de defesa do Brasil, para a política de aliança continental auspiciada pelos Estados Unidos e para os rumos a que deveriam seguir as FFAA – levando em conta o alto grau de politização que permeava na oficialidade brasileira. Ademais que, reforçava o papel da ESG como instituição norteadora da política militar de defesa e da estratégia de projeção internacional do país. Sua agenda não seria tão somente de uma escola acadêmica ou instituição doutrinal das armas; mais complexo que isso, seria um programa para o país, em que na medida de ser adotado pelo Executivo, de fato consubstanciou-se na estratégia fundamental de defesa e geopolítica assumida pela nação. Era, na realidade, a construção de uma política de estado com vistas à defesa e a projeção internacional do país, no médio e longo prazo.

Na mesma mala diplomática brasileira seguia o comunicado do Embaixador Amaral Peixoto ao Secretário Interino de Estado H. Hoover¹⁸⁷, a necessidade em viabilizar o quanto antes as três novas unidades aero-navais incorporadas à Marinha brasileira. É que desde o ano anterior que o governo brasileiro pleiteava junto ao governo americano a criação de unidades aero-navais para a Marinha. Estas unidades comporiam o mecanismo de defesa continental arquitetado tanto por Washington como pelo Rio de Janeiro. Acontece que patinava a transferência das aeronaves pela parte americana, bem como as negociações para a compra e o treinamento dos oficiais brasileiros em escolas militares dos Estados Unidos.

No correr de novembro de 1956, certo da participação brasileira na UNEF, e dentro do bloco ocidental, os Estados Unidos trataram de viabilizar aquelas demandas que o Brasil vinha solicitando fazia algum tempo. Era de grande interesse para o Brasil porque poria o país na avançada linha de luta anti-submarina e na defesa costeira com navios porta-helicópteros. As aeronaves – quatro helicópteros – já haviam sido transferidas ao Brasil, que esperava a aquiescência americana para a aquisição de outras unidades, para

187 AHMRE. Carta do Embaixador Ernani do Amaral Peixoto ao Secretário Interino dos Estados Unidos Herbert Hoover Jr. De 26/11/1956. Anexo A.

a Marinha e Força Aérea. Todas essas aquisições proporcionariam ao Brasil vantagem significativa perante os demais Estados sul-americanos, mormente para os vizinhos do Cone Sul – Argentina em especial – e conferiria maior *hard power* em todo continente. Excetuando a Austrália, do outro lado do orbe, em todo hemisfério meridional não haveria outro poder militar comparável ao do Brasil que disporia ainda do mais potente poder naval no Atlântico Sul. Nada desprezível para a escola geopolítica brasileira que pretendia o Atlântico Sul como zona de influência nacional, estendendo-a até a costa ocidental africana.

A célere adesão do Brasil à UNEF, sob todos os passos jurídicos e democráticos acatáveis, conforme rogara o Secretário Geral Dag Hammarskjöld, levou as autoridades americanas à percepção de que o país se estabilizara politicamente. Contribuíram ainda para essa percepção as gestões conciliadoras de JK com relação à oficialidade insurreta, antes de sua posse e após.¹⁸⁸ Nada era realizado aos solavancos, seguia-se o curso institucional cabível numa democracia. De igual maneira o país dava mostras de fiabilidade na política internacional ao não denunciar Israel por impedir o estacionamento da força de paz dentro de suas fronteiras. E ainda por não permitir no comando da UNEF críticas à postura americana e europeia pela decisão do Estado judeu – bem ao contrário das críticas contundentes que indianos e, sobretudo iugoslavos, dirigiam à arquitetura da UNEF na Zona do Canal. Ou seja, com a Missão Suez o Brasil alinhava-se decisivamente com o bloco americano, e assegurava desta feita, ser merecedor de confiança por parte dos Estados Unidos.

A grande prova para essa confiança adquirida seria a parceria estratégica entre os dois grandes colossos do hemisfério americano, Estados Unidos ao norte e Brasil ao sul. A remessa dos quatro helicópteros de embarcação naval e a criação do núcleo de missões táticas de aviação embarcada, a envolver dotações diretas à Marinha e à Força Aérea, era de urgência para o país. Com a conseqüente chegada dos navios de patrulha e ataque conjugado, em 1958 e 1959, todos capazes de portar aeronaves. Acrescente-se ainda a intensificação nos programas de treinamento que oficiais brasileiros – em grande parte aviadores – realizavam nas escolas e academias dos Estados Unidos. Era de máxima urgência o treinamento desses oficiais, conforme encaminhou o Embaixador brasileiro em Washington, Amaral Peixoto.¹⁸⁹ A cada temporada que avançava o Batalhão Suez com seus trabalhos no policiamento, vigilância e pacificação, sem qualquer descuido quanto a preservar o *status quo* israelense, mais em fiabilidade ganhava o Brasil junto a seu parceiro americano. E ganhava também na consecução das

188 Aqui trata-se dos levantes da Força Aérea em Jacareacanga, PA, em que uma flotilha sob o comando do Major José Chaves Lameirão se revoltou contra o governo; e em Aragarças, GO, onde o Major Haroldo Veloso igualmente se rebelara. Ambos os episódios ocorridos entre 09 e 11/02/1956. Faziam parte dos oficiais conservadores da Aeronáutica, e foram anistiados pelo Presidente. Sobre esses eventos, ver <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga> Acesso em: 31/03/2019.

189 Arquivo Histórico do MRE. Op. Cit. Ver Anexo B. Foto 5.

compras de modernas armas para suas FFAA. Superava os entraves e a burocracia, muitas vezes excessivas na compra de modernos armamentos, já que pela legislação americana tudo deveria ser aprovado pelo Congresso desse país. Claro não se poder esquecer da política do aliado preferencial do Secretário de Defesa Charles Wilson, que previa para cada zona estratégica americana um pivô, ou aliado preferencial.

Dessa maneira o Brasil de JK credenciava-se cada vez mais como esse “aliado estratégico” na América do Sul, em face da vizinha Argentina às voltas com o peronismo de corte antiamericano. Ou com a sucessiva militarização de sua vida política que em nada interessava à administração Eisenhower. Prover o mais importante Estado ao sul do equador e garantir fidelidade de sua política externa no concerto da luta anticomunista, era o penhor que os Estados Unidos obravam nas longínquas zonas da América e do Atlântico Sul. E também contava muito para a política americana a fidelidade brasileira nos fóruns internacionais, mormente a ONU.

Era ali que embates decisivos na arena global seriam transmutados em legitimidade ou ilegitimidade aos olhos do mundo. Era na ONU e através das resoluções do CSNU, que os EUA e aliados ocidentais poderiam ou não revestir suas ações com a roupagem legal e legítima necessários à implementação de suas políticas internacionais. Ora, estando o Brasil votado a garantir tal legitimidade, dentro de uma Força de Emergência a atuar na fronteira dos mundos Leste-Oeste, ou no *front* da Guerra Fria, sua política interna deveria ser acompanhada metro a metro em Washington. E com a Missão Suez brasileira, parece que essa garantia estava acertada, na medida em que não houvesse fricções na meta fundamental dos norteadores da política militar de defesa: a modernização e capacitação das FFAA brasileiras.

Como será visto no capítulo 3, a modernização das FFAA brasileiras correspondia à meta principal na consecução da Doutrina de Segurança Nacional, DSN. Daí as arremetidas da corrente liberal-conservadora aos oficiais nacionalistas e progressistas que palmilhavam na política por maior independência com relação à superpotência americana. Conforme acentuara o general Osvaldo Cordeiro de Farias¹⁹⁰ seguir os rumos do pan-americanismo significava fortalecer os dois polos geopolíticos do continente: Brasil e Estados Unidos; ou seja, congruência nas ações militares e diplomáticas num edifício político livre de antagonismos e hostilidades. Guardando, claro, as devidas autonomias e idiosincrasias internas, mas sem devaneios que afetassem o entendimento bilateral entre os dois Estados.

190 Cordeiro de Farias ao deixar o governo de Pernambuco em 1958, assumiu a presidência da Comissão Mista Brasil-EUA, até 1961. Fazia parte do núcleo orgânico da ESG desde 1949, na verdade um de seus fundadores. Ver http://cpdoc.fgv.br/dicionario/biografia/cordeiro_de_farias Acesso em: 31/03/2019.

2.5 Considerações: os objetivos político-diplomáticos do B.S.

Buscou-se apresentar os objetivos político-diplomáticos do Batalhão Suez, a primeira missão armada do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Ao situar historicamente o Batalhão Suez, simultaneamente denominado Missão Suez brasileira, procurou-se enfatizar as nuances políticas que tal empreitada suscitou nos círculos do poder no Estado brasileiro. Há um divisor de águas na terminologia: ao se tratar do Batalhão Suez volta-se especificamente ao regimento, às tropas, que no exercício da missão internacional, policiava a zona fronteira israelo-egípcia. Porém quando se trata da Missão Suez, há a conjuntura geopolítica do momento histórico e também o desenho estratégico que a diplomacia brasileira logrou realizar junto aos dois poderes envoltos: Estados Unidos e Nações Unidas.

Portanto neste primeiro capítulo, as análises estiveram voltadas mais para o concerto geopolítico de poder que o Estado brasileiro – e seus atores – diretamente liderou para a presença do país naquele cenário internacional. Com o termo Missão Suez amplia-se o raio de análise historiográfica – e de outros campos da investigação científica – sobre as articulações que os diversos atores empenharam-se para levar o Brasil àquela zona conflituosa do Oriente Médio, onde por décadas voltavam-se os olhares do mundo. Com o termo Missão Suez pode-se interpretar as investidas que a diplomacia e a política brasileiras realizavam no campo doméstico e na arena internacional para viabilizar a participação do país naquela empresa. E como Missão Suez, o apodo “empresa” adequa-se bem, porque pelo empreendimento que se realizou, tanto nas esferas internas quanto nas externas, é notável o fôlego operacional dos atores brasileiros em questão. Atores sejam eles individuais, que contribuíram pessoalmente, sejam eles institucionais, cujo trabalho em equipe concorreu para o sucesso político da empreitada em análise¹⁹¹. Sua duração, uma década e meia sem interrupções, sua sobrevivência à mudança de regime político no Brasil em 1964, e as vicissitudes pelas quais passaram as FFAA brasileiras, são a prova da solidez do empreendimento.

Ao investigar os nexos entre a política externa brasileira e o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos, não há como desconsiderar os vínculos entre os dois países. Sem aprofundar em análises diplomáticas ou tratados historiográficos em relações internacionais, mostrou-se que a Missão Suez muito deveu àqueles vínculos. Desde a Segunda Guerra Mundial que a máquina diplomática brasileira afinou-se com os rumos políticos de Washington, não obstante o período Vargas em que denunciou-se a ingerência americana nos assuntos internos do Brasil¹⁹². O grande sucesso da diplomacia

191 Nota: Ao situar atores institucionais analisados no capítulo como o Congresso Nacional ou a ESG, não significa que atores individuais – lideranças, oficiais, políticos – agiam estanques; há permanente complementação entre as duas esferas, a individual e a institucional.

192 Moniz Bandeira, Luís Alberto. O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil. P. 31-33.

brasileira foi equilibrar os rumos da política externa americana, em seus momentos específicos, com a atuação brasileira no mundo. E salvaguardar sobretudo os interesses brasileiros em sua área imediata, ou seu entorno estratégico, no caso, a América do Sul.

A viabilização da Missão Suez, como observada no texto, correspondeu a duas frentes simultâneas de ação política: uma de autoria genuinamente brasileira, pois graças ao trânsito e aos esforços do Embaixador Ciro de Freitas-Valle, chefe da Missão Brasileira junto a ONU, e a Ernani do Amaral Peixoto, embaixador em Washington, que o país logrou a sustentação política junto ao Secretário Geral, junto ao CSNU e na Assembleia Geral da ONU; a outra frente correspondeu diretamente aos intercâmbios entre o governo dos Estados Unidos (Departamento de Estado) e o governo do Brasil. Pelas correspondências oficiais nos EUA, depreende-se que o Secretário de Estado J. Foster Dulles passara ao Sub-secretário Herbert Hoover Jr. a responsabilidade nas negociações para a participação do Brasil na UNEF I. A convalescença do secretário de Estado o impedia de lidar diretamente com a situação.

Já a ascensão de Juscelino Kubitschek em 1956 encerrou certo mal estar que permanecia entre lideranças importantes do Brasil com os Estados Unidos. Sobretudo no bloco nacionalista que reunia majoritariamente o PTB, setores do PSD e UDN, e ainda o proscrito PCB cujas lideranças atuavam no seio do trabalhismo. Ao empossar como chanceler o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, não apenas o Itamaraty convergiu-se para os interesses do bloco ocidental no hemisfério, como também toda a governança brasileira, mormente o alto oficialato militar.

A política de defesa do governo Eisenhower conduzida pelo Secretário Charles Wilson, que primava pelo aliado preferencial, abriu as perspectivas brasileiras por assumir aquele papel no continente. Entendido ou abstraído o “preferencial” como estrategicamente vital, ou pivô estratégico, a liderança brasileira tratou de aplainar os terrenos por onde as relações com os Estados Unidos seriam conduzidas, reorientando o país para uma política externa de comum interesse com a superpotência. Isso sem qualquer tangenciação com o bloco formado pelos Estados do Terceiro Mundo, bem próximos do Brasil nalguns aspectos como o social, econômico e geográfico. E principalmente, mantendo firmeza ante o bloco comunista, denunciando aquilo considerado como agressão, subversão e política externa não construtiva para a paz mundial. Nesse caso aplainar as relações com os Estados Unidos significaria buscar o máximo de convergência e o mínimo de atritos ou desentendimentos, o que não implicou chegar ao status de zero problemas com o vizinho do norte.

Assim toda a liderança política no Brasil ajustou-se aos esforços do presidente e do novo governo em relançar a nova parceria com os Estados Unidos (MALAN,2004:85). Isso, mesmo antes de esboçar-se o pan-americanismo de Kubitschek, sistematizado na OPA (Operação Pan-americana) de 1958. O reatamento com Washington respondia a demandas

pragmáticas para o esforço governamental de crescimento econômico, fortalecimento do mercado e capitalização interna. Mais uma vez nas palavras de Malan,

Mas não é menos verdade que o governo Kubitschek procurou, de todas as formas logo no início, atrair para o esforço de desenvolvimento brasileiro capitais públicos (leia-se norte-americanos) cujos termos e condições seriam mais vantajosos para o Brasil que os empréstimos privados. O instrumento político básico para tal tentativa foi sua proposta, mais afrente, de uma 'Operação Pan-americana', num novo realinhamento com os Estados Unidos.¹⁹³

Contudo este reatamento tocou sobremodo a liderança militar que, como visto no capítulo, arregimentou-se na Escola Superior de Guerra, adotando firme postura alinhada com o Ocidente. Liderando os ativistas da corrente liberal-conservadora, mais os oficiais do alto comando, a ESG promoveu os interesses nacionais, a projeção do país no exterior e a renovação das FFAA sob o mesmo enfoque das relações com os Estados Unidos. Não era apenas submeter o país aos desígnios da política hegemônica americana, mas congruí-los com a estratégia nacional.

E para tanto, a Missão Suez foi determinante pois vinculou o Brasil, diplomática e politicamente, aos Estados Unidos na arena internacional. E numa arena complexa porque mexia com as suscetibilidades de milhões (árabes, judeus, europeus, muçulmanos e cristãos) e estava localizada na raia conflituosa entre os dois superpoderes: Estados Unidos e União Soviética. Portanto não obstante o Ministro da Guerra Gen. Henrique Lott ser um conhecido nacionalista antiamericano e antiliberal entre a oficialidade, sua presença não influenciou nos rumos da política militar de defesa. O *approchment* com os Estados Unidos e democracias ocidentais, seguido da estratégia em projetar-se no continente, continuou como a senda da política de defesa conduzida pela ESG. Sim, conduzida pela ESG e executada pelo governo brasileiro conforme analisado nas páginas anteriores.

Mas essa frente de ação política ombreada à Missão Suez não ficaria completa sem se considerar mais um aspecto: o papel dos Estados Unidos na cooperação do Brasil com as Nações Unidas. Trecho também investigado neste capítulo 02, esse aspecto correspondeu a uma preeminência de longa duração no século XX, e que nas décadas de 1950 e 1960 estava bem vívido na arquitetura geopolítica dos Estados. A Guerra Fria não poderia passar despercebida em qualquer investigação historiográfica sobre a política interna brasileira e mormente a política militar de defesa. Daí que os concertos realizados pelas lideranças no Brasil, civis e militares, renderam imanência à lógica leste-oeste que imperava no mundo. Como se pôde verificar dos discursos e intervenções travados no Congresso Nacional, tanto deputados quanto senadores discorriam sobre a necessidade de garantia dos pactos,

193 Malan, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira. P. 85.

cooperação e amizade com os Estados Unidos. Igualmente com as duas potências europeias, França e Reino Unido – protagonistas da crise no Suez – a importância e o histórico que reuniam na contribuição para a democracia e as liberdades civis. E quanto o Brasil teria a ganhar não antagonizando, condenando ou explorando a derrota diplomática e política franco-britânica.¹⁹⁴

Mas alguns pontos precisam ser reflexionados principalmente os que pesam sobre o papel dos Estados Unidos na Missão Suez brasileira, empresa diplomática que engendrou o Batalhão Suez. Em primeiro lugar, a articulação da Missão Suez pela parte americana, consubstanciou-se na política do aliado preferencial na América do Sul, não no mundo. Washington precisava reunir um número considerável de Estados não integrados ao bloco de defesa ocidental – OTAN – que lhe sustentasse, ética e juridicamente nas empreitadas internacionais, e possibilitasse a legitimidade necessária frente o bloco soviético. E também frente o bloco dos Não-Alinhados (desde 1961) que tinham um especial interesse na Questão Suez, pelo fato de um de seus principais membros estar no torvelinho da crise. Mais adiante no capítulo 03 se apontará algumas fricções entre os dois membros neutralistas, Iugoslávia e Índia, em relação aos parceiros da OTAN membros da UNEF, Canadá e Dinamarca, e ao “aliado preferencial” Brasil. Há que se racionalizar, portanto, o papel dos Estados Unidos na Missão Brasileira no Suez em três contextos: no global – União Soviética e Bloco Não-Alinhado – no contexto regional para o Oriente Médio – apoio incondicional a Israel – e no contexto sul-americano – estabelecer o Brasil como o Estado pivô no continente.

Assim, as articulações entre as lideranças brasileiras e americanas no seio das Nações Unidas refletiu essa manobra interblocos e interaliada, tornada praxe no contexto da Guerra Fria. A Missão Suez brasileira surge como peça importante do aparato americano (e ocidental, incluídos os interesses israelenses) frente o bloco soviético e também aos olhos do mundo, para que os interesses americanos fossem alcançados por procuração a terceiros Estados sem aliança formal com o sistema de defesa ocidental (americano). Interessava a Washington pelo fiel direcionamento da política externa brasileira, em manter o país afastado do bloco comunista e do bloco terceiro-mundista (Não-Alinhados). Por ser o Brasil declaradamente neutro na confrontação leste-oeste, o país não explorava vantagens nas zonas conflituosas nem apoiava grupos insurgentes, conservando canais diplomáticos inclusive com Estados socialistas, sem lhes conferir, contudo, o apoio político e ideológico. E por ser o Brasil um Estado de conduta politicamente conservadora no cenário mundial, num contexto de agitações que tornava a vida civil tumultuada em muitos países.

Desta maneira era razoável a aprovação americana à participação brasileira na UNEF I, e ao chamamento do Secretário Geral, o dinamarquês

194 Ver Anexo B discursos na Câmara dos Deputados e Senado Federal sobre a relevância das relações entre Brasil, França e Reino Unido, e que transcendiam a presente Crise do Suez.

Dag Hammarskjöld. E era também razoável a articulação americana para a participação brasileira, via entendimentos entre os presidentes Eisenhower e Kubitschek, com os respectivos chanceleres Foster Dulles e Macedo Soares. A correspondência diplomática analisada no capítulo 01 atesta a reaproximação entre os dois países após os anos críticos da eleição de Getúlio Vargas em 1950 e seu suicídio em 1954. Interessava aos Estados Unidos alocar o reaproximado parceiro numa empreitada internacional de porte e visibilidade. Congratular-se com o sócio, aquiescendo junto às Nações Unidas em relação a objeto tão caro à diplomacia brasileira (e também aos brios políticos, militares e intelectuais). E por fim situar o Brasil estrategicamente na zona beligerante do Canal de Suez, ou mais especificamente na linha fronteira entre a zona palestina do Egito com Israel (Faixa de Gaza, vilas de Rafah e Khan Yunis) e toda a linha fronteira do Sinai egípcio com o Negev israelense.

Os brasileiros conformariam desta maneira, mais densidade à política americana (e ocidental) frente os blocos Soviético e Afro-asiático (bloco dos Não-Alinhados a partir de 1961) na força. Isso porque mesmo sem ter qualquer Estado-membro do recém fundado Pacto de Varsóvia (1955) na UNEF I, a União Soviética já havia absorvido o Egito em seu campo geopolítico.¹⁹⁵ Além de ter na Indonésia, e em menor grau na Índia, aliados geopolíticos e ideológicos na campanha global contra o imperialismo ocidental, encarnado nos Estados Unidos. Ambos eram membros do bloco Afro-Asiático o que conferia importante densidade à causa neutralista, corporificada mais adiante no Movimento Não-Alinhado. No entender do primeiro comandante da UNEF, general Burns, Washington manobrava com afincos para que a posição dos Afro-asiáticos e soviéticos não prevalecesse na Força, ou fosse irrisória para causar constrangimentos; ele afirmara que,

“While it may be interesting to speculate about what might have happened, it soon became clear that the solution was not politically possible in view of the tempero f the majority of the U.N. General Assembly. Egypt would not hear of Israel’s retaining the Gaza Strip, and the Afro-Asian bloc fervently supported Egypt in this, as in most of her other demands, and so did Soviet bloc. The United States was primarily concerned to undo as much as possible of the damage to the position of the West in the Middle East and Asia caused by the ill-considered attack Israel, France and Britain on Egypt.”¹⁹⁶

Mas não apenas preservar a posição do Ocidente na África e Ásia. Preservar a posição do Ocidente – e sua própria evidentemente – na UNEF em formação, era importante trunfo na estratégia americana nas Nações Unidas. E também no contexto geopolítico do Oriente Médio, instrumentalizando a Força de Paz naquele cenário.

Numa época em que a propaganda já constituía plenamente uma arma do arsenal geopolítico dos Estados, garantir atores neutros e confiáveis em

195 Burns, E.L.M. Between Arab and Israeli. P. 197. Disponível em: <<http://archive.org/details/BetweenArabAndIsraeli>> Acesso em: 03/04/2019.

196 Burns, E.L.M. Between Arab and Israelis. Op. cit. p. 197-198. Tradução apêndice I.

zonas de tensão, era positivo. E o Brasil assumiu esse papel de ator neutro, politicamente imparcial, não vinculado às contendas leste-oeste. Restrito ao direito internacional e coadjutor com as Nações Unidas no processo de pacificação regional. Muito embora se autoafirmasse partícipe do campo das nações ocidentais – cristãs e democráticas.

O capítulo 02 tratou ainda do papel do Brasil na Missão Suez, ou mais específico, do papel dessa empreitada internacional na estratégia brasileira para sua política militar de defesa. Viu-se que o Ministério da Guerra sob o comando do Gen. Henrique Lott, deplorava a participação das FFAA nas contendas políticas. Todavia, o espírito ideológico confrontacionista, instilado pela bipolaridade leste-oeste, e também pela já antiga repulsa militar ao comunismo, não poderia deixar as FFAA brasileiras incólume aos ventos da política. Portanto se oficialmente a rígida conduta castrense do Ministro da Guerra de JK, não permitiria os ativismos políticos dentro dos comandos, por fora, na circunvizinhança sim, a atividade política galgava-se. E para a presente investigação o núcleo principal dessa atividade era a Escola Superior de Guerra. Embora como instituição estatal, a ESG possuía estatuto próprio e sua direção não estava subordinada diretamente ao Ministro da Guerra. Reportava-se diretamente ao Presidente da República, mas seus oficiais tinham obviamente que respeitar e fazer valer a Constituição e os Regimentos internos das três armas. Como visto no capítulo, a ESG tinha por uma de suas metas construir a política militar do país, elaborando a estratégia de defesa mais pragmática e congruente possível com os interesses nacionais. Ou, aquilo que julgava serem os interesses nacionais do país.

Isso posto, a relação privilegiada com os Estados Unidos era o foco principal dos esforços internacionais da ESG, e por conseguinte, dos esforços internos também. Daí a ingerência na política doméstica. Lograr a pacificação política nacional, a estabilização completa das FFAA – direcionando-a à lógica liberal em governabilidade – e estreitar os vínculos com Washington, constituíam as balizas nos esforços da ESG por aqueles tempos. Mas a relação privilegiada com os Estados Unidos não era gratuita ou por força imanente. Havia razões objetivas e interesses bem imediatos na articulação que a ESG realizava com lideranças políticas e militares americanas, sobretudo estas últimas, graças ao Acordo Militar de Assistência Mútua de 1952. Reforço diplomático da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da cooperatividade brasileira no âmbito do espírito pan-americano, a quando dos acordos do pós-guerra, este acordo evoluíra nos anos seguintes. É nesta evolução que a ESG lançara-se na condução das relações com os Estados Unidos em política militar e defesa, contingenciada pelo aparecimento abrupto da crise de Suez.

Como visto no capítulo, o Pacto Militar de Assistência Recíproca, derivado do anterior acordo, previa o abastecimento bélico das forças armadas brasileiras, o treinamento e a modernização, no âmbito da “parceria estratégica” com os Estados Unidos. A ESG, em sintonia com o MRE-

Itamaraty, assumiu coordenar os liames que vinculariam a estratégia de defesa brasileira com os interesses continentais – e globais – americanos. O intercâmbio entre altos funcionários do MRE na ESG, a frequentarem os cursos da Escola, dão conta dessa relação. Pode-se concluir que a ESG esteve à frente da elaboração de uma autêntica política externa de defesa, ao encetar com o MRE uma frente comum em prol dos interesses nacionais perante a superpotência americana. E a Missão Suez brasileira calhou com o projeto de estratégia nacional definido pela Escola para cuja concorrência estava o reaparelhamento das FFAA. Já em 1956 o governo americano garantia à Embaixada brasileira em Washington o fornecimento dos primeiros aviões de combate naval para a Marinha do Brasil; igualmente as aeronaves de vigilância costeira citadas no capítulo, e os helicópteros de embarque naval (três unidades), mais as peças de artilharia que o Brasil levaria para a Zona de Gaza em sua unidade – o Batalhão Suez. E não para por aí, pois em 1957 a remessa de material bélico para o país, proveniente dos Estados Unidos prosseguiu, pesando para isso, a atuação brasileira no Oriente Médio e a política sincrônica com Washington no continente. Mesmo a fleuma americana em relação à OPA – Operação Pan-Americana – não afetou a relação de Washington com o governo JK. E para a conclusão desta análise, a ESG continuou com o desenho, ampliação e manutenção da relação privilegiada com os Estados Unidos em política militar e defesa, juntamente com o MRE, em nada descurando quanto à neutralidade, apoliticismo e harmonia com as Nações Unidas no trabalho a ser realizado pela UNEF I.

Durante todo o governo JK a Missão Suez observou os requisitos jurídicos das Nações Unidas, num momento tenso da conjuntura internacional. Foi a ponta de lança da política militar e de defesa em relação à superpotência americana e instrumento diplomático para a viabilização da projeção internacional do Brasil, junto aos Estados democráticos e o Terceiro Mundo. E como ativo na política internacional, superlativou a ESG internamente como peça chave na política militar brasileira, pelos anos seguintes até o encerramento da Missão em 1967. Mas não se pode olvidar as intercorrências da Missão Suez na conflituosa região fronteira entre Israel e Egito – a zona de Gaza – sem a concorrência das complexidades da política internacional. É certo que no cotidiano, a valer pelos depoimentos dos veteranos brasileiros, a harmonia entre as forças multinacionais da UNEF I prevalecia.¹⁹⁷ E a contar também de alguns depoimentos colhidos de oficiais colombianos e europeus. Contudo a cada crise regional ou movimento geopolítico das duas superpotências, as ondas de choque eram sentidas na Zona do Canal. E os solavancos da tensão internacional eram também sentidos na política brasileira, na medida em que a perspectiva de conflito se precipitava.

197 Cf. Motta, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército: Operações de Paz – Missão em Suez. P. 17-19.

Essa conjuntura será analisada no capítulo seguinte, tendo como prisma a relação dual e conflitante que se estabelecera entre o Egito, representando o pensamento neutralista – cada vez mais próximo da lógica socialista, porque crítico do imperialismo ocidental – e Israel, representando o pensamento ocidental. A dualidade desses pensamentos, arquetípica da Guerra Fria, projetou-se na UNEF I e atingiu também o oficialato brasileiro.¹⁹⁸ Mas não eclipsou sua tarefa jurídica e técnica de policiar a região, passando incólume o Batalhão Suez às vicissitudes da Guerra Fria.

Por outro lado, a defecção da Colômbia em 1958, que deixa a força internacional por críticas à politização operada no interior da UNEF I, a união entre a Síria e o Egito no seio da República Árabe Unida (até 1961) o que trazia à tona real ameaça de guerra – com a formação da RAU Israel viu-se cercada de fato por dois poderes beligerantes – foram eventos que produziram muito desconforto na UNEF I. Serão discutidas sua recepção no Brasil e consequentes desdobramentos políticos.

Para que sejam apresentados os reflexos da política internacional centrada no Mundo Árabe, a imprensa da época traz opiniões interessantes que refletiam as correntes políticas mais importantes do Brasil. Igualmente as perspectivas de conflito que eram comentadas, ao que neste ponto interessa as colorações com que eram mediatizadas na imprensa brasileira e no Congresso Nacional. E como essas correntes de opinião mediatizadas poderiam influir na tomada de decisões relativas à Missão Suez pelo governo JK e sucessores, até 1964, ano do golpe. E por fim, como material de pesquisa primária, as correspondências diplomáticas com as correlatas considerações oficiais enviadas às autoridades brasileiras, revelando os passos que dariam a política externa conduzida por um MRE sempre proclive às relações sincrônicas com Washington.

198 Cf. Chomsky, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. Capítulo 1: A Guerra Fria revista. P. 40-49.

Capítulo 3 – O Batalhão Suez e a Política Militar do Brasil: estratégia para a criação de uma grande potência no hemisfério sul

O final do governo Kubitschek coincidiu com os tumultuosos anos na política interna brasileira. Não obstante os esforços pessoais do presidente em sublimar os antigos traumas e lides vividos na década anterior, a eleição de Jânio Quadros, com seu meteórico governo, inflamaram a classe política e a sociedade brasileiras¹⁹⁹. A dualidade UDN-PTB voltava a se transformar em acesa luta pelo poder e controle do Estado. A derrota do Ministro da Guerra de JK, o Gen. Henrique Lott, nas eleições presidenciais de 1960, derrotara igualmente as chances da corrente militar nacionalista em erigir seu próprio governo. Todos os oficiais, e militares em geral, que participaram da campanha de Lott, e aspiravam ocupar seus devidos cargos de comando nas regiões militares, viram-se frustrados com a vitória do candidato udenista.

O Clube Militar, todavia, ainda permanecera sob a direção desta referida corrente, mas não arquitetava nem gestionava qualquer papel na estratégia militar do país. Era um lócus altissonante onde se disseminavam as ideias, pensamentos e defesa do espírito nacionalista, mas sem vínculos práticos com a máquina estatal. À derrota nas urnas, a corrente nacionalista entrincheirara-se no Clube Militar, conduzindo-o como baluarte de sua doutrina. Mas não se afastaria dos quartéis, dos comandos, do acesso ao oficialato e ao grande público em geral, contando com o ativismo político de seus membros, agora ampliados com a participação de oficiais com pendores socializantes. Era um contexto bem típico da Guerra Fria que se aprofundara no Brasil com suas respectivas polaridades acentuadas, embates preto no branco e maniqueísmos.

As FFAA foram engolfadas nesse turbilhão e o Batalhão Suez correspondeu a síntese, a nível internacional, de qual lado, ou qual mundo, o Brasil definitivamente escolhera para seguir seu devenir histórico. Se na política interna o Brasil se digladiaria pelos próximos cinco anos – não obstante os sacrifícios do Presidente Juscelino Kubitschek em pacificar o país – em política externa o país já tinha definido e consolidado qual destino seguiria²⁰⁰.

A permanência do Brasil na UNEF I com seu respectivo Batalhão de Infantaria, o Suez, contribuiu para dar o tom de como seria a política externa do país, suas opções no tabuleiro internacional, e sua política militar ou de defesa. Mesmo recebendo críticas internas ao papel desempenhado com sua força no Oriente Médio, o governo brasileiro não vacilara nos compromissos internacionais firmados em 1956²⁰¹. E ainda com as críticas vindas de Estados

199 Cervo, Amado Luís e Bueno, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. P. 335-337.

200 Almeida, Paulo Roberto. Relações Internacionais e política externa do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. P. 49-51.

201 Lopes, Fabiano Luís Bueno. Batalhão Suez: História, Memória e Representação Coletiva. Dissertação de Mestrado. P. 30-31.

afro-asiáticos em relação ao papel da UNEF I, Estados com os quais o Brasil, sob Jânio e a PEI, procurava se equilibrar. Também não vacilava nos compromissos pactuados com os Estados Unidos, em matéria de aliança militar bilateral e continental.

Convergem em torno da Missão brasileira no Suez três dimensões espectrais, compostas num mesmo processo histórico: a relação com as Nações Unidas – e o conjunto de objetivos que o Brasil perseguia nos organismos da ONU, em especial o assento permanente no CSNU; o multilateralismo defendido pelos estrategas do Itamaraty e ESG em relação à abertura para com África e Ásia – sem olvidar o interesse imediato na América do Sul – e por fim a aliança com os Estados Unidos, principal via para a pragmática arquitetura em política externa e militar. Portanto o Batalhão Suez foi a súpula da arquitetura brasileira em política externa e política militar, dada sua durabilidade na cena doméstica e internacional. Congregava em si as tensões geopolíticas que implicavam verdadeira versatilidade diplomática – e política – na tessitura do objetivo precípua: projetar e estabilizar o país no cenário internacional.

Antes de analisar aquelas dimensões descritas acima, convém observar que o lustro decorrido entre a efetivação do Batalhão na UNEF I e a posse do candidato opositor (Jânio Quadros com apoio da UDN), foi significativa para a imagem do país no exterior. Sobretudo para as relações Brasil-Estados Unidos, no tocante à política de defesa e projeção internacional, pedra angular dos estrategistas brasileiros de então. Como discutido no capítulo anterior (pág. 136) o núcleo de estrategistas da ESG perseguia neste lustro temporal a real conclusão dos acordos de compra, fabricação e manutenção dos materiais bélicos para as FFAA brasileiras. Na visão desses estrategistas – militares e liberais em sua maioria – reequipar as defesas nacionais equivaleria saldar o principal passivo geopolítico em questão: a segurança nacional.

Entenda-se que o raio dos anos 1960 coincidiu com a elaboração da doutrina de segurança nacional (DSN)²⁰² cuja motivação discursiva era o combate ao comunismo expansionista internacional. Discurso este muito bem entoadado a nível global, pois refletia a política de contenção americana para o hemisfério. As linguagens e tramas narrativas desse discurso não eram novas, mas ressurgiam repisadas tanto pela máquina propagandística estatal e institucional, como pela grande imprensa da época. Contudo para os estrategas nucleados na ESG a razão primária para a segurança nacional residia em dois polos: na superação do subdesenvolvimento, encarado como âncora de todos os atrasos nacionais e, concomitante a isso, a defesa nacional, consubstanciada na DSN. O reaparelhamento das forças armadas como execução da DSN já era pedra angular dos estrategistas da ESG, dentre

202 Carvalho, José Murilo. Forças Armadas e Política no Brasil. “...Da década de 1950 em diante, o general Golbery do Couto e Silva, e seu grupo na ESG, ocuparam a área dos estudos de geopolítica, e elaboraram a doutrina de segurança nacional...” p. 144.

eles o gen. Castelo Branco. Ao assumir a chefia do Estado Maior do Exército (EME) em 1963, discursava que;

O Estado-Maior do Exército é, assim, necessariamente, o fiador da estrutura e da doutrina das Forças Terrestres. Pensante e atuante, tem que dar substância à instituição e saber que uma e outra evoluem, particularmente, no que se refere à eventualidade dos tipos e formas dos conflitos admitidos, ao progresso da técnica e às mutações das próprias instituições políticas nacionais. É, então, imperativo que ele viva, com pensamento e atuação, a sua época, identificado com o espírito do tempo, e não só absorvido pelo dia a dia, mas de modo a não estudar na fantasia de qualquer guerra, não se atrasar quanto ao aparelhamento bélico e não se desligar da evolução política nacional.²⁰³

Embora tal declaração do general Castelo Branco se desse seis anos após o primeiro embarque das tropas brasileiras para o Egito, é revelador das preocupações imediatas do alto comando liberal-conservador do Exército. A doutrina das forças terrestres deve evoluir conforme evoluem as instituições políticas nacionais. E o reaparelhamento bélico é condição *vis-a-vis* à evolução política nacional, ou seja, uma está condicionada a outra.

Com relação ao primeiro polo mencionado atrás, o subdesenvolvimento, este não carece em ser discutido aqui, já que importantes obras da literatura brasileira discorreram sobre ele.²⁰⁴ Seria além dos objetivos gerais e específicos dessa pesquisa. Mas quanto à defesa nacional, esta se tornara fundamento palmar para se alcançar a segurança nacional, que por sua vez aplainaria o caminho para o desenvolvimento. E as Forças Armadas bem equipadas, modernizadas, prontas para qualquer eventualidade, além de autogeridas com programa político claro para si e para o país, era o condão necessário rumo a uma fortificada defesa nacional. Além do que, na visão do núcleo estratégico da ESG, o autogerismo das FFAA era fator fundamental na equação política do desenvolvimento. O constitucionalismo civil ainda não fora incorporado na mentalidade militar, ficando a dever à Nova República seus atributos. No clima de dualidade internacional e de confronto interno, a autocondução política das FFAA era capacitada pelos estrategas esguianos, servindo à legalidade até o conveniente. Daí que capacitar as três armas era vital para se conduzir o dinamismo econômico e tecnológico que suplantaria o subdesenvolvimento.

A projeção internacional seria uma consequência óbvia das capacidades, raio de ação e movimento geotrópico da política brasileira, ao menos no continente. O elemento dissuasório a qualquer agressão externa, explícita ou velada, também estaria adstrito a esta capacidade defensiva. Nos anais da estratégia geopolítica brasileira desse período o elemento dissuasório

203 Discurso de posse no Estado Maior do Exército do general Humberto de Alencar Castelo Branco. Fevereiro, 1963. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/castello-branco> Acesso em: 06/04/2019

204 Algumas referências estão disponibilizadas na bibliografia especializada.

não é sublinhado, porque aquém dele estava o reforço da segurança, da estabilidade, da ordem interna e da integração do país, fatores que dependeriam em demasia da defesa nacional. Para os estrategistas da ESG, equacionar tais fatores era essencial para se erguer uma eficiente defesa nacional e, por conseguinte, levar à cabo os estândares doutrinários da segurança nacional. Era um programa sobejo, mas o levariam adiante no quadro da DSN.

E a estratégia nacional dessa fase, início dos anos 1960, preconizava a noção de “guerra total” como natureza conflita permanente em que se encontravam os Estados. Daí ser prioritário o fortalecimento das capacidades interventivas do Estado para conter essa natureza conflita, sendo o pleno aparelhamento das forças armadas condição *sine qua non*. No entender de Shiguenoli Miyamoto;

Partindo da preocupação com a guerra total e contando com a bagagem ideológica de todo o processo de evolução do pensamento militar brasileiro, a ESG formulou a Doutrina de Segurança Nacional, e nela a estratégia nacional de defesa. As influências do autoritarismo e do positivismo assim como as concepções geopolíticas vão ser percebidas nos próprios conceitos que regem a DSN. A doutrina foi formulada, e sua estratégia, num contexto de incertezas frente a um mundo dividido em conflitos de diversas ordens. O principal interesse dos militares que dirigiam essa estratégia, centrava-se na projeção do Estado brasileiro.²⁰⁵

Projeção do Estado brasileiro. É nesse ponto que o Batalhão Suez ou a própria Missão brasileira no Suez corresponderiam a este programa traçado e desenvolvido a partir de 1961 diretamente pela Escola Superior de Guerra. O lustro quinquenal de JK, tendo à frente do Ministério da Guerra o gen. Henrique Lott, de fato impedira que a política militar de defesa esguiana fosse estatalmente administrada. Entretanto, com a chegada ao Ministério do gen. Odílio Denys (final do governo JK e mantido pelo novo presidente Jânio Quadros) de estreitas ligações com o núcleo estratégico da ESG, a situação se altera. Deve-se ter em conta que não se altera o programa técnico-administrativo das FFAA, e sim a forma e as inserções políticas que os novos dirigentes das três armas adotarão. Embora o gen. Denys permanecesse à frente do ministério por curto período, até setembro de 1961, quando é substituído pelo gen. Segadas Viana, sua gestão foi conservadora, buscando a harmonização castrense. Importante atentar para o fato de que o Executivo parlamentarista que sucedeu ao presidente Jânio Quadros em setembro de 1961, tinha à frente Tancredo Neves, líder pessedista. O núcleo estratégico da ESG, de matiz udenista, ainda não assumiria o controle total das FFAA. Haveria que esperar mais alguns poucos anos até que suas principais lideranças articulassem a deposição de João Goulart (já retornado o

205 Miyamoto, Shiguenoli. Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas, SP: Papyrus, 1995. APUD Tibola, Ana Paula. P. 43-44. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/3800-a-dsn-esg-1949-1966>> Acesso em: 17/04/2019.

presidencialismo) e aí sim açambarcasse o efetivo controle militar (e político) do país.

Mas sem Lott e os oficiais de sua estreita confiança no alto comando do Ministério da Guerra, todos nacionalistas e acima de tudo constitucionalistas (portanto legalistas) o caminho estava aberto para uma maior participação militar brasileira nos eventos protagonizados pela política externa americana. Eventos estes lidos e refletidos pela corrente nacionalista (onde se encontravam os constitucionalistas) como ações imperialistas ou movimentos de hegemonia por parte dos EUA. Portanto atentavam contra a soberania nacional de muitos Estados, algo bem caro aos militares nacionalistas brasileiros.²⁰⁶

Mas no clima de antagonismo leste-oeste pesava no lado brasileiro o posicionamento irreprochável às demandas ocidentais por democracia, livre-mercado e cristianismo. E estas eram seguramente capitaneadas pelos Estados Unidos ante aquilo que foi considerado a extensão máxima do comunismo em terras do Novo Mundo: a revolução cubana de 1959. A clara adesão do novo governo revolucionário ao comunismo em 1960, precipitara os temores, de Washington, por um lado, e da alta oficialidade brasileira de outro lado. Pois a corrente liberal-conservadora acreditava que havia possibilidades do Brasil adernar à esquerda na maré montante do comunismo internacional que granjeava muitos quadros do PTB. Se o fenômeno foi observado na ilha de Cuba a escassas 150 milhas da costa americana, porque não poderia ser no Brasil? Daí que a garantida estabilidade política – nas ruas e nos quartéis – de Kubitschek nos cinco anos precedentes estava em cheque.

Entre 1961 e março de 1964, a agitada vida política brasileira não poupou o meio militar. Ao contrário, a politização nas FFAA acirrou-se com a repentina renúncia do presidente “udenista” Jânio Quadros em agosto de 1961. Todavia uma importante iniciativa foi guindada ao status de diplomacia de Estado: a Política Externa Independente, tendo como titular no MRE Afonso Arinos de Melo Franco. Verdade que suas elaborações já haviam sido divulgadas, em especial na visita do presidente JK à ESG em 1958, por ocasião da explanação sobre a Operação Pan-americana (OPA). E bem acolhida pelos altos oficiais das três armas e pelo núcleo estratégico da ESG, que decide apoiar a iniciativa do presidente. Anteviam os estrategistas da ESG, pela perspectiva da defesa nacional, a inclinação política do governo em promover de fato a modernização das FFAA. Realmente, a partir do ano de 1958 até o término do governo JK, o Brasil investiria na defesa entre 2,7 a 3,0% de seu PIB anual. Isso na linha de construir uma real capacidade

206 Dentre estes nacionalistas de alto rango estava o general de divisão Osvino Ferreira Alves, então comandante do III Exército (RS). Em janeiro de 1963 fora o gen. Osvino homenageado na Associação dos Sargentos no Rio de Janeiro por sua conduta a favor das camadas populares e pela soberania do Brasil frente os EUA. Ver: Guedes, Bruno. Os Subalternos em Revolta. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308101645_ARQUIVO_TextoANPUH p. 2. Acesso: 06/04/2019.

defensiva para o país, que não apenas mantinha tropas no estrangeiro – a Missão Suez – como era o patrono de uma iniciativa continental de arranjos econômicos e políticos voltados ao desenvolvimento, a OPA. O quadro e a tabela a seguir, ilustram aqueles investimentos, embora a referência seja o último ano (1960) do governo Kubitschek.

Quadro 2
Tabela comparativa dos orçamentos de defesa dos países latino-americanos e seus PIB em relação aos orçamentos nacionais dos mesmos países
(Em milhões de dólares)

País	PIB	Orçamento de Defesa como % PIB	Orçamento Nacional	Orçamento de Defesa como % do Orçamento Nacional	Orçamento de Defesa
Brasil	24.600	2,7	5.456	12,0	653
Argentina	13.365	2,6	2.215	15,6	347
Chile	5.700	2,1	1.286	9,3	120
Colômbia	5.650	1,8	500	2,0	100
Peru	2.965	3,5	627	16,8	105
Equador	960	2,0	155	12,2	19
Total, 19 países	79.525	2,0	13.388	11,4	1.729

Fonte: Joint Staff Paper, "Nature and role of Latin American Military", Dezembro de 1964.



Esses números²⁰⁷ revelam a preocupação do governo JK em harmonizar-se com as FFAA, via incrementos no orçamento da Defesa. E no primeiro ano do governo militar, os gastos em Defesa somaram cerca de 12% de todo o orçamento nacional – computados os números desde abril, mês da ascensão dos militares.

Portanto a inauguração da PEI pelo chanceler Afonso Arinos não era algo estanque da linha diplomática e política brasileira. Contudo, se fortaleciam os laços entre as forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos mais que com qualquer outra força armada no estrangeiro. Mesmo a redemocratização argentina a partir de 1958, governo Arturo Frondizi, não foi suficiente para principiar algo como uma estratégia conjunta entre os dois países no Cone Sul. A desconfiança ainda era visível entre o alto comando brasileiro, devido às posturas radicais dos generais argentinos, que não obstante cederem o passo à redemocratização em 1958, permaneciam em seus postos. A redemocratização em 1958 com o presidente Arturo Frondizi não retirou a turbidez com que os generais esguianos enxergavam a alta oficialidade argentina. Nem tampouco o clima amistoso que os dois estadistas, Kubitschek e Frondizi. De fato o golpe contra Frondizi em 1962 revelam os temores da alta oficialidade liberal-conservadora no Brasil, e a urgência em robustecer a defesa brasileira. Segundo Doratioto, *“os militares argentinos eram contrários à política exterior de Frondizi, principalmente o entendimento com o Brasil, pois viam nela uma tendência neutralista, contrária às tradições ocidentais da Argentina.”*²⁰⁸

Mas os acordos logrados por JK e o novo governo argentino desanuviaram o clima entre os dois países e assentaram bases para futuros entendimentos. Entre a adoção da PEI por Quadros, em março de 1961 e o retorno ao presidencialismo com João Goulart em setembro de 1963, o Brasil encetará alguns ativismos na arena internacional. Seja a nível continental, em relação à Argentina, e demais Estados do Cone Sul, ou a nível global. A estratégia da política externa do Brasil arrancada com a Missão Suez permanecerá pelos anos seguintes, embora colindante com outras frentes. Tanto em relação aos objetivos precípuos, como a modernização militar e a projeção internacional, quanto ao objetivo específico, o assento no CSNU. No entanto, sob os governos de Jânio e Jango, balizados pela PEI, a estratégia pretendida com a Missão Suez sofrerá dois percalços. Primeiro pela condução

²⁰⁷ O quadro comparativo dos Estados foi retirado do Joint Staff Paper, intitulado Nature and Role of Latin American Military, Dezembro de 1964. Disponível em: <<http://www.macrotrends.net/countries/BRA/brazil/military-spending-defense-budget>> A tabela contendo a variação orçamentária anual a partir de 1960 provém do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=BR&view=chart>> Acesso: 20/08/2019.

²⁰⁸ Doratioto, Francisco. O Brasil no Rio da Prata. 1822-1994. P. 138. Vidigal, Carlos Eduardo. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento. P. 76.

ambivalente em relação aos Estados Unidos. Segundo pela condução da política doméstica, conturbada e antiliberal, tanto pelos Gabinetes Executivos, como pelo Executivo presidencialista de Jango. Agora é preciso, pois, desenvolver aquelas dimensões citadas mais atrás para ser possível compreender a parcela da Missão Suez na estratégia nacional de defesa e projeção internacional do Brasil até sua dissolução em junho de 1967.

3.1 A Missão Suez e a Política Externa Independente (1961-1964)

Já foi discutido e analisado os pormenores da eleição do Brasil para a composição da UNEF I, em novembro de 1956. O papel dos Estados Unidos na escolha do Brasil teve seu peso, conforme comentado no capítulo 1. Mas não foi absoluto, nem tampouco haveria de sê-lo, à luz da documentação existente. Porém ao se interpretar os diálogos mantidos entre o presidente Eisenhower e Anthony Eden, no calor dos acontecimentos da crise, depreende-se o perfil dos Estados preferidos por ambos os líderes²⁰⁹. Preferidos politicamente, pois se encaixariam no tabuleiro geopolítico conveniente aos interesses de americanos, britânicos e franceses – o bloco ocidental – evitando assim a ascendência soviética sobre a Força de Paz. O Brasil comporia, pois, o conjunto de aliados ou Estados confiáveis aos propósitos de americanos, britânicos e franceses no contingente internacional. Às democracias e ao mundo livre, portanto, e bem ao gosto da alta oficialidade liberal-conservadora brasileira, sobretudo do núcleo dirigente da ESG. E de passo, agradaria ainda aos nacionalistas, políticos e militares²¹⁰. Graças à excelsa agenda a serviço da paz mundial e a refrear o ímpeto de velhos Estados imperialistas, sobre um dos países que mais iconizava o independentismo naqueles tempos: o Egito.

A Política Externa Independente manteve o investimento na missão brasileira junto à UNEF I, sob a condução dos chanceleres Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Hermes Lima. Conforme aponta Cervo²¹¹ as vicissitudes políticas internas não se refletiram na diplomacia brasileira, pelo menos em seus três eixos: em direção às Nações Unidas, ao mundo afro-asiático e aos Estados Unidos. De acordo com o referido autor,

[...] A política externa brasileira correspondente às presidências de Jânio Quadros e João Goulart, incluindo-se o período parlamentarista, é enfocada, normalmente, como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores, no período de pouco mais de três anos, ter tido cinco titulares, sem contar a recondução de Afonso Arinos, em 1962. Reflexo da crise política, nenhum deles completou 12 meses ininterruptos de mandato. As constantes mudanças não provocaram, todavia, quebra de continuidade na conduta internacional do Brasil. Isso

209 Ver Anexo p.274. Correspondência ente o Presidente Dwight Eisenhower e o Primeiro Ministro Anthony Eden. P. XXX. E ainda cap. 02, p. 117

210 Ver os discursos dos parlamentares representantes da Frente Parlamentar Nacionalista, com destaque para o deputado Josué de Castro e o Senador Kerginaldo Cavalcante. Cap. 01, p. 80-88.

211 Cervo, Amado e Bueno, Clodoaldo. Op. Cit. P. 331-332.

porque ela era informada por um conjunto de ideias que provinham do nacional-desenvolvimentismo-populista do período [...]

Afora o continentalismo – nesse caso aduzido exclusivamente à América do Sul – o Brasil desenvolvia sua própria política no quadro da aliança hemisférica com a superpotência. A Missão Suez com seu Batalhão em campo, fortaleceria aqueles três eixos (p.176) de modo geral, e no específico, em relação aos Estados Unidos e às Nações Unidas. Após o quinquênio de JK, o Estado brasileiro procurará caminhar numa posição de autonomia política em relação ao bloco ocidental, em especial aos Estados Unidos, mas evitando desgastes. A manutenção do Batalhão Suez e a sincronia diplomática brasileira nas Nações Unidas com o bloco Não-Alinhado, dão o testemunho dessa relação. Mesmo com o novo Secretário Geral, o birmanês U Thant (1961-1970) as diretrizes normativas que delimitavam a UNEF I permaneceram inalteradas, e igualmente a conduta diplomática do Brasil na Força, bem como a de seu Batalhão. Os eventos turbulentos que agitaram a vida política do Oriente Médio, bem próximos à Zona de Gaza, como a intervenção militar americana no Líbano – sob a bandeira da ONU – em 1958, as violações israelenses ao território meridional da Jordânia – em resposta aos ataques dos *feddaym* – e a partir de 1963, as investidas palestinas no Neguev – sob os auspícios do Cairo – não fizeram soçobrar a presença da ONU na área.

Nessa mesma época, a convivência na UNEF entre nacionais de Estados politicamente divergentes, como iugoslavos e canadenses, ou dinamarqueses e indianos, já havia sido harmonizada. No dia a dia de campo, o profissionalismo tomou o lugar das suspeitas de desacerto e refregas que pudessem ocorrer como rastilho da arena internacional. A prova disso foi a bem aceita nomeação do segundo comandante da Força – em substituição ao general E. Burns (Canadá) – o tenente general indiano P. S. Gyani (dez. de 1959 a jan. de 1964); e em substituição a este, o General de divisão brasileiro Carlos Flores de Paiva Chaves (janeiro-agosto de 1964).²¹²

Desse modo, como Estado partícipe da força de paz no Egito, o Brasil se consolidara a nível internacional. Em face de seu equilíbrio, profissionalismo operacional e diplomático, além da discursiva autonomia política no quadro dualista da Guerra Fria. Ao menos, essa era a imagem que o governo brasileiro pretendia apresentar ao mundo em sua lógica persecutória de projetar-se internacionalmente e assumir alguma liderança, pelo menos na América do Sul. O apoio conferido ao bloco afro-asiático nas Nações Unidas, e o diálogo proveitoso com o bloco dos Não-Alinhados conformaram a abertura para os países do Terceiro Mundo. Sem contudo em nada pactuar, seja em associações, tratados, frente comum ou alianças, não obstante contrariar a

212 Motta, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército. Operações de Paz: Missão em Suez. Op. Cit. "Entre os batalhões brasileiro e colombiano havia uma afinidade muito boa; outras tropas com boas ligações conosco eram canadenses e suecos. Os indianos denunciavam seu sectarismo e os iugoslavos, apesar de bons soldados, não tínhamos relacionamento." Depoimento do general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa. (na UNEF em 1958) P. 160-161.

posição americana na Conferência de Punta del Este, Uruguai, em 1962, ao não votar pela exclusão de Cuba da OEA, e não condenar os movimentos socialistas no continente. (BUENO,2014: 359)

Em que pese a orientação americana em relação aos eventos em torno de Cuba em 1962, o posicionamento do Brasil foi deveras sentido entre os Estados Não-Alinhados que nesta altura, já haviam abraçado a causa da Revolução Cubana. Portanto dentre aqueles membros da UNEF que integravam o referido bloco, Índia e Iugoslávia, este ensaio independentista brasileiro foi visto positivamente. E para o próprio país “anfitrião” da força, o Egito, que saudara com entusiasmo os eventos em Cuba. Era a consolidação da autoridade internacional do Brasil que vinha sendo moldada desde a presidência de Juscelino Kubitschek com sua iniciativa continental, a OPA (1958). E mais significativo ainda é que tanto Índia como Iugoslávia, eram os líderes daquele bloco, exercendo ao lado do Egito o papel de estrelas do nacionalismo popular e da luta contra o imperialismo – tanto o velho imperialismo ocidental quanto o imperialismo soviético. Ter sua diplomacia e política externa avalizada por estes três Estados, era a chancela para a abertura em relação ao mundo afro-asiático, e de resto, para todo o Terceiro Mundo. O caminho já havia sido parcialmente aberto em dezembro de 1960 a quando da visita do Imperador da Etiópia, o *rajs* Hailé Selassié, visto ser o seu país o grande incentivador da unidade africana – a capital etíope, Addis Abeba, foi a primeira sede da Organização para a Unidade Africana (1963). Segundo Bueno,

O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, concebia que ao Brasil estava reservado papel de destaque no mundo afro-asiático, integrado por nações subdesenvolvidas, muitas delas recém-saídas do estatuto colonial. (...) O Brasil deveria tornar-se o elo, a ponte entre África e Ocidente, visto quão íntimas são as ligações entre ambos os povos. Afora isso, não se perdia de vista o aumento do mercado para a produção brasileira. Na ONU, o Brasil prometia adotar linha própria de apoio ao anticolonialismo e afastamento, nesse aspecto, da delegação portuguesa.²¹³

Contudo, não se pode concluir que essas assertivas internacionalistas do Brasil, fossem a guinada rumo ao independentismo político. E mesmo com a eventual aprovação de Belgrado, Nova Delhi e o Cairo, todos eram cientes da orientação americana que prevalecia na política externa brasileira. Mesmo sob a vigência da PEI nos governos Quadros e Goulart. E isso se refletia na geopolítica para o Oriente Médio, arquitetada pelos Estados Unidos. No penúltimo ano de JK (1959) o lançamento do Plano de Estabilização Monetária pela equipe econômica, tendo à frente o Ministro da Fazenda Lucas Lopes e o presidente do BNDE Roberto Campos – plano este amplamente referendado pelo FMI – revelou a extensão da dependência em créditos e empréstimos externos (sobretudo americanos) do Brasil. Embora o referido Plano malograsse já em fins de 1959, por incompatibilidade com as metas brasileiras

213 Bueno, Clodoaldo e Cervo, Amado. História da Política Exterior do Brasil. Op. Cit. P. 342.

para o crescimento e o desenvolvimento, e fizesse o governo romper as negociações com o FMI, o término do governo JK viu o país imerso em crise de pagamentos.²¹⁴ O deputado Horácio Lafer (PSD) – chanceler de agosto de 1959 até o fim do governo – notara ser inepto para o Brasil dar segmento às exigências do Fundo, com impactos negativos à indústria e trabalho. Membro do núcleo da ESG como representante do setor industrial, Lafer absorvia a necessidade do impulso creditício como política fundamental para o crescimento industrial, estampando pois, um dos estandartes da Segurança Nacional.

Ressalte-se aqui que, nas orientações doutrinárias de Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva, no Curso de Política Nacional da ESG (1961) o mais determinante para o país era o desenvolvimento autônomo. E Horácio Lafer, como expoente do setor industrial, lá estava para nortear os trabalhos e a lógica daquela turma cursista. Turma esta que alçada ao poder de Estado a partir de abril de 1964 implementaria a DSN como instrumento de projeção internacional do Brasil. Consideravam que o subdesenvolvimento era a âncora que grassava nos alicerces do Brasil e freava o livre desempenho das potencialidades nacionais. Para se concretizar o Brasil potência na arena internacional, era urgente antes, segundo esses autores, aplainar o terreno para que os setores pertinentes pudessem alavancar o desenvolvimento pleno. A Segurança Nacional, conformada em racionalidade política, seria o caminho plausível, prático e célere a seguir. Assim, tudo que se antepusesse ao livre curso desenvolvimentista do Brasil deveria ser superado. Isso incluía as recalitrâncias políticas que deveras havia no país, mormente no contexto bipolar que se avolumava cada vez mais internamente.

Em documento extraído do Relatório de Atividades do EME (Estado Maior do Exército) de 1961, lê-se o seguinte;

No setor nacional, já se nota maior compreensão e, possivelmente, uma recuperação das forças vivas e produtivas, tendo como objetivo comum o bem da Pátria. (...) No setor de segurança, cumpre destacar estudos, pareceres e planos relativos aos Sistema Rodoviário Pan-americano; comunicações entre as grandes unidades; instalações para a defesa do Hemisfério; obras a serem realizadas no porto de Santos e construção de ponte sobre o rio Paraná na região de Foz do Iguaçu.²¹⁵

Os dirigentes políticos esguianos consideravam como cânon que as relações econômicas internacionais do Brasil estavam profundamente vinculadas com o mundo ocidental, particularmente com os Estados Unidos, e que a pertinácia em relativizar esses vínculos era totalmente imprudente. A “virada” afro-asiática propugnada e – doravante o governo Quadros – efetivada, tinha as probabilidades do insucesso político nas relações com o Ocidente. E em particular com os Estados Unidos, haja vista o discurso antiamericano

214 Malan, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil. In: O Brasil Republicano. Vol. III. Direção de Boris Fausto. P. 91-92.

215 Esteves, Diniz. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília. 1996. P. 334.

veiculado pela maioria dos representantes afro-asiáticos. Daí a necessidade pragmática em manter a Missão Suez e o Batalhão seguros em sua meta jurídica no Oriente, sem quaisquer interlúdios conflitivos com os atores – de uma maneira ou de outra, envoltos na crise árabe (egípcia)-israelense.²¹⁶ E garantindo destarte, a conveniência política americana naquela Força, que de outro modo, poderia ser tragada pela influência soviética na região. Influência esta que vinha majorando entre as repúblicas nacionalistas, desde que Washington organizara o Pacto de Bagdá em 1958, reunindo as mais conservadoras monarquias árabes, sob sua órbita militar e política.

A estratégia de projetar internacionalmente o Brasil possuía duas ambivalências, cada uma subjazendo a duas instituições do Estado: a estratégia adotada pelo MRE através da PEI e a estratégia adotada pela Escola Superior de Guerra, marcada pela DSN. Assim, a Doutrina da Segurança Nacional elaborada principalmente pela ESG, e coadjuvada pelos estudos técnicos e programáticos realizados no Estado Maior do Exército – EME – propugnava para dinamizar o país, na linha do desenvolvimentismo, a indução estatal nos setores economicamente mais estratégicos: o tecnológico, o industrial e o militar. Todos convergentes com a integração territorial do país, via comunicações, e fortalecimento social-produtivo pelos rincões, Brasil adentro. Desta maneira expunha o então coronel Golbery em sua obra Planejamento Estratégico para o Brasil (1955; reedição 1981) o que antevia para esses setores no quadro da Segurança Nacional;

[...] O instrumento de ação estatal, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe a nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta – de seu Poder Nacional em suma. [...] ²¹⁷

Logo, a oficialidade liberal-conservadora estava mais voltada a dinamizar as capacidades nacionais para o pleno desenvolvimento autônomo, que tão somente combater comunistas, aqui ou alhures. Reforçar o poder nacional significava também expandir a capacidade de atuação do Estado onde se fizessem presentes os interesses nacionais brasileiros. O papel sólido e estratégico das FFAA deveria ser intensamente explorado nesse desafio, tanto internamente quanto no estrangeiro. Mas sem incorrer, evidentemente, em desatinos conflitivos com qualquer outro Estado. Resta então duas estratégias: a) da manutenção da ordem e estabilidade internas e, b) a presença no exterior sob o concurso das Nações Unidas, como bem patenteia a Missão Suez.

Com relação à primeira estratégia, a ordem interna seria mantida com a pacificação e estabilização política do país, ainda não alcançada. As antinomias da política nacional com as fricções travadas entre as duas maiores forças internas, a UDN e o bloco PSD/PTB, mais a ação dos comunistas

216 Oren, Michael. Seis Dias de Guerra. P. 212-213.

217 Disponível em: <http://www.memoria.bn/pdf/123307/per123307_1974_00070.pdf> Acesso em: 09/06/2018.

agregados ao PTB, preocupavam os estrategistas liberais da ESG. Mas o que mais preocupava seu núcleo orgânico era a Política Externa brasileira, inclinada por estes anos (1961-1964) aos arroubos independentistas. Política passível, portanto, de conflitos com Washington. Daí o empenho por parte da oficialidade liberal-conservadora, e da ESG, na manutenção do Batalhão Suez e seu comprometimento com o comando das Nações Unidas, diretamente vinculado ao Secretário Geral.²¹⁸

Nos dois principais núcleos de elaboração política e programática das Forças Armadas – Exército em particular – a ESG e o EME, era perceptível a diacronia com a PEI. Não pela meta precípua proposta, qual seja, ampliar a todos os quadrantes as relações diplomáticas brasileiras, como instrumento do interesse nacional. De fato tal meta foi prosseguida pelo regime instalado em 1964. O epicentro da crise entre as Forças Armadas e a PEI era o *modus operandi* nos fóruns internacionais, onde o Brasil impunha seu voto e agia politicamente. E sobretudo, externava o discurso muito próximo daquilo que se convencionou denominar “antiamericanismo”. O caso mais notório, evocado nesta pesquisa pela segunda vez, foi a questão cubana em 1962. Caso este, assaz discutido no âmbito da ESG e do EME naquele ano, e os desdobramentos que a posição do Brasil na OEA, e na ONU, por meio de seu representante permanente, Carlos Alberto Benevides, pudessem ter. O próprio SICIE – Serviço de Informação e Contra-Informação do Exército – debruçou-se nesta questão: “a evolução da política cubana que se caracteriza pela intromissão diária nos assuntos internos das demais nações, bem como pelo aproveitamento de todas as crises para expansão de suas ideias subversivas.”²¹⁹

O mesmo temor nas Forças Armadas se nota para com a política do Brasil em relação aos conflitos na África. Frisa-se aqui que a partir de 1960, o governo egípcio patrocina a causa palestina como bandeira unificadora entre os regimes árabes. E auxilia também a causa revolucionário-independentista da Argélia, através do reconhecimento da FLN – Frente de Libertação Nacional – como única representante do povo argelino.²²⁰ Foi denunciado nas Nações Unidas que armas ligeiras, e alguma artilharia de fabricação tcheca e alemã (RDA) haviam sido traficadas desde a Argélia para territórios da África austral portuguesa. A partir de centros fronteiriços no Congo-Belga e Zâmbia, quando recrudesceram as guerras anticoloniais contra Portugal. Precisamente para as mãos dos guerrilheiros da UPA e da FRELIMO, que contavam com o apoio do bloco Não-Alinhado. Registra-se que, revolucionários moçambicanos, tendo à

218 Oren, Michael. Seis Dias de Guerra. Op. Cit. P. 34.

219 Esteves, Diniz. Documentos Históricos do EME. Op. Cit. P. 353.

220 Kissinger, Henry. Diplomacia. Cap. 21, Alternando a contenção. P. 483.

frente Eduardo Mondlane, realizaram treinamentos em Argel a partir de 1962.²²¹

A procrastinação do Brasil em denunciar esse tráfico de armas na África souu negativo, tanto para Portugal, como para a França – incluindo aí os EUA – que custavam a compreender qual era de fato a linha adotada pelo Estado brasileiro. No entanto, tais feitos em África eram parte da política de afirmação nacional com que os principais Estados do Bloco Não-Alinhado – Egito, Índia e Iugoslávia – encetavam a nível internacional. E pondere-se aqui que os dois últimos mantinham suas tropas na UNEF I com revezamento regular de comando. No auge dos conflitos no Magreb, e também da luta anticolonial na África portuguesa, quem exercia o comando na UNEF era um indiano, o tenente-general P. S. Gyani (dezembro de 1959 a janeiro de 1964).

Assim a estratégia de projeção internacional do Brasil, seja sob o governo civil até 1964, ou sob o governo militar, deveria equilibrar as controvérsias dentro do comando da Força para que não houvesse tensões ou mesmo defecções de algum membro. E principalmente para que potenciais tensões não pudessem resvalar em descrédito para o Brasil, para o Exército em particular. O cuidado e o meridiano cumprimento das normas militares traçadas pelo Secretariado Geral das Nações Unidas, deveria ser seguido à risca, pelo comando da UNEF. O que significava estarem todos os comandantes, e seus efetivos nacionais, em perfeita sintonia com a normatização da ONU. Este era um dos principais objetos em que o alto oficialato brasileiro dedicava total zelo para seu cumprimento. Daí que mesmo ao adotar o voluntariado, havia criteriosa seleção desde praças à oficiais, objetivando pois, a conduta em campo. Segundo o coronel José Gustavo Petito, a serviço na UNEF entre setembro de 1958 a outubro de 1959, na altura tenente de infantaria adjunto a Seção de Logística do QG da UNEF,

[...] No tocante a cabos e soldados, acrescentaria que o nosso contingente, além de muito bem selecionado moralmente, eram reservistas que tinham saído do Exército no comportamento bom, não foram punidos nem uma vez, e saíram com cartas de recomendação dos seus comandantes, e tinham uma apresentação física muito boa, porquanto grande parte era oriunda da então Polícia do Exército (PE), que convocava naquela época os famosos “catarinás”, elementos do sul do país, de origem alemã [...] A mesma seleção foi realizada para oficiais e sargentos, mas com mais rigor. [...]²²²

Todo esse zelo fazia parte da diplomacia que as Forças Armadas realizavam diretamente para com as Nações Unidas, e em especial com os Estados Unidos, haja vista a deterioração nas relações entre os dois países sob o governo Goulart. Mesmo sob o curto governo Quadros, em que fora lançada a PEI, a alta oficialidade liberal-conservadora não prescindia dessa

²²¹ Monteiro, Pedro. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África. In: Revista Militar Portuguesa. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/artigo/884>> Ver ainda <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=167>> Acesso em: 20/08/2019.

²²² Motta, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército. Tomo I. Op. Cit. Depoimento do coronel de infantaria José Gustavo Petito. P. 185.

diplomacia castrense. A ESG já tabulara sua geopolítica para o país, e a projeção internacional do Brasil, sob a lógica da DSN, não ficaria emaranhada nas tentativas de “abertura” para o Terceiro Mundo.

A breve passagem de Afonso Arinos pelo MRE sob Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) pareceu entrar em sintonia com aqueles propósitos da oficialidade liberal-conservadora, em solidificar a presença do Brasil no mundo dentro da comunidade democrática. Não obstante as diatribes protagonizadas pelo presidente no cenário internacional. O chanceler Arinos – aquele que talvez mais tenha adensado teórica e politicamente a PEI – visava uma ação pragmática para a diplomacia brasileira. Tinha na abertura pragmática e pontual com o Terceiro Mundo, nas relações com o Ocidente, e na ONU, o mesmo veio estratégico.

Por conseguinte, a Missão Suez era mais importante que nunca na visão congruente do chanceler com os oficiais da “Sorbonne”. Haveria que continuar, pois era a prova de que o país trilhava o campo do mundo livre e democrático sem renunciar a seus postulados por soberania e desenvolvimento. Alinhava-se com as potências do eixo euro-atlântico por afinidades transcendentais, tais como o cristianismo ocidental, os princípios liberais da Ilustração, a democracia representativa e as liberdades individuais; mas também alinhava-se com aqueles Estados pelos interesses nas arenas comerciais, de investimentos, parcerias e crescimento comum no quadro da livre iniciativa. Ponderava o chanceler, em confluência com a *intelligentsia* da ESG, que a neutralidade participativa era uma escolha soberana do Brasil, e de outros Estados continentais, e que deveria ser considerada pelos países amigos, na medida em que também fossem considerados os seus interesses pelo Brasil. Afirmava Afonso Arinos que,

[...] O primeiro valor marcante da formação brasileira é o sentimento inato de independência nacional. A soberania de um Estado jovem como o Brasil, não se limita, hoje, à sua exclusão da influência política de outra autoridade, especialmente de outro Estado, senão que significa a preocupação do Estado com o desenvolvimento nacional. (...) A afirmação nacional aumenta e não diminui a cooperação internacional. O mundo em que vivemos é ainda, e será por muito tempo, um mundo de Nações. Assim, o valor da contribuição dos países à obra comum de garantir a paz e a segurança nacionais está na medida de sua colaboração consciente e não de sua abdicação irresponsável [...] ²²³

Mas o ensaio diplomático testado por Arinos teve vida curta. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, deixa o Ministério das Relações Exteriores, mas o trabalho principiado em política externa independente seguirá por outras vertentes. O breve parlamentarismo ensaiado entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, abrigou os nomes mais radicais da PEI, encabeçados por Francisco Clementino de San-Tiago Dantas. E pode ainda ser o elemento fiel que manteve a participação brasileira na UNEF, já

223 Rangel, Vicente Marota. Coleção Itinerários: Afonso Arinos na UnB. 1981. P. 17.

que havia muitas críticas ao papel do CSNU em constantemente poupar Israel das sanções pela ocupação de territórios árabes. Nesse ínterim parlamentarista, o Brasil perseguiu o objetivo que vinha acalentando de ingressar no CSNU e fazer decolar o desenvolvimento associado com o Ocidente. Estavam em marcha os planos industrializantes com capital americano e europeu, notadamente este último, haja vista o sucesso dos investimentos europeus desde o governo JK. No entanto, contratempus na arena internacional frearam aquele ímpeto desenvolvimentista da segunda metade dos anos 1950. O Brasil mergulhara em crise de pagamentos, o crédito não fluía mais e a então Comunidade Econômica Europeia voltava-se para expandir capitais em suas fronteiras continentais.²²⁴

Os governos conservadores que se sucederam sob o interstício parlamentarista no país, com Tancredo Neves (PSD) em 1961-1962, Brochado da Rocha (PTB) e Hermes Lima (PTB) até janeiro de 1963, não lograram romper a dependência com os Estados Unidos. Sobretudo em relação à questão financeira da insolvente dívida brasileira com os organismos internacionais e os bancos. Mesmo San Tiago Dantas, que já evidenciara sua reticência com a orientação americana em política externa, foi obrigado como ministro da fazenda de Jango a recorrer ao governo americano e ao FMI, na prolongação de empréstimos e amortização dos juros sobre a dívida brasileira. A ascensão de João Goulart à chefia do governo em janeiro de 1963 não melhorou a situação econômico-financeira do país. E mais, expunha o país às condicionantes dos credores internacionais, americanos e europeus, que exigiam compromissos políticos internos e externos, para a liberação dos recursos vitais para a economia brasileira. Situação que de fato comprometia qualquer iniciativa mais concreta em relação ao Terceiro Mundo já que não havia possibilidades de compromissos vinculantes. E mesmo para o continente, a exemplo da Operação Pan-americana (OPA) dos tempos de Juscelino. A crise do triênio Goulart, grassava as estratégias em Política Externa, e a própria PEI sucumbiu ante as fraquezas do Estado em alavancá-las; no entender de Pedro Malan,

[...] A política econômica dos sucessivos governos parlamentaristas na verdade era uma política passiva incapaz de coordenar decisões e fixar diretrizes e objetivos. (...) A bem da verdade, houve um esforço sério no sentido de lidar com a situação econômica em rápida deterioração e, em particular, de demonstrar à comunidade financeira internacional, e ao governo norte-americano em particular, que havia um programa de governo a ser implementado tão logo Goulart recebesse no plebiscito de janeiro de 1963 os poderes presidenciais que a Constituição de 1946 lhe outorgava. [...] ²²⁵

É clarificante a reflexão feita por Celso Furtado sobre o cenário de quão comprometedor era para a projeção internacional do Brasil, os

224 Malan, Pedro Sampaio. Op. Cit. Relações Econômicas Internacionais do Brasil. In: História do Brasil Republicano. Vol. III. P. 99.

225 Malan, Pedro Sampaio. Op. Cit. P. 101. Grifos da presente pesquisa.

contingenciamentos financeiros impostos por Washington – e também para a meta em torna-lo a potência continental que se pretendia na literatura geopolítica da época. Segundo o economista,

[...] O governo Goulart, a rigor, nunca existiu. Essa é que é a pura realidade. Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder no Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos setores militares. (Goulart) nunca conseguiu sair de uma situação de transitoriedade. No começo sua luta foi fundamentalmente para restabelecer o poder de presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório. Repito, o governo Jango nunca existiu. Ele não pode ser comparado com um governo normal. Nunca dispôs de suficiente poder. Na verdade, durante quase todo seu governo foi uma espécie de candidato a alguma coisa e não propriamente um presidente [...] ²²⁶

Sem dúvida essas crises constantes inviabilizavam a estratégia de inserção internacional do país. Muito mais a estratégia de liderança propugnada pela ESG no continente e em África por exemplo. Por mais amistosa e compreensiva que fosse a conduta brasileira na UNEF I para com a causa árabe, e palestina em particular, e estar o Batalhão Suez cumprindo seu papel sem atentar contra os brios da autoridade egípcia em Gaza, o Brasil vinha cometendo outro deslize perante o Terceiro Mundo. Trata-se do mundo africano, com o qual o país poderia expandir-se pela calha atlântica e pela proximidade cultural lusófona. Fator comprometedor para a projeção brasileira sobre o mundo afro-asiático era o apoio conferido a Portugal na manutenção de seu império ultramarino. Tal postura foi referendada com a celebração dos acordos luso-brasileiros do Rio de Janeiro em 1959, por ocasião da visita do presidente português Craveiro Lopes, em que a questão africana fora pacificada. Pelo lado brasileiro não haveria qualquer reconhecimento aos movimentos de libertação dirigidos pelas frentes do Cabo Verde e Guiné – irmãos Cabral – e de Angola e Moçambique. Claro que isso pouco ou nada influiria no corpo brasileiro no Suez, mas era um sério passivo na política internacional do Brasil e na sua lide de projetar-se para o mundo africano.

Pelo período em foco, as razões da política brasileira para a África portuguesa comprometiam ainda mais o país com o vetusto traçado do imperialismo. Isso porque, para a estratégia de projeção internacional e para a doutrina de Segurança Nacional – em seu enfoque na Defesa – a África lusófona constituía zona de interesse para a segurança do Brasil no Atlântico sul. ²²⁷ Visto estar a vasta costa brasileira debruçada sobre o Atlântico, a outra margem era sobremodo vital para as linhas de defesa costeira, para as ilhas brasileiras e para o trânsito de costa a costa das embarcações e naves militares do Brasil. Em especial o litoral angolano que em latitude alinha-se com densas regiões brasileiras em população e zona produtora. Além de estar o Brasil interessado numa transição soberana estável, sob condução

226 Celso Furtado, depoimento ao jornal O Estado de São Paulo, edições de 06 a 20 de janeiro de 1980. APUD Malan, Pedro Sampaio. Op. Cit. P. 101-102.

227 Saraiva, José Flávio Sombra. O Lugar da África. P. 34-35.

democrática – ou o mais próximo possível a isto – liderada por governos abertos ao diálogo numa base democrática e liberal. O que significava governos alinhados com o Ocidente, abertos aos negócios e às relações comerciais. Era isto o esperado de todas aquelas possessões portuguesas pelo Brasil, no advento da PEI sob os governos Quadros e Goulart.

Para os governos seguintes, ainda no período democrático, a linha adotada pelo Brasil, sob a Política Externa Independente (PEI) pleiteava o fim dos regimes colonialistas, e portanto, o encerramento dos protetorados portugueses na África. Muito ao agrado dos Estados Não-Alinhados, e dos Estados afro-asiáticos. Porém o que pesava, eram as lideranças que conduziam esse processo de luta. Quanto aos Estados neutralistas – cuja maior parte se encontrava na Ásia e África – estava garantido o apoio à UNEF nas Nações Unidas, via Assembleia Geral. E estava legitimada ainda a presença do Brasil perante aquelas nações, mormente as que compunham a Força no Egito. Isso marcava, pois, o saldo positivo da PEI com relação aos países afro-asiáticos e os Não-Alinhados, sem contudo comprometer-se o Brasil com qualquer adoção política que o vinculasse às lutas travadas naquele continente.

Na primeira gestão de Afonso Arinos de Mello Franco no MRE, a abertura para África marcou a diplomacia brasileira. Seu resumo biográfico no sítio da FGV aponta assim;

[...] No início de sua gestão, Afonso Arinos enviou uma missão aos países socialistas com o objetivo de estudar as possibilidades de acordos comerciais, coordenou a abertura de novas embaixadas no Senegal, Guiné, Nigéria e Congo (nações que haviam recém-adquirido a independência) e visitou a África, onde foi recebido pelo presidente senegalês Leopold Senghor. Nos meses seguintes, a República Popular da China e a União Soviética com as quais o Brasil não mantinha relações diplomáticas, enviaram missões ao país com o objetivo de incrementar o intercâmbio comercial e cultural[...]²²⁸

Mas, para as lideranças africanas, o que se esperava não era apenas o estabelecimento de novas relações que induzissem trocas comerciais. Isso era importante sim, mas sua preocupação imediata repousava no quadro político dos países, que como vizinhos, pesava muito em suas orientações políticas internas. Se o Brasil pretendia projetar-se no continente africano, precisaria impulsar medidas concretas contra o colonialismo, que nos anos 1960 ainda era uma realidade para muitos povos. Em setembro de 1961, gabinete Tancredo Neves, o sucessor de Arinos, San Tiago Dantas aprofundou a PEI, e na XVI Assembleia Geral da ONU, enviou seu antecessor como chefe da Delegação Brasileira, onde

[...] se destacou nos debates sobre o colonialismo português. Discursando em plenário, exortou Portugal a aceitar a 'marcha da história' e assumir a direção do movimento pela autonomia de

228 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonsoarinos>
Acesso em: 25/06/2018.

Angola. A delegação brasileira apoiou a resolução anticolonialista aprovada pela esmagadora maioria da Assembleia, mas rejeitou o item que condenava explicitamente o governo português[...]”²²⁹

Para os estrategistas da ESG e do Itamaraty que nesta altura já dialogavam e planificavam plenamente os ensaios brasileiros na arena internacional, a questão africana também estava relacionada à projeção externa do país. Tinha-se como certa a independência daquelas nações, visto estar o imperialismo português em declínio com chances quase nulas de salvação. Daí o investimento diplomático nos Estados de maior inserção política no continente, inclusive o Egito. A entrevista de Afonso Arinos com o presidente senegalês Leopold Senghor, um dos mais importantes líderes moderados da África, era relevante para a construção da imagem do Brasil. Recorde-se o encontro de 1960 entre o presidente Kubitschek e o Imperador Hailê Salassiê da Etiópia.

Todavia, se a PEI dos governos Quadros e Goulart pretendia estabelecer a ponte africana em favor da projeção brasileira em África, isto demoraria consideravelmente. E encontrar paralelos críveis e factíveis entre a Missão Suez e o ensaio africano da diplomacia brasileira, é muito difícil. Apesar das representações e embaixadas abertas, da condenação universal ao colonialismo, dos contatos com lideranças independentistas, visitas e encontros com estadistas, a diplomacia brasileira extraiu poucos dividendos para os objetivos do Brasil em projeção internacional. E esse malogro foi recordado mais adiante, quando o novo regime (1964) reorientaria a política externa brasileira, mais alinhada com o Ocidente, e sem arroubos autonomistas.²³⁰

Pelos anos 1960 a África (sobretudo a lusófona) era vista pelos estrategistas da ESG como futuro espaço de ampliação dos interesses comerciais, econômicos e de segurança do Brasil. Sobretudo na exploração mineral daquelas regiões onde o Brasil poderia afiançar-se e estabelecer uma associação no incremento das exportações para o mercado internacional. Os estertores da PEI, que acompanhavam a própria democracia brasileira, viram surgir com o novo regime (1964) um certo prosseguimento de seus princípios básicos. Isso porque o grupo da ESG que se debruçava sobre os temas internacionais, igualmente via nos novos Estados africanos uma fronteira a ser explorada pelo Brasil. Pois se considerava o continente, território oportuno onde empresas e empreendedores poderiam lançar-se na busca por ótimos negócios e expansão. E também – com significado para a lógica esguiana – território onde o Brasil poderia exercer seu poder ultramarino, inscrito na racionalidade da Segurança Nacional; assim esclarece o gen. Meira Mattos,

[...] Cumpre aqui ressaltar que, embora a ideia de defesa continental corresponda a uma atitude defensiva e o conceito de garantia de

229 Op. Cit. <http://www.fgv.org.br/biografia/san_tiago_dantas> Acesso em: 25/06/2018.

230 Magalhães, Juracy. Minha Experiência Diplomática. P. 131-132. Neste livro de memórias, o primeiro chanceler do governo militar, aponta a condução errática da PEI, não obstante reconheça a expansão diplomática ocorrida naquela curta fase, em que “homens de escol estiveram à frente do Itamaraty”.

nossa segurança militar no Atlântico Sul envolva, essencialmente, um comportamento ofensivo.(...) a mais moderna e dinâmica concepção de segurança da América, na parte que nos toca, não deve se encontrar no nosso continente, mas além-mar.(...) Não podemos, hoje, escapar ao truísmo que coloca, na vertente sul-atlântica da África, a linha de cobertura afastada da costa brasileira. No momento em que uma potência militar hostil ao Brasil ocupar a costa Atlântica da África, em qualquer ponto – desde Marrocos até a África do Sul – começaremos a sentir, no nosso país, um clima de inquietação e de pressão bélica sem precedentes na nossa história. Isso porque, hoje, até mesmo uma base de foguetes médios instalada no saliente oeste africano poderá ameaçar, facilmente, a larga faixa do saliente nordestino. No quadro da defesa continental e da estratégia ocidental, a África interessa, hodiernamente, muito mais ao Brasil do qualquer outra área do universo[...]²³¹

Esse pensamento é bem correspondente ao clima antagônico vigente na Guerra Fria, em que uma “hipotética potência militar hostil” seria a União Soviética, ou algum satélite seu. No entanto, a estratégia de projeção do Brasil pela via da Segurança Nacional, passava pelo reconhecimento da África como zona de expansão dos interesses brasileiros, daí dirigir uma política externa voltada para aquele continente. De fato é nesse raciocínio que pode-se encontrar certo paralelo entre a PEI e a política externa do regime de 1964, não obstante as discrepâncias entre ambas.

Este périplo diplomático passava por reconhecer os novos países que surgiriam – mormente os de língua portuguesa – e estabelecer com suas lideranças, relações exitosas. De fato, o governo militar-civil instalado em 1964 dirigiu esforços nesse sentido, mas não se pode esquecer que um caminho anterior já havia sido trilhado, tanto por Juscelino Kubitschek, quanto pela PEI, sob Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Hermes Lima. Para granjear o apoio dos novos e futuros Estados africanos ao Brasil, especificamente às suas pretensões no CSNU, organismos multilaterais e estratégia sobre o continente, era preciso clarificar com ênfase, o combate ao colonialismo.

E para isso, o Brasil teria que trilhar sensíveis percursos diplomáticos, dentre eles, a condenação ao império colonial português – um dos últimos no mundo – o apoio aos movimentos de libertação africanos, que em sua maioria eram de cariz socialista e materialmente apoiados por Moscou – mesmo que indiretamente – e manter a presença nos temas políticos mais candentes; um dos principais, o tema árabe-israelense, já tinha sua presença marcada desde 1956. Portanto, a lógica que a PEI adotava, era muito próxima da que vinha sendo conduzida por JK no lustro anterior. E seria muito próxima também da que o governo civil-militar de 1964 adotaria, sem embargo as críticas que o novo regime endereçaria a seu antecessor.

231 Mattos, Carlos de Meira. Op. Cit. P. 160. Os ensaios do gen. Meira Mattos tiveram influência na estratégia de defesa do Alto Comando militar entre o final dos anos 1960 até meados da década seguinte. Era fruto do acirramento Leste-Oeste do período Brejnev-Nixon e suas potenciais consequências na América do Sul.

Mas porque se conclui que a lógica de expansão diplomática sobre a África perpassa todo esse período? E onde há o cruzamento com a Missão Suez que calibraria a projeção internacional do Brasil? São indagações que se podem responder com a análise entrelaçada da DSN, da PEI e das relações do Brasil com os EUA. Esta última sendo a que mais sobrecarregava os estrategistas brasileiros, tanto do Governo Federal (MRE e Ministério da Guerra) quanto da ESG e do EME. Os solavancos que atingiam as relações Brasil-EUA eram sentidos e também refreados pelos titulares do Exterior, seja San Tiago Dantas, Lins e Silva ou Hermes Lima. O mesmo no que toca aos ministros da Guerra, Denys, Krueel e Dantas Ribeiro, em igual período. Se por um lado, a Missão Suez era apresentada ante a comunidade internacional, e o Terceiro Mundo em particular, como a contribuição do Brasil para a causa da independência e soberania nacional (Egito) por outro lado, era a manutenção do compromisso com a própria ONU. E mais, ao reconhecer a sinergia com o Ocidente, o Brasil assumia e palmilhava a rota geopolítica americana.

Depois, porque a lógica da expansão diplomática sobre a África e o Terceiro Mundo, corroborava iniciativas anteriores, como as de JK. E avançava com o lapso trienal da PEI (1961-1964) malgrado ser sucedida pela política ocidentalista do regime de 1964. De fato, todas essas direções da diplomacia brasileira eram congruentes com a lógica americana para a África e para o então chamado Terceiro Mundo.

Primeiro, por ser anticolonialista.²³² Desde 1945 que a política empregada por Washington em relação aos velhos impérios ultramarinos europeus era de obliterá-los, gradativamente. O apoio que brindava a movimentos anticolonialistas através de terceiros – como África do Sul – evidencia o quão distante estavam os americanos com a manutenção de tais regimes. Inclusive no Oriente Médio, o apoio que conquistara de muitos governos árabes, repousava no anátema ao colonialismo franco-britânico. A crise de Suez, de onde emergira a Força da qual participava o Brasil, foi vista pela opinião árabe como uma tentativa de ressuscitar a velha prática colonial. E havia politólogos no mundo árabe que encararam a reação americana como um atualizado “incidente ao estilo Fachoda”.*

Segundo, que a diplomacia brasileira congruía com a americana no sentido de que os Estados Unidos a muito defendiam o direito inalienável à autodeterminação dos povos. Para a causa africana das independências, tal consideração por parte da política externa da superpotência era bem recepcionada. Incluído também no tocante à causa palestina, que desde 1948 desfraldava a bandeira da libertação nacional face à ocupação israelense. Portanto os temas transcendentais em diplomacia e política internacional eram de comum aceitação, por Brasil e Estados Unidos. Seria duvidoso pensar que

232 Kissinger, Henry. Diplomacia. P. 411. Ver também Aron, Raymond. P. 387.

*Trata-se do ultimato britânico às forças francesas que invadiram e penetraram o Alto Egito em 1887. O Reino Unido exigiu a retirada dos franceses sob a ameaça de destruí-los ali mesmo no deserto.

qualquer dos três ensaios brasileiros no campo internacional – a Missão Suez, a abertura para a África e a PEI – divergiria da agenda americana a longo prazo.

O mesmo se deve concluir com a Missão Suez brasileira, e sua permanência sob a chancela dos Quatro Grandes do CSNU, em especial os Estados Unidos. O que em parte explica sua manutenção sob as intrépidas mudanças na ordem doméstica brasileira. A Missão Suez dentro do quadro das Nações Unidas, cuja razão de ser era garantir a soberania de um Estado africano (Egito) de certa forma creditava ao Brasil algum bônus na opinião africana de que estava se comprometendo com a causa libertária dos povos. A leitura que melhor se adequaria à política africana do Brasil, intercedida pela presença na UNEF I, é a causa anticolonialista. Anteviam as lideranças brasileiras no Executivo Goulart e no MRE, que no futuro, os votos dos Estados africanos seriam decisivos numa renovação do CSNU. E o Brasil, ao ter garantida parcela considerável daqueles votos nacionais africanos, estaria a meio caminho de seu objetivo precípua: a membresia permanente no CSNU. Deve-se ter em conta que a UNEF fora a garantia conferida ao Egito (Estado africano) da inviolabilidade de seu território, atacado e ocupado que fora por duas potências imperialistas, mais um aliado, Israel. E que portanto, os Estados partícipes daquela Força estariam cumprindo o relevante papel de assegurar a soberania plena de um país vítima da agressão imperial.

Nas páginas que se seguem, ver-se-á a extensão da estratégia brasileira sob Quadros e Goulart no tocante à projeção internacional, tendo como ativo diplomático, a Missão Suez. E com as respostas às indagações acima (p. 189) clarificar se a presença brasileira na UNEF I calibrou, ou não, os intentos do Brasil em afirmar-se no mundo em desenvolvimento. Uma vez que zelava pela paz numa zona de tensão, mas também zelava pela soberania de um Estado líder nas políticas de autodeterminação e anti-imperialismo.

3.2 – A Missão Suez e a projeção internacional do Brasil

Mas do ponto de vista africano, a política externa do Brasil não era de todo fiável. E tal fator comprometia a projeção internacional do país nos aspectos que a estratégia da ESG programara em sua doutrina de Segurança Nacional. E mais uma vez se interpunha a relação com Portugal, que na altura (setembro de 1961) militarizava cada vez mais a “questão africana” com o recrudescimento das guerrilhas. Nessa mesma época, o chanceler San Tiago Dantas – gabinete Tancredo Neves – voltava a criticar a política colonialista portuguesa para a África, sem contudo endossar as resoluções do bloco afro-asiático condenando o regime salazarista.²³³ Em dezembro daquele ano, a

233 FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbetebiografico/santiago_dantas> Acesso em: 30/06/2018.

*Trata-se do ultimatum britânico aos franceses em 1898, em que se exigia a retirada imediata do corpo expedicionário francês sob a consequência iminente da destruição. A França retira-se e abre caminho para o protetorado britânico sobre o Sudão egípcio, que dura até 1922.

Índia de Nehru invade os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, na costa ocidental do país. E ante a sua anexação definitiva por Nova Delhi, em março de 1962, o governo brasileiro, secundando Portugal, condena os indianos por este feito. Parece que algumas figuras de ponta no MRE aderiram ao sonho do “lusotropicalismo” como renascimento do mundo português; eis uma nota desse apoio brasileiro a Lisboa;

[...] Não é aqui o momento de julgar, nem da natureza dos colossais esforços empregados pela chamada representação diplomática portuguesa para despertar ‘as afinidades’ pouco espontâneas, de causa comum, nem das causas materiais que provocam em certos representantes do Itamaraty, tão oportunos acessos de solidariedade. Através de uns e outros, o Brasil tomou posição no caso de Goa. [...] O Brasil, ao apoiar a posição portuguesa na ONU, entende que o país não possuía colônias, e sim províncias de além-mar [...]²³⁴

É difícil relatar se esses desdobramentos da política mundial afetaram as relações entre brasileiros e indianos na UNEF. Mas de fato, contribuíram para turvar as inclinações da política externa brasileira, aos olhos do ingente bloco afro-asiático. Por causa de Portugal, o Brasil limitava sua ação internacional, condicionando o acalentado projeto de expansão sobre o mundo africano e o Terceiro Mundo. E ainda comprometendo a estratégia de projeção internacional, desenhada pela ESG.

Ora, os caminhos para um Brasil potência na arena internacional passavam pelos prognósticos da doutrina de Segurança Nacional que previa a dinamização tecnológica e industrial internas. Concomitante à estabilidade política interna, sob um regime liberal-democrático de livre mercado e plenamente inserido no Ocidente. A potência brasileira a nível internacional deveria se expandir pelas “fronteiras abertas” do mundo, onde havia a possibilidade de crescimento em parceria equânime. O continente africano seria o horizonte para esta expansão, pois ainda livre dos monopólios industriais dos Estados-Nacionais de antiga industrialização, e abertos a novas parcerias que não lhes impusessem condicionantes. Por tudo isso, o Brasil se encaixava nesse rol de Estados que as lideranças políticas da África pretendiam como parceiros comerciais e sócios, na gama de negócios potenciais para o continente. A aproximação com o Egito e Etiópia, mais a aproximação com os Estados do Bloco Não-Alinhado, como Índia e Iugoslávia, respondem a determinado aspecto da PEI.

Para o conjunto africano, restava a Missão Suez que haveria de favorecer as relações com o Cairo – nesta época o governo Nasser voltava-se para o continente dado que a questão com Israel fora posta “na geladeira” após a intervenção de EUA e União Soviética – sendo o Egito o mais importante Estado africano. Também a Etiópia com as ações em prol da unidade africana protagonizadas por seu Imperador Hailê Selassiê, já citadas, convinha aos

234 Minga, Ester Amaral de Paula. As Relações entre Portugal e Brasil durante o Estado Novo (1932-1974) Disponível em: <http://www.labcom.ifp.ubi.pt/index.php/ec/article> Acesso em 30/06/2018.

propósitos do MRE em favorecer a abertura com outros Estados continentais independentes. No entanto há o passivo do apoio a Portugal em relação a seu império ultramarino, conforme comentado, mas o próprio Afonso Arinos e Hermes Lima no Itamaraty, já admitiam a inviabilidade de sua manutenção, no longo prazo.

Todavia, um ponto parece obscuro ainda para alinhar a Missão Suez e a lógica em tornar o Brasil potência, seção África. Ao desenhar política e teoricamente seus empreendimentos na África, o governo brasileiro promotor da PEI, até o fim da democracia em 1964, era consciente de que não poderia ser viável a “ponte africana”. O fator Suez pouco pesava para aqueles Estados e/ou movimentos de libertação, que estavam por demais atribulados em combater e negociar com suas metrópoles europeias. A conjuntura israelo-árabe e o próprio Oriente Médio, eram realidades longínquas de suas fronteiras e nada se relacionava com a causa africana – a não ser pela luta libertária palestina que vinha ganhando sua personificação a nível mundial. Os líderes brasileiros eram também conscientes de que sua presença na UNEF I fora obra, no curto prazo, do então Secretário Geral Dag Hammarskjöld e do Primeiro Ministro canadense Lester Pearson – chanceler em 1956 e que por sinal, chefe de governo de um Estado ocidental membro da OTAN. Isso no curto prazo, dada à contingência da crise envolvendo Reino Unido, França, Egito e Israel. Já no médio e longo prazo, a obra americana de assegurar espaço para si naquela Força internacional²³⁵, e outorgar algum papel de prestígio na cena mundial a um Estado latino-americano, não poderia passar despercebida pela *intelligentsia* do Brasil.

Para a diplomacia americana desde Eisenhower, a UNEF não poderia sucumbir às influências soviéticas, nem tampouco às provenientes do Terceiro Mundo. Por isso, os acordos alcançados em novembro-dezembro de 1956, entre o secretário de Estado Foster Dulles e a ministra do exterior de Israel Golda Meir, estavam válidos para os correntes anos de 1961 a 1964. No tabuleiro geopolítico disposto na Força, o pendor ocidental falaria mais alto, e não haveria possibilidades de articulações políticas em favor do nacionalismo egípcio. Seja por parte dos indianos, e principalmente dos iugoslavos. Assim explica Oren sobre a formação da UNEF em 1956 e sua morfologia geopolítica;

[...] O impasse foi finalmente resolvido por dois acordos de “boa fé” – uma entre Nasser e o secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, e outro entre o secretário de Estado John Foster Dulles e Golda Meir, ministra do Exterior de Israel. (...) Dulles garantiu que os Estados Unidos considerariam toda tentativa egípcia de ressuscitar o bloqueio do Estreito de Tiran como um ato de guerra frente ao qual Israel poderia responder em autodefesa com base no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. A Grã Bretanha e a França também aceitaram o acordo (Israel-EUA) assim como o Canadá e a maioria dos países ocidentais (que elaboravam as normativas para o cessar fogo e instalação da força de emergência). (...) Era preciso garantir que essa

235 Cf. Oren, Michael B. Op. Cit. p. 99-100.

força permanecesse incólume às tentativas soviéticas de manobrar politicamente no Oriente Médio. (...) Nasser enveredou por um estreitamento de sua aliança com a União Soviética e ampliou seu conflito com as monarquias do Oriente Médio – aquilo que um estudioso denominou “A Guerra Fria Árabe”. De agora em diante, os Estados Unidos defenderiam qualquer país do Oriente Médio ameaçado pelo comunismo e seus aliados, o mais óbvio dos quais era o Egito [...] ²³⁶

E realmente, por toda a década em que a UNEF I permaneceu em funções no Egito, o desafio de americanos e aliados naquele contingente era obstar e derruir qualquer influência soviética. E também sustar qualquer influência que o bloco Não-Alinhado pudesse ter nas ações da Força em campo. Isso equivale dizer que iugoslavos e indianos na Força, bem como egípcios em sua pátria, deveriam ser dissuadidos de articularem-se política e militarmente em prejuízo dos interesses ocidentais na zona de Gaza e do Sinai. Acrescente-se ainda os interesses israelenses, que mediavam desde a ofensiva direta contra os palestinos e egípcios coligados, a ações secretas e furtivas de terror contra o território do Egito. (SHLAIM, 2004:241)

Haveria, assim, um papel para cada membro da Força em resguardar as regras estipuladas pela ONU. E ao Brasil soma-se a estas regras, a manutenção da aliança com os EUA e as potências ocidentais, algo que cambaleava com os governos Quadros e Goulart. Bem nos inícios da instalação da UNEF, em novembro de 1956, as lideranças ocidentais já expressavam a preocupação em limitar Moscou naquele cenário. As comunicações entre o primeiro ministro britânico Anthony Eden e o presidente Eisenhower ²³⁷ ilustram o quão preocupante era, para ambos os governos, manter espaço e ingerência naquela Força, bem como atuar nos trabalhos que se seguiriam. Os mesmo se nota nos diálogos entre o presidente Kennedy e o sucessor de Eden, Harold Macmillan, premiê entre 1957 e 1963.

O clima acirrado da disputa bipolar se fazia sentir na tumultuada zona fronteira israelo-egípcia, e tanto Washington quanto Londres, não poderiam permitir a expansão da influência soviética, ou dos Estados Não-Alinhados. E mais sensível ainda para os dirigentes brasileiros, era consolidar a relação especial com os Estados Unidos, relativamente estremecida com o antiamericanismo desenvolvido e explícito desde 1961 com o governo João Goulart. Se os meses de Jânio Quadros na Presidência, com o liberal-udenista Afonso Arinos no MRE, pareceu oxigenar as relações estratégicas com Washington, a saída deste último marcou uma inflexão. Isso porque a moderada política externa independente sofreu um recrudescimento com os trabalhistas e progressistas à frente do Itamaraty. Algo que a alta oficialidade liberal-conservadora na ESG não tolerava, porque já pusera em curso a DSN conforme o alinhamento com os EUA.

236 Oren, Michael B. Seis Dias de Guerra. Op. Cit. P. 34-35.

237 <http://www.officehistorian.us> Acesso em: 01/07/2018.

A ação dos chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas na fase parlamentarista e de Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Araújo Castro na fase presidencialista (jan./1963 a abril/1964) com Jango à frente do Executivo, não conseguiu solucionar os choques entre a política interna brasileira e o esperado pela parte americana. Se o Brasil pretendia dotar-se tecnicamente com tecnologia de ponta americana ou de Estados europeus avançados, haveria que contar com o beneplácito de Washington. (BATISTA Jr.,2001:87) E para isso, era imperiosa a congruência objetiva, transparente e direta com a agenda internacional americana. Sobretudo quando surgiam os impasses resultantes da contenda com a União Soviética.²³⁸

A Missão Suez permaneceu inalterada, inclusive entre as potências do CSNU, a Assembleia Geral das Nações Unidas, e os governos americano e egípcio, pois não era prudente alterar uma força internacional devidamente assentada no terreno, e no exercício de suas funções. Daí que nenhum componente da UNEF I desligou-se ou fora desligado pela Secretaria Geral, após 1959. Situa-se neste importante detalhe da correlação internacional de forças na ONU e no Oriente Médio, que os Estados Unidos não usassem sua influência para alterar a composição da UNEF até sua dissolução em junho de 1967. Assim se explica em parte o Brasil permanecer na Força, mesmo diante das diatribes de sua política doméstica. Ora, apesar de atravessar turbulentos períodos políticos, com aguçada desarmonia em certas questões com Washington, o país não viu ameaçada sua presença na Força. E sob o novo regime a partir de 1964, operar sua projeção internacional num novo contexto social e político domésticos.

Mas, restam algumas observações e reflexões acerca da Missão Suez e o propósito de tornar o Brasil uma potência, ainda no interregno democrático (1961-abril/1964) antes da queda de João Goulart. As agitações sociais e políticas desses anos, mais a aguda crise econômica que vicejava mês após mês, toldou o governo presidencialista de Jango, e engessou-o em qualquer projeto de dinamização externa para o país. O núcleo dirigente da ESG (Sorbonne) que desde os anos JK se debruçava na agenda da Segurança Nacional e vinha ganhando espaço no Ministério da Guerra após a saída de Teixeira Lott (janeiro de 1961) não obra mais nessa seara. Não havia como conduzir junto à Presidência da República as estratégias estipuladas na DSN. Ficaram para trás: a) os projetos de modernização e ampliação da defesa; b) da indústria de defesa nacional; c) da associação hemisférica e estratégica com os EUA e d) do corredor sul-Atlântico.

238 Batista Jr., Paulo Nogueira. A Economia como ela é. O autor, citando depoimento do presidente Geisel em 1997, enfatiza o temor que este sentia numa demasiada dependência do Brasil para com os EUA; "Geisel observou que nos governos militares anteriores, desde Castelo Branco, o MRE procurava fazer boa figura, aparecer e prestar serviços aos EUA. Geisel sustentava que a política externa brasileira tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente". P. 87.

Agora, o núcleo dirigente da ESG – que passara a ser conhecido desde o início da década como “Sorbonne” – obrava permanentemente para a substituição do presidente e o fim de seu governo.²³⁹ Chegaram à resoluta decisão de que o Brasil, sob Jango e o Trabalhismo, seria engolfado pelos movimentos sindicais de esquerda e pelas sucessivas greves que pipocavam em quase todos os Estados da federação. Daí que as Forças Armadas intervenientes deveriam promover o entendimento social necessário entre capital e trabalho. A instabilidade e inconsequência políticas, concluía a ESG e o EME, grassavam entre as organizações trabalhistas e sindicais. O único corredor de possibilidades políticas para se conter a crise, seria a aproximação com setores da “ordem”. O empresariado, as classes médias liberais e as ligadas à pequena produção e comércio, eram fundamentais no restabelecimento do equilíbrio social e político. No entender de José Murilo de Carvalho,

[...] Os conflitos (sociais) adquiriram nitidez e profundidade maiores na terceira fase (1946-1964). A aliança das Forças Armadas com setores da burguesia, apenas esboçada antes, agora se tornou nítida. A Escola Superior de Guerra e órgãos como o Instituto de Pesquisas Econômicas Sociais (IPES) serviram de instrumentos ideológicos e práticos na aproximação da elite militar com as elites econômicas. Estas eram vistas pela elite militar como dos poucos setores da sociedade capaz de manter disciplina e estabilidade. Seria exagero dizer que as Forças Armadas se tornaram instrumentos dos interesses empresariais, mas pela primeira vez os empresários encontraram nelas um parceiro confiável[...]²⁴⁰

As Forças Armadas – pensava a maioria do oficialato – era o único setor do Estado que não poderia sucumbir à politização que majorava nas instâncias governamentais. Sua preservação passara a ser absolutamente prioritária para o alto escalão das três armas e sobretudo para a corrente liberal-conservadora, nucleada na ESG. E prioritária para as elites empresariais, que ao fim, escudavam-se nas Forças Armadas contra o que encaravam ser o caos político e governamental no país. Então, não houve nestes três anos de governo Goulart continuidade para com o projeto do Brasil potência, e de sua projeção internacional, engastada que estava a alta oficialidade com as lides da política interna.

De fato, as últimas aquisições brasileiras para a Força Aérea, ocorreram em julho de 1961, e como resultado de acordos firmados ainda no governo JK (1958). Trata-se das treze aeronaves *Grumman*, P-16 e sete P-15 (pela FAB) S2F-1 e S2F pela citada fábrica americana, respectivamente. Essa aquisição fazia parte dos planos estratégicos do Exército e da Aeronáutica para a reativação da importante base de Santa Cruz a oeste da cidade do Rio de Janeiro. E também da base aérea de Salvador (BA), os sete aviões citados. A incorporação desses aviões-caça permitiu o incremento do 1º GAE, unidade

239 Carvalho, José Murilo. Forças Armadas e Política no Brasil. Op. Cit. P. 117.

240 Carvalho, José Murilo. Op. Cit. P. 117-118. Os trechos entre parênteses são deste autor.

onde se assentava o 1º Esquadrão Aéreo (Santa Cruz) ativo desde 1958. Saliente-se que a chegada dessas aeronaves correspondeu ao período em que o general Odílio Dennys chefiava a pasta da Guerra, até agosto de 1961.

Com a posse de Jango em setembro de 1961, inicia-se o acirramento interno no Estado, alcançando as FFAA, o que faz brechar os acordos de 1958. Contudo, não se intenta na presente investigação, traçar o panorama dualista entre as chamadas forças conservadoras e as forças progressistas, no período João Goulart. Seja nas FFAA ou no próprio MRE. Seria por demais uma digressão como esta, além do que, não se prestaria para uma clara e objetiva apresentação da investigação. Mas, como o percurso histórico da Missão Suez atravessa aqueles anos agitados da vida brasileira, é mister compreender como afetou – e se afetou – o curso do Brasil na UNEF, e de seu batalhão, o Suez. Para tanto é preciso averiguar se o giro “independentista” representado pela Política Externa Independente, alterou os planos do Brasil em manter-se na UNEF I; e se estavam ainda presentes aquelas reivindicações em relação ao CSNU, à segurança continental – hemisférica – com a liderança brasileira, e por fim à modernização das Forças Armadas. Pleitos esses em parte discutidos no capítulo 1, à luz da convocação do Brasil pelas Nações Unidas, e no horizonte interno e externo que os estrategistas do governo Kubitschek vislumbravam para o país.

A condução da política externa por Afonso Arinos primeiro, e San Tiago Dantas e Hermes Lima depois, era corroborada pelo partido dominante no governo Goulart, o PTB. Mas não se pode esquecer que Afonso Arinos vinha de uma seara tradicionalmente opositora aos principais líderes do bloco trabalhista: Vargas, JK e Goulart. E malgrado a essa oposição, como chanceler, Arinos promoveu o primeiro ensaio de independência na política externa brasileira, sob o governo Quadros. Ensaio este com linhas mais claras e pragmáticas que o anterior governo Kubitschek, em que a abertura para o Terceiro Mundo ficara apenas no horizonte. Em junho de 1961, Arinos designa o embaixador João Augusto de Araújo Castro como delegado do Brasil à 1ª conferência dos Países Não-Alinhados, no Cairo, Egito (BUENO, 2014:343). Na ocasião, abriu-se alguma perspectiva de o Brasil vir a ser integrante dessa formação, e assim, projetar-se perante o mundo afro-asiático. O que todavia não ocorreu ante os eventos domésticos. Mas permanece a linha com que Arinos procurava traçar para a política externa do Brasil.

O mesmo não se pode aplicar a San Tiago Dantas, que tinha uma marcada ação na velha guarda do PTB, e relutou por algum momento na entrada repentina do Brasil na UNEF I. Pode-se aferir que a diplomacia nos anos da presidência João Goulart, esteve sob os auspícios de San Tiago Dantas. Foi seu pensamento, mais que o de Afonso Arinos, que conduziu a dinâmica externa do país, e foi também responsável pelos logros na cena internacional, alguns, efetivamente mantidos pelo regime subsequente. Dentre eles, o reatamento com a União Soviética (na gestão de Arinos) com a China (na gestão de Dantas) e com alguns Estados do bloco socialista. A percepção

que guiava o Itamaraty por estes anos em harmonia com a Presidência da República, era sobre o que vinha a ser fundamental para o país. A PEI administrada no triênio Goulart, não estava detida em postulados ideológicos, nem submetida à lógica da Guerra Fria. Talvez estivesse aí a discrepância com os setores conservadores da política brasileira, em especial com a *intelligentsia* da ESG. Era uma política externa administrada segundo os interesses nacionais, assentada em itinerários pragmáticos onde o país pudesse crescer. Conforme aponta Loureiro,

Dois aspectos em particular podem explicar por que os Estados Unidos tinham uma boa imagem entre os brasileiros, embora a maioria dos cidadãos do país defendesse políticas internas redistributivas, e uma pequena maioria argumentou em favor de uma abordagem de política externa neutralista. Primeiro, a maioria dos cidadãos defendia os direitos de propriedade, ou seja, muitos defendiam a implementação de reformas estruturais moderadas (reformas que incorporavam uma compensação integral aos proprietários) ou a manutenção do status quo (nenhuma reforma). Isso é coerente com posições que expressavam admiração pelos Estados Unidos e desaprovação dos países comunistas. Em segundo lugar, no início dos anos 1960, os formuladores de políticas brasileiros apresentaram a "Política Externa Independente" (PEI) do país não como anti-EUA ou anti-Occidente. De fato, o PEI foi defendido como uma resposta pragmática - e, portanto, supostamente não ideológica - às tensões econômicas do Brasil. Embora o Brasil continuasse a defender os valores ocidentais e a pertencer ao Ocidente, precisava expandir as relações em todo o mundo para promover o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, não é incoerente que a maioria dos brasileiros tivesse Washington em alta estima e, ao mesmo tempo, uma pequena maioria apoiava uma abordagem neutra (por exemplo, pragmática) nos assuntos externos.²⁴¹

Realmente era majoritário o sentimento público por políticas reformistas e distributivas, contudo sem arroubos ou radicalismos. As seguidas vitórias eleitorais obtidas pela “dobradinha” PTB/PSD desde a redemocratização em 1945, o confirmam. Igualmente, a sociedade brasileira não prescindia em ter as garantias constitucionais sobre a propriedade e o patrimônio asseguradas pelo Estado. A luta travada em torno da Lei de Remessas de Lucros ao Exterior (Lei 4.131/1962) *ex-libris* do Governo Jango, foi bastante criticada pela grande imprensa da época. Isso porque mexia com a propriedade sobre o capital de empresas estrangeiras e, em parte, as expropriava.

Também era verídico o sentimento público pela ampliação diplomática do país, onde quer que medrassem os interesses nacionais. Sentimento este cultivado nas academias, parte da intelectualidade e imprensa. Todavia rejeitado pelos *policymakers* da ESG que a viam com reservas no que tangia à

241 Loureiro, Felipe Pereira e Guimarães, Feliciano de Sá. Public Opinion and Foreign Policy in João Goulart's Brazil (1961-1964): Coherence between national and foreign policy perceptions? Disponível em: <<http://www.ibri.rbpi.org/?p=12149>> Acesso em: 11/05/2019. Tradução nossa.

abertura para os Estados socialistas. Mas o problema principal não eram os princípios soberanistas contidos na PEI. Era a inflexão radical do governo Goulart, orientando a ação internacional do Brasil num sentido antagônico aos EUA e aos principais Estados ocidentais. Principalmente votações na ONU, OEA e instituições multilaterais (FMI, GATT, Banco Mundial) em desalinho com o próprio histórico do Brasil. Como mencionado atrás, os pontos conflitantes foram a crise de Cuba (1961 a 1963), os acordos de não proliferação nuclear (1962-1963), a questão africana e a aproximação com os Estados do Leste. Para os estrategistas da ESG e do EME, a projeção internacional do país não ficaria incólume, ao adotar o governo, essas arremetidas conflitantes com a superpotência. Fazia-se necessário que as FFAA, através de seus núcleos operacionais – como o EME – elaborassem a agenda programática a ser adotada.²⁴² Para que não sucumbissem as conquistas do Brasil na cena internacional. Incluído neste ponto, a presença brasileira na UNEF I, que vinha guardando ponderável equidistância das tensões Leste-Oeste.

Sopesava o núcleo dirigente da ESG quanto o equilíbrio nas relações com a ONU, com as potências democráticas ocidentais e principalmente com os Estados Unidos. O próprio general Castelo Branco, na altura comandante do IV Exército (mar. de 1961-set. de 1963) preocupava-se com a polarização a que política externa do país pudesse levar. E que atingisse a UNEF onde havia a possibilidade em que se abrisse um bloco de Estados neutralistas em contraposição ao bloco ocidental majoritário na Força. As tratativas com os governos de Belgrado e Nova Delhi sobre o Brasil fazer parte do Movimento Não-Alinhado não decolaram na gestão de Jango, mesmo tendo os chanceleres Lins e Silva e Hermes Lima aventado tal possibilidade. O Brasil seria independente e soberano em sua gestão internacional – e nacional por suposto – sem aderir a blocos ou movimentos.

Mas a abertura para com os Estados do leste, a recusa em excluir Cuba da OEA em 1962, e o reconhecimento da China popular em detrimento da China nacionalista – Formosa – valeu seguramente a reprovação dos principais líderes em Washington. E nisso a estratégia política adotada pelo MRE e pelo Executivo Goulart – antes pelo Executivo Quadros – diferia abertamente da lógica perseguida e trabalhada pela ESG. Não que os arquitetos da PEI procurassem distanciar o Brasil do projeto iniciado por Kubitschek de expansão e projeção internacional. Procuravam distanciar sim da lógica dualista que se pretendia para a totalidade dos Estados latino-americanos de alinhar automaticamente sua política externa – e gestão interna – aos interesses de Washington.

242 Documentos Históricos do EME. A 2ª Seção da 2ª subchefia do gabinete do chefe do EME assim aviou as orientações: “Acompanhamento da evolução dos acontecimentos político-militares de países, grupo de países, áreas estratégicas, que interessam ao Brasil; atualização da síntese do fator militar (Exército) dos países sul-americanos e da URSS; elaboração e direção das ações do Brasil em missões internacionais.” Op. Cit. P. 368.

Agora, como perseguir o crucial objetivo de ascender o país ao status de potência, projetando-se internacionalmente, sem as capacidades internas correspondentes? E como atingir tal objetivo sem o concurso direto da superpotência democrática, os Estados Unidos? E seria razoável manter este objetivo com uma política externa independentista num momento em que o mundo se digladiava entre dois polos? A PEI logrou sim continuar posicionando o Brasil no cenário internacional, e a permanência da Missão Suez é testemunha disso. Todavia, o destaque que se deu na década anterior, períodos Vargas e Kubitschek, do Brasil como árbitro no continente, e também fronteira aberta aos investimentos e desenvolvimento, soçobrara. As crises que se sucederam nos domínios que vão da política econômica ao trabalho, passando pela falta de créditos internacionais neste triênio, enrijeciam a produção agrícola e industrial, conforme atesta Pedro Malan²⁴³, e inviabilizavam o projeto de San Tiago Dantas à frente do Itamaraty. E mais, inviabilizavam também a perspectiva de projeção internacional pensada e articulada pela ESG, enquanto o presidente Goulart estivesse à frente do Executivo. Assim como seu bloco partidário, o PTB.

Portanto o núcleo estrategista da ESG, dirigido nesta altura dos acontecimentos pelo general Castello Branco, manteve e aprofundou seus contatos com a alta oficialidade americana de modo paralelo, ou à revelia da própria Presidência da República. Reforçando os liames com a alta oficialidade americana, e com a Embaixada no Rio de Janeiro, onde se assentara como adido militar desde 1962 o coronel Vernon Walters, o núcleo dirigente da ESG encabeçava definitivamente o movimento para apejar do poder o bloco trabalhista liderado pelo PTB. A lógica que presidia esse movimento dos oficiais nucleados na ESG era “salvar o país” do caos e do inevitável esfacelamento social e econômico, a que conduziam o bloco progressista-trabalhista. Era a atualização do pensamento do general Juarez Távora, já comentado nesta investigação, em que a Segurança Nacional devia prestar-se como fundamento do poder nacional, e a serviço da democracia, entendidos ambos como ordem e estabilidade. Segundo Luiz Mundim (p.349) o pensamento do general Juarez voltava a tomar corpo e servir de base à razão interventiva das FFAA na acepção do então coronel Golbery, precisa e cirúrgica, porque cronométrica e objetiva; citando o livro do general Juarez, Organização para o Brasil (1959, reedição em 1976) o pesquisador Luiz Mundim diz que;

[...] A mesma referência permanece nas conferências que realizou na ESG, só que integrada ao *campo psicossocial*. Entendia o mesmo problema como questão fundamental de organização nacional, com a base do conceito de segurança nacional. O termo dá lugar ao

243 Malan, Pedro Sampaio. “As reviravoltas na política econômica não agradaram as fontes de financiamento externo diante do não cumprimento de exigências de políticas econômicas. Os EUA bloquearam os fundos negociados por San Tiago Dantas e o FMI reduziu para cinquenta milhões de dólares os cem milhões negociados antes. Somam-se ainda as reviravoltas na política externa.” Vol. 11. In: O Brasil Republicano. Op. Cit. P. 104.

correlato, torna-se a própria *democracia cristã*, integrando a Doutrina de Segurança Nacional. O *Cristianismo social* encerrava, nele mesmo, o campo psicossocial. Somente por meio da moral cristã, baseada na justiça distributiva e cooperativa, é que o campo da produção poderia se organizar plenamente no Brasil. Tratava-se de operação metódica e racional. Organizar o Brasil significava racionalizar a administração pela reforma política e desenvolver a economia. [...] Sempre a serviço da harmonia e da ordem social que, mais do que progresso racionalmente positivo, deveria se firmar nos preceitos da moralidade cristã, única estrutura valorativa capaz de realizar o objetivo de dar segurança e desenvolvimento ao Brasil[...]²⁴⁴

Desinflando o apelo aos princípios cristãos patentes na perspectiva do general Juarez, fica aquilo que melhor galvaniza a consciência militar: o sentido de ordem e estabilidade, como se fossem o remédio para todos os males. Isso implica na adesão à causa política levada adiante pelo núcleo dirigente da ESG, pois de fato o país encontrava-se submergido em crises políticas e sociais. A autoridade governamental e a classe política, eram incapazes de solucioná-las. Ao invés de maior condução pelo diálogo e negociações em bases democráticas, a lógica dos altos oficiais liberal-conservadores era da intervenção cirúrgica. Esta, supunham, aplainaria e pavimentaria o caminho para ulterior curso político-civil em bases supostamente democráticas.

Então, o que restava para a *intelligentsia* militar brasileira reunida na ESG, e para os arquitetos político-diplomáticos no Itamaraty, como percurso para a projeção internacional do Brasil? Sob a condução da PEI nos moldes em que a definira San Tiago Dantas, nada²⁴⁵. Enquanto persistisse a crise política, cuja responsabilidade, o alto oficialato atribuía ao próprio presidente Goulart, nada haveria a ser feito em prol daqueles objetivos transcendentais, de tornar o Brasil a potência que estava destinada a ser. Era o que ponderavam aqueles oficiais reunidos no núcleo dirigente da ESG. E de fato se não fossem os canais de diálogo a tempos estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos no âmbito militar, o país passaria de não confiável a hostil aos olhos de Washington. E aqui neste ponto, vale a pena explorar analiticamente o que manteve em curso as relações de defesa e segurança continental entre Brasil e EUA mutuamente em funcionamento, enquanto se degradingolavam as relações político-diplomáticas.

Antes de passar a tratar diretamente da Missão Suez e seu Batalhão sob o novo regime político (1964) convém entender o que a manteve em exercício, mesmo sob a tensão corrente entre os dois países. Como observado no capítulo 1, foi a chancela do presidente Eisenhower e do primeiro ministro Eden

244 Mundim, Luís Felipe. O Pensamento do Marechal Juarez Távora e a Política Brasileira. In: Revista Antíteses. v8, n16, p.327-352, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.portais.ufg.br/up/113/luiz.felipe.mundim.pdf>> Acesso em: 04/01/2018. Os grifos em itálicos do autor.

245 San Tiago Dantas e a Política Externa Independente. Disponível em: http://www.funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf Acesso em: 30/07/2018. P. 28 e 29.

que permitiram ao Brasil fazer parte da Força Internacional idealizada pelo Secretário Hammarskjöld e o premier canadense Lester Pearson. Igualmente responsável, foi a decisão resoluto do presidente JK, sob a influência de seu ministro-chanceler Macedo Soares, que inclinaram as forças políticas no país a embarcarem naquela empreitada. Mas, diante do anuviamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos, a credibilidade e confiança no Brasil estavam comprometidas. Para Washington, a PEI brasileira soava desatinada por não assumir cristalinamente em que lado o país se posicionaria nos grandes fóruns e cimeiras internacionais. No pouco tempo de Quadros e Goulart, malograram os planejamentos em relações públicas que o último embaixador do governo Kubitschek empenhara-se nos EUA; em dezembro de 1960, Walther Moreira Salles propugnara que,

[...] Quando de minha recente estadia no Rio de Janeiro, tive a ocasião de expor a Vossa Excelência minha opinião sobre a necessidade de manter o Brasil nos Estados Unidos da América, paralelamente à ação diplomática no sentido estrito, um serviço de relações públicas, tendente a fornecer, à opinião pública norte-americana, imagem tanto quanto possível fiel, da conjuntura política, econômica e social do Brasil no seu estágio atual de desenvolvimento. (...) Naquela época (06 de fevereiro de 1956) o embaixador João Carlos Muniz, dirigiu ao Itamaraty ofício no qual fazia levantamento favorável à solução dada à crise política de 11 de novembro de 1955. Batia-se aquele meu antecessor pelo estabelecimento de um serviço de relações públicas capaz de “manter presente à opinião pública americana, os propósitos do novo governo brasileiro (Gov. JK) principalmente no tocante à cooperação oficial e privada dos Estados Unidos da América, que será necessária à concretização do Plano de Desenvolvimento Econômico para os próximos anos”[...]²⁴⁶

Mas tal intento praticamente desfez-se com os desatinos da PEI, principalmente sob o governo Jango. Se para os dirigentes da República sul-americana que coordenavam a ação internacional entre 1961 e 1964, soberania significava impor-se às decisões americanas, para a Casa Branca – e o Departamento de Estado – significava condutas erráticas, não construtivas com a democracia e o mundo livre em que se empenhavam. Eram encaradas como traço propagandístico do nacionalismo populista, tendência política que Washington combatia desde a luta contra os regimes nacionalistas do Eixo.²⁴⁷ E também porque o nacionalismo era identificado com os movimentos populares do Terceiro Mundo, libertários, como nos casos afro-asiático, ou populistas, como nos casos latino-americanos. Não se pode esquecer que os

246 Comunicação do emb. do Brasil nos EUA ao min. das Relações Exteriores Horácio Lafer. 14 de fevereiro de 1960. MRE. Palácio Itamaraty, RJ. Cx. IV. Missão do Brasil em Washington, DC. Ver Anexo 4.

247 Kennedy, Paul. “Después de 1945, órdenes sociales tradicionales habían sido desbaratados, regímenes coloniales habían quedado desacreditados, florecieran los partidos nacionalistas y populistas, clandestinos, y proliferaron los movimientos de resistencia que buscaban la transformación.” Op. Cit. P.595.

anos 1960 foram pródigos no surgimento de movimentos políticos nacionalistas, muitos de esquerda, e que provocaram abalos na arquitetura geopolítica construída no pós-guerra.

Assim sendo, a distância entre o que pretendia a PEI na definição das metas para o Brasil, e o que era encarado pelos Estados Unidos como viés nacionalista, era tênue. Qualquer desencontro, poderia não apenas malograr a empresa brasileira no Suez, mas também muito do que conquistara o país em governos anteriores. Notadamente o de Juscelino Kubitschek, que logrou robustecer a projeção internacional do país. O triênio de Quadros e Goulart instrumentalizou uma importante edificação para a História das Relações Internacionais do país, e mesmo para a História contemporânea brasileira. Mas, ao não limitar as fronteiras externas de onde se poderia chegar, nem as internas por onde conduzir o Estado, fez malograr seu caminho para o sucesso. Nesse ínterim, as FFAA acionaram seus próprios canais institucionais que funcionavam diretamente com o governo americano. E através deles, logrou garantir para o Brasil a manutenção do Batalhão Suez em solo egípcio até o fim do governo Goulart em março/abril de 1964.

Como peças desses canais vale a pena discorrer brevemente a respeito. Em dezembro de 1961 assume como adido militar brasileiro em Washington, o general de brigada Orlando Gomes Ramagem, que permanece neste posto até março de 1964. Veterano da Força Expedicionária Brasileira, e amigo do general Castelo Branco, tem como seu adjunto na adidoria militar o coronel Newton Castelo Branco Tavares, primo do futuro presidente. Ressalte-se que ambos oficiais eram do quadro da ESG desde a primeira metade dos anos 1950, e mantinham estreitos vínculos com a alta oficialidade americana. Foram galardoados em 1964 com a comenda “Legião do Mérito Militar” pelo governo dos EUA. O coronel Newton Castelo Branco a recebe em 28 de janeiro de 1964, por serviços ao esforço de guerra americano no Vietnã, entre maio de 1961 e junho de 1962. Já o general Ramagem a recebe em 23 de abril de 1964, por serviços prestados naquele mesmo período.²⁴⁸ Portanto, esses oficiais que representavam as FFAA do Brasil junto ao governo americano, possuíam sólidos vínculos com a oficialidade daquele país, o que fez transmutar em canais constantes e funcionais as relações entre as FFAA brasileiras e o Departamento de Defesa (DoD).

Mas a mesma funcionalidade institucional se processava no Brasil. A embaixada americana no Rio de Janeiro, através de sua adidoria militar, contava com destacados quadros de ligação junto à alta oficialidade liberal-conservadora. Era como uma compensação aos entraves na diplomacia e no Executivo. Tais ligações colocavam em constante contato os mais altos comandantes militares de ambos os países, e por seu turno, propunham resolver diretamente os problemas binacionais. Ao menos na área de defesa e

248 Disponível em: <http://www.militarytimes.com/hero/400873> Acesso em: 17/05/2019.

segurança nacional (para o Brasil). Assim se expressou Moniz Bandeira acerca dessas relações centradas na embaixada americana;

[...] O governo de Goulart sabia, através de relatórios do Conselho de Segurança Nacional, que o Coronel Wernon Walters, Adido Militar, coordenava as atividades da CIA, inclusive se envolvendo diretamente no contrabando de armas, com a colaboração de alguns brasileiros, entre os quais o policial Cecil Borer e o empresário Alberto Byington Jr. E não levou adiante as investigações, talvez para não chegar à ruptura com Washington ou porque Walters mantinha vínculos de intimidade com muitos oficiais brasileiros, entre os quais o chefe do Estado Maior do Exército General Castelo Branco. A indecisão de Goulart permitiu assim que a conspirata se alastrasse no seio das Forças Armadas, tendo como eixo a Escola Superior de Guerra, mais conhecida como Sorbonne, cujos ideólogos, amigos de Walters e engajados no anticomunismo da Guerra Fria, passaram da concepção sobre a inevitabilidade do confronto atômico para a doutrina da luta contra-revolucionária, sempre ao compasso do Pentágono. [...]²⁴⁹

Nesta altura, os altos oficiais liberal-conservadores já se encontravam encastelados nos comandos militares, e na importante representação diplomática em Washington e Nova Iorque (ONU). Os citados oficiais, general Orlando Gomes Ramagem (1961-1962) e o coronel Newton Castelo Branco (1961-1964) na adidoria militar da embaixada em Washington; o general Oswaldo de Araújo Mota, na Assessoria Militar do Brasil na ONU (1961-1963); e a partir de 1962 até abril de 1964, como adido militar em Washington, o general de brigada Armando de Noronha, tendo como adido adjunto o coronel Vinitius Nazareth Motaro.²⁵⁰ Ou seja, eram a Escola Superior de Guerra, e o Estado Maior do Exército as instituições que presidiam as relações militares entre Brasil e EUA – da parte brasileira obviamente. Com seus quadros políticos orgânicos bem acastelados naquelas repartições, estava a salvo as relações estratégicas com a superpotência. E com elas, os interesses do núcleo dirigente da ESG, que tinha dentre seus objetivos precípuos, a manutenção do Brasil na UNEF I. E mais, a ampliação da participação brasileira em missões de paz, onde pudessem projetar o país com maior visibilidade.

Todo este esforço para não malograr as relações militares com os Estados Unidos, dado o exemplo das relações políticas e diplomáticas. Restava à alta oficialidade liberal-conservadora, manter em sintonia os contatos estratégicos com a alta oficialidade americana. E manter o Brasil na linha de projeção internacional mesmo diante dos insucessos da PEI. Para tanto, dois dos principais eixos na estratégia das relações em defesa com os EUA foram conseguidos diretamente pela ação do oficialato conservador:

249 Moniz Bandeira, Luís Alberto. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Op. Cit. p. 461.

250 Diário Oficial da União, 17 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2774298/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-04-1964>> Acesso em: 21/05/2019.

- a) A preservação da Missão Suez, com o respectivo Batalhão em campo; e,
- b) A renovação do Acordo de Assistência Militar com os EUA de 1952, em fins de 1963 e inícios de 1964.²⁵¹

O primeiro constituiu numa particular vitória que se conseguiu alcançar naquele turbilhão interno e externo em que o país vivia. Mesmo sob as tensas fricções nas relações bilaterais, o Brasil permaneceu em Suez até o fim da UNEF, em junho de 1967. Todavia com respeito ao segundo eixo (b) paralisou-se o que mais se buscava naquele acordo que já cumpria dez anos de existência: a modernização das Forças Armadas brasileiras pela renovação tecnológica. E se foram congeladas as necessárias remessas tecnológicas bélicas – tão aguardadas pela estratégia de defesa brasileira – permaneceram os contatos de alto nível Brasil-EUA naqueles agitados anos da primeira metade da década. A tomada de poder pelos militares egípcios em abril de 1964, não alteraria as relações Brasil-EUA no campo da defesa. Isso porque elas já vinham sendo guiadas por articulações comuns entre ambos os países. Alteraria sim a dinâmica daquelas relações, promovendo maior fluidez nas demandas binacionais. E o mais importante: abriria horizontes para a presença internacional do Brasil, sob a bandeira das Nações Unidas.²⁵²

Recapitulando o exposto nesta seção, a proposta de analisar as relações militares internacionais do Brasil não cabe aqui nesta investigação. Mas um breve exame acerca do período em apreço, e para as circunstâncias políticas do evento que se investiga, sim, é de bom alvitre. Portanto, vale a pena verificar a manutenção das relações Brasil-EUA através do funcionamento das estruturas institucionais, oficializadas desde os anos 1950, e que estavam em grande medida sob o escrutínio militar. Se a Missão Suez foi uma iniciativa político-diplomática orbitada na linha expansionista que caracterizou o governo Kubitschek – geminada com o desenvolvimentismo interno – existe por outro lado, a dinâmica militar que a acompanhara. E essa dinâmica vinha sendo materializada na projeção internacional que constava na agenda estratégica das FFAA, concebida e organizada pela ESG.

Como frisado mais atrás, eram tempos de ativismo político militar, com divisões internas no meio castrense, quase sempre como expressões das ideologias convertidas em dogmas pelo contexto bipolar da época. Nos meses que se seguiram à renúncia do presidente Quadros, essas expressões se condensaram em duas: na corrente nacionalista e na liberal-conservadora, esta última dirigida pela ESG. Alçada politicamente aos núcleos decisórios do Estado, a “corrente egípcia” ditou a dinâmica das FFAA. Foi precisamente

251 Segundo Moniz Bandeira o Acordo Militar Brasil-EUA foi renovado à revelia do Presidente Goulart, por iniciativa do chanceler Araújo Castro, a “pedido” do gen. Castelo Branco, chefe do EME. Vide Moniz Bandeira, Luís A. Presença dos Estados Unidos... Op. Cit. P. 467. Contudo a articulação entre os oficiais brasileiros acreditados em Washington, com o DoD, foi o determinante para aquela renovação.

252 Como em Chipre (1964), Congo e República Dominicana (1964 e 1965 respectivamente).

essa dinâmica que conduziu o ativismo militar até a tomada do poder em 1964. Sua visibilidade histórica torna-se mais clara se for observada em duas direções: a político-diplomática, capitaneada pelo Executivo na figura do presidente Kubitschek, e depois dele, em menor monta, pelos presidentes Quadros e Goulart, além da ação direta e técnica do MRE; e a outra direção, no âmbito da política de defesa ou militar. Ambas as direções são complementares e uma não pode ser explicada ou compreendida sem o recurso da outra.

O que será apresentado a seguir é a viabilidade política demarcada pela ação que as Forças Armadas brasileiras conduziram diretamente com suas pares americanas. Ao ativismo político-militar no Brasil, o alto oficialato nucleado na ESG lançou mão da atividade coordenada com a interlocução que havia junto à superpotência capitalista. A Missão Suez, em sua vertente político-militar, foi na totalidade assumida pelo alto oficialato esguiano, que açambarcou-a como sua empresa internacional, antecipando o que haveria de ser com o próprio Estado brasileiro.

Capítulo 04 – A Missão Suez no contexto das relações militares Brasil-Estados Unidos (1961-1964)

4.1. Contexto político bilateral Brasil-EUA

Já foi discutido nesta investigação o quão interessante era para os Estados Unidos a aliança em defesa e estratégia continental com o Brasil. Seja para os governos republicanos – com Eisenhower unicamente – seja com os governos democratas de Kennedy e Johnson. Não que o Brasil fosse peça chave no tabuleiro geopolítico americano corporificado na Guerra Fria. Na verdade, o Brasil encontrava-se distante dos principais focos de tensões daquela contenda global, cujos epicentros localizavam-se em sua maioria no hemisfério norte e Ásia. Todavia, para o hemisfério sul-americano, o Brasil detinha sua relevância para os interesses de Washington, sendo o principal Estado em dimensões territoriais, econômicas e populacionais – além de albergar importantes corredores estratégicos no continente. Ao se olhar para o sul, não há, e nem haveria de ser naqueles idos dos anos 1960, algo desprezível a presença do Brasil. Desde os planejamentos estratégicos elaborados pelo Departamento de Defesa sob o governo Eisenhower, na gestão do secretário Charles Wilson, que a proclividade americana pelo Brasil na América do Sul, não era descurada.

A doutrina Eisenhower não foi substituída por qualquer outra nos dois governos democratas seguintes. A contenção comunista estava na ordem do dia para os estrategistas americanos, e significava intervenção direta ou velada extraterritorial. A administração Eisenhower coincidiu com o governo Kubitschek, mas não apenas cronologicamente. Houve paralelos na política, como bem apresentado por Cervo²⁵³ em História das Relações Internacionais do Brasil. O mesmo não se pode concluir dos governos Quadros e Goulart, nos três anos e três meses seguintes. Pode-se ainda reconhecer que para os sucessores do presidente Kubitschek foi de fato implementada a doutrina Eisenhower, da contenção à intervenção explícita, com todos os mecanismos funcionais do Estado imperial americano. Segundo Dreifuss,

[...] Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra – ESG – cujas turmas eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas completando assim um ano de formação dirigida. O outro era o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais sobressaíam o Programa de Assistência Militar – PAM – e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua. Através desses veículos a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação técnica, combinando-se ambas em uma norma encapsulada que identificava a

253 Cervo, Amado Luís e Bueno, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Op. Cit. Um dos paralelos mais significativos era a ênfase no desenvolvimento que ambos os presidentes, JK e Eisenhower conferiam ao desenvolvimento como a cura para o caos social. “Na ótica dos formuladores (*da política brasileira*) havia problemas específicos e prementes, tais como: a necessidade de capitais e tecnologia, por meio da cooperação internacional – mais exatamente dos EUA”. Bueno, Clodoaldo. P. 309. Grifos do autor.

mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como uma forma específica de desenvolvimento sócio-econômico. As doutrinas elaboradas pelas administrações presidenciais americanas se renovavam quanto à capacidade de ação nos Estados em desenvolvimento. Esses veículos correspondiam a essas ações bem organizadas [...] ²⁵⁴

E o propósito não era outro que o de garantir a ordem e a estabilidade internas no Brasil, em linha direta com os setores empresariais, político-conservadores e principalmente, militares. O ensaio de relativa independência política, nos quadrantes internos e externos dirigidos pelo Brasil, com fortes doses de populismo e nacionalismo, e sendas socializantes, não soou bem aos ouvidos das principais autoridades em Washington. Não que estipulassem conduzir a vida política brasileira, ou as investidas do país na arena internacional. O que esperavam os planejadores em Washington era uma sintonia em ação e direção com a política americana, nos planos hemisférico e internacional, e ainda, a plena liberdade aos mecanismos de mercado. Nesse pleito, havia ampla sintonia com grande parte do empresariado brasileiro, que pragmaticamente preferia vias abertas com o ingente mercado americano. Ou com o expansivo mercado europeu ocidental dos anos 1960.

A nível mercantil, os importantes saltos industriais de Estados ou regiões como China, Coréia, Formosa, Sudeste Asiático ou Índia, para não mencionar os do Leste Europeu, apenas iniciavam. Portanto muitos empresários e homens de negócios brasileiros encaravam como rompante ou aventureira a expansão para o Leste, preconizada pela Política Externa Independente, PEI. Fundamentalmente pela irrisória perspectiva dos intercâmbios e diminuto mercado consumidor, seja na Europa Oriental ou na União Soviética. Este mesmo empresariado via com desconfiança, ou simplesmente não digerira os apelos discursivos que faziam os implementadores e arautos da PEI. ²⁵⁵ Basicamente temiam as represálias que o governo americano, e o Bloco Ocidental, poderiam tomar contra o Brasil, por sua condução externa, o que afetaria em cheio o setor produtivo nacional.

Como exemplo, naquele mesmo ano de 1961, a Argentina já vinha sofrendo com sanções do governo americano pela postura autonomista do governo Arturo Frondizi; também o Peru com as medidas socializantes do governo aprista de Victor Haya de la Torre, passara a ser alvo do “cordão sanitário” americano; e na Bolívia, o regime militar pró-americano de René

254 Dreifuss, René A. A Conquista do Estado. Op. Cit. P. 79.

255 Como chanceler em 1961, Afonso Arinos desempenhou importante papel na formulação de uma nova política externa brasileira, abandonando o alinhamento automático com as posições do bloco ocidental liderado pelos EUA e defendendo o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas (...) No início de sua gestão, enviou uma missão aos países socialistas com o objetivo de estudar as possibilidades de acordos comerciais. Mais adiante, a RPC e a URSS, Estados com os quais o Brasil não mantinha relações diplomáticas, enviaram missões ao país com o objetivo de incrementar o intercâmbio comercial e cultural. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos> Acesso em: 30/07/2018.

Barrientos substituíra o autonomista governo de Paz Estensoro (OLIVEIRA, 1991:106). Portanto, aos olhos do empresariado brasileiro, não era prudente os excessos do governo Quadros, primeiro, e Goulart em segundo, de projetar o país internacionalmente em desarmonia com os princípios da política ocidental. E mais, sob a conjuntura polarizada daqueles idos, em colisão com a agenda internacional americana. Daí que obrassem mais à frente, junto aos setores conservadores da política brasileira, o ocaso do governo Goulart sem peias ou pejo (BAMBIRRA, 1991:49).

4.2. Garantir os vínculos Brasil-EUA pelo protagonismo da Missão Suez: o papel do Alto Oficialato conservador

Mas qual seria o meandro em que a Missão Brasileira no Suez permaneceria incólume sob um atritoso governo Goulart, a partir de janeiro de 1963? Tanto Afonso Arinos, como seus sucessores, San Tiago Dantas, Hermes Lima e Araújo Castro, procuravam conferir sua atuação à frente do MRE calibrando a PEI através dos ativos na arena internacional que o país dispunha: na altura de suas passagens pelo Itamaraty – e para o caso de Arinos que volta ao Senado nos fins de agosto de 1961, com notável articulação nas comissões de Constituição e Justiça e Relações Exteriores – o Batalhão Suez era o mais importante ativo em política internacional a pleno funcionamento. O chanceler Araújo Castro (então secretário geral do MRE) foi explícito nesta constatação em 1962.²⁵⁶

E com o erratismo da PEI, visível na falta de sucesso em acordos multisetoriais que beneficiassem a fragilizada economia brasileira, sobrava poucos músculos ao Itamaraty e ao próprio Executivo, com que exercitassem suas aspirações à meta do Brasil potência. Os encaminhamentos da Embaixada brasileira em Washington diferem em muito daquele entusiasmo com que se observava nos idos do presidente Kubitschek. O Embaixador Roberto Campos, apesar de afinado com os interesses políticos e mercantis americanos – e brasileiros por suposto – não lograva viabilizar uma agenda positiva para o país, na opinião do já citado Pedro Malan. Por ocasião da implementação do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e negociado por Dantas e Campos em Washington, sua constatação era de que;

[...] A bem da verdade, houve um esforço sério no sentido de lidar com a situação econômica em rápida deterioração e, em particular, de demonstrar à comunidade financeira internacional, e ao governo norte-americano, em especial, que havia um programa de governo a ser implementado tão logo Goulart recebesse os poderes presidenciais que a Constituição de 1946 lhe outorgava. (...)Este esforço se consubstanciou no Plano Trienal (1963-1965) e efetivado

256 Araújo Castro, João Augusto. Op. Cit. p. 202. “Com 104 membros a Assembleia Geral se tornou representativa do mundo em que vivemos. Na Conferência do Desarmamento fomos chamados como um dos oito mais representativos Estados independentes, denominados não alinhados. É nossa presença na Força de Emergência (UNEF) e nossa atuação no mundo que nos outorga esse status.”

no primeiro trimestre de 1963. (...) Mas já no segundo semestre de 1963, o Plano Trienal tinha perdido qualquer vestígio de apoio. A oposição ao Plano era de tal ordem, que San Tiago Dantas deixou o Ministério (Fazenda) mergulhando o país num caos econômico, financeiro e social [...]²⁵⁷

No início de setembro de 1963, Roberto Campos entrega o cargo de embaixador extraordinário nos Estados Unidos, por desacertos com o governo Goulart. Seus esforços por conseguir os empréstimos que viabilizassem o Plano Trienal junto a credores americanos lograra êxito, dentro das restrições ao gasto público que Executivo e FMI acertaram. No entanto, o populismo trabalhista falou mais alto e a sequência de medidas que o governo Goulart adotou como cumprimento das promessas do Presidente às organizações sindicais, movimentos sociais e empresários, fez estourar o debilitado orçamento nacional. Como consequência, o FMI vetou a segunda liberação creditícia, U\$ 90 milhões, e o setor financeiro americano retirou todo e qualquer auxílio ao Brasil. Foi esse malogro o suficiente para que Campos deixasse seu posto. Com sua saída, se extinguiram os últimos vestígios de sintonia que havia nas relações com o núcleo do poder em Washington; pelo menos a nível de embaixada.²⁵⁸

A adidoria militar na capital americana também fora afetada pelo ambiente criado pela saída de Campos e tudo indica que, de setembro de 1963 em diante, as negociações com os Estados Unidos se azedaram devido às críticas que o bloco governista no Congresso e na imprensa brasileira dirigia ao governo americano. Embora as Forças Armadas brasileiras encontravam-se na dual fricção intestina entre nacionalistas e liberal-conservadores, quem orientava a política militar no Brasil desde a posse de Jânio Quadros era o núcleo dirigente da ESG. E conforme aponta Frank McCann (2015: 35) desde os anos do presidente Kubitschek que a ESG protagoniza no cenário das relações internacionais militares do Brasil, com o bloco ocidental, e em especial com os Estados Unidos. Segundo McCann,

[...] Kubitschek dependia dos militares para a segurança de seu governo e, portanto, estava preocupado com o fato de suas necessidades serem atendidas. Principalmente os funcionários da Escola Superior de Guerra influenciam politicamente. Ele estava comprometido em dar continuidade à tradicional política externa pró-Estados Unidos do Brasil, mas em questões econômicas e militares, ele teve que se submeter ao congresso e às forças armadas, ambos “altamente sensíveis a qualquer desenvolvimento que parecesse infringir as leis brasileiras soberanas”[...]²⁵⁹

257 Malan, Pedro Sampaio. Op. Cit. P. 101-102.

258 Roberto Campos é nomeado para Washington em agosto de 1961 por Quadros. Com a renúncia do presidente, Goulart o confirma, mas como embaixador extraordinário e plenipotenciário, quando afinal se demite em agosto de 1963, por discordâncias com o governo.

259 McCann, Frank D. The Rise and Fall of the Brazilian-American Military Alliance, 1942-1977. In: Revista do Programa de Pós graduação em História da UFSC. V. 22, n34, 2015. Disponível

Fato é que desde o governo de JK, a Presidência da República ficara muito sensível aos postulados políticos da ESG. Seja na colaboração com o governo americano para a segurança continental, a contenção aos movimentos comunistas – supostamente patrocinados por Moscou – ou a cooperação brasileira junto às forças de paz das Nações Unidas.

Mas a condução da ESG à frente da política militar do Brasil esbarrava-se no caos em que se encontrava o Executivo de João Goulart. Isso porque o governo Goulart, já retornado ao presidencialismo, inviabilizou por inércia própria e inabilidade administrativa, qualquer ensaio relativo à estratégia de defesa ou mesmo de política militar. Até mesmo os planejamentos definidos na gestão de Lott no Ministério da Guerra, foram abandonados pelo governo. O primeiro Ministro da Guerra no governo Jango, general Amauri Krueel, pouco ou quase nada lograva realizar a frente da pasta, o que causava descontentamento entre a alta oficialidade, e abria caminho para as maquinações contra o governo. Aveso a conspirações por relação pessoal com o presidente, e pelo fato de ser seu ministro – e apoiar o retorno ao presidencialismo – o general Krueel não franqueou seu gabinete para a ala liberal-conservadora obrar contra o governo. Porém não trabalhou num dispositivo militar legalista que sustasse o golpe. E ainda não conseguiu levar adiante as reformas estruturais que as Forças Armadas necessitavam, bem como a modernização, passo prioritário para a estratégia de defesa gestada desde os tempos de Juscelino Kubitschek.

Aqui vai um pouco mais sobre o ministro da Guerra, o general Krueel, porque sua relação com a oficialidade americana era conhecida. Entre 1956-1957, como chefe do Departamento Nacional de Segurança Pública (DNSP, órgão que antecedeu a Polícia Federal) o general Krueel entrevistara-se pessoalmente com o presidente Eisenhower – na companhia do coronel Danilo Nunes, seu chefe de gabinete – e instara o líder americano da importância em garantir uma Força Armada coesa, operacional e de prontidão no Brasil.²⁶⁰ Nessa reunião ocorrida a 21 de outubro de 1958, obteve-se do mandatário americano a concordância em modernizar as FFAA brasileiras, aprofundar a associação e parceria bilateral e avaliar a estratégia de defesa do Brasil junto ao hemisfério sul-americano. Também conseguiu do presidente americano o aceite em promover o Brasil nos quadros das futuras forças de paz da ONU. Tomando por base o que considerava ser uma profissional e proveitosa participação brasileira na UNEF I desde fevereiro de 1957 – Missão Suez – na fronteira e tensa área política entre as contendidas leste-oeste.

A conduta técnica e profissional do país na UNEF I, naquele primeiro ano marcado por tensões internas entre os membros, foi notada pelo presidente Eisenhower, que elogiara o Batalhão Suez. Por isso a atenção

em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2015v22n34>> Acesso em: 25/08/2018.

260 Ver em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionario/verbete-biografia/krueel-amauri> Acesso: 20/10/2018. O presidente Eisenhower, recordara de Krueel nos campos italianos em 1945.

consignada pela ESG – e o conjunto dos altos oficiais sorbonistas – ao Batalhão brasileiro no Egito. Tanto porque, naquele momento de crise nas relações com os Estados Unidos, era o único ativo estratégico que o país tinha em funcionamento. Seja para granjear o respeito e o reconhecimento das potências democráticas e da ONU, seja da superpotência. E ainda, garantir a viabilidade necessária aos planejamentos em defesa, vitais para as FFAA na visão daqueles oficiais. Ainda como Ministro da Guerra, o general Kruel já indicara o substituto do comandante da UNEF em retirada, que pela rotatividade constante na normativa da ONU, caberia tal posto ao Brasil. Naquela altura o tenente-general indiano P. S. Gyanni, em fins de 1963, foi substituído pelo general brasileiro Carlos Flores de Paiva Chaves, da ala conservadora e bem relacionado com o núcleo dirigente da ESG. Não se pode afirmar que era quadro militante da corrente esguiana, mas nada o desabonava perante a oficialidade nacionalista, que todavia, ainda mantinha seu ativismo nas FFAA.²⁶¹

Assim declarou o embaixador brasileiro no Cairo Sérgio Armando Frazão, a respeito dos dois generais brasileiros no comando da UNEF, em relatório para o Ministro da Guerra Costa e Silva em março de 1965;

[...] Permito-me ressaltar a grande impressão que me causou o respeito e a apreciação, que de todos recolhi, de que é cercado o General Syzeno Sarmiento no comando da Força de Emergência das Nações Unidas. Asseguro a Vossa Excelência que não me estou entregando, neste particular, ao elogio formal e de estilo, ou ao gestolouvaminheiro, que não são de meu feitio, como de longos anos sabe o Itamaraty. Tampouco tenho autoridade ou competência para louvar um oficial dessa categoria. Mas, sem procurar passar de minhas sandálias, cumpro o meu dever de Chefe de Missão ao dizer a Vossa Excelência da convicção em que estou de que o General Syzeno Sarmiento, com a mesma polidez e cortesia de seu antecessor, o general Carlos Flores de Paiva Chaves, e com pulso firme de atilado e hábil comandante, é um dos principais, senão o primeiro responsável pela manutenção de bom entendimento entre a UNEF e as autoridades de Gaza e pelo inatacável desempenho das responsabilidades cometidas a essa Força simbólica. [...] as qualidades pessoais dos Generais Paiva Chaves e Syzeno Sarmiento, adaptam-se admiravelmente a execução da tarefa, em permanente ação diplomática de conciliação e persuasão, e da militar, de afirmação de força e autoridade. E com isso se ilustra para o mundo a participação do Brasil nesses cometimentos de manutenção da ordem e da paz em zonas regionais de conflito cuja deterioração teria imprevisíveis consequências[...]²⁶²

261 Cf. Motta, Aricildes. História Oral do Exército. Entrevista com o coronel João Baptista de Paiva Chaves. P. 361-362. O coronel Paiva Chaves era filho do general Carlos de Paiva Chaves, e serviu como ajudante de ordens de seu pai no comando da UNEF, até fins de 1964, quando é substituído pelo general Sizenos Sarmiento.

262 Relatório do embaixador Sérgio Armando Frazão ao Ministro da Guerra General Artur da Costa e Silva. 3 de março de 1965. Arquivo Diplomático MRE. Cx.III.

De fato, a Missão Suez propiciou ao Brasil o crédito internacional para superar as vicissitudes que o país passava sob o crítico governo Goulart, sobretudo no tangente às Forças Armadas. Institucionalmente as FFAA era um dos poucos setores do Estado brasileiro que não sucumbira à polarização política entre os apoiadores do presidente, formado por movimentos progressistas/socialistas, e grupos de direita que afloravam em quase todas as instâncias estatais. Mesmo a disputa política interna nas FFAA entre a minoritária corrente nacionalista e a corrente conservadora, “Sorbonne”, aglutinada na ESG, não representava cisão no meio militar como havia no meio político civil, e social também.

Nesse sentido, conservar a Missão Suez nesses tempos de crise era fundamental para a oficialidade conservadora, pois manteria junto aos interlocutores nos Estados Unidos – e noutros países ocidentais – certo diálogo sobre a situação interna no Brasil e a posição das Forças Armadas. Os mais bem posicionados quadros da alta hierarquia militar do Brasil, ao mesmo tempo que conjuravam contra o governo Goulart, também buscavam a sintonia necessária com seus pares americanos. Seja para não colapsarem os planos que já constavam da agenda estratégica em defesa, seja para não medrar a crise nas Forças Armadas.

O próprio general Sizen Sarmento, que substituíra o general Paiva Chaves em fins de 1964, desempenhara o cargo de assessor especial na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, entre janeiro de 1959 e fevereiro de 1961, como coronel. E não menos significativo, o representante brasileiro na Comissão bilateral (e seu presidente) era o general Osvaldo Cordeiro de Faria, importante quadro da ESG e liderança conservadora. Mas nos anos de intensa crise nas relações entre os dois países, fora a articulação levada a efeito por esses oficiais na Comissão, e na embaixada em Washington, o que salvou, no âmbito da defesa, a Missão Suez e as relações Brasil-EUA. Principalmente a Missão Suez, que estando desde o final do governo JK sob influência da corrente conservadora e da ESG, não nutria qualquer posicionamento político na Força.²⁶³ E como destacado mais atrás, tal postura fora reconhecida pelo governo americano – e demais governos integrantes da UNEF I – como profissional, em se tratando das polaridades entre os próprios Estados membros da Força. Explica-se: numa perspectiva triangularizada, a atitude iugoslava em apoiar na arena internacional a participação egípcia na rebelião argelina contra a França, chocava-se com o apoio brasileiro ao governo francês, sobretudo após a chegada de De Gaulle ao poder em 1958. Segundo Lessa,

[...] Com o retorno às posturas tradicionais e, em breve, com o início das discussões sobre o colonialismo português, perdia

263 E esse “apoliticismo” seria necessário prosseguir, a bem do profissionalismo operacional, como atesta o gal. Sylvio: “...A organização desse contingente (junho/1964) foi conduzida com bastante rigidez, pelo fato de ter sido o primeiro imediatamente após a Revolução de 1964...” Depoimento do gen. Sylvio Ferreira da Silva. In: História Oral do Exército. Op. Cit. P. 463.

irremediavelmente o Brasil a oportunidade histórica de aproveitar as questões coloniais para encaminhar outras questões de seu interesse. Ainda que pretendesse barganhar ponto a ponto o seu apoio às questões de interesse do Hexágono (França), o apoio irrestrito a Portugal balizou o comportamento brasileiro em todas as questões coloniais, sem que se pedisse nada em troca. Com a sustentação da tese de que as colônias constituíam partes dos respectivos territórios metropolitanos, na forma de províncias ou departamentos de ultramar, não pôde o Brasil aproveitar a mais importante de todas as questões coloniais francesas, a Argélia, para a qual a França empenhou-se como nunca para conseguir apoios pelos quatro cantos do mundo[...]²⁶⁴

Igualmente, o apoio brasileiro à intervenção americana no Líbano em 1958, encarada no mundo árabe como uma ignóbil invasão, causou desconforto na Força. A Operação Bluebat em que os Estados Unidos se engalfinharam contra os grupos nacionalistas contrários ao presidente Camile Chamoun, foi acidamente denunciada pelos regimes progressistas árabes. E o líder dentre eles, o Egito, foi o que mais denunciara o papel agressivo dos Estados Unidos, e o papel servil dos Estados árabes – todos membros do Pacto de Bagdá – que o secundara. Mas tudo isso não alterou a profissional e neutra participação brasileira, garantindo o papel apolítico e, portanto, contribuindo com a legitimidade do trabalho da ONU na zona de Gaza. De fato, a diplomacia do governo Kubitschek emudeceu-se ante a invasão americana ao Líbano em 1958. O que causou certo constrangimento nos oficiais brasileiros na UNEF perante seus pares indianos e iugoslavos, incluindo as autoridades militares egípcias em Gaza.

Assim sendo, não havia porque a alta oficialidade brasileira desconsiderar as expectativas americanas quanto à defesa hemisférica e a lógica na Segurança Nacional, já um axioma entre as FFAA brasileiras. O último ministro da Guerra do governo Jango, o general Jair Dantas Ribeiro (junho de 1963/abril de 1964) não comungava com aquelas óticas que presidiam o alto escalão das FFAA, na altura hegemônico pela ESG e pelos liberais-conservadores (sorbonistas). Sua gestão à frente do Ministério, não refletiu os anseios daquela oficialidade, e tampouco se importava com os melindres da diplomacia militar (esguiana) em preservar o status do Brasil perante os Estados Unidos e as potências democráticas.²⁶⁵ Não poderia assim ser bem sucedida sua passagem pela pasta da Guerra naquele momento tão crítico para o Brasil. Definitivamente, o Ministério da Guerra era uma área vital para o curso da política de defesa, interna e externa do país.

264 Lessa, Antônio Carlos de Moraes. A Parceria Bloqueada: as relações entre o Brasil e a França, 1945-2000. P. 140-141. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://core.ac.uk/download/pdf/3353.pdf>> Acesso: 01/06/2019.

265 Gorender, Jacob. A Sociedade Cindida. “Mesmo sustando a chamada rebelião dos sargentos em Brasília, em 1963, o ministro Dantas Ribeiro, atendendo ordens expressas do Presidente, e contrariando seus pares, avalizou a anistia presidencial concedida, o que debilitou ainda mais sua posição na pasta.” Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/03.pdf> Acesso em: 27/10/2018.

E não menos importante, para preservar a fiabilidade do Brasil nos organismos internacionais – como visava a classe política e imprensa – era colocar o país ao serviço da causa da paz e estabilidade consagrada pelas Nações Unidas. Neste ponto, saliente-se a preservação da Missão Suez brasileira e seu Batalhão, que já operava a mais de seis anos (1963) no terreno. Era, pois este, o compromisso que a alta oficialidade das FFAA visava manter como bônus nas relações com os EUA no campo da defesa. Mais do que preservar aquelas relações no aspecto formal e técnico das disposições normativas do Acordo Mútuo corporificado na Comissão Mista, seria preciso ampliar e aprofundar a paridade. No âmbito da defesa hemisférica entre os dois Estados, não haveria espaço para desconfianças mútuas. Assim raciocinava a alta oficialidade brasileira. Sobretudo quanto ao curso a ser seguido pela política interna do Brasil respeito às preocupações que afligiam ambos os países no importante quesito da Segurança Nacional.

Um Brasil estável, social e politicamente harmônico, significava a estabilidade para todo o continente sul-americano, ou ao menos a principal razão instrumental para se obtê-la. Pelo menos, assim racionavam os líderes militares conservadores, em sua cruzada anticomunista.²⁶⁶ Todavia antes disso, a estabilidade política brasileira, no modelo democrático e liberal, seria altamente positiva à consolidação geopolítica, de Washington no hemisfério. E por conseguinte, altamente positivo para o Brasil também, conquanto assumisse o papel de “*gerdarme*” no continente. Na perspectiva da alta oficialidade conservadora por suposto. Era positivo ainda porque o mais extenso e populoso país austral estaria bem assente na órbita americana, e sob o penhor de instituições civis solidificadas e FFAA harmonizadas com a superpotência.

Mas toda essa lógica desenhada pela *intelligentsia* diplomática e militar americana ainda não estava presente. Destarte, tornava-se imperioso manter os vínculos institucionais e de camaradagem com os brasileiros, na perspectiva de Washington. De acordo com o memorando preparado conjuntamente pelo Departamento de Estado e Agência de Desenvolvimento Internacional, de setembro de 1963, é revelada a dificuldade americana no trato diplomático desde o governo Kubitschek, como segue,

Goulart continuará reatribuindo e promovendo oficiais militares dentro do que ele julga serem os limites da viabilidade política, a fim de fortalecer seus apoiadores e enfraquecer as forças que podem montar uma oposição política dentro das forças armadas. Enquanto as promoções e atribuições sem dúvida enfraqueceram os elementos anti-Goulart e em graus variados fortaleceram as forças pró-Goulart, oportunistas, nacionalistas e esquerdistas (incluindo extremistas nas duas últimas categorias) nas forças armadas brasileiras, continua existindo nas forças armadas um forte defesa da lei e da ordem, e

266 “Dentre os resultados obtidos, durante o ano de 1962, podemos, sintetizando, ressaltar: - evolução da política do bloco comunista e das relações sino-soviéticas; - acompanhamento dos assuntos político-militares e sociais e das atividades comunistas em todo o país, por meio de relatórios, boletins e informes diversos.” In: Documentos Históricos do EME. Op. cit. p. 363.

uma preferência substancial por processos democráticos ordeiros que reajam contra os excessos extremistas, seja pela esquerda ou pela direita. Isso foi pelo menos temporariamente fortalecido pela recente revolta dos sargentos. Isso significa que, embora a capacidade militar já limitada de derrubar Goulart em bases puramente políticas tenha sido ainda mais enfraquecida, a capacidade de resistência a qualquer movimento nítido contra o constitucionalismo ou contra a hierarquia militar como um corpo provavelmente continuará e será capaz de se expressar. não só contra Goulart, mas também contra qualquer movimento inconstitucional contra Goulart, seja da esquerda ou da direita.

Ainda existe um reservatório significativo nos serviços armados de boa vontade real e potencial para os EUA.²⁶⁷

E como de fato ocorreu, era a ala conservadora militar a que mais empatia detinha entre os diplomatas americanos e altos oficiais do Departamento de Defesa. Mas devido à politização promovida pelo próprio Executivo Goulart, tornava-se complicado estreitar contatos, *vis a vis*, Exército americano e brasileiro a nível institucional. O Ministério da Guerra estava entregue, em parte, à trincheira política na sustentação do governo.

Quanto aos primeiros citados acima (diplomatas americanos) – no universo da defesa – estava o reatamento com o Ministério da Guerra. Isso porque era o órgão responsável pela elaboração e aplicação da DSN no país. Vital para a diplomacia americana sob Kennedy, que junto com seu Secretário de Estado Dean Rusk e de Defesa Macnamara, estabelecera a intervenção direta na contenção do “comunismo”. E a comunicação com organismos institucionais bem definidos, como o Ministério da Guerra, era fundamental para os contatos bilaterais entre os Estados. Em relação aos altos oficiais no Departamento de Defesa (DoD) interessava o planejamento e nomeação para toda a estrutura administrativa e de comando do Brasil, o que incluía as regiões militares onde se sediavam os Exércitos. E mesmo para as duas representações que as FFAA brasileiras mantinha nos EUA, a Adidoria Militar e a Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA.

Na embaixada em Washington, tanto o adido militar general de brigada Orlando Ramagem, quanto seus dois adjuntos, os coronéis Vinícius Motaro e Newton Castelo Branco, estreitavam cada vez mais as ligações entre os ‘sorbonistas’ da ESG e a alta oficialidade americana. Obravam no sentido de manter em exercício as comunicações e atos concernentes à suas funções, não obstante a crise nas relações bilaterais. E não era para menos, porque mesmo diante das desconfianças de Washington, lograram a aquisição do submarino S-Bahia, em setembro de 1963. Única transferência substancial de tecnologia militar desde os tempos do presidente Kubitschek.²⁶⁸

267 State Department. 240. Policy Paper Prepared in the Department of State and the Agency for International Development. Washington, September, 30, 1963. Disponível em: <<http://www.state/historicaldocuments/frus1961-63v12/d240>> Acesso em: 30/10/2018. Tradução nossa.

268 A sete de setembro de 1963, a Armada do Brasil adquire o navio-submergível S-Bahia, em operação na Marinha dos EUA desde 1943 como USS Plaice. Tal transação foi possível sob os

Apesar dos contatos frequentes e das relações em franca atividade, o Ministério da Guerra brasileiro e o Departamento de Defesa americano, encontravam-se em regime de fleuma desde o fim da gestão de Henrique Lott. E mesmo durante os quatro anos em que o marechal Lott ficou à frente da pasta, pois não era figura proclive a articulações políticas. O ano de 1960 em que é substituído pelo general Odílio Denys marca o pendor para a corrente liberal-conservadora, esguiana, e portanto suscetível na aproximação com os EUA. O interstício de Jânio Quadros e a etapa parlamentarista de Goulart, não foram o suficiente para reestabelecer a estreita relação de outrora. Desta maneira, refletiam os americanos, era preciso assegurar os liames rotineiros de trabalho, e mais, a confiabilidade e conjunção entre esses dois órgãos governamentais (Ministério da Guerra e DoD). A permanência do Brasil na UNEF I era um dos ativos que a política americana de defesa possuía em sua margem de manobra com o Brasil, sem resvalar, por suposto, em qualquer mecanicismo interpretativo por parte desta investigação.

A gestão do general Amauri Krueel e seu Estado Maior no Ministério da Guerra, sob a etapa parlamentarista de Jango, constituiu passo importante para aquele reatamento. Em que pese a tempestuosa situação política do país, o novo titular da pasta da Guerra possuía de longa data sólidos vínculos com a oficialidade americana. Além do que, conduziu seus trabalhos em congruência com os planejamentos da ESG, quanto à DSN e defesa hemisférica, respectivamente. Como Ministro da Guerra em 1962, e como Ministro-chefe da Casa Militar em 1961-1962 (Gabinete Tancredo Neves) o general Krueel foi um dos principais responsáveis pela alteração de toda a estrutura de formação e ensino do Exército. Medida decisiva, pois reorientaria os quadros – futuros comandantes – na visão determinista da DSN. Em consonância, portanto, com a estratégia americana para o Brasil. Eis a lista dos oficiais responsáveis pela formação intelectual e funcional do Exército, período 1960 (finais) até 1963, elaborada pela Casa Militar, gestão Amauri Krueel²⁶⁹;

II – Comandos e Efetivos

1. Diretores ou comandantes dos Órgãos subordinados (1962)

1.1 Diretoria Geral de Ensino (para todas as Regiões Militares)

Gen. Div. Humberto de Alencar Castello Branco (1º Jan a 19 Dez)

Gen. Div. Osvaldo de Araújo Motta (20 Dez a 31 de Jan 1963)

Gen. Div. Armando Villanova Pereira de Vasconcellos (01 Fev a 20 Set 1963)

1.1.2 – Diretoria do Ensino de Formação

Gen. Div. Humberto de Alencar Castello Branco (1 Jan a 19 Dez 1962)

Gen. Div. Jair Dantas Ribeiro (20 Dez 1962 a 17 Out 1963)

termos do Programa de Assistência Militar Americano, e decorreu de negociações que vinham desde os tempos de JK. O submarino foi desativado em março de 1973, e posto ao desmanche em março de 1978. Fonte: Portal da Marinha.

269 Esteves, Diniz. Documentos Históricos do EME. Op. Cit. P. 342-343. Esclarece o cel. Esteves, “que no EME à frente da chefia de ensino e formação (1962-1963) estavam os coronéis Ernesto Geisel, Ednardo D’Ávila Mello e Golbery do Couto e Silva.” Todos quadros da ESG e articuladores da corrente liberal-conservadora. P. 338.

Gen. Bda Aurélio de Lira Tavares (18 Out 1963 a 31 Mar 1964)

1.1.3 – Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização

Gen. Bda. Aluísio de Miranda Mendes

Cel. Inf. Qema Roberval Osório

Gen. Div. Inimá Siqueira

Gen. Div. Waldemar Levy Cardoso

O período que vai de setembro de 1961 – em que se aprovava no Congresso a EC instalando o parlamentarismo – a janeiro de 1963, quando retorna o presidencialismo, foi a derradeira tentativa da oficialidade liberal-conservadora em reatar os canais de trabalho num patamar positivo e construtivo, tanto para o Brasil como para os Estados Unidos. E também fora a última tentativa sob a legalidade democrática. O malogro desse ensaio correspondeu ao livre curso para a intervenção político-militar que culminaria em 1964. E seja da parte brasileira ou americana, a Missão Suez corporificou a principal substância daquela tentativa, em que os dois lados gestionaram, diplomática e politicamente, para não soçobrar no atoleiro em que se encontravam as relações políticas Brasil-Estados Unidos.

Para tanto, a corrente esguiana liberal-conservadora – os “sorbonistas” – assumira a tutela sobre o Batalhão brasileiro no Egito, coordenando a dedo, comandantes e oficiais. O retirado ministro da Guerra de Jânio, general Odílio Denys²⁷⁰ logrou esse feito, quando despacha do Ministério toda a equipe que servira com seu antecessor, o general Lott. E lota, nos mais altos cargos ministeriais, oficiais comprometidos com a corrente esguiana, no propósito de reatar os canais institucionais com Washington. Cuida especialmente do Batalhão Suez, num momento delicado da política nacional e principalmente da política internacional.

Para os primeiros comandos do Batalhão Suez, ainda nos anos 1957 a 1961, governo JK, nota-se o comprometimento daqueles comandantes com a causa liberal-conservadora. Dos sucessores do tenente-coronel Iracílio Pessoa nesse período, todos eram provenientes da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) onde havia forte presença daquela corrente. O segundo comandante do Batalhão Suez entre agosto de 1958 e dezembro de 1959 foi o tenente-coronel Ruy José da Cruz. O seguinte, tenente-coronel Luiz Dantas de Mendonça, assume o comando do batalhão entre fevereiro de 1960 e março de 1961, também oriundo da 5ª RM. O cel. Mendonça conclui seu CAEPE* na ESG em 1962, chegando posteriormente a general de brigada. Destaca-se que dos três primeiros comandantes do 1º/III Regimento (Batalhão Suez) apenas o coronel Luiz Dantas de Mendonça conclui-se ser quadro atuante na corrente liberal-conservadora, graduado na ESG e conferencista na escola. Sua

270 O General Odílio Denys assume o Ministério da Guerra a 15 de fevereiro de 1960, ainda com JK na Presidência, pois o general Lott se afastara para dedicar-se a campanha presidencial desse ano. Mas deixa o ministério a 7 de setembro de 1961, substituído pelo gal. Segadas Viana.

*Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.

nomeação para o comando coincide com a chegada do general Denys no Ministério da Guerra, sucedendo ao general Lott.

Em setembro de 1961, o sucessor do recém nomeado marechal Odílio Denys na pasta da Guerra, o general João de Segadas Viana – da corrente legalista que servira com Lott – no intuito de reconciliar o Exército, mantém nos cargos e comandos todos aqueles nomeados por seu antecessor. Portanto, mais à frente, quando o general Krueel assume o Ministério a 18 de setembro de 1962, a reforma ministerial (pasta da Guerra) já estava em marcha, sob a lógica da Segurança Nacional e defesa hemisférica ombreada com a lógica americana. Não havia mais possibilidade de volta atrás na condução legalista, com espaços para os nacionalistas nas FFAA, ou seja, para os quadros antiamericanos no Ministério da Guerra. Portanto os quadros nacionalistas não tinham mais como retornar a seus postos de comando, anteriores à reforma de Odílio Denys em 1960-1961. Conservariam apenas os reduzidos comandos onde já se encontravam, e graças às tentativas reconciliadoras do novo ministro, general Jair Dantas Ribeiro²⁷¹ (junho de 1963).

E essas mudanças também valem para os comandos do Batalhão Suez na UNEF. O décimo comandante do batalhão, tenente-coronel Cid Olivé Ferreira (fevereiro de 1966 a março de 1967) não cursa a ESG, mas tem como origem a 5ª RM, sob o comando do general esguiano Floriano da Silva Brayner. Já o sexto comandante, que acompanha o 9º contingente, tenente-coronel Darcy Lázaro, exerce o comando entre abril de 1962 e fevereiro de 1963. Apesar de ser diplomado pela ESG apenas em 1968, como general de divisão, o então tenente-coronel Lázaro é ativo membro da corrente liberal-conservadora, e militara anos antes, já como oficial, na Cruzada Democrática.²⁷²

Abaixo, um resumido quadro indica o quão cuidadoso era o trato da ESG e da corrente liberal-conservadora com os comandantes e oficiais a serviço na Missão Suez. Dos onze comandantes do Batalhão Suez, sete cursaram o CAEPE logo que deixaram seus postos na UNEF. Isso porque, dentre os oficiais, era verossímil que a ESG preocupava-se na escalação de coronéis em diante, sendo que para o comando de um batalhão, hierarquicamente designava-se um tenente-coronel. Todavia durante a gestão do Ministro Lott, a competência técnica, a hierarquia e a conduta legalista eram os requisitos que pesavam na escolha do comandante do Batalhão no Egito, não ligações ou articulações com essa ou aquela corrente política. Eis os comandantes;

271 Adepto da “cirurgia” legalista de Lott em novembro de 1955, o gal. Dennys caiu no descrédito dos esguianos. Mas após sua passagem pelo Ministério onde realoca as principais lideranças dessa corrente, recobra a confiança e torna-se um dos principais líderes do golpe de 1964. Fonte: FGV. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/biografia/odiliodennys Acesso em: 01/11/2018.

272 CPDOC/FGV. Dicionário biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografia/lazaro-darci> Acesso em: 09/06/2019.

Quadro IV – Comandantes do B.S. diplomados do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE (ESG)

Aluno/patente (no B.S.)	Ano(CAEPE)	Situação
Ten-cel. Ruy José da Cruz (1958-1959)	1961	coronel
Ten-cel. Luiz Dantas de Mendonça (1959-1961)	1962	general de brigada
Ten-cel. Fernando Sotter da Silveira (1961-1962)	1966	coronel- qema
Ten-cel. Darcy Lázaro (1962-1963)	1968	general de divisão
Ten-cel. Thiago Torres (1963-1964)	1966	coronel
Ten-cel. José Alberto P. da Silva (1964-1965)	1968	coronel
Ten-cel. Sylvio Christo Miscow (1965-1966)	1969	coronel

Fonte: elaboração do autor. Dados: sítio da ESG/diplomados.

Afora o general Darcy Lázaro, que exerceu o comando do B.S. entre 1962 e 1963, e somente cinco anos depois fora “indicado” para o CAEPE, todos os demais oficiais não tardaram mais que três anos, entre a dispensa no comando e a conclusão do curso.²⁷³ Porem fato que chama atenção, é a ausência do primeiro comandante do B.S., o tenente-coronel Iracílio Pessoa, por sinal, bem conceituado entre seus pares oficiais e superiores, bem como pela diplomacia brasileira. Esta, como notado mais atrás, com quadros consideráveis no curso de altos estudos, e mesmo conferencistas regulares da ESG.

O que talvez possa explicar a relação entre o exercício do comando do B.S. no Egito e a linha política da ESG e da corrente liberal-conservadora – doravante denominada Sorbonne – é a ação, cada vez mais limitada do Ministério da Guerra, sob o governo Goulart. Mesmo tendo à frente do Ministério um general de peso como Jair Dantas Ribeiro, a ação política dos generais sorbonistas e da ESG sobre a política de Defesa do Brasil, era irresistível. E como peça fundamental para esta política estava a Missão Suez. Daí que o Ministério da Guerra não interviria para retomar o controle que lhe fora abduzido desde as mudanças efetivadas pelo marechal Denys em 1960.

Na tentativa de desanuviar o clima entre a alta oficialidade, o ministro Dantas Ribeiro buscou canais de diálogo entre as principais lideranças das

273 O Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia tinha (e tem) a duração de um ano, mas as indicações decorrem um pouco antes, não obstante qualquer iniciativa prematura do postulante.

duas correntes em cena, os nacionalistas-legalistas e os conservadores-liberais (Sorbonne). Seus esforços, em última instância, visavam erradicar a possibilidade de intervenção por parte do Exército contra o governo federal. E de também preservar a autoridade do Presidente da República, restaurada com esmagadora vitória no plebiscito de janeiro (1963).

Assim, tendo a ESG e os sorbonistas assumido a condução da política militar e de Defesa sob o governo Goulart, com oficiais em postos de comando estratégicos no país e nas representações diplomáticas nos EUA – Washington e Nova York – sublimavam a autoridade do Presidente da República e de seu governo. Com o controle sobre os oficiais na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, estreitavam e aprofundavam os vínculos com a alta oficialidade americana. Entre 1961 e 1964, com os generais de brigada Armando de Noronha (1961-1962) e José Teófilo de Almeida (1962-1964) na Comissão, pode a corrente liberal-conservadora (Sorbonne) estabelecer a agenda que lhe conviesse no trato com as autoridades americanas.²⁷⁴ Sem contudo lograr feitos importantes, dado o azedume nas relações bilaterais Brasil-EUA. A aquisição do submarino *S Bahia*, em 1962, constituiu a única transferência substantiva para as FFAA brasileiras, como exposto neste capítulo.

Outra instância que garantia os vínculos com os Estados Unidos era a adidoria militar da embaixada em Washington. Com Roberto Campos à frente da representação diplomática até o fim do governo Goulart, o diálogo fluiu bem com os adidos militares e seus adjuntos, todos pertencentes aos quadros da ESG. Essa fruição no diálogo entre generais brasileiros – sorbonistas – na embaixada em Washington, com a alta oficialidade dos EUA, assegurava uma perspectiva positiva nos Departamentos de Defesa e Estado. A nomeação dos tenentes-coronéis, comandantes do batalhão brasileiro no Egito, seria o resultado dos entendimentos em Washington, protagonizados pela adidoria militar.

Desde o perfil técnico-profissional do oficial, até seu comprometimento com os princípios da isenção política que guiava a ação das Nações Unidas na UNEF, eram transmitidos para as lideranças militares no Brasil, via adidoria militar. Nada que resvasse em atitudes simpáticas ou favoráveis à batalha política e ideológica capitaneada por Egito, Iugoslávia e Índia, poderiam afetar os comandantes brasileiros, ou seus oficiais imediatos. E isto era uma postura não só cara à ONU, como também aos EUA, que apostavam na permanência da UNEF I no Egito. Nas considerações do Departamento de Estado, em setembro de 1963, pode ser observada a atenção aos altos oficiais pró-americanos, na embaixada e no Brasil, como segue;

274 O general Armando de Noronha, após deixar suas funções no estrangeiro, cursou a ESG (CAEPE) turma de 1965. Fonte: <http://www.esg.gov.br> Acesso em: 14/06/2019.

There is still a significant reservoir in the armed services of actual and potential good-will toward the U.S. Mainly in the American Embassy and UN since Kubitschek.

The military appear to be the only force capable of maintaining and restoring public order—and, if necessary, orderly government—should the political and economic deterioration produced by the policies of the present regime “get out of hand.”²⁷⁵

As altas funções na adidoria militar em Washington, confiadas a generais e coronéis assumidamente contrários ao governo de João Goulart, e mais que isso, dispostos a represá-lo em sua autoridade junto às FFAA, criavam um vácuo no Ministério da Guerra. Concomitante, estabeleciam diretamente as relações no âmbito da defesa com a ESG e sua corrente política no Brasil. Desde que o general Orlando Ramagem deixara a adidoria em 1962, Armando de Noronha, o antigo representante do Brasil na Comissão Mista de Defesa, e o general Emílio Médici assumiram as funções de adido naquela embaixada. Mantiveram-se como adjuntos os mesmos coronéis Vinícius Motaro e Newton Castello Branco. E tal estratégia institucional convergia de encontro ao esperado pelas autoridades americanas no Departamento de Estado – na Casa Branca e Departamento de Defesa também. Assim manifestou-se Ralph Burton, do Departamento de Estado, em relação às tratativas com a oficialidade “democrática e constitucionalista” do Brasil;

I might add that there is in the military a very considerable reservoir of good will toward the United States and sympathy toward U.S. objectives and policy; evidence of this erupted in many quarters at the time of the Cuban missile crisis. *For this reason and because of the considerations set forth above we have taken the position that the cultivation of the Brazilian military has high political importance and we have therefore, for example, pushed forward a program of defense lending for C-130's.* 3

I believe that the above is a reasonably accurate reflection of the thinking of Ambassador Gordon, except that he might possibly speak with more vigor in view of past difficulties and delays we had to surmount before we got implementation of his C-130 recommendations.

I understand that you have recently been exposed to various opinions on the Brazilian military in connection with a recent general discussion of military assistance. This memorandum is intended to be responsive to such comment as well as to the question you raised on the contingency paper.

On the other hand, the military can be a restraining force against extremists and undemocratic excesses. I think it is generally recognized that the Army Attaché in Brazil, Colonel Walters, feels most strongly that Goulart is bringing about a political erosion in the military. Yet, Colonel Walters just last

275 Department of State. Office of Historian. Policy Paper in the Department of State and the Agency for International Development. Washington, September 30, 1963. Disponível em: <http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d180> Acesso: 16/06/2019. Tradução apêndice I.

August acknowledged to me that if Goulart attempted to move toward dictatorship in violation of the constitution, there would, at the very least, be shooting. While Goulart has shown a great penchant for generating acute political tension and crisis at periodic intervals, past history indicates a considerable tendency on his part to retreat and compromise—to avoid ultimate explosion. For this reason the military should be viewed as a potential politically strong restraining force against Goulartist undemocratic excesses. Our chief worry should be that the military might be confused and immobilized by continuing slick and subtle political maneuverings by Goulart.²⁷⁶

Portanto, a diplomacia americana apostava e investia no permanente equilíbrio das relações com a alta oficialidade brasileira acantonada na ESG – e também no EME. E estava plenamente ciente da importância que detinha para os generais liberal-conservadores do Brasil (sorbonistas) a modernização, capacidade e poder dissuasório das FFAA. E que o programa de renovação em defesa, que incluía de imediato a aquisição das aeronaves C-130 (Hércules no Brasil) e sua adaptação, era uma urgência para as FFAA brasileiras. A observância que os generais sorbonistas deveriam ter quanto ao trabalho desempenhado pelo Brasil na UNEF I, era a mesma que a diplomacia americana deveria adotar. Isso porque estendendo o raio de ação internacional do Brasil, ao lado dos interesses democráticos do Ocidente, garantia o virtual apoio político interno da oficialidade conservadora, que tanto lhes interessava. Sobretudo se esse raio de ação for protagonizado pelas FFAA brasileiras, como no caso Suez.

No que tange à composição do oficialato brasileiro na UNEF, nada mudaria, ou melhor, devia-se apurar ao máximo os oficiais e comandantes enviados, haja vista o acirramento das tensões políticas no Brasil nos anos de 1963 e 1964, até o golpe. Os tenentes-coronéis Darcy Lázaro e Thiago Torres que chefiaram o Batalhão Suez entre esses anos (1962-1964) eram quadros da corrente liberal-conservadora – embora não tivessem passado pela ESG nesta data. Moldavam-se, portanto, no perfil traçado desde a adidoria militar em Washington, em consonância com o ideário da ESG/Sorbonne.

Igualmente os quadros oficiais destacados para o Batalhão Suez neste período compunham-se daqueles militares – de tenentes à majores – com suficiente aprovação na corrente liberal-conservadora, Sorbonne. A corrente militar nacionalista-legalista permaneceu pontualmente fora das nomeações para a UNEF, numa bem equacionada sintonia com as demandas do Departamento de Estado dos EUA. Nesta altura, o Ministério da Guerra, com o general Dantas Ribeiro à frente, pouco ou quase nada poderia fazer para incluir tais oficiais – nacionalistas – no Batalhão da ONU. O que vale afirmar ter sido a condição mesma de permanência do Brasil na Força de Paz.

²⁷⁶ Department of State. Memorandum from Director of the Office of Brazilian Affairs (Burton) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs. January, 08 1964. Disponível em: <http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d181> Acesso: 16/06/2019.

Por todos esses aspectos, o general Jair Dantas Ribeiro que assume o ministério a 23 de junho de 1963, concentrou-se mais em garantir apoio político dentro das FFAA para o Presidente, que trabalhar com o foco na agenda estratégica de defesa do Estado. Sem ter vínculos políticos com a alta oficialidade conservadora e com a ESG, o general Dantas Ribeiro não conseguiu desligar qualquer comandante das Regiões Militares, nesta altura, quase todos proclives à intervenção. O distanciamento com o Departamento de Defesa dos EUA foi acentuado. E também o MRE não lograva apoio daquele país para as mais prementes necessidades nacionais em créditos e investimentos. O secretário de Defesa americano Robert McNamara convencera-se de que as FFAA brasileiras eram aliadas e parceiras no esforço geopolítico de Washington em manter afastado das mais altas instituições, os quadros comunistas, ou de esquerda. E mais ainda, desde Washington, operava para que oficiais convenientemente próximos assumissem postos estratégicos; conforme reunião em presença do presidente Kennedy, mantida na Casa Branca em 30/07/1962, um interessante diálogo retrata assim o ambiente;

Goodwin: Has he changed a lot of commanders, military commanders in the garrisons?

Gordon: He's changed a number and he's threatening to change others. How far he goes on those changes depends a little bit on the resistance of the military.

I think one of our important jobs is to strengthen the spine of the military. To make it clear, discreetly, that we are not necessarily hostile to any kind of military action whatsoever if it's clear that the reason for the military action is-

President Kennedy: Against the Left.

Gordon: - he's giving the damn country away to the President

Kennedy: Communists.

Gordon: Exactly. And there is a lot of evidence that Goulart, willingly or unwilingly, has been [unclear] that.

A few weeks ago just after Dantas was defeated in Congress, he [Goulart] had a specific plan, which he told Kubitschek. Kubitschek told me this firsthand. A plan to nominate a cabinet of his own without a prime minister. He told the Congress that he wouldn't expect this Congress to ratify [it]. but he hoped the next Congress would, which is going to be elected in October. And to call for a plebiscite now for a return to a presidential regime in October.

Kubitschek took this to thirty high military officers and they told him unanimsly that this was obviously unconstitutional and if Goulart tries it they would oppose him. He asked whether he could Goulart that They all said yes, and some said, Well, it would be better to sign our names to a statement: And he went back to Goulart and Goulart withdrew.

You see the kind of thing that's in his mind. This is ... he's thinking actively about a kind of white coup. as they call it. And if the military are too frightened . . . if they feel that there is no support anywhere. inside or outside, especially outside-which means us-if they take action, then they ... They were, I am told ... I was unfortunately sick in bed the week before last, just gradually getting on my feet-
President Kennedy: Yeah.

Gordon: - this Last week before I came up on Wednesday. I did manage to see Goulart, and the new foreign minister and the prime minister Tuesday night, and Walter Moreira Sales on Sunday.

Gordon: The military, I can see that they are very friendly to us: very

and-Communist, very suspicious of Goulart. And they expressed great dismay at our position on Peru.

Well, I can explain to them what the political circumstances are. I think it's important that we should make it clear. to these friendly people, the ones we are friendly-

President Kennedy: But by the-

Gordon: That the Peruvian case is not necessarily-

President Kennedy: Yeah. But by this week we' ll be right back recognizing the Peruvian government.

Goodwin: Well, I think it- as long as they understand that a military action to save constitutionality.²⁷⁷

Se o secretário de Defesa McNamara ainda não se convencera de que os altos oficiais nacionalistas (legalistas) não se bandeavam para o esquerdismo do Presidente Goulart, o mesmo não se aplicava às demais autoridades. Ao Presidente Kennedy, a seu secretário de Estado Dean Rusk, a seu assessor especial e porta-voz Richard Goodwin, e ao embaixador Lincoln Gordon. A tônica do diálogo na Casa Branca, entre Kennedy, Lincoln Gordon e Richard Goodwin, buscando redesenhar as articulações com aqueles comandantes propensos à racionalidade política americana, é clara. Bem como as preocupações quanto ao redesenho que vinha fazendo o Presidente João Goulart no tabuleiro político-militar brasileiro. Gordon, do diálogo acima transcrito, enfatiza: “...*The military, I can see that they are very friendly to us: very anti-communist, very suspicious of Goulart. And they expressed great at our position on Peru...*”

Mesmo assim, McNamara e Dean Rusk (chanceler) concederam a carta verde dos EUA ao Brasil no CSNU, e junto ao Secretário Geral da ONU, o birmanês U Thant, para que o país prosseguisse na UNEF I. Fato esse bem positivo para a alta oficialidade brasileira, e para a ESG em particular, que não viu mermada sua estratégia de defesa nacional e seus esforços por projetar internacionalmente o país. Temas esses que ficariam para um futuro próximo, pois com as reais condições da política interna, não seriam cabíveis no momento. Já o Departamento de Estado sob a chefia de Dean Rusk, se certificara do antagonismo antiamericano que permeava no Executivo de João Goulart, e o situara como contrário aos interesses de Washington. Nada de mais créditos oficiais do governo, investimentos ou acordos comerciais que vitalizassem a economia brasileira. E no tocante aos investimentos nas FFAA do Brasil – pilar da estratégia de defesa concebida pela ESG e pelo próprio Estado – nada haveria. Uma considerável frustração acompanhava a FAB e o alto comando no Ministério da Guerra desde 1961.

Durante a gestão do marechal Denny na pasta da Guerra, o Brasil empenhou-se na reestruturação de sua frota área de transportes. O principal objetivo era a compra dos modelos *Lockheed C-130E*, o famoso “Hércules” vital para as necessidades logísticas nacionais. Contudo, pelos difíceis caminhos que trilhavam as relações Brasil-EUA, somente em 1964, no governo Castello Branco, é que as três primeiras unidades foram adquiridas pelo Brasil,

277 National Security Archive. The Presidential Recordings. John F. Kennedy. The Great Crises Volume ONE. July, 30 1962. Disponível em: <<https://www.nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%201%20Kennedy%20>> Acesso em: 22/02/2019. Tradução apêndice I.

equipando o 1º Esquadrão do 1º Grupo de Transporte Aéreo com sede na Base Aérea do Galeão, Rio.²⁷⁸

Na perspectiva do núcleo dirigente da ESG e do alto oficialato brasileiro, todos naquela altura anti-governo Goulart, se as relações continuassem conflitantes a ponto de engessar o funcionamento da infraestrutura econômica do país, e afetar em cheio a capacidade operativa das FFAA, seria o colapso total para o Estado. Em discurso proferido no Estado Maior do Exército, em 21 de setembro de 1963, o general Castello Branco afirmou que o país não suportava mais as crises que se avolumavam pela inépcia governamental.²⁷⁹ E sinalizava que a falta de diálogo com os parceiros americanos, sobretudo no terreno militar, comprometia a capacidade defensiva do Brasil, que estava muito atrelado aos fornecimentos dos Estados Unidos. E de fato, por mais confiança que o Secretário de Defesa McNamara e seu *staff*, tinham no compromisso das FFAA brasileiras com a agenda americana, o mesmo não se passava com o Departamento de Estado sob Dean Rusk. Porque no exercício diplomático, desde a demissão de Roberto Campos como Embaixador em Washington, o Brasil não lograra retomar o diálogo necessário com o governo americano. Como visto mais atrás, até mesmo a assistência militar ficou comprometida, não se encetando qualquer atividade comercial constante no programa do Acordo de Defesa Mútua Brasil-EUA.

Importante notar que a preocupação diplomática e militar brasileiras, no tocante ao exercício do Acordo de 1952 não era sem fundamento. A transferência de peças de artilharia, material naval para os recém adquiridos navios, peças aeronáuticas e uma série de infraestrutura tecnológico-militar, vinha sendo ansiosamente esperada pelos militares brasileiros. Como exemplo, tem-se a urgente – mas atrasada – aquisição de aeronaves para o navio porta-aviões “Minas Gerais”. Desde que o governo JK logrou a compra dessa nave à Marinha Real Britânica, Royal Navy, em 12 de dezembro de 1956 – *HMS Vengeance* 19.900 toneladas – que estava na ordem do dia sua atualização. Criado o 1º Grupo de Aviação Embarcada – 1º GAE – a 6 de fevereiro de 1957, era urgente a compra de modernos caças que dotasse o Minas Gerais de plena operatividade. Depois de muitas negociações, em julho de 1961, graças à ação direta do marechal Odílio Denny, Ministro da Guerra, que a FAB recebeu treze aeronaves S2F-1, designados P-16 no Brasil, adquiridos diretamente da fábrica *Grumman*. Isso, levando-se em conta que o Minas Gerais encontrava-se em operação desde 12 de dezembro de 1960, quando retornou de estaleiros holandeses – Rotterdam – após passar por modernizações que atendessem a Marinha do Brasil (ALAMINO, 2014:13)

Toda essa transferência modernizadora, constituía o ponto chave e nodal da estratégia de defesa que a ESG, e o EME a tempos implementavam para o país. Era de fato a modernização plena das FFAA e sua capacidade dissuasória no continente que estariam em xeque, caso o Acordo Brasil-EUA

278 Alamino, Aparecido Camazano. Tropas Aéreas. Disponível em: <http://www.rudnei.cunha.nombbr/FAB/index.html>

279 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castelobranco> Acesso 02/02/2019.

fosse congelado em razão da crise nas relações entre os dois Executivos. E a alta oficialidade brasileira não estava disposta a permitir tal insucesso. A própria ESG, que de instituição investigadora e planejadora passara a operar politicamente em virtude dos acontecimentos, não vivenciaria inerte o colapso dos planos na estratégia de defesa que ela própria concebera e norteara. Se era preocupante para a parte americana a dificuldade em encontrar canais de diálogo junto aos altos escalões do governo Goulart, inclusive no Ministério da Guerra – já em vigor o regime presidencialista – o era igualmente para a parte brasileira. Preservar a Missão Suez com seu Batalhão constituía vitória diplomática e vitória na cooperação militar com os Estados Unidos. Mesmo diante das incertezas e posições erráticas do Executivo brasileiro, sob o ponto de vista de Washington. No entanto, essa preservação sugeria que havia otimismo na capital americana com o desfecho da crise no Brasil, crise essa que se avolumava, à medida que o Presidente Goulart e seu entorno imediato, anunciavam as célebres reformas de base.

Conforme a visão americana, a crise brasileira deixara de ser adstrita ao governo para se disseminar por todo o Estado, máquina pública e sistema político, e preocupava mais ainda sua proliferação pelas Forças Armadas. Conforme relatório do Departamento de Estado (set/1963) em relação à crise política brasileira, chama atenção o olhar dedicado às circunstâncias entre o Executivo e as FFAA;

Goulart will continue to reassign and promote military officers within what he judges to be the limits of political feasibility in order to strengthen his supporters and to weaken those forces which might mount a political opposition to him within the armed services. While promotions and assignments have undoubtedly weakened anti-Goulart elements and in varying degrees strengthened pro-Goulart forces, opportunists, nationalists and leftists (including extremists in the latter two categories) in the Brazilian armed services, there continues to exist in the armed services a strong advocacy of law and order, and a substantial preference for orderly democratic processes which will react against extremist excesses either by the left or the right. This has been at least temporarily strengthened by the recent Sergeants' revolt. This means that while the already limited military capability to overthrow Goulart on purely political grounds has been further weakened, the capability for resistance to any clear-cut move against constitutionalism or against the military hierarchy as a body will probably continue and be capable of expressing itself not only against Goulart but also against any unconstitutional move against Goulart either from left or right.²⁸⁰

Aqui neste aspecto, a preocupação não é apenas com a militância progressista (*leftists*) e socialista nas FFAA. A vigília era para saber se aqueles quadros superiores tidos como constitucionalistas, e sob o crivo democrático, não seriam sugados pelos eventos que agitavam a institucionalidade e a estabilidade política do Brasil. E tais quadros superiores eram exatamente a alta oficialidade liberal-conservadora aglutinada na ESG. Isso no entender do *staff* diplomático e da inteligência americanos, porque consideravam como foco

280 <https://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d181> Op. Cit. Acesso em: 04/11/2018. Tradução apêndice I.

da agitação e desestabilização apenas a oficialidade que não correspondia à sua lógica política, calcada no *modus operandi* dualista da bipolaridade.

E de fato, os porta-vozes da oficialidade conservadora denunciavam como ruptura legal somente àquelas ações provindas do Executivo, do Presidente Goulart e dos comandantes superiores escrupulosamente arraigados à Constituição. A saber, a já reduzida alta oficialidade nacionalista a apoiar o governo constitucional de Goulart e entremeio, as reformas de base – conquanto não admitissem qualquer quebra na hierarquia ou regulamento militar. Denúncias emitidas inclusive nos boletins oficiais do EME, chefiado pelo general Castello Branco, onde desde 1962, nucleava as articulações para depor o governo Goulart. As críticas assumiam gradativamente tons mais ásperos à medida que as forças populares ganhavam terreno nos escalões médios e regionais, tanto do governo federal como dos governos estaduais. E encontravam obviamente respaldo e ressonância na grande imprensa – menos no jornal Última Hora – que passara a secundar os discursos contra o governo Jango. Mas contudo, não disparavam contra a série de ações notoriamente anticonstitucionais que grassavam entre os generais conservadores. De modo geral, a alta oficialidade liberal-conservadora era retratada como a vanguarda da ordem e dos propósitos nacionais de democracia, estabilidade e retidão, as máximas castrenses.²⁸¹

Todavia o objeto aqui não é discorrer sobre o avolumar dos “ataques” contra a democracia. A digressão por estas breves linhas, diz respeito à natureza com que a Inteligência americana encara a cena política nos meandros do governo Goulart, e nas FFAA. E como a Inteligência daquele país passara a agir no sentido de salvaguardar seus interesses no Brasil. Pois, ao se certificar que apenas a alta oficialidade liberal-conservadora guardava os valores da legalidade e da democracia – mesmo que sob as lentes pré-fabricadas dos Departamentos de Estado e Defesa – resta a Washington a alternativa de se aproximar e cooperar com este segmento militar, caso pretendesse manter e expandir seus interesses nacionais no Brasil. E de fato o fizeram.

Para compreender os nexos que havia entre a Missão Suez na UNEF I e as relações em defesa entre Brasil e Estados Unidos, é necessário recuar um pouco, ao ano de 1961. A observação era pacífica para a Inteligência americana que a posse de João Goulart provocaria tensões nas relações bilaterais. E como epicentro dessas tensões, estavam as FFAA brasileiras, cuja oficialidade liberal-conservadora, antipatizava com o novo chefe do Executivo. Ademais, a PEI levada a cabo pelo Presidente, com apoio de segmentos no MRE, também atritava com os planejamentos de Washington para o continente. Assim, restava aos arquitetos da política americana aproximarem-se daquela corrente de oficiais que ideologicamente estava mais propensa. E o fizeram na medida em que se ampliava a fissura entre o governo Goulart e as FFAA. Moniz Bandeira assim coloca os sucessos;

[...] Desde 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado começara a solicitar ao Itamarati vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces

281 Moniz Bandeira, Luís Alberto. O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil. P. 123-124.

(religiosos, jornalistas, comerciantes, Corpos da Paz etc.) dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste. Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o Deputado José Joffily, do PSD, denunciou o fato e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de *O Semanário*, revelou que mais de 5000 militares norte-americanos, fantasiados de civis, desenvolviam no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional. (...) Realmente, até 1963, o Itamarati concedera mais de 4000 vistos e recebera a solicitação para mais de 3000, cujo atendimento os militares nacionalistas brasileiros obstaram [...]²⁸²

Mas esses desembarques americanos no Brasil, como esclarece Moniz Bandeira, ocorriam desde os anos 1950, em parte, devido à desmobilização americana na Europa e Japão (BANDEIRA, 1983:137). O que não se pode desprezar, contudo, é a mobilização político-institucional que oficiais superiores americanos realizavam junto a seus pares brasileiros. E sem qualquer ética ou pejo à democracia brasileira, tais elementos estrangeiros encontraram receptividade em grande parte da oficialidade brasileira (liberal-conservadora). E sabiam às claras, que a permanência brasileira na UNEF I era questão de brio na traça geopolítica desenhada pela ESG e seus quadros orgânicos – militares obviamente, mas também civis.

As recomendações do Departamento de Estado, elaboradas pelo secretário assistente para assuntos interamericanos Thomas C. Mann, analisavam o papel das FFAA do Brasil, mormente dos oficiais “democratas-legalistas” – entenda-se liberal-conservadores – e enfatizavam sua cooperação. O mesmo entendia Lincoln Gordon, o embaixador nos idos de 1964, com relação aos liames entre manter a sintonia com a alta oficialidade conservadora e garantir o Brasil na Força de Paz; eis um trecho de suas considerações enviadas para o National Security Council, março de 1964;

The only thing worse than the economic situation is the *political* situation. Goulart is an incompetent, juvenile delinquent, who represents a minority of Brazilians. In the short run, he seems intent merely on survival. In the long run, he would probably like a Peronista-type revolution, with a lot of corruption at the top and support from the working classes.

The majority of voters are upset. They would like to throw out Goulart. Also, the military, which traditionally stays out of government, and which traditionally is anti-Communist, is having its patience sorely tried (...)

U.S. policy has the following elements in it:

(a) Like the Brazilian opposition, we hope the ship of state can stay afloat until the elections.

(b) We try to take advantage of the loose, sprawling, multiple nature of Brazil to encourage the constructive forces which reflect the majority of the people.

(c) Our relations with the Brazilian military are good. This is very important. We have got to encourage them, so that their

282 Moniz Bandeira, Luís Alberto. Op. Cit. P. 136.

interests can be reached, like Army modernizing and remaining at UNEF in Middle East.²⁸³

Portanto sabiam perfeitamente que ‘conquistar e fidelizar’ as FFAA, ou seu núcleo dirigente, implicava em manter o Brasil na Força Internacional de Paz. E mais, abrindo perspectivas para futuras participações do Brasil, sob o beneplácito dos EUA e outras potências ocidentais. Como em 1961-1963, durante a intervenção dos Peacecorppings da ONU no Congo-Kinshasa, onde oficiais brasileiros atuaram. Ou em 1965, a quando da intervenção americana na República Dominicana, e ato seguido, a tutela das Nações Unidas, via OEA, sobre o país caribenho com sua Força de Paz, em que o Brasil participara. Mas tudo isso a seu tempo, e o que contava para os idos de 1962 e 1963, era garantir o Brasil na UNEF I. E isso, os comandantes liberal-conservadores lograram êxito, em grande parte, graças a suas relações com seus pares americanos.

Os vínculos Brasil-Estados Unidos no campo da Defesa estavam garantidos, na medida em que o contato entre a alta oficialidade sorbonnista e Washington persistisse. E um dos principais ativos para este feito, reconhece-se como fato, é a Missão Suez. Até o colapso da frágil democracia brasileira a Missão Suez, com seu Batalhão, constituiria um meta-exercício na manutenção das relações em Defesa e política militar de ambos os Estados. A administração de Lyndon Johnson, com o chanceler Rusk, e Mcnamara na Defesa, promoviam uma nova doutrina interventiva, mas com ênfase nas capacidades internas de eventuais aliados *in loco*. Daí a aposta de Mcnamara e seu grupo na preservação dos vínculos com a alta oficialidade brasileira, devidamente assente nos principais comandos militares. Sem qualquer ingerência na política doméstica, que pudesse comprometer laços de confiança a tempos estabelecidos.

4.3. A Transição: a Missão Suez na mudança de regime no Brasil

Uma das preocupações do Ministro da Guerra general Dantas Ribeiro, e do comandante do EME general Castello Branco, era manter a postura brasileira o mais fiável possível aos compromissos continentais, no seio da OEA (CERVO, 2014:394). Significava garantir a estabilidade política necessária à vida democrática dos Estados americanos, sob o princípio da não ingerência adventícia ao continente. E entenda-se tal ingerência, o próprio movimento internacionalista sediado em Moscou, com suas “ramificações” pela onda revolucionária que varria o orbe, sobretudo o chamado Terceiro Mundo.²⁸⁴

Mais preocupante que para o Ministro Dantas Ribeiro, seria para o general Castello Branco, na altura de 1962, cérebro do núcleo orgânico da ESG e dos oficiais liberal-conservadores. Isso porque o comandante do EME exercia força centrípeta sobre a alta oficialidade do Exército, e das FFAA

283 Memorandum From Gordon Chase of National Security Council Staff to the President's Special Assistant for National Security Affairs. Washington, March 19, 1964. Disponível: <http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/ch5> Acesso: 19/06/2019. Grifos do autor. Tradução apêndice I.

284 Esteves, Diniz. Documentos Históricos do EME. Op. Cit. P. 366-367.

também, além de representar politicamente a opção conservadora e afinada com aqueles compromissos continentais, que estavam sendo corroídos aceleradamente na visão de seu grupo. Portanto o núcleo da ESG dirigido pelo futuro Presidente da República estava composto por aqueles oficiais superiores de que mencionavam Thomas C. Mann, Ralph Burton, Richard Goodwin, Dean Rusk e o próprio presidente Kennedy. Eram os oficiais comprometidos com a agenda americana para o continente, na linha da DSN²⁸⁵, bem transmutada e adaptada no Brasil pelos intelectuais esguianos.

Assim, relacionar a manutenção daqueles compromissos – para o continente – com a política externa do Brasil, e o serviço em exercício nas Nações Unidas para a paz mundial (Batalhão Suez) eram peças essenciais no tabuleiro para a alta oficialidade esguiana. Impossível, portanto, desvencilhar tais encadeamentos e um dos principais, já havia sido assegurado: a permanência do Brasil na UNEF I. Ao que se conclui, nada atribuível ao Ministério da Guerra sob a direção dos generais Amauri Krueel e Dantas Ribeiro. Isso porque se encontravam nesta altura, eclipsados pela conjuntura ingovernável que assolava o Executivo de João Goulart, com primeiros-ministros incapazes de tocar o governo. E por conseguinte, incapazes de afinar o curso da política militar brasileira com os propósitos em andamento: seja os da corrente nacionalista, ou os da corrente liberal-conservadora, estes últimos, mais factíveis de serem concretizados dados.²⁸⁶

Com efeito, desde a gestão do general Nelson de Melo à frente do Ministério da Guerra, no início do governo Goulart, que não se decantara a política militar de defesa desenhada pela ESG. E que tinha na aliança estratégica com os Estados Unidos e o Ocidente, seu foco primordial. Isso não apenas devido à condução errática da PEI levada a cabo desde Jânio Quadros. Mas também pela incapacidade dos planejadores da defesa e política externa – ou seja, dos *experts* orgânicos do Estado – em explorar o capital adquirido pelo país no campo das Nações Unidas e do diálogo internacional. Capital esse, adquirido desde os tempos de Juscelino Kubitschek, com a promoção do interesse nacional brasileiro, e, guardado o momento histórico, desde os tempos de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. (CALDAS, 1995:54)

É imponderável não reconhecer que foi o prestígio e a fiabilidade política, conseguidos sob o governo Kubitschek, os determinantes para o Brasil participar na UNEF I. Como demonstrado no capítulo 1, não foram simples escolhas por empatia dos grandes do Ocidente, o que levou ao chamado do Brasil pelo Secretário-geral da ONU. Foi o resultado de um cuidadoso tato diplomático e perícia geopolítica, com ressonâncias entre os principais atores envolvidos – Reino Unido, França, Israel, e EUA e União Soviética – que levaram à convocação do Brasil. Como também a convocação dos demais Estados partícipes naquela força em gestação. E o empenho do MRE, sob a condução do chanceler Macedo Soares, mais os esforços em Washington do embaixador Amaral Peixoto, foram decisivos.

285 Doutrina de Segurança Nacional

286 Dreifuss, René A. A Conquista do Estado. “Algumas das figuras mais influentes das FFAA, pertenciam à rede IBAD/ADEP/IPES. Ocupavam posições chave de comando de tropas no governo de João Goulart, mas mantiveram-se ativamente envolvidos no movimento para derrubar o presidente. Novamente, como no caso dos Ipesianos, a maioria desses oficiais eram oriundos, ou tiveram passagem pela ESG.” Op. Cit. P. 367.

Mas não se pode esquecer que lograram êxito, graças à solidez com que o Brasil se apresentara ao mundo desde a posse de JK. Os entendimentos mantidos com a presidência de Eisenhower, com os líderes dos mais importantes Estados da Europa Ocidental mais o diálogo interamericano, formaram as alavancas para aquela solidez internacional. Solidez esta que o Brasil soube tirar os dividendos necessários para o cumprimento de seus interesses nacionais, tais como: a arrancada desenvolvimentista, a substituição de importações pela produção interna – industrialização – e a construção de Brasília.

E soube ainda se firmar no concerto das Nações Unidas com a Missão Suez. Mas esse contexto é devido em primazia, aos níveis de interação e reciprocidade alcançados entre EUA e Brasil na conjuntura continental latino-americana. Voltando um pouco na análise, aos tempos de JK, os arquitetos da diplomacia e política militar brasileiros, sabiam que não poderiam prescindir do aporte americano, seja político ou material. E por outro lado, os arquitetos da diplomacia e geopolítica americanos não poderiam soslaiar o Brasil, tendo em vista a ingente presença física do país na América do Sul. Portanto era um papel recíproco que ambos os Estados representavam mutuamente.

Contudo pelos idos de 1962, não havia disposição americana em confrontações com o governo Goulart, pois a expectativa era que as forças conservadoras-democráticas, civis e militares, restaurariam as relações Brasil-EUA; assim constava nas considerações de McGeorge Bundy aquando compõe o Memorandum For The National Security Council Executive Committee, em reunião a 11 de dezembro de 1962; segue,

As alternativas existentes para os Estados Unidos são:

- A. Não fazer nada e permitir que a tendência atual continue.
- B. Colaborar com elementos brasileiros hostis a Goulart com vistas a provocar sua derrubada.
- C. Procurar mudar a orientação política e econômica de Goulart e seu governo.²⁸⁷

Mais adiante, o mesmo memorando relata que,

A alternativa C é selecionada como a única abordagem viável presente e como tendo uma chance razoável de sucesso. Em qualquer caso, deve ser julgado antes de decidir mudar para a alternativa B.

Há possibilidades limitadas de confrontar o Presidente Goulart na frente internacional. A menos que o Brasil faça uma ruptura clara com o resto dos países do hemisfério, um confronto efetivo será difícil. Embora a posição brasileira fosse ambígua e deliberadamente confusa durante a recente experiência de Cuba, eles votaram junto com as outras repúblicas americanas. É possível que o Brasil seja forçado a mudar sua política para evitar se isolar no hemisfério. A esse respeito, porém, só podemos continuar nossa firme política na OEA e confrontar ou isolar o Brasil apenas quando o Brasil fizer tal ação necessária. Não devemos, contudo, ignorar as oportunidades de

287 Memorando para o Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional, Washington, DC. In:

<https://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%201%20Kennedy%20>
Acesso em: 22/02/2019.

negar prestígio ao papel neutralista e pacificador do Brasil, na medida em que incentiva a resistência aos objetivos da política dos EUA neste hemisfério. (...) O curso de ação anterior desencoraja, mas não é projetado especificamente para lidar com a possibilidade de que o Presidente Goulart tenha decidido, ou possa decidir, avançar em direção a uma ditadura de esquerda ou a outros desdemocráticos desenvolvimentos, com o apoio de seus aliados de extrema esquerda. Isso pode envolver a suspensão do Congresso ou a intervenção no governo de vários estados. <Se houver futuros desenvolvimentos nesta direção, os Estados Unidos devem estar prontos para mudar rápida e efetivamente para a Alternativa B - colaboração com elementos democráticos amigáveis, incluindo a grande maioria do corpo de oficiais militares, para derrubar o Presidente Goulart.>²⁸⁸

Porquanto não havia tendência na cúpide governamental americana em alquebrar o Executivo brasileiro, mormente porque afetaria as amistosas relações com a alta oficialidade liberal-conservadora, naturalmente anti-PTB. Daí que a administração Kennedy-Johnson não cogitava em suspender o apoio à presença do Brasil na UNEF I. Não por considerações construtivas para com o governo Jango, já que se decidira pela referida alternativa B – a intervenção aberta. Mas por considerações pragmáticas em relação à oficialidade esguiana, ciosa da Missão brasileira no Suez e noutras que porventura surgissem. E também por nutrir expectativa no empenho que aquela oficialidade consignaria às políticas de segurança hemisférica orientadas desde Washington. O que de fato viria a se realizar após abril de 1964.

Neste transito entre os últimos meses do governo Goulart, a Política Externa Independente em exercício, e a própria democracia brasileira, a Missão Suez era um dos poucos barcos emergidos na projeção internacional do Brasil. E com cruciantes eventos na cena global, principalmente no Mundo Árabe, a política de Washington, sob Kennedy – e Lyndon Johnson – necessitava de respaldo internacional.

Mas o papel dos Estados Unidos não se restringia apenas à empatia entre americanos e brasileiros, ou vínculo civilizacional, como atestara o general Meira Mattos (MATTOS, 2011:69). Basicamente o único Estado que realmente possuía o cabedal material e tecnológico para o fornecimento dos equipamentos pesados e abrangentes que as FFAA brasileiras requeriam, era os Estados Unidos. Evidente que a União Soviética supriria as exigências do Brasil, porém impensável qualquer estreitamento com Moscou nesse aspecto. As potências europeias, em fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960, reerguiam seus próprios arsenais e forças armadas, para seu projeto de defesa continental, sob o guarda chuva da Aliança Atlântica. Nada para constituir o complexo industrial-militar nos modelos americano ou soviético. E apenas a

288 Op. Cit. National Security Archive. George Washington University. Acesso em: 22/02/2019. Tradução nossa.

França se encontrava em certo estágio adiantado, sob a presidência de De Gaulle, um militar.

Na verdade, a França só se debruçará na modernização de suas armas somente após sua derrota no Vietnã em 1954.²⁸⁹ E paulatinamente, porque a crise argelina até 1962, balizou a política militar francesa neste período. Já Reino Unido, República Federal da Alemanha e Japão não reuniam as condições materiais para selar um comprometimento com o Brasil em reestruturar suas FFAA, na medida em que o país exigia. Destarte, apenas os Estados Unidos no campo democrático e ocidental poderia assumir, como contraparte comercial, as exigências brasileiras. Daí a preocupação dos estrategistas brasileiros, diplomatas e oficialidade militar, no não cumprimento dos contratos firmados no âmbito do Acordo de 1952. Assim, restava aos militares brasileiros, manter o mais pleno e sintonizado diálogo com seus pares americanos no Departamento de Defesa, junto ao Estado Maior Conjunto e os centros militares de investigação nos Estados Unidos. Ou mesmo com a própria embaixada americana no Rio de Janeiro, através de seu adido militar (desde 1962) coronel Vernon Walters. Este sublinhava para seus superiores como a alta oficialidade brasileira valorava a participação em missões de paz da ONU. E que o apoio americano constituía, pois, importante ativo estratégico junto às FFAA brasileiras.²⁹⁰

Mas na perspectiva brasileira, ao avançar o governo Goulart para seu ocaso, não era bem assim. Cabe sublinhar que a permanência do Brasil na UNEF I, contando com o respaldo dos Estados Unidos nas Nações Unidas, já não era mais aquele ativo político para os planejamentos em defesa e projeção internacional que auguravam os brasileiros. Desde a crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros que o tumulto e os desencontros marcaram as relações entre Brasil e Washington; e malgrado a expectativa positiva do secretário de defesa McNamara de normalização, o triênio Quadros-Goulart não conseguiu de fato reativar os pontos principais do Acordo Mútuo de Defesa. Ora, os estrategistas da ESG, do MRE e mesmo do Ministério da Guerra – seja na chefia do general Sarmiento, Kruel ou Dantas – esperavam que a aprovação americana ao Brasil na UNEF I era a senha para a continuidade dos projetos de modernização e expansão das FFAA brasileiras. E como constantes no Acordo de 1952, que a remessa dos pedidos feitos pelo Brasil seriam cumpridos pela parte americana. E isso seria lógico sob a

289 Torres, Jean. Revista A Defesa Nacional. Nº 836. 2018. “A chegada de De Gaulle ao poder (V República) propiciou grande incentivo à pesquisa (em defesa) e a indústria francesa logo deu passos consistentes e foi-se modernizando, sendo que o ponto alto fora atingido entre 1959 e 1963.” P. 95.

290 Vernon Walters, que passou à reserva como general de exército, era nos anos 1950, especialista em América Latina na Secretaria de Defesa dos EUA. Em 1962, assume a aditoria no Brasil, mantendo relações próximas com o núcleo dirigente da ESG e do EME. Amigo pessoal do presidente Castelo Branco. Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/vernon_walters Acesso: 23/06/2019.

perspectiva da aliança hemisférica e das relações “especiais” entre os dois Estados, desde 1945. No entanto, não era o que vinha ocorrendo.

Portanto, Departamento de Defesa americano, Escola Superior de Guerra (Brasil) e academias militares (Brasil e EUA) procuravam sintonizar-se à revelia do governo Goulart. Particularmente estreitavam-se os laços entre aquele órgão ministerial americano e o núcleo dirigente da ESG – e de instituições militares chave como a ECEME e o EME, este sob a chefia do Gal. Castello Branco. Estreitamento que visava a total coesão política nas FFAA, a fidelidade disciplinar aos comandos superiores e a preservação da instituição ante o acirramento das lutas internas no país.

E a Missão Suez nestes tumultuados anos até a eclosão da intervenção a 31 de março/01 de abril de 1964, seria o único ativo brasileiro em política externa e estratégia de projeção internacional. Único porque logrou resultados factíveis ante o cenário mundial, diante das potências democrático-ocidentais, e principalmente, diante da superpotência americana. E neste ponto haveria a mais denodada ação diplomática da alta oficialidade conservadora brasileira, pois as desconfianças de Washington contra o governo Goulart, o bloco partidário governista (PTB) e setores da alta oficialidade – a todavia persistente corrente nacionalista – não cessavam.

E para a ESG e sua corrente, era preciso que as FFAA brasileiras não descambassem ladeira abaixo no turbilhão crítico em que se encontrava a política doméstica. E nisto, duas ações se conjugavam para o núcleo dirigente conservador militar:

a) garantir a coesão das três armas na manutenção da ordem interna, democrática, conservadora e anticomunista.

b) assegurar a confiança do Estado Maior Americano nas FFAA brasileiras, como único garante da estabilidade interna.

Neste quadro bilateral de acertos políticos – e técnicos no âmbito militar – restava à alta oficialidade e ao núcleo dirigente da ESG assegurar o mais irrestrito apoio americano para a Missão Suez no Oriente. E mais, agregar capacidade e *know how* à oficialidade brasileira em missões internacionais, sob a ONU. Chipre e o Congo, entre 1961 e 1965, foram os casos que asseguraram à alta oficialidade conservadora de que Washington não abandonara o Brasil. Mesmo sob as difíceis relações com o governo Goulart.²⁹¹

Nestes anos de solavancos nas relações Brasil-Estados Unidos, a Missão Suez reunia o único capital político que o Brasil possuía, para que sua estratégia de projeção internacional não malograsse por completo. Mesmo com as decepções que fustigavam a alta oficialidade esguiana, pelos atrasos nas remessas de material bélico. E com ela os mais prosaicos planos da oficialidade conservadora em possibilitar às FFAA algum relevo na planificação

291 Em 1961 o Brasil destaca alguns oficiais adstritos à UNEF, para a Missão de Paz da ONU no Congo-Kinshasa, por ocasião da guerra civil e o assassinato de seu premiê Patrice Lumumba. Disponível: http://en.wikipedia.org/wiki/United_Nations_Operation_in_the_Congo Acesso: 23/06/2019.

das políticas de Estado; e no continente (América do Sul) proeminência no desenho da segurança hemisférica ao lado da superpotência americana. Neste ponto, a segurança hemisférica era um bastião que as FFAA arvoravam para si, claro que em conjunto com outros setores do Estado – como Itamaraty, onde os cursos na ESG estavam franqueados – mas com prioridade para as razões de defesa.

Daí que os pronunciamentos e atuações dos generais Castello Branco (chefe do EME), Orlando Geisel (ex-chefe de Estado Maior do 1º Exército), Cordeiro de Farias (ex-presidente da Comissão Mista Brasil-EUA – dez. 1958 a jan. 1961), Araújo Mota (chefe do EMFA – 1961 a 1963) trataram de situar a importância para o Brasil em manter-se na UNEF. Até mesmo como um gesto de alteridade brasileira no compromisso internacional perante as Nações Unidas – e o conjunto dos Estados democráticos. E ainda como parte no compromisso do Brasil com o equilíbrio democrático no continente, o que significava, manter o Brasil longe do comunismo e nos trilhos da locomotiva americana. Isso implicava em blindar o país das investidas do comunismo internacional, que sob a visão dualista imperante naquele período, significava não consentir espaço às forças socialistas crescerem politicamente. Nem permitir a ação de seus quadros nas três armas, por individualizada que fosse²⁹². Menção importante a ser feita, é que todos aqueles generais citados acima, compunham a dirigência da ESG e o núcleo orgânico de sua corrente político-militar, e portanto, estavam comprometidos com a erradicação de todo e qualquer quadro socializante.

A aplicação ortodoxa da doutrina de Segurança Nacional, já bem vicejada pela ESG e disseminada na alta oficialidade, exigia que o Ministério da Guerra nutrisse esforços com os demais órgãos policiais em neutralizar os grupos esquerdistas que agissem no país, em especial dentro das FFAA (CONTREIRAS, 1998:65). Muitos analistas consideram ser esta causa a principal que ensejou o golpe em 1964. Segundo depoimento do coronel Luís Henrique Pires, em 1963, tenente no Regimento da Escola de Infantaria da Vila Militar no Rio,

[...] Naquela época havia antigos generais com influência política. Após o presidente João Goulart conseguir o restabelecimento do presidencialismo, em 1963, começou a haver uma rejeição ao governo. Mesmo com a mudança das regras adotadas para a posse de Goulart, tenho a convicção de que teria sido muito difícil afastá-lo da Presidência se não tivesse havido a quebra da hierarquia militar. Quando falsos aliados de Goulart começaram a usar sargentos e marinheiros como instrumentos de desagregação da instituição militar, o governo entrava na contagem regressiva. Repito: tenho certeza de que se o próprio presidente não aceitasse a quebra da hierarquia teria sido difícil seu afastamento, porque havia militares,

292 Contreiras, Hélio. Militares: Confissões. P. 64-65.

como o general Castello Branco, que se recusavam a aderir a uma solução que representasse a quebra da ordem constitucional[...]”²⁹³

Portanto, esta vigília contra elementos “desagregadores” no seio militar interno, também foi sentido no Batalhão Suez. No quadro aguçado de desconfiança na UNEF, naqueles anos de 1961 a 1964 – entre os oficiais sobretudo – estava o reflexo que as indisposições na arena internacional causavam ao contingente. A Força de Paz para o Oriente Médio não estava imune ao desenrolar dos eventos polarizantes da Guerra Fria e abrigavam mútuas desconfianças entre seus membros. Notadamente naqueles Estados que estavam adiante no confronto Leste-Oeste ou nas lutas nacionalistas do Terceiro Mundo. Em particular a Iugoslávia, que tinha interesse especial em estar na UNEF, tanto em favor de seu aliado de Bandung, o Egito, quanto por estar de sentinela a qualquer intrusão de Moscou na situação.²⁹⁴

Ocorre que entre os anos de 1959 e 1962, se agudiza o conflito argelino entre as tropas irregulares da Frente de Libertação Nacional, a FLN, sob a liderança de Ahmad Ben Bella, e as unidades do exército francês. A presidência de De Gaulle tinha por meta solucionar a crise na Argélia, mas sem a interferência de poderes estrangeiros que pudessem explorar politicamente a situação. E exatamente era o vinha ocorrendo, para a contrariedade da recente V República Francesa (1958). Os grupos guerrilheiros que assolavam as unidades francesas espalhadas pelas montanhas do Magreb, na planície litorânea e nos desertos do sul, eram bem abastecidos pelo Egito, que utilizava o corredor líbio-sudanês para chegar até o território meridional argelino. O comprometimento egípcio com a causa argelina era notório e o presidente Nasser não poupava palavras para denunciar a ação imperialista francesa no país.

De igual maneira, os Estados Não-Alinhados selaram politicamente com o discurso do Egito, e nos fóruns internacionais denunciavam a campanha militar francesa como vil ação colonialista de um poder estrangeiro. Destes Estados, saliente-se a Iugoslávia onde o presidente Tito alvejara pessoalmente De Gaulle pelo recrudescimento dos ataques aéreos que a aviação francesa promovia indiscriminadamente sobre cidades e vilarejos da Argélia. E recebera como estadista o líder pela independência (e primeiro chefe de Estado) Ben Bella em Belgrado, em 1961.

Outro membro da UNEF que se insurgiu, política e diplomaticamente contra a ação francesa na Argélia foi a Índia. O primeiro Ministro Nehru, a tempos vinha denunciando a política argelina da França, e por extensão, todas as potências que apoiavam Paris, direta ou indiretamente, em sua campanha imperialista contra os árabes argelinos. Foi além, atuando diretamente no

293 Depoimento do coronel Luís Henrique Pires. In: Contreiras, Hélio. Op. Cit. P. 64-65.

294 Kennedy, Paul. Auge y Caída. Op. Cit. P. 615. Apesar da Iugoslávia ter reatado com Moscou desde 1956, assumira posição independente aos planos da superpotência. E para o Oriente Médio, agia contra qualquer alinhamento direto às políticas de Moscou para a região, neste caso, igual à postura egípcia.

terreno ao ocupar a última dependência europeia no subcontinente indiano, o território português de Goa (além de Damão e Diu) no inverno de 1961. Apoiara o auxílio material egípcio ao movimento de independência argelino, e também apoiara diplomaticamente o Egito na ONU, na Assembleia Geral notadamente. Criticara a postura americana como mera ação contemplativa, assim como a do Reino Unido, ao não minimizar o belicismo da França em conter a ala mais radical de suas forças armadas, que tinham por meta liquidar toda a resistência argelina.

A meridiana política externa da Índia, ao mesmo tempo que flertava com os Estados Unidos para equilibrar a tensa relação com a China e Paquistão, também flertava com a União Soviética, seu principal fornecedor armamentista. E com mais destaque, liderava o bloco dos Não-Alinhados ao lado de Egito e Iugoslávia, o que lhe conferia notável voz na Assembleia Geral da ONU e fóruns internacionais da Ásia e África. Por ocasião do estabelecimento da Força de Paz no Congo-Kinshasa, onde os suecos assumiram o maior contingente, Nova Delhi não descuroou seus objetivos neutralistas. Bateu-se por preservar a integridade territorial congolês, contra o secessionismo do Katanga, e denunciou com veemência o assassinato de Lumumba. Até o golpe que levou ao poder Joseph (Sese Seko) Mobuto, a Índia marcou presença nos eventos do conflito civil congolês, pautando-se pela política dos Não-Alinhados. E também pela política da Unidade Africana (OUA) o que lhe granjeou considerável prestígio entre os Estados daquele continente.²⁹⁵

O mesmo não poderia ser confirmado no tocante ao Brasil. Apesar da PEI manifestamente defender a soberania dos recentes Estados saídos da descolonização, o papel do Brasil era tímido em relação a tais assuntos. Esclarece Visentini que,

[...] não se pode afirmar que a PEI executada por Goulart não tenha procurado acordos com Kennedy (e Johnson) com quem tinha boas relações, e, até, adotando certa postura conservadora. Ele acatou a negação de vistos de entrada a personalidades mundiais que desejavam participar do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba, em abril de 1963 e demonstrou certa frieza para com os movimentos de libertação da África Portuguesa, que buscavam a solidariedade do Brasil.²⁹⁶

Portanto, a posição brasileira na UNEF no que dizia respeito aos Estados do Terceiro Mundo, não era das mais confortáveis, mesmo estando o país sob o triênio trabalhista de Jango. Para os esforços contundentes de iugoslavos e indianos na luta contra o colonialismo terminal, a postura brasileira era dúbia e errática. De certo modo, a influência que as velhas potências europeias exerciam na política brasileira – doméstica e externa – além dos históricos vínculos sociais, não creditavam ao Brasil confiança por parte dos

295 Cf. Kennedy, Paul. *Auge y Caída de las Grandes Potencias*. Op. Cit. P. 616. Sobre o problema no Congo ver Ianny, Octávio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Op. Cit. P. 254-255.

296 Cf. Visentini, Paulo Fagundes. *A Projeção Internacional do Brasil*. Op. Cit. P. 52.

neutralistas. Talvez isso explique a quase nula influência que o Brasil teve no Oriente Médio por estes tempos, não obstante fazer parte da mais importante força internacional de paz na região. E eram ainda sabedores das fricções que permeavam a política brasileira naquele momento, inclusive nas Forças Armadas. E decerto eram sabedores ainda o quão importante para as Forças Armadas brasileiras era a aliança com os Estados Unidos e as potências europeias, notadamente França e Reino Unido. E que das contendas políticas vividas pelo Brasil, sobressairia a tendência militar pró Ocidente – Estados Unidos – o que significava estar o Brasil, num breve futuro, na mais retilínea órbita estadunidense. Fator esse que descartava para egípcios, indianos e iugoslavos, qualquer potencial apoio ou inclinação do mais importante Estado do hemisfério sul.

Assim, vivia-se na UNEF esses reflexos da complexidade geopolítica engendrada pela Guerra Fria, mormente nos turbulentos anos 1960. A partir de 1962, o envolvimento americano no conflito vietnamita se aguça, e na medida em que é midiaticizado para todo o globo, uma onda de antiamericanismo e anti-imperialismo (agora praticamente irmãos siameses) toma conta do Terceiro Mundo. Sim, porque o conflito na Indochina advinha historicamente da presença imperial francesa em todo o Sudeste asiático, e não fazia muito que a antiga potência havia sido derrotada pelo movimento nacionalista vietnamita.²⁹⁷

No mesmo ano, o episódio da Baía dos Porcos em Cuba, também notabiliza o papel dos Estados Unidos em sucessor do imperialismo europeu, na perspectiva de muitos governos do Terceiro Mundo. Também a política anti-castrista que a Casa Branca inicia a partir desse ano, causa sérias desconfiças e atritos nos Estados Não-Alinhados, que afinal abraçam a Revolução Cubana. Todos esses eventos são reverses para a política americana no mundo, em especial no Terceiro Mundo, onde social e economicamente se incluía o Brasil. Daí a perspicácia de Washington em manobrar política e diplomaticamente seus esforços, junto às Nações Unidas, pela legitimidade dos interesses americanos no mundo.

Com a UNEF I não seria diferente e o papel desempenhado pelo Brasil neste sentido era mais transcendental que os demais membros da Força. Isso porque, visto o engajamento individual (de cada Estado) nos campos de influência:

a) no americano, tanto Dinamarca, como Noruega e Suécia, mais o Canadá, constituíam o bloco ocidental por excelência, membros da OTAN que eram, e próximos do Reino Unido, artífice da crise que originou a intervenção no Egito. Como expressado no capítulo 1, a presença desses Estados era tida

297 Trata-se da derrota francesa na batalha de Dien Bien Puh em 1954, o que marca o fim do Império Francês no Sudeste asiático e da própria Indochina francesa, vitrine da “helenização” que Paris tanto investira e promovera no mundo. Ao fim da era colonial, chega a era contemporânea da Guerra Fria e com ela a intervenção indireta, e a partir de 1962, direta dos EUA, sob os democratas (Kennedy).

como imprescindível nos diálogos entre o presidente Eisenhower e o premiê Eden em 1956, com citações de acertos feitos com o Secretário Hammarskjöld;

b) Índia e Iugoslávia dispunham da confiança do governo egípcio, pois eram os cabeças do Bloco Não-Alinhado e denunciavam as intervenções das antigas potências europeias – e americana – como resquício imperialista, assim como a política expansionista da União Soviética. Principalmente o governo de Belgrado, que apesar de socialista, postulava-se como modelo social e político próprio, não se sujeitando às diretrizes de Moscou – nem tampouco incorporando-se ao Pacto de Varsóvia. Este último campo compreendia peça essencial na morfologia geopolítica desenhada por Washington na região, conquanto afinado com uma das partes, o Egito, e denunciante do imperialismo ocidental. Contudo, agia como contrapeso às investidas soviéticas de participar da Força com algum satélite – Estado membro do Pacto de Varsóvia – ou mesmo algum Estado afim às políticas de Moscou, como Cuba ou Coreia do Norte.²⁹⁸

Assim que, não havia neutralidade evidenciada na composição da UNEF desde sua composição em novembro de 1956. De fato o campo soviético estava ausente da Força, como bem se observa a não participação de qualquer país do Pacto de Varsóvia. O que por si, implicaria no veto russo no CSNU para o deslocamento de tropas à região, bem como seu reforço no caso de infringência das resoluções pactuadas pelas partes em 1956. Muito embora o ofício da ONU na zona de Gaza tenha sido de iniciativa da Assembleia Geral, e não do CSNU.

Dito e refletido tudo isso, qual era então o *role* que o Brasil estabelecia na Força de Paz para a legitimidade internacional e também americana? Ora, a política externa independente esboçada pelo Brasil desde os anos JK, e sistematizada nos governos de Quadros e Goulart, conferia certa desenvoltura para que o Brasil se postulasse como Estado não arregimentado à órbita de Washington. E de fato o governo brasileiro logrou estabelecer itinerários diplomáticos que estavam em desarmonia com a agenda global americana. Longe de qualquer antagonismo, a análise do discurso efetuada nos mais importantes pronunciamentos oficiais, que tanto presidentes como chanceleres do Brasil realizaram, indica a tomada de distância para com importantes teses americanas (VISENTINI, 2013:49). Até mesmo sob o alinhado regime militar iniciado em 1964, identificam-se tais posições de distanciamento. Já em 1965, a Revista de Política Externa Independente, sem quaisquer peias pela censura do regime, estipulava que,

[...] A política externa nacionalista e independente do Brasil deve objetivar o interesse nacional do desenvolvimento. Política externa para o desenvolvimento significa que (...) nossa ação diplomática

298 Oren, Michael B. Seis Dias de Guerra. Op. Cit. P. 34. Diz este autor: “Grã Bretanha e França aceitaram o acordo (UNEF) assim como o Canadá e vários outros países ocidentais. A União Soviética aprovava o acordo de evacuação do Sinai, mas se opusera à estrutura da UNEF”.

deve ser motivada principalmente pela preocupação de assegurar os meios e recursos de ordem externa necessários à expansão da economia brasileira, com vistas a contribuir para a crescente emancipação política e social da comunidade nacional. A política externa para o desenvolvimento, nacionalista e independente, identifica de imediato a posição internacional do Brasil como a de um dos protagonistas de maior responsabilidade no contexto do conflito Norte-Sul, que opõe as nações ricas às nações pobres[...]²⁹⁹

É portanto a partir dessa racionalidade que se deve procurar compreender o papel que o Brasil exercia para os Estados Unidos na Força de Paz, e também para as Nações Unidas. Deveras que o Estado brasileiro não teria condições materiais ou políticas de arvorar-se como polo à hegemonia americana no continente. E nem era esta a preocupação dos arquitetos da política externa e de defesa, agora devidamente nucleados na ESG e no Itamaraty respectivamente. A questão crucial, como já especificada nestas linhas mais atrás, era superar o subdesenvolvimento e alavancar o desenvolvimento do país sob a constância da Segurança Nacional. Conforme esta doutrina determinava, a estabilidade política era essencial, e sua efetividade consignava a estabilidade econômica e de mercado que o país precisava para decolar tecnológica e produtivamente. Sendo assim, a lógica interna era recuperar o controle do Estado pelas instituições públicas e erradicar a influência dos movimentos sociais e populares de inspiração socialista ou progressista. O que significava derruir o governo democrático e legalmente constituído, implantando um regime de intervenção – e exceção – sob os auspícios da alta cúpula militar esguiana, e do núcleo orgânico do empresariado transnacional (DREIFUSS, 1984:419).

Desta maneira, o independentismo brasileiro em política externa bem como o protagonismo da estratégia de defesa na condução da política interna, não eram óbices aos interesses americanos para o Brasil ou para o continente sul-americano. Efetivamente congruam com a estratégia geopolítica americana, uma vez que o campo ideológico e a natureza do poder no Estado estavam sintonizados com aquela estratégia. E por outro lado, também se ajustava com a geometria diplomática e de poder americana nas Nações Unidas, porque nada poderia deslegitimar o papel do Brasil na defesa mais cara para os Estados Não-Alinhados e do Terceiro Mundo: a autodeterminação dos povos e a não intromissão externa nos assuntos domésticos de cada Estado.

Igualmente se pode creditar ao Brasil a postura autonomista a quando do episódio atritoso em Punta del Este (1962) pela não exclusão de Cuba da OEA, e pela ênfase do Ministro San Tiago Dantas ao condenar a ação americana contra Havana. Ora o triênio 1961-1964, que corresponde ao governo Jango – seja no parlamentarismo ou no presidencialismo – marcou época com a PEI, levada a efeito pela equipe do Presidente, junto com o MRE,

299 Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.9 – Nº35-36. Setembro-Dezembro, 1966. Discurso do Ministro Vasco Leitão da Cunha. P. 9-11.

mas também com a estratégia nacional de defesa concebida pela ESG. Após a intervenção de 1964, as principais linhas mestras da PEI foram mantidas pelos Executivos seguintes. Notadamente a abertura (comercial) para os países do Leste Europeu (bloco socialista) e União Soviética. Sem qualquer digressão por parte desta investigação, mas a política externa do governo de 1964 manteve aquelas máximas pragmáticas da PEI, que o Brasil deveria lançar pontes onde houvesse o interesse nacional brasileiro.

Pode-se concluir, portanto, que o apoio americano à permanência do Brasil na UNEF não decorreu apenas de conveniência política momentânea. Washington sabia perfeitamente que estava enraizado na consciência política brasileira – ao menos entre os segmentos dirigentes – a irrestrita autonomia do país no cenário internacional. Perpassava o interstício JK-Jânio-Goulart, e correspondia aos valores mais caros à *intelligentsia* brasileira, e sobretudo, a do setor militar. Assim, os Estados Unidos via no Brasil o garante seguro de que a estratégia americana na Força de Paz não seria minada pelas manobras soviéticas ou de seus satélites. E não fosse ainda eclipsada pelo Movimento Não-Alinhado, com Índia e Iugoslávia. E que se evitasse nova escalada militar na região fronteira entre Egito e Israel, envolvendo outros Estados árabes consorciados ao pan-arabismo apregoado por Nasser.³⁰⁰

As relações positivas que o governo Goulart logrou estabelecer com a Iugoslávia, a quando da visita ao Brasil do Presidente Tito, em 1963, sinalizou àquele país – e a seu líder, que de fato imprimia sua personalidade ao regime – as perspectivas de que o Brasil poderia se inclinar aos princípios do neutralismo positivo, consignado na carta de Belgrado. E por conseguinte, afastar-se da órbita americana que o caracterizara nos últimos tempos. Sem muito adentrar neste ponto específico, mas o reatamento com a Iugoslávia foi o coroar de importante trabalho político e diplomático, realizado desde os tempos do presidente Juscelino Kubitschek. E mesmo estando o Brasil situado no campo geopolítico ocidental, sob virtual hegemonia no continente dos Estados Unidos, sabia-se que havia correntes dispostas a romper com o alinhamento mecânico. E isso dentro das próprias FFAA brasileiras, e diga-se de antemão, na própria corrente liberal-conservadora reunida na ESG.

Portanto o investimento americano no Brasil, mantendo-o como Estado partícipe da Força de Paz no Egito, refletia as teses das últimas administrações democratas daquele país – e mesmo republicanas sob Eisenhower. Teses essas que visavam redistribuir a instrumentalização da geopolítica americana, através de sócios especiais, que levassem a efeito a lógica democrática conservadora capitaneada pela superpotência. Com sócios (Estados) que autonomizassem sua inserção nacional no mundo, legitimassem sua ação política nos temas globais, mas que sobretudo, comungassem dos ideais pétreos do Ocidente. Ideais como livre representação, livre mercado,

300 Oren, Michael B. Seis Dias de Guerra. Op. Cit. P. 34-35. O Egito cessou por um tempo o apoio às investidas guerrilheiras de grupos palestinos (feddaym), optando pela propaganda política, ao tempo que estruturava seu controle sobre o nascente Al Fatá.

republicanismo e secularização da política, mas principalmente, mantivesse o socialismo à distância. E tais ideais eram perseguidos pelo Brasil, inclusive aquele último, com cujo concurso, o governo trabalhista de Jango não ousara alterar.

Com toda a ênfase autonomista, algumas evidências eram irremediáveis. Dentre elas, a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, PCB. Ou também a suspensão das relações com Cuba. Aquele mecanismo americano de redistribuir a aplicação de sua lógica geopolítica, funcionava, no jargão contemporâneo, como uma espécie de terceirização de sua ação interventiva pelo mundo. Algo que alguns autores brasileiros e latino-americanos denominaram como sub-imperialismo do Brasil, mas voltado exclusivamente ao continente.

Mas para a *realpolitik* dirigida por Washington, o mecanismo americano de redistribuição de ofícios³⁰¹, como este dirigido ao Brasil, objetivava transferir responsabilidades e também outorgar ativos na diplomacia a Estados confiáveis. Para o caso em análise, a decisão americana – em sintonia com as Nações Unidas – de manter o Brasil na UNEF, cumpria os requisitos daquele mecanismo distributivo. Era a estratégia que os Estados Unidos utilizavam para atender a seus complexos interesses nacionais a nível global, e também para possibilitar a ascensão, na arena internacional, àqueles Estados considerados decisivos.

A explicação da conveniência do Brasil no caso UNEF I para os Estados Unidos, já foi apresentada, tendo em vista a dificuldade para Washington de encontrar Estados oficialmente neutros, e, ao mesmo tempo, tecnicamente alinhados. No entanto, uma questão desponta como relevante na agitada relação Brasil-EUA daqueles tempos: é a que diz respeito à urgência do Brasil em gabaritar-se militarmente no continente. O que vinha preocupando as lideranças da corrente esguiana, como Castelo Branco, Golbery e Cordeiro de Faria.

Como explicitado mais atrás, a doutrina de Segurança Nacional concebida pela ESG e assumida pela totalidade do alto escalão militar do país, depositara no rearmamento e modernização militar, o eixo principal da estratégia nacional de defesa. Alguma coisa já havia sido feita, nos tempos de Juscelino Kubitschek, mas era pouco, considerando as necessidades do país. Necessidades essas não apenas decorrentes do gigantismo territorial brasileiro, da infinita zona fronteiriça e da vastíssima zona costeira; mas sobretudo, com respeito aos desafios que medravam numa vizinhança inconstante marcada por golpes militares e regimes por vezes complicados de se lhe dar.

301 Cf. Chomsky, Noam. Novas e Velhas Ordens Mundiais. Op. Cit. P. 58. Diz Chomsky: “A racionalidade elementar na política dos EUA no Pós-Guerra, pondera que sociedades multiformes, como Brasil e México, sob firme administração norte-americana, deviam se autogerir, sem interferências diretas desde o exterior.”

Na Argentina, como exemplo, a legalização do partido peronista em 1961 resultou na vitória legislativa deste, no mesmo ano, e no ano seguinte, na vitória em 10 das 14 províncias do país. Tal sucesso, levou ao golpe de estado de 29 de março de 1962, o que agravou as tensões com o Brasil, governo Jango. O presidente Arturo Frondizi, simpático ao governo trabalhista brasileiro, também norteara seu país no rumo autonomista em política externa. E ainda procurava consolidar a democracia através da abertura a partidos proscritos, com participação das forças políticas nacionais. Sua remoção do poder pelos militares foi vista com muita cautela em Brasília, inclusive pela própria cúpula militar brasileira, tanto da parte conservadora como da esguiana. A própria Junta Militar golpista que depôs o presidente Frondizi, encabeçada pelo General Cayo Alsina, enfrentou no ano seguinte (1963) uma série de quarteladas, nas províncias e em Buenos Aires, fato este que gerou uma incerteza temerária considerável no Brasil sobre os rumos no país vizinho (RAPOPORT, 1983:503). Até mesmo a diplomacia americana não sabia agir diante do que se passava na Argentina. Seria uma oportunidade significativa para a diplomacia brasileira influir positivamente no caso argentino, porém nada era esperado em Washington com relação à possível mediação do Brasil. Igualmente o Itamaraty, as FFAA se encontravam de mãos atadas em contribuir com soluções duradouras e estáveis, ao que consideravam como inépcia diplomática a condução da liderança brasileira no continente pelo governo Goulart.³⁰²

O outro problema crucial nas relações estratégicas com os Estados Unidos, todavia não viabilizadas pela Missão Suez – na ótica do alto-oficialato conservador – era a não materialização dos acordos de reaparelhamento militar. E na racionalidade concebida pela ESG, qualquer papel de relevo que pudesse exercer o Brasil, passava pelo reaparelhamento. Na verdade, qualquer liderança positiva que pudesse assumir o país, deveria ser com o concurso de uma poderosa e dissuasiva Força de Defesa. E para tanto, o Brasil – ou melhor, suas FFAA – dava mostras de seu compromisso com a paz e estabilidade globais através da Missão Suez.

Como frisara na época o general Golbery em seu ensaio, no contexto agitado e instável do continente, a única liderança capaz de conferir ordem nas forças políticas que se digladiavam eram as FFAA. Não apenas pela intervenção direta e prosaica. Mas pelo equacionamento institucional, político e educacional da DSN. Afirma Golbery que

[...] Na ESG, senti a trepidação contagiante da criatividade que inspirava a escola, na elaboração original de uma Doutrina de Segurança Nacional novinha em folha, autóctone de fato, por mais que em nada alheia ao que se formulava, justo naquele momento, nos laboratórios estratégicos mais adiantados do mundo. E que tinha

302 Doratioto, Francisco. O Brasil no Rio da Prata. Op. Cit. P. 138.

seu cerne nas Forças Armadas, historicamente a responsável última para conter os ímpetos mais exaltados deste século[...]”³⁰³

A partir da instalação da ordem política e pública, a estabilidade social estaria garantida com a governança legítima emanada dos pleitos eleitorais que naturalmente se desenvolveriam no país. As instituições civis públicas para que lograssem sua funcionalidade perfeita, assentava o general Golbery – na altura (1962-1964) coronel Golbery – necessitavam da ordem social e política sem a pugna dos movimentos socialistas organicamente abastecidos desde o estrangeiro. E para tanto, os mecanismos de defesa otimizados pela Segurança Nacional haveriam de fazer o resto. Daí que as forças de seguranças públicas nacionais, mas sobretudo as Forças Armadas deveriam estar em perfeitas condições de ação e reação para com estes objetivos.

E como visto mais atrás, apenas os Estados Unidos poderiam permitir ao Brasil robustecer suas defesas na envergadura das urgências nacionais que o país passava. No raciocínio do general Golbery, seguido mais afrente pelas principais lideranças militares da ESG, o comunismo interventivo não era o único desafio a ser superado; antes dele e mais agudo ainda, era o atraso social e material que grassava na sociedade brasileira, o subdesenvolvimento, que tinha guarida pelas nefastas práticas políticas comuns no Estado brasileiro. Havia neste raciocínio aquela antiga lógica dos tenentes de que as “más e viciosas práticas” da política tradicional eram as causas do atraso no desenvolvimento do Brasil. Mesmo que sob condução democrática, o Brasil penitenciava-se no subdesenvolvimento pelos vícios de uma classe política que secundarizava o projeto nacional do “grande país”. E para permanecer eternamente no poder de Estado, essa mesma classe política hipotecava a “grandeza” do país em benefício próprio. Seja aferrando o potencial nacional na vetusta lógica primário-exportadora, corrupção, ou na concessão às forças socializantes, para que nas coalizões eleitorais, mantivessem-se no poder.³⁰⁴

Desta maneira, para os ideólogos e lideranças militares liberal-conservadoras, a ponto de alçarem-se no poder, o desafio para o Brasil estava no subdesenvolvimento. A superpotência americana poderia não ser o determinante para o desenvolvimento do país, mas era o penhor que garantiria os espaços geográfico, humano e econômico onde o Brasil pudesse crescer. E ainda seria a alavanca a catapultar o país, em se tratando de investimentos, créditos e comércio mútuo. Daí que assegurar a ordem interna e a estabilidade política e social era absolutamente necessário para o projeto de crescimento do Brasil a longo prazo, cujo itinerário estava prescrito na doutrina de Segurança Nacional. Somente após a cristalização dessas premissas – ordem interna,

303 Silva, Golbery do Couto. APUD Costa Freitas, Jorge Manuel. A Escola Geopolítica Brasileira. Op. Cit. P. 58.

304 Diniz, Esteves. Documentos Históricos do EME. Op. Cit. Expunha assim o então chefe do EME, Castelo Branco: São evidentes duas ameaças: “o advento de uma Constituinte, como caminho para generalizar o poder do CGT e os grupos radicais, muitos dos quais, associados ao governo. (...) Grupos estes que querem dominar o país para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical comunista.” P. 388.

estabilidade política e social – é que o país poderia crescer. E somente após instalado o crescimento, projetar-se a nível internacional.

Por isso o empenho com que a ESG articulava encabeçar o Ministério da Guerra no triênio Jânio-Jango, e depois de 1964, o desvelo que juntamente com a Presidência da República passaram a conduzir aquele ministério. Preocupava o núcleo dirigente da escola, e mais os oficiais “sorbonistas”, a chefia de tão estratégico ministério pelo general Dantas Ribeiro. Isso porque, pressagiavam, não haveria condições de reestabelecer a normalidade com os Estados Unidos, nem com as democracias ocidentais. E os avanços na modernização das defesas do Brasil, pensados serem exequíveis para a primeira metade da década, fossem de fato malogrados dadas as dificuldades em se fechar os acordos já assinados anos atrás, governo Kubitschek³⁰⁵.

A conduta errática assumida pelo governo Goulart, mais os entraves ideológicos que a corrente militar nacionalista promovia, revigorada graças ao próprio Executivo e à gestão ambivalente do ministro Dantas Ribeiro, freavam a credibilidade americana no Brasil. Tanto a embaixada em Washington quanto a delegação junto à Comissão Mista de Defesa, não conseguiam destravar e dar impulso aos trâmites comerciais na aquisição de materiais bélicos, muitos dos quais já acertados. E qualquer iniciativa da parte brasileira encontrava a fleuma diplomática típica para o sócio inconveniente. Toda a equipe técnica na embaixada e na referida Comissão, viam com agonia ir para o ralo os esforços de quase uma década, em que diligentes oficiais e diplomatas brasileiros vinham realizando nos Estados Unidos. E que tinham por meta colocar as FFAA à altura das necessidades e urgências nacionais, que de fato exigia a dimensão continental do país.

Porem, mais que isso, tinham por meta essencial utilizar as FFAA no instrumental de projeção internacional que racionalizavam para o Brasil. Ao menos, no continente americano, dotando-as de força dissuasória e plena capacidade para responder aos desafios do tempo presente e futuro. Esse prestígio das armas nacionais como instrumento político para galvanizar o potencial nacional, estava bem arraigado no pensamento geopolítico brasileiro, conforme expressa Meira Mattos,

[...]Castello Branco, em 1964, ao receber surpreso o governo da Revolução, que mais parecia uma ‘massa falida’ arrasada por três anos de demagogia e de irresponsabilidade administrativa, pode sentir uma realidade pulsar sob o sufocamento daquela crise. (...) Soube Castello Branco reunir os valores morais, psicológicos e materiais, que, para sorte nossa, podiam ter sido atingidos, mas não foram abalados pelos três anos de insânia que vem de 1961, 1962, 1963 e começo de 1964. Graças às Forças Armadas o país não precipitou-se no caos. (...) Castello Branco, ao assumir o poder, já

305 Entendimentos que integravam o Acordo Militar Brasil-EUA (1952) e que da parte brasileira visava à aquisição dos mísseis terra-ar e ar-ar Minuteman (Exército), veículos anfíbios (marinha) e helicópteros (Aeronáutica). Constaram de exaustivas negociações entre os embaixadores Amaral Peixoto e Moreira Salles com o Departamento de Estado. Ver Anexo imagens.

contou com o cabedal de estudos sobre política e segurança nacional da Escola Superior de Guerra, exercitado durante 14 anos no casarão do Forte São João; fora ele, um dos principais integrantes do grupo formulador de uma metodologia de racionalização e planejamento da política nacional. Castello Branco teve, além do mais, o grande mérito de, chegando ao Palácio do Planalto, aplicar a metodologia da ESG no equacionamento de nossa política[...]³⁰⁶

Mas essa 'metodologia' exercitada pela ESG, não se principia a nível de gestão pública em abril de 1964. Como se pode observar, em muitas camadas da diplomacia, da gestão ministerial na pasta da Guerra e nos trâmites da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, estavam os métodos e a lógica da ESG, em paralelo com sua congênere nos Estados Unidos.³⁰⁷ E pode-se também assegurar que a permanência do Brasil na UNEF I foi o resultado dessa razão de Estado que perpassou os solavancos do triênio pós JK. Razão de Estado que tanto a diplomacia em Washington, como o Departamento de Defesa sabiam ser imprescindível manter na relação com o Brasil. E principalmente na relação com as FFAA brasileiras, como importante ator político que era e efetivamente contava para qualquer equação que se pensasse para o país.

Daí a percepção nos documentos e atuações da Defesa e diplomacia americana de que não poderiam perder esses vínculos que todavia existiam entre a alta oficialidade brasileira e americana. A permanência da Missão Suez com seu Batalhão na UNEF I constituía o prestígio e reconhecimento de que precisavam a alta oficialidade brasileira para seguir com a referência doutrinária na Segurança Nacional e unidade hemisférica capitaneada pelos Estados Unidos. E não menos importante ainda, seguir com a relação estratégica com a superpotência nos temas agudos para a política militar (defesa) do Brasil: a dotação tecnológica e material para as FFAA tendo-as como um dos pilares da projeção internacional do país. E esta só poderia ser plenamente realizada se o país realmente se firmasse no concerto democrático das nações, o que significava no ambiente bipolar da época, adesão ao bloco ocidental.

Ora a projeção internacional de um Estado ao nível do Brasil, não se materializaria em voluntarismos autonomistas ou personalismos populistas. A alta oficialidade conservadora era consciente dessa matéria, e brindava com seus interlocutores de farda, aqui no Brasil e no estrangeiro, o diálogo inter pares. Era também consciente de que a Missão Suez constituía um ativo estratégico, político e diplomático, tanto no campo das relações com os Estados Unidos como no prestígio junto à ONU. E mais ainda, era sabedora que permaneceria na Força de Paz (UNEF) enquanto o governo brasileiro fosse capaz de emanar confiança a seus parceiros no Ocidente.

306 Cf. Meira Matos, Carlos. Geopolítica. Vol. 1. Op. Cit. P. 252-253.

307 Trata-se do War College, a Escola de Guerra Americana, que mais que uma instituição de ensino militar, era um núcleo elaborador de doutrinas para a ordem social e política. Exerceu significativa influência na América Latina, e no Brasil, a ESG espelhou em sua composição e ação, a lógica do War College americano.

Assim, a projeção internacional elaborada teoricamente pelos experts da ESG precisava se fiar na parceria estratégica com o bloco ocidental dos Estados democráticos. Ou mais precisamente, com os Estados Unidos, superpotência com os mais vastos e complexos interesses no orbe. Interesses, sobretudo, no Oriente Médio, na porção do Levante palestino, onde se encontrava a Força policial da ONU. Portanto, equacionar as demandas internas refletidas na lógica esguiana da Segurança Nacional, na agenda de projeção internacional do Brasil – a principiar-se pelo continente sul-americano – e dotar as FFAA da capacidade plena, garantindo o êxito de ambas, era crucial para o país. Daí que no triênio tumultuado dos governos Jânio e Jango, a ESG praticamente arvorara-se para si as rédeas na condução da política militar de defesa do Brasil. E firmara na perspectiva da participação nas missões de paz das Nações Unidas, como a que então vigorava no Egito.³⁰⁸

Visto pelo lado funcional da Escola Superior de Guerra e de setores pragmáticos do MRE, coordenar a Missão Suez na UNEF como capital diplomático nas relações com Washington e na parceria com a ONU, era possivelmente o único veículo capaz de descongestionar as relações com os EUA no campo da defesa. Isso em se tratando dos tumultuados anos dos governos Jânio e Goulart. E a partir deste veículo, nos demais campos da agenda bilateral entre os dois Estados, agenda esta praticamente estacionada desde o ano de 1961. O simples discorrer pela documentação político-diplomática entre os governos americano e brasileiro evidencia a parcimônia, e mais grave, o engessamento das relações bilaterais. Mormente no tocante aos créditos, investimentos e correções nos deficitários balanços de pagamento efetuados pelo Brasil.

Era importante mais ainda, preservar a credibilidade com os Estados Unidos, porque este país detinha efetiva influência e poder sobre os organismos financeiros internacionais, como FMI e Banco Mundial – incluindo o próprio banco de investimento americano o Eximbank – afora as principais casas de crédito globais. Além do volume colocado à disposição dos Estados latino-americanos no seio da Aliança para o Progresso, iniciativa do presidente John F Kennedy mantida pelo sucessor Lindon B Johnson. O Brasil era receptor pioneiro dessa importante transferência, alocada em recursos materiais com significativo peso social, desde alimentos a remédios de alto custo. E preocupava a muitas autoridades no país, notadamente nos governos estaduais, a continuidade dessas remessas, preocupação não sem fundamento devido ao frágil estado das relações com os Estados Unidos.³⁰⁹

Sendo assim, era também uma preocupação da alta oficialidade esguiana que até mesmo esses programas de cunho social fossem afetados pela inconstância do governo Goulart em normalizar as negociações com

308 Lima, Sérgio Moreira. A Palavra dos Chanceleres na ESG. FUNAG. 2018. Op. Cit. Sistemas Regionais de Segurança. P. 218-219.

309 Disponível: <http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus/1965-69v32/ch5> Acesso: 28/06/2019.

Washington. Por isso, naqueles conturbados anos de 1961, 1962, 1963 e primeiro trimestre de 1964, desdobravam-se para assegurar a confiabilidade dos americanos, ao menos na área de defesa, prontificando-se a adotar na íntegra toda a ortodoxia da doutrina de Segurança Nacional (DSN). E no plano internacional, garantir o profissionalismo e a lisura diplomática perante as Nações Unidas com a Missão Suez na UNEF I.

Assim, quando os militares tomam o poder a 31/03-01/04 de 1964, garantem os compromissos internacionais firmados pelo Brasil junto às Nações Unidas. Isso implica na manutenção do Batalhão Suez em solo egípcio, sem qualquer intercorrência. Importante ainda, mantem os compromissos bilaterais com Washington, no âmbito da agenda internacional americana, o que implica estar presente na UNEF. E no âmbito da Defesa, estar presente na participação da estratégia americana para o continente, o que significa, aprofundar a DSN internamente, e a nível continental. Desses três compromissos, a serem honrados pelo novo governo – e novo regime político também – sobressai-se dois: os compromissos bilaterais com Washington e os compromissos para com a estratégia continental americana. Ambos em que a Missão Suez se interconecta diretamente (LIMA, 2018:232)

Com a tomada do poder pelos militares sorbonistas – esguianos – em 1964, há pressa em recalibrar os lances na Defesa e postura internacional com Washington. E a Missão Suez mais uma vez é posta em cena como contributo da democracia e fidelidade brasileira à estratégia americana. Nas palavras do então chanceler Leitão da Cunha em 1965, na ESG, situa assim a renovada ação do Brasil;

Segundo disse o excelentíssimo senhor presidente da República [...] o Brasil fez a sua opção e situou-se novamente com clareza, no campo ocidental. Mas isto é uma opção renovada, porque olhando para trás, nós sabemos que o Brasil estava previamente situado com clareza no campo ocidental. Como sempre amigos e aliados dos Estados Unidos da América e em duas guerras mundiais demos a nossa colaboração, inclusive militar, ao lado dos EUA e dos países do Ocidente que representam para nós o padrão de democracia representativa, que é o sistema não só que instituímos no nosso país, mas que procuramos aperfeiçoar em nosso país. [...] No presente servimos a esta mesma causa, mas não na guerra, e sim na manutenção da ordem e segurança das Nações Unidas no Oriente (Suez).^{310.}

Mais adiante será visto a rigidez com que se promoveu a seleção e o acompanhamento dos oficiais e praças que iam a Suez, como atestam os depoimentos dos veteranos. Em parte porque o clima político da época – de que já se analisou aqui – estava fortemente carregado, com as tônicas anti-imperialistas, anti-americanas além dos discursos socializantes e nacionalistas. Ressalte-se que a zona onde a UNEF atuava constituía um dos epicentros

310 Cunha, Vasco Tristão Leitão. O Panorama Mundial e a Política Externa do Brasil. 1965. P. 232-233. APUD Lima, Sérgio Moreira. A Palavra dos Chanceleres na ESG. FUNAG. 2018. Op. Cit. Grifo do autor.

dessa carga politicamente irruptiva. E em seu entorno estavam os Estados que de certa forma protagonizavam alguns dos lances mais emocionantes da luta global dos povos, contra o que denominavam o “novo imperialismo do século XX.” Protagonistas como Egito – país hóspede da Força – e Israel, jogavam um papel chave nas contendas regionais e globais. Não apenas da Guerra Fria em si, mas do movimento internacional pela emancipação dos povos. Para o caso do Egito, sob a liderança de Gamal Abdel Nasser; e para o caso de Israel, pelo direito à existência do povo judeu – e a seu lar transcendental. Um tema com pungente apelo desde a Segunda Guerra Mundial, não apenas para americanos e soviéticos, mas sobretudo, para europeus.

4.4 O Brasil na UNEF e o Oriente Próximo: alavanca para a projeção internacional do Brasil?

A República Árabe Unida (1958-1971) desempenhou um papel de relevo na política árabe dos anos 1950 em diante, e na política africana por igual período. Este foi o nome oficial com que o Egito ficou conhecido durante a era nasserista, prolongando-se até o governo sucessório de Anwar Sadat (1970-1981) quando o país retoma seu nome atual, República Árabe do Egito. O aposto “unido” tinha especial significado para a classe política egípcia, e ainda para progressistas árabes de todos os quadrantes: representava a maré internacional pela unidade dos povos árabes.³¹¹

O Egito de fato se transformara no porta-estandarte do pan-arabismo, porem suas raízes vinham de mais longe. Por ser o centro cultural, intelectual, literário, e em parte religioso do mundo árabe-muçulmano, o país galvanizou seu peso demográfico e político para de fato exercer importante liderança, desde o Magreb atlântico até a Mesopotâmia iraquiana. Todos os regimes republicanos, sobretudo os reformistas, selaram aliança com o país do Nilo e converteram o presidente egípcio numa espécie de *raxis* dos tempos modernos. A habilidade com que o presidente Nasser equilibrava as tensões entre os regimes árabes – e africanos arabizados – e também entre suas classes políticas internas, o colocavam como a liderança a ser sempre escutada por todos.

A habilidade de flertar com o Ocidente e o Oriente, na figura de EUA e União Soviética, não adotando radicalismos em sua política interna e externa, lhe granjearam prestígio em Moscou e Washington. De fato no período que medeia a emblemática vitória política na crise de Suez (1956) e a celebração da paz com Israel (1977) já sob governo Sadat, o Egito é o epicentro político do mundo árabe. Nem tanto econômico, pois já nos anos 1960 desponta a influência da Arábia Saudita, proveniente do petróleo e de suas relações especiais com o Ocidente. Apesar de ser contrabalançada por outro gigante econômico – e aliado dos ocidentais – da região, o Irã.

311 Nasser, Gamal Abdel. *Minha Luta no Mundo Árabe*. P. 26.

Assim, qualquer Estado que manifestasse extrair capital político internacional para si, nos complexos meandros do Oriente Médio, necessitaria relacionar-se, positivamente, com a República Árabe Unida. Somado a este macro-geotropismo egípcio, há outro: desde a guerra de 1948-1949, que o Egito assume a defesa direta da causa palestina perante o mundo, ao abrigar milhares de palestinos em sua província de Gaza, e no Cairo, maior colônia urbana de exilados palestinos no Oriente. A primeira reunião “nacional” em função da criação de uma entidade nacional palestina dá-se no Cairo, em 1955, governo Nasser. Mais adiante em 1964, a Organização pela Libertação da Palestina, OLP é fundada sob expresse patrocínio político do Egito, sendo seu primeiro presidente o cristão Georges Habach.³¹²

Ora, a partir de 1956, o desafio colocado tanto para o Egito, como para as Nações Unidas – com sua Força precisamente estacionada na fronteira israelo-egípcia de Gaza – era conter as incursões guerrilheiras dos *feddahym* palestinos, que frequentemente penetravam as linhas do armistício de 1949, e disparavam contra qualquer alvo israelense que avistavam. Permitir a ação irregular palestina era provocar a reação imediata de Israel, sempre cioso em cumprir com o direito à sua defesa, o que doutrinariamente externava como ameaça à sua existência. Daí a Força de Paz da ONU estar estacionada naquela fronteira por quase onze anos. E precisamente dentro da zona habitada majoritariamente por palestinos (Gaza) não obstante ser um território egípcio conforme os acordos de 1922, que garantiram afinal, a independência do então Reino do Egito.

Assim, a nova república egípcia se firmava como a mais importante força política árabe, seja pela liderança pan-arabista seja pelo peso geográfico do país. Mas também, a mais importante força política, mesmo do mundo muçulmano, a valer pela ortodoxia sunita custodiada pelo clero de imanes da Grande Mesquita de Al-Azhar, no Cairo. E para o contexto político do momento, estava o Egito na confluência dos problemas árabe-israelense, palestino-israelense e do nacionalismo árabe. Problemas estes que inflexionavam número considerável de Estados à agenda política do Estado egípcio. O que pode ser somado ainda à liderança egípcia no continente africano.³¹³

Desta forma, não haveria bônus político junto ao mundo árabe, ao mundo africano e aos Estados Não-Alinhados sem uma relação próxima e positiva com a República Árabe Unida (Egito). Era o que a maioria dos atores partícipes da UNEF I suscitavam em suas relações com o Cairo. Não é o caso aqui nesta investigação deslindar as políticas orientais de cada Estado membro da Força Internacional. Porém é seguro considerar que havia capital político individual (nacional) para se extrair. A começar pelo Canadá, que junto com o

312 Said, Edward. A Questão da Palestina. 2011. Op. Cit. P. 134-135. Ver ainda Fromkin, David. Paz e Guerra no Oriente Médio. 2008. Op. Cit. P. 607 em diante.

313 Hourani, Albert. Uma História dos Povos Árabes. 1999. “O Auge do Arabismo nas décadas de 1950 e 1960.” Capítulo 24.

chamado Batalhão “Danor” – Dinamarca e Noruega – compunham os quadros da OTAN presentes naquele teatro; Índia, Indonésia e Iugoslávia, formavam os integrantes do Bloco dos Não-Alinhados; a Suécia que possuía vínculos de longa data com a questão árabe e judaica, desde os tempos do mandato da ONU (1945-1948) sob a direção do conde Folke Bernadotte – além de membro da OTAN. E, diga-se de passagem, a Suécia era um dos mais importantes contribuintes da UNRWA³¹⁴ por estes tempos, e atuava nas forças de paz com denodo, principalmente em África e Oriente Médio.

E por fim o Brasil, que sob qualquer perspectiva não tinha vínculo algum com o conflito árabe-israelense, ou mesmo seu entorno. Nem tampouco desenvolvera estratégia política alguma em relação ao mundo árabe, apesar da substancial colônia de árabes e descendentes, residentes no país. Note-se por ensejo do período, que a embaixada brasileira no Cairo foi assiduamente visitada por judeus-egípcios que demandavam visto de permanência no Brasil, sobretudo a partir de 1949 quando ocorre a guerra entre Egito e Israel. Mais ainda quando o estado de beligerância entre ambos os países passa a vigorar, na esteira dos acontecimentos de Suez em 1956, se prolongando até o tratado de paz de Camp David (1979).³¹⁵

Assim, não se pode reconhecer o que de fato esperava, ou explorava o Brasil, no conflito árabe-israelense, ao manter tropas adstritas às Nações Unidas por mais de dez anos na região. Com respeito ao complexo político regional, nada haveria de ser realizado ou protagonizado pelo Brasil. Seja pela parte israelense, que brandia os sabres a todo minuto e à sua conveniência, seja pela parte egípcia que buscava o maior peso possível em apoio internacional para a luta que travava contra o “invasor sionista”. Por toda a linha do tempo pontilhada pelas invectivas e agressões mútuas entre egípcios e israelenses, nenhuma obra é adjudicada à diplomacia brasileira. Em nada contribuíra o Brasil nas diversas tentativas internacionais empreendidas pela ONU em prol da paz e estabilidade regionais daquele extremo ocidente asiático.

Nem mesmo sob o pálio das investidas americanas, que desde o final da Segunda Guerra Mundial vinham sendo uma constante, dado que os EUA passaram a ser importante fiador nas negociações entre Estados árabes e Israel. A propósito, não se registra empenho algum da parte brasileira em participar na busca por soluções ao conflito. Ou secundando a diplomacia americana, que nesta altura, buscava co-participações que legitimassem sua política árabe frente o bloco soviético. Mesmo albergando uma ingente colônia sírio-libanesa (árabe) e importante colônia palestina (refugiados da primeira leva) o Brasil não ofertou seus préstimos dentro da estrutura diplomática americana em relação ao Oriente Médio. Certo que não é possível verificar o

314 Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos. Para mais informações ver <http://www.unrwa.org.br/sobre_a_unrwa> Acesso em: 30/06/2019.

315 Arquivo Histórico Diplomático do MRE. Palácio Itamaraty, RJ. Documentos da Embaixada do Brasil no Cairo, Egito. Maço I.

quão dispostos estavam os arquitetos da diplomacia e da geopolítica americana em partilhar com o Brasil – ou com qualquer outro Estado – suas investidas no Próximo Oriente. Mas é sabido que Washington buscava “parcerias” com Estados que tivessem alguma notabilidade neste ou noutro Estado árabe, e são conhecidos os “flertes” com Índia e Iugoslávia junto ao Egito. Até mesmo o México estivera envolto em negociações com a Jordânia para o trânsito de forças irregulares palestinas do Egito à Cisjordânia, e vice versa, ou do Líbano para o Egito, via território jordaniano. O presidente mexicano Adolfo López Mateos (1958-1964) debruçou-se sobre temas da questão árabe-israelense durante seu mandato, e logrou expandir a diplomacia mexicana com este feito. Seu giro no início dos anos 1960 pelo Sudeste Asiático e Médio Oriente, mais as políticas endereçadas a temas específicos, como autodeterminação, soberania nacional e não-intervenção, dão conta disso. Assim como seu sucessor Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) sempre dentro do ambiente dualista da Guerra Fria.³¹⁶

A Argentina era igualmente cônica da importância política que cobria a questão árabe-israelense, e o destaque internacional que a envolvia. Ofertou sua ação diplomática em diversas ocasiões, não obstante a tumultuada vida política doméstica, marcada pelos embates entre peronistas e Forças Armadas. Em que pese a numerosa cidadania argentino-judaica, e seu peso político, o país sempre procurou manter-se próximo de Israel, e dos Estados árabes. Seja defendendo nos fóruns globais, aquilo que Israel concebe como direito à segurança e existência, idealizado no lar nacional judaico. A contribuição argentina na “caça” a foragidos do regime nazista alemão, em prestimosa colaboração e parceria com Israel, foi um dos principais contributos da política argentina para com o Estado judeu. E deve ser recordado, que muitos antigos nazistas procuraram se homiziar na Argentina, à sombra da proteção peronista. Com relação aos Estados árabes, os governos argentinos condenaram a agressão tripartida de 1956, assim como a invasão e ocupação de territórios árabes por Israel em 1967, por ocasião da Guerra dos Seis Dias. Portanto, seja nas ditaduras militares ou nos governos democráticos – sob o partido peronista ou UCR³¹⁷ – a Argentina mostrou-se operante no cenário médio-oriental, tirando dividendos políticos junto aos Estados da região, ou junto aos EUA, pelo serviço dispensado ao bloco ocidental, no tabuleiro geopolítico do Oriente Próximo.

Desta maneira, para os propósitos geopolíticos brasileiros, entre fins dos anos 1950 e o triênio que se seguiu, alicerçados na PEI, a empresa diplomática (e estratégica) representada pela Missão Suez, não suscitou dividendos

316 Vergara, Luis. Política Exterior para un Mundo Nuevo: México en el Nuevo Contexto Internacional.

Disponível: <http://www.cidac.org/esp/uploads/1/Pol_tica_exterior_para_un_mundo_nuevo_PDF.pdf> Acesso em: 30/06/2019.

317 UCR União Cívica Radical, partido político argentino opositor do Partido Justicialista (peronista) e que esteve no poder presidencial por alguns períodos.

oriundos do Oriente Médio. E o Itamarati era consciente dessa realidade, uma vez que não encorajara o estreitamento com os Estados da região. Nas documentações acerca da gestão dos chanceleres Hermes Lima, Evandro Lins e Silva (13/7 a 21/9 de 1963) e João Augusto de Araújo Castro (22/8/1963 a 01/04/1964) nada é mencionado concretamente sobre os problemas do Oriente Médio, ou especificamente sobre a questão árabe-israelense. O foco dessas três gestões era a desnuclearização da América Latina, o pan-americanismo e a ampliação das parcerias comerciais³¹⁸.

Ainda envolto nas injunções da PEI, a gestão internacional do governo Goulart, tendo à frente os ministros Hermes Lima, Lins e Silva e Araújo Castro, não se posicionou com clareza e interesse nacional quanto aos temas do Oriente Médio. Mesmo tendo a Missão Suez em campo, o Brasil não se apercebeu do aquinhado valor perante o mundo ao tratar de gerir seus interesses naqueles países. Ou em seus conflitos, extraíndo o máximo de capital político e diplomático, no encontro de soluções, diálogos e negociações entre os Estados árabes conflitantes com Israel, sem se posicionar no conflito obviamente. Já que postulava para si uma vaga permanente no CSNU, gabaritar-se no exercício geopolítico e diplomático do Oriente Médio seria um importante *know-how* a adquirir.

Conforme destacara o chanceler Araújo Castro, em 1963, o Brasil ocupava pela décima quarta vez aquele órgão, em caráter rotativo. E não escondia a meta de conduzir o país para a vaga permanente no CSNU, através da plena participação nos mecanismos multilaterais das Nações Unidas. E não descurando, na construção de uma governança cooperativa no continente americano, sob a égide da ALALC³¹⁹. Nos diálogos estabelecidos entre o *staff* da Casa Branca, sob Kennedy e Johnson, são claros os propósitos do governo brasileiro na condução da política hemisférica, ombreado com os EUA;

O Brasil tem mostrado uma tendência crescente para rejeitar a OEA ou várias ações-chave na OAS e buscar ação (a) nas Nações Unidas, (b) em conjunto com outras Repúblicas da América Latina, ou (c) em uma organização como a LAFTA, dos quais os EUA não são uma festa. Outros países da América Latina, incluindo os principais, como o Chile ou o México, sempre concordaram com o Brasil.³²⁰

Mais adiante, o subsecretário de negócios latino-americano Ralph Burton (governos Kennedy-Johnson) em seu relatório analítico para os superiores, enfatiza dar crédito ao Brasil e buscar a cooperação na tomada de decisões no tocante ao hemisfério. Uma forma de pactuar com o então governo (Goulart) que passava por grave crise institucional e financeira, e fortalecer o

318 Sobre a passagem desses três ministros que caracterizaram a ação do Brasil em PEx no governo Goulart, ver o compêndio elaborado pela FUNAG. Disponível em: http://www.funag.gov.br/loja/download/500-Docmentos_da_pei p. 166-171.

319 Associação Latino-americana de Livre Comércio rebatizada de ALADE – Associação Latino-americana para o Desenvolvimento Econômico.

320 Disponível em: <<http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus/1964-68v31/ch5>> Acesso em: 30/06/2019. Tradução nossa.

setor moderado do governo, representado por San-Tiago Dantas, Tancredo Neves e Afonso Arinos;

Embora possamos nos opor e pressionar o Brasil vigorosamente sobre a OEA, Cuba e questões correlatas - e eu defendi isso com veemência em vários casos, pode chegar uma época em que essas táticas funcionem contra nós, quando nos arrependermos de não ter recorrido mais a outras táticas. , quando acharmos imperativo conquistar o Brasil e ainda acharmos impossível porque começamos tarde demais.

O que estou sugerindo é um esforço mais ativo para conquistar o Brasil (e outros no processo) por meio de uma consulta vigorosa com o Brasil, a fim de alcançar um maior entendimento sobre os problemas hemisféricos. Neste contexto, poderíamos resolver uma série de coisas que estamos fazendo e decidir que elas não valem as tensões e clivagens que elas geram. Mesmo se concordarmos apenas com medidas limitadas de acomodação, o fato de tratarmos as visões do Brasil com respeito, recorrendo a uma maior troca de opiniões com o propósito de alcançar um maior encontro de mentes poderia trazer uma maior capacidade de resposta por parte do governo brasileiro.

Destarte, se houvesse sensibilidade política da parte brasileira em atuar diplomaticamente no Oriente Médio, na busca por soluções pacíficas e estabilizadoras, decerto que encontraria respaldo no lado americano. A manutenção da Missão Suez, no seio das Nações Unidas, evidenciara que Washington procurava investir papel de destaque para o Brasil, tanto na ONU quanto entre os Estados do continente. Vislumbrava o quão determinadas eram as FFAA brasileiras na manutenção da ordem democrática alinhada com o Ocidente. E igualmente vislumbrava a morfologia da elite política brasileira, conservadora e também pró-ocidental quanto aos modelos de cultura nacional ensinados para o país.³²¹

No Departamento de Estado e na Casa Branca importantes vozes se alçavam na tentativa de obter o apoio brasileiro nas matérias delicadas da agenda geopolítica contemporânea. Seja a nível hemisférico ou internacional, o núcleo político e diplomático americano pretendia absorver o maior espectro de forças conservadoras e liberais possíveis no mundo político (e militar) brasileiro. E com isso, adernar a nave rumo a uma posição mais clara e definida em relação aos EUA. Mas acima de tudo, preservando a institucionalidade democrática brasileira, sem quebras constitucionais.

O trecho do memorando reproduzido acima é parte das considerações de Ralph J. Burton, que entre 1961 e 1965 foi diretor do escritório de negócios brasileiros da divisão Interamericana do Departamento de Estado. E por sinal, o título do referido memorando é “Propostas para reduzir a resistência do Brasil à política dos EUA no hemisfério americano”.³²² Sem citar nominalmente lideranças políticas, civis ou militares, as considerações que o núcleo da diplomacia americana fazem da orientação tomada pelo governo do Brasil são preocupantes. E deixa claro que a atuação dos oficiais-comandantes – liberal-conservadores, ou seja, os oficiais sorbonistas esguianos – pela legalidade

321 Jaguaribe, Hélio. Um Estudo Crítico da História. Paz e Terra. São Paulo: 2002. P.610-611.

322 Disponível em: <<http://www.history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/ch5>>
Acesso em: 30/06/2019.

constitucional, deveria ser canalizada politicamente. Assim como a atuação das lideranças do bloco democrático, entendido este como contrário ao bloco governista, e ainda não absorvido pelas forças radicais de esquerda e grupos nacionalistas.

As considerações que faziam os analistas do Departamento de Estado, pelos anos de 1962 e 1963, é que o governo Goulart praticamente havia sido engolfado pela esquerda radical e grupos nacionalistas populares, coevos a outros movimentos latino-americanos. E que por certo a manobra de reaproximar do Presidente as forças políticas mais equilibradas, conduziria o Brasil de volta ao clube das nações democráticas e estáveis do Ocidente. E para tanto, manter os vínculos com a alta oficialidade conservadora, seria o fundamento principal. Como mostra da “boa fé” de que mencionara Ralph Burton, estava a manutenção do Brasil na UNEF, por hora o único ativo capaz de catalisar aqueles oficiais dispostos a confiar nos Estados Unidos.

Ainda não havia a disposição – ao menos explícita – da *intelligentsia* americana em promover um *coup d'état* contra o governo constitucional brasileiro. Pelos idos de 1962 e primeira metade de 1963, o que se projetava no Departamento de Estado e Casa Branca, era “endireitar” o Executivo brasileiro, tornando mais robusto o papel das forças políticas e da alta oficialidade conservadora na condução governamental. E para tanto, a aproximação com aquelas forças, mais a respectiva alta oficialidade mencionada nos colóquios da Casa Branca, eram fundamentais.

Na esteira dessas articulações para a aproximação com as lideranças militares conservadoras, papel destacado foi o dos embaixadores Carlos Alfredo Bernardes, e José Sette Câmara, o primeiro, encarregado de negócios na embaixada brasileira em Washington (período Campos) e entre 1964 e 1965 chefe interino da Missão Permanente na ONU, representando o país no CSNU; e o segundo chefe da Missão Permanente do Brasil na ONU, de 1965 a 1968. O trabalho do embaixador Bernardes e do embaixador Sette Câmara – ambos bem próximos do então embaixador em Washington nos dois últimos anos de JK, o banqueiro Walter Moreira Salles, sucessor de Amaral Peixoto naquela representação – conferiu perícia no trato das suscetibilidades entre ambos os países. A defesa e o trabalho de articulação com o Secretário-geral, o birmanês U Thant, foram fundamentais para a manutenção da UNEF I, diante das invectivas dos Estados Não-Alinhados, e do Bloco Soviético. E ainda reiterara a participação brasileira nos traslados de pessoal e víveres para o abastecimento da Força. Reportando a aquiescência da Secretaria Geral, o embaixador Sette Câmara diz que, “*É intenção das Nações Unidas solicitar, na época oportuna, a proposta da Força Aérea Brasileira por uma ‘Assist Letter’ como vinha sendo feito com os transportes pela Marinha.*”³²³

Com a delegação americana no CSNU, e em parceria com o embaixador Roberto Campos em Washington, os embaixadores Bernardes e Sette Câmara tiveram o mérito de estreitar os interesses do Brasil com a agenda hemisférica capitaneada pelos Estados Unidos. Neste ínterim, o trabalho conjunto dos embaixadores Roberto Campos e Carlos Alfredo Bernardes, junto à alta cúpula do poder nos EUA, foram fundamentais para moldar a perspectiva política do

323 Arquivo Diplomático do MRE. Telegrama Nº 1716 de 10 de setembro de 1965. Missão do Brasil nas Nações Unidas. Caixa ONU.

Brasil naquele país. Não que os americanos fossem incapazes de mapear a situação política brasileira, e dela tirassem suas conclusões. Mas eram sabedores da argúcia e alcance tanto do embaixador em Washington quanto do chefe da Missão Permanente na ONU. E como poderiam agir em relação às figuras de proa no meio militar, as tendências políticas castrenses e o embate entre o governo Goulart e a alta oficialidade conservadora. Deriva daí que soubessem que a permanência do Brasil na Força de Paz da ONU seria um voto excepcional de confiança que atribuiriam ao Brasil, ou aos esforços das FFAA. De fato, um voto de confiança para a alta oficialidade liberal-conservadora, que vinha tratando em sintonia com a oficialidade americana, destacada para assuntos brasileiros. Mais uma vez, segundo Moniz Bandeira,

[...] As atividades da Embaixada dos Estados Unidos tomaram ostensivamente o caráter de aliciamento, com o objetivo de formar ela própria, uma clientela dentro do Brasil, mormente no meio militar. (...) A pedido do General Castelo Branco, o Ministro das Relações Exteriores João Augusto de Araújo Castro, diligenciou a revalidação do Acordo Militar com os Estados Unidos, de 1952, prevendo a necessidade de assistência para que o Brasil pudesse enfrentar ameaças ou atos de agressão ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança[...]³²⁴

Ao ofertar seus préstimos para as Nações Unidas no conturbado cenário do conflito árabe-israelense, o Brasil não apenas se colocava como veículo comunicante entre aqueles Estados – Egito e Israel em particular. Mas de fato assumia um papel pró-ativo em sua diplomacia e projeção internacional, caso soubesse manejar tal empreendimento.

Conforme assinalou o tenente-general canadense Eadson Burns – primeiro comandante da UNEF I – os Estados participantes não deveriam ter comprometimentos políticos na região. O que significava não serem partes de acordos militares ou pactos entre as duas superpotências. Ou ainda estarem militarmente associados com os Estados reconhecidos como agressores do Egito (França e Reino Unido). Era uma postura que obedecia zelosamente o princípio da imparcialidade no direito internacional. Mas era também uma postura que visava a atender as exigências egípcias de não ter estacionadas em seu território tropas da Aliança Ocidental. O que se tornou um problema considerável para o secretário-geral Hammarskjöld e também para o tenente-general Burns, já que a Força contaria com a participação pioneira de Suécia, Noruega e Dinamarca, os três, membros da OTAN. Destaca-se aqui a meticulosidade com que se revestia o trabalho das Nações Unidas, na pessoa do secretário-geral Dag Hammarskjöld e do comandante da UNEF o general canadense E L Burns.

Naquela fase inicial de instalação da UNEF I, o ultimatum das duas superpotências estava a plena vigência, para os três atacantes, Reino Unido, França e Israel. Haveria que ser totalmente evacuado o território egípcio ocupado na campanha de outubro de 1956. Moscou e Washington tinham objetivos e razões opostas para tal exigência, mas era comum para ambos garantir a soberania do Egito na Península do Sinai e no Canal de Suez. E pesava ainda sobre os ombros daqueles dois homens o imenso prestígio

324 Bandeira, Luis Alberto Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Op. Cit. P. 468. Grifo do autor.

adquirido pelo presidente egípcio como resultado de sua vitória política, no mundo árabe e no Terceiro Mundo.

Assim que, participantes como o Brasil, potencialmente teriam toda a legitimidade necessária perante os Estados árabes – notadamente o Egito – pois não estavam comprometidos com nenhuma parte. Seja pelas duas superpotências ou pelos Estados agressores. E como mencionado mais atrás, sem reticências pela parte israelense, já que não havia acercamento do Brasil com o Bloco Não-Alinhado. A performance diplomática do Brasil por ocasião da recente crise cubana dos mísseis – 16 a 28 de outubro de 1962 – e um pouco antes, durante a célebre conferência de Punta del Este no Uruguai³²⁵ dotou o país de certa imagem positiva perante os chamados Estados periféricos. Era o resultado do manejo diplomático que o Brasil esforçava-se para colher de sua política externa independente, cuja imagem lhe importava muito. E de fato no continente latino-americano e sobretudo na América do Sul, o Brasil exerceu alguma liderança no quadro da Guerra Fria, delineando o bloco dos Estados não satisfeitos com a condução política de Washington no continente. E mesmo dentro da OEA manteve-se independente junto com outros Estados americanos, dos alinhamentos automáticos com Washington. Claro que tais posturas eram bem recebidas pelo Bloco dos Não-Alinhados, e pelo Egito em particular, já naquela altura declaradamente aliado de Cuba. Mas daí para erigir-se como ator político no Oriente Médio, tanto o percurso como as obras seriam longos.³²⁶

Portanto o Oriente Médio surgia por contingência histórica, como uma importante oportunidade para o Brasil projetar-se internacionalmente, numa região tensa e de alta visibilidade no mundo. E também desafiadora para qualquer escola diplomática – e militar igualmente. Contudo no triênio de João Goulart, em sua fase derradeira, nada indicava que seu governo pudesse angariar dividendos políticos com a UNEF I. Os imbróglis que irrompiam no Itamaraty, nas gestões de Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, resultado da caótica crise financeira e de pagamentos, brecavam qualquer iniciativa em política externa. A PEI não apenas patinava em seus exercícios retóricos de arroubo soberanista, como também se esgotara politicamente.

A visita do presidente iugoslavo Marechal Josip Broz Tito, em 1963, não correspondeu às expectativas do governo em alavancar a política externa. Como não correspondeu para qualquer desempenho do país no complicado cenário latino-americano, em vista da crise cubana desde 1961. Talvez a visita do Marechal Tito pudesse acentuar positivamente a imagem do Brasil junto ao Egito, e aos principais Estados árabes, não membros do antigo Pacto de Bagdá. Ou seja, daqueles Estados republicanos onde vigoravam governos nacionalistas, próximos ou simplesmente não adversários, do presidente Nasser. O que conferiria, portanto, uma melhor pigmentação para um país que se esforçava em manifestar ao mundo soberania e desenvolvimento, esguelhando a lógica dual rígida da Guerra Fria.

325 Trata-se da VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, celebrada entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962 naquela cidade-balneário.

326 Bueno, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. op. Cit. P. 382-383.

Não se pode esquecer que o presidente iugoslavo estava em sua melhor fase e liderança perante os Estados aos quais se aproximara. Havia reatado com a União Soviética há alguns anos. Liderara a formação em 1961 do Bloco dos Não-Alinhados e sediara a importante conferência de Belgrado dos países não comprometidos. Tornara-se junto a seu país o símbolo da independência frente às duas superpotências, tendo desafiado a ambas e vencendo. Portanto a presença de Tito junto a Jango creditava ao Brasil confiança e esperança de que estava na senda autonomista do socialismo popular, sem vínculos com o poder soviético. E abria um horizonte mais amplo para a projeção do país, como previam os arquitetos da PEI no Executivo e no MRE. E também nas FFAA, oxigenando um pouco mais a corrente nacionalista que vinha perdendo terreno para a sua opositora, a liberal-conservadora, desde que intensificara a ação política da ESG no meio castrense.

A visita de Tito ao Brasil ainda repercutira do outro lado do mundo, na UNEF, onde foi divulgada. E contribuiu para harmonizar a convivência entre os homens que serviam na Força de Paz, sobretudo com relação aos iugoslavos e seus colegas brasileiros. Isso porque a operação de paz, em seus inícios, contou com inconvenientes escaramuças entre oficiais iugoslavos e europeus, mormente os do chamado batalhão “Danor”. Pelo fato de que estes Estados escandinavos apoiavam, se não militarmente, ao menos politicamente, as investidas francesas na Argélia, acobertando o moribundo colonialismo no mundo árabe. E igualmente emprestavam seu apoio político à escalada militar americana na Indochina (Vietnã sobretudo) cujo ápice foi atingindo na presidência Kennedy-Johnson. Belgrado através de seu presidente disparava altissonante contra essas políticas tingidas como imperialistas, na verdade, típicas da bipolaridade, más que na retórica discursiva do Marechal Tito visava submeter os Estados recém independentes. Como notara desde 1956 o próprio embaixador do Brasil em Belgrado Ruy Ribeiro Couto, em ofício reservado ao chanceler Macedo Soares, que;

Até certo ponto, lógica é a atitude do Marechal Tito, porquanto um de seus estribilhos é a condenação dos ‘pactos’ (embora ele próprio haja firmado uma aliança militar com a Turquia e a Grécia, o pacto balcânico). Não deixará porem de ser ousada a sua intervenção na política do Oriente Próximo, ao condenar o pacto de Bagdá, com o qual, geograficamente pelo menos, nada tem que ver a Iugoslávia. Os observadores, neste ponto, estão numa certa perplexidade. Alguns acreditam que o Presidente Tito, com tais declarações, faz o ‘jogo de Moscou’. Outros pensam que ele prossegue na sua política de equilíbrio entre dois mundos desavindos: e enquanto durar as desavenças, durará o seu regime. (...) Tenho a impressão de que, como bom comunista, o Presidente Tito trabalha pelo enfraquecimento do ‘mundo capitalista’, sem todavia um compromisso qualquer com a Rússia soviética, cuja supremacia na cena internacional, poria em risco a sua própria segurança pessoal.³²⁷

Tal discurso do líder iugoslavo encontrava ressonância nas tropas iugoslavas adstritas às Nações Unidas, o que de fato tensionava as relações internas na Força. E o oficialato brasileiro ali presente, embora estivesse distante daquela pugna reflexiva da Guerra Fria, tomava ciência da situação e tinha sua posição. Não era de se estranhar que a maior parte dos oficiais se

327 Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Belgrado. Ofício nº6. 19 de janeiro de 1956. In: Arquivo Histórico Diplomático – Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro. Ver Anexo V.

solidarizava com seus pares ocidentais, tanto pela visão de mundo quanto pelo alinhamento ideológico. E não se pode esquecer ainda, que a Iugoslávia era uma república federativa, popular e socialista, e que seu timoneiro não abria mão de outorgar ao partido comunista a legitimidade única para conduzir o país.

Em março de 1957, nos alvares da Força de Paz, a postura política iugoslava já era sentida por oficiais no terreno. Tal política denotava menos otimismo e mais pragmatismo com relação aos trabalhos vindouros daquela tropa no Egito, seu aliado. Um trecho do relatório do Major Rui Leal Campelo³²⁸ oficial adjunto ao comando da UNEF ilustra a situação;

Desde ontem que trabalho junto ao QG do Comando do Exército Egípcio Oriental (El Fattah) como ligação entre o gen. Burns e o Brigadeiro Amin Helmy. Esta missão tornou-se necessária em face da passagem para o controle egípcio de toda a região do Sinai. Estou cada vez mais convencido que a UNEF é um meio de ter a situação aqui no Oriente Médio sob o controle norte-americano, e este facilmente se nota através do amplo apoio que os EEUU da A.M dão ao Canadá (que é o testa de ferro). Tenho a convicção que uma vez ocupada Gaza, a Força ainda perdurará; até que o horizonte esteja completamente desanuviado para os norte-americanos (principalmente). O Gen. Burns nos tem tratado afavelmente, mas sempre com laconismo. Parece que é assim para todos. Note-se que é por todos admirado e respeitado. Dos demais oficiais que aqui trabalham a única discrepância que tenho notado é sobre os iugoslavos, pois estão visivelmente descontentes.³²⁹

E o descontento não era para menos já que toda a força internacional afinal ficara estacionada no Egito, por imposição direta de Israel e acordo tácito entre as potências ocidentais – EUA à cabeça – mais o Secretário-geral da ONU. Numa perspectiva legal e técnica, era apenas o Estado agredido (Egito) que ficaria com o ônus de submeter sua política interna de fronteira a ditames adventícios. E o fizera após ácidos colóquios entre o presidente Nasser e Hammarskjöld, além do premiê canadense Lester Pearson. Nos primeiros anos de seu exercício, a UNEF contou com a reticência e desconfiança da tropa iugoslava. Deveras que Belgrado se empenhava em apoiar seu aliado egípcio no tocante à agressão israelense e principalmente, em contrabalançar na Força de Paz a proclividade para com Israel. O mesmo fazendo a Índia, em menor escala contudo. As impressões do embaixador Ribeiro Couto refletem certa reprovação – compartilhada no MRE – da política de Tito em relação ao Oriente Médio.

Apesar de se apresentar ao mundo como militar, o presidente Tito emergira da Segunda Guerra Mundial como líder irregular, ou seja, guerrilheiro. Seu regime lhe conferira a patente de marechal, mas nunca seguira a carreira militar em seu país. Assim não era bem visto por muitos oficiais de Foças

328 O General de Brigada Rui Leal Campelo em 1956 era assessor do chefe da 4ª Seção da Zona Militar do Leste, na parte de logística. Tal experiência o levou para o 2º Regimento de Infantaria, origem do 3º Batalhão, conhecido como Batalhão Suez.

329 Arquivo Histórico do Exército. Relatório do Major Rui Leal Campelo ao Ministro da Guerra. 07/03/1957.

Armadas diversas – incluindo brasileiros – que o tomavam como líder guerrilheiro. De quebra, sua ação no Oriente Médio era vista por muitos no Brasil como desestabilizadora para os esforços diplomáticos e políticos visando a pacificar a região. Mas no início dos anos 1960, sua postura tornara-se mais arbitral, e sua liderança internacional o projetara como um dos principais estadistas, conciliador e ao mesmo tempo firme. Concomitante a sua reaproximação com Moscou, mantém as relações com os Estados Unidos e as principais potências europeias interessadas em conter a influência soviética. E como se mencionou mais atrás, emerge como o líder da chamada “terceira via” formada pelos países neutros. Dos quais o Egito, ao lado da Iugoslávia e Índia eram os três principais integrantes. Portanto era racional que a presença da Iugoslávia na UNEF I fazia parte de uma arquitetada estratégia nacional que o governo daquele país medira desde os tempos da reunião de Bandung, e que vinha se consolidando. Diferentemente do Brasil, a Iugoslávia sabia investir estrategicamente e colher politicamente com sua presença na Força de Paz. Igualmente nos demais eventos que envolviam a agenda autonomista dos Estados Não-Alinhados, ou daqueles países que lutavam contra o que se convencionam como “imperialismo ocidental.”³³⁰

Por outro lado, o fato do Brasil não consubstanciar sua PEI nas linhas globais que estavam sendo manifestadas por grupos ou blocos de países, explica em parte a ausência de projeção política ou prestígio no Oriente Médio. Ao contrário da Iugoslávia por exemplo. Não havia por assim dizer, qualquer agenda programática que norteasse a ação brasileira no Oriente Médio, ou no mundo árabe, alvo de intensas atividades por parte das superpotências e de potências médias ao nível do Brasil. Como não havia qualquer proposta de ação arbitral junto aos atores em conflito, Egito e Israel, ou forças palestinas, não obstante a ingente colônia árabe-levantina no Brasil. Se a PEI do triênio João Goulart lançasse mão dos mecanismos políticos das Nações Unidas, como a UNEF, o CSNU e a Assembleia Geral, para a conflitiva questão árabe-israelense, seria valioso bônus para a projeção do Brasil no mundo. Mantendo sua tradicional neutralidade, evidentemente, com acentuada presença arbitral entre atores que o viam positivamente. Tendo como retaguarda coletiva a comunidade das nações latino-americanas e como retaguarda política a anuência americana – e das principais potências do Ocidente.

5. Conclusão

Nesta investigação tentou-se deslindar dois objetos de análise para a projeção internacional do Brasil sob os influxos do Batalhão Suez:

a) as relações estratégicas com os Estados Unidos no âmbito do Acordo Militar bilateral e do Pacto de Assistência Mútua, e,

330 Duroselle, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: UnB Editora. 2000. “A desagregação pelo nacionalismo é um dos elementos mais fortes na luta contra o antigo Imperialismo Ocidental”. P. 423.

b) a inserção do Brasil no cenário internacional através da participação de seu batalhão na Força Internacional de Paz (UNEF I).

Quanto ao esboçado em A, ao longo do estudo, viu-se que pouco obteve o Brasil daquele Acordo, mesmo dentro do previsto, tomando por base o texto subscrito por ambos os Estados. Três fatores foram elencados como os principais responsáveis por aquele insucesso. Primeiro, a crise interna que se avolumava desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961. Esta crise, gerou uma série inesgotável de arranjos e rearranjos nos bastidores políticos e governamentais, cujos vetores eram os três maiores partidos – UDN, PSD e PTB – mais o “partido militar”. No olho da tempestade, estava a posse do vice-presidente João Goulart, contestada pelos partidos da oposição, liderados pela UDN, e pelo partido militar, através de sua principal corrente política, a liberal-conservadora (Sorbonista). Uma vez empossado Jango na Presidência da República, estabeleceu-se o mecanismo do parlamentarismo que o tolhia de governar o país. Pelos anos de 1961 e 1962, o presidente Goulart concentrou-se em fazer retornar o presidencialismo, o que afinal consegue em janeiro de 1963 com um plebiscito. Por esses dois anos, praticamente a PEI fruto da ação proativa do Brasil desde os tempos de Juscelino Kubitschek, arrastou-se sob a chefia de instáveis gabinetes do Executivo parlamentarista: com Tancredo Neves (08/9/1961 a 12/7/1962) o chanceler San Tiago Dantas pouco logrou avançar nesta seara. Patinava em conflitos com os EUA e seus aliados no continente por ocasião da crise cubana – episódio da Baía dos Porcos em 1962 e da exclusão deste país da OEA.

Os gabinetes seguintes desta fase, tampouco lograram êxito diplomático e político com a presença brasileira na UNEF. O meteórico governo de Brochado da Rocha (12/7/1962 a 18/9/1962) contou com Afonso Arinos – mais uma vez – à frente do MRE, mas demissionário com a queda do primeiro ministro, não foi mantido no cargo. O acirramento da crise de pagamentos e da inflação que corroíam as contas públicas, mais a elevada dívida externa que obrigava o governo a recorrer a Washington e ao FMI, estorvaram por completo as chances de explorar politicamente as potenciais relações estratégicas com a superpotência. A UNEF se manteve, mas sem qualquer louro diplomático ao Brasil no Oriente Médio ou em qualquer sítio.

Por fim, o último gabinete parlamentarista, o de Hermes Lima (18/9/1962 a 24/1/1963) e os ensaios de autonomismo na política externa, em que o próprio premiê era o chanceler, fez aumentar a desconfiança americana na proposta brasileira para o continente, e por conseguinte, a desconfiança nas FFAA. Absolutamente nada se corporificou daquele Acordo Militar, fundamental para as FFAA brasileiras. E que tinha no apoio americano ao Batalhão Suez (ou à Missão Suez) a expressa credibilidade que Washington depositava nas FFAA brasileiras. Graças, sobretudo, à imagem “apolítica” que os sorbonistas da ESG esforçavam-se por construir no conjunto das FFAA, as quais efetivamente lideravam a partir do governo Quadros.

Se o Batalhão Suez logrou sobreviver aos sobressaltos da política doméstica e da política externa do Brasil sob Goulart, foi devido aos esforços do núcleo dirigente da ESG. Com oficiais estrategicamente escalados para as representações diplomáticas nos EUA – Washington e Nova Iorque – esse núcleo pode assegurar os vínculos com a superpotência. E transcorrer aqueles

três anos agitados, em estreita colaboração na defesa hemisférica e segurança nacional com a agenda americana. Sobreviveu o Batalhão e a própria Missão Suez não pelos méritos da diplomacia brasileira ou inserção internacional. Sobreviveu graças ao manejo hábil das Forças Armadas, zelosa em manter os fluxos institucionais com a superpotência, e manter também a credibilidade do Exército brasileiro no mundo.

Ainda com relação a A, a oficialidade liberal-conservadora pode renovar o Acordo Militar de Assistência com os EUA em 1964, ainda no governo de João Goulart. Mesmo sem a ratificação pelo Congresso Nacional, o então chanceler Araújo Castro foi o signatário da renovação daquele acordo que tanto significava para as FFAA. E apesar das tensões entre ambos os Estados, em janeiro de 1964, o Brasil mantém-se, na defesa e segurança como próximo aos EUA, malgrado a legação militar americana estar reduzida ao mínimo. Aqui, juntam-se os esforços envidados pelas FFAA do Brasil à disposição do governo americano na participação do Brasil em cenários conflitivos em que presidiam as Nações Unidas. Suez-Egito desde 1956, Congo-Kinshasa em 1961 e Chipre em 1964, são os exemplos mais notórios em que mesmo com deterioradas relações com os EUA, o Brasil é chamado a participar em forças/intervenções de paz.

Por todas essas considerações a projeção internacional do Brasil mediatizada pela Missão Suez com seu Batalhão, cumpriu seus objetivos. Ainda dentro do período democrático – governo Goulart – o Batalhão Suez logrou ser a evidência de que as potências ocidentais, capitaneadas pelos EUA, reconheciam a credibilidade das FFAA brasileiras. E por seu turno, reconheciam sua centralidade em garantir a estabilidade interna e o funcionamento das instituições democráticas. Mais ainda, reconheciam o protagonismo político das FFAA naquele processo histórico latino-americano que vinha de longe. Caracterizado que estava pelos *pronunciamientos* típicos da intrusão castrense na vida social e política dos povos ibero-americanos.

Com a emergência do novo regime em 1964, não apenas a Missão Suez permaneceu como também outras. A intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana em 1965, seguida pela Força Interamericana de Paz promovida pela ONU/OEA, teve o Brasil como protagonista. Pode-se afirmar que, com o regime pró-americano de 1964, seria natural que o Brasil fizesse parte de uma aventura militar promovida por Washington, como de fato foi na ilha caribenha em 1965. No entanto, não se pode olvidar que nos três anos em que governos brasileiros revelaram sua resistência à política externa americana, e mesmo sua contrariedade, a Missão Suez persistira. E persistira não por voto confiável ao Brasil pela superpotência ou potências ocidentais. Mas por credibilidade das Forças Armadas brasileiras que revelaram seu profissionalismo, técnica e conduta em campo, servindo nas Nações Unidas. E mais, pela credibilidade e confiança que as FFAA evidenciaram na articulação *intercorpus* da DSN e da agenda hemisférica liderada pelos Estados Unidos. Não seria razoável pensar a presença do Brasil em Suez naqueles três anos turbulentos, não fosse essa sintonia, detalhada aqui no presente estudo.

Com relação a B, viu-se que no tocante a configurar os interesses nacionais brasileiros a níveis globais, a Missão Suez não logrou concretizá-los. O que significou que a ampliação da ação e projeção do país em zonas

importantes do tabuleiro geoeconômico internacional, como o Oriente Médio, por exemplo, não se realizaram. Ao contrário de outros atores nacionais partícipes da UNEF I, que abrilhantaram suas performances na arena internacional como Índia e Iugoslávia, o Brasil nem mesmo abrilhantou-se como liderança no continente, não obstante seu gigantismo geográfico na América Latina. A título de comparação, a ilha de Cuba já nos inícios dos anos 1960, exercia forte influência ideológica e ativismo político no continente pela sua experiência socialista e antiimperialista – Cuba não participara da UNEF, embora fosse membro do Movimento dos Não-Alinhados.

O período Kubitschek foi a tentativa política e diplomática que mais êxito obteve em alçar o Brasil à alguma liderança internacional – continental pelo menos. A ação multilateral proposta pelo presidente e seus chanceleres, Macedo Soares e Horácio Lafer, corporificada na OPA, pareceu materializar a projeção internacional do país. As iniciativas do presidente JK, balizaram um rumo estável para o país. Em paralelo com a Missão Suez, reunia os esforços das FFAA em projetar-se mundialmente, e acercar-se às potências democráticas ocidentais, em especial aos EUA. Também o chamado Terceiro Mundo não foi descurado das iniciativas presidenciais dessa época. Já se antevia a rota inexorável das independências africanas e asiáticas, e o Brasil postulou-se como Estado arauto daquela tendência. A recepção em 1960 ao Imperador da Etiópia Hailê Salassiê, líder da unidade pan-africana, e o entendimento comum contrário a qualquer forma de colonialismo foi importante resultado obtido. Igualmente o reconhecimento do novo Estado do Senegal pelo presidente Kubitschek (1960) seguido dos preparativos para a abertura da embaixada do Brasil em Dacar (1961) antecipara em alguns anos o que viria a ser a política africana do Brasil. O célebre líder senegalês e primeiro presidente, Leopold Sédar Senghor, afinal visita o Brasil em setembro de 1964, onde divulga o seu movimento da negritude, baseado na soberania e desenvolvimento dos povos africanos. Assim, os anos JK contribuem para a projeção internacional do Brasil, tendo como ponta de lança a Missão Suez nas Nações Unidas.

Todavia importa assinalar que mesmo fazendo parte da Força de Paz, pelos seus quase onze anos, e tendo assumido o comando por duas ocasiões, o Brasil não estabeleceu aliados ou associou-se a blocos de ação política no seio das Nações Unidas. Afora a OEA e as estruturas regulares da ONU, como os organismos financeiros multilaterais, o Brasil não empreendeu ativismo político na cena global. Nem promoveu seus interesses em organizações de ação internacional, estatal ou paraestatal – já que naquela altura não se poderia entender a existência do atual terceiro setor, hoje ativo na ONU. Como tampouco buscou liderar qualquer bloco latino ou sul-americano que orientasse ação conjunta em razão dos interesses nacionais comuns.

No tocante a B e o desempenho do Estado brasileiro, seja durante a PEI nos três anos dos Executivos de Quadros e Goulart, ou governo militar, o Brasil não pode materializar-se como ator de relevo na seara internacional. Seus insucessos só não o eclipsaram porque seu peso físico e geográfico o possibilitou impor-se no campo latino-americano. E a partir deste, em muitas arenas globais como ONU, IFIs, e uma série de tratados multilaterais acerca de temas específicos, como a desnuclearização.

De fato com o regime militar de 1964, o Brasil é alçado a eventos importantes que marcaram aquele período. Santo Domingo é só um exemplo. Seguem outros como a crise venezuelana de 1965, e as lutas pela independência da África Portuguesa. Mas, tais presenças nesses eventos não quer dizer que deles tomassem qualquer decisão, ou os protagonizasse politicamente. Na verdade, o Brasil sob o governo civil-militar de 1964, limitou-se a seguir os postulados e axiomas da política americana para cada caso. E a permanência do Batalhão Suez correspondeu também a essa sequência de eventos, em que o Brasil, pós-1964, se perfilara automaticamente com a superpotência. Os comandos exercidos pelos generais de brigada Carlos Flores de Paiva Chaves e Sisenio Sarmento, entre 1964 e 1965, seguem aquela lógica da nova política externa do Brasil, afiançada na DSN desenvolvida pela ESG.

Portanto, no que respeita à projeção internacional no seio das Nações Unidas através da Missão Suez, muito pouco se realizou. A título de breve analogia, observe-se o caso egípcio. Desde o final dos anos 1950 a nova República Egípcia encampara a luta independentista, não apenas da população palestina, mas de outras sociedades árabes e africanas. E para o caso palestino, um dos mais ressonantes do Pós-guerra, se empenhara a fundo com patrocínios e abrigo. Em que pese, evidentemente, o numeroso contingente populacional palestino dentro das fronteiras egípcias (a zona de Gaza).

Em 1964, no Cairo, o presidente Nasser secunda o anúncio da fundação da OLP feito pela liderança palestina, que viria a ser alguns anos mais tarde, reconhecida como a única representante do povo palestino na ONU. O ganho em prestígio e projeção internacional do Egito com este auspício valeu-lhe o reconhecimento em todo o mundo árabe. Apesar de o país ser considerado economicamente fracassado já naquela época, seus logros em carrear considerável apoio entre os Estados árabes, situou-o como peça fundamental na política das duas superpotências, e também das potências europeias. O movimento político de nacionalizar o Canal de Suez invertendo sua portagem para o Estado egípcio, era parte da ampla estratégia conduzida pela liderança do país, que tinha na questão palestina, uma de suas frentes. E o estabelecimento da UNEF I, com toda a sua repercussão no Mundo Árabe e fora dele, foi outra frente onde a RAU igualmente atuou com relativo sucesso. Ora colocando pressões sobre as atribuições da Força, ora lançando críticas à incolumidade territorial israelense frente às Nações Unidas. Ou ainda insuflando as guerrilhas palestinas – *fedahhym* – contra Israel, o Cairo soube tirar dividendos políticos com a presença da UNEF em seu território. E mais que isso, soube projetar-se internacionalmente no limite geográfico que lhe interessava – o mundo árabe – estando a Força Internacional e a própria ONU a negociar permanentemente com as lideranças egípcias o status político regional.

Todavia, concernente ao Brasil, a análise feita nas páginas anteriores testifica que mesmo nas Nações Unidas, o aporte de capital político angariado pelo país com sua participação na Força foi considerável, mas não o suficiente para cimentar o que seria a principal estratégia brasileira: um assento permanente no CSNU. Mesmo levando-se em conta a convergência diplomática com os EUA e demais potências ocidentais, o Brasil não conseguiu

sensibilizar os “cinco membros permanentes”. Nem tampouco conseguiu o reconhecimento da maioria dos Estados latino-americanos. Com argumentação sustentada, José Luís Fiori afirma que qualquer mudança na composição do CSNU passa pelos interesses a médio e longo prazo da agenda geopolítica americana.

De fato com a Missão Suez na UNEF I, o Brasil foi periodicamente demandado pelas Nações Unidas a fazer parte em distintas missões de paz mundo afora. Com a intersecção política dos Estados Unidos, que obravam para colocar Estados alinhados com sua política. Tanto Washington como aliados ocidentais, necessitavam da legitimidade multilateral na composição daquelas missões. A literatura sobre esta questão é relativamente ampla, na academia e fora dela. Houve por assim dizer uma outorga ao Brasil como Estado fiável para o cumprimento de diversas e complicadas missões de paz, cuja fase probatória foi a UNEF I. Nisso é importante considerar o profissionalismo das FFAA brasileiras na condução dos complexos trabalhos de natureza militar, policial, investigativa e também diplomática nos teatros conflitivos onde o soldado brasileiro – capacete azul – esteve. E conforme analisado mais atrás, Suez correspondeu a esse desafio num intrincado cenário em que o Brasil não poderia expressar qualquer postura política.

Embora concluísse sua missão no Suez incólume perante os principais atores dos “três mundos” (árabe, judeu e ocidental) conservando seu papel juridicamente neutral e politicamente imparcial, o Brasil não promoveu blocos, alianças ou movimentos multilaterais que lhe granjeassem projeção na cena internacional. A Missão Suez terminara abruptamente em junho de 1967 conforme começara em novembro de 1956. E o Brasil saíra dela praticamente com a mesma envergadura diplomática: Estado importante na América do Sul e Latina, ator mediano perante as potências ocidentais, mas sem qualquer liderança que o creditasse a alguma hegemonia continental. A “neutralidade” na ONU foi tanta, que nem mesmo os bombardeios israelenses das instalações da UNEF foram denunciados pelo governo brasileiro em junho de 1967. Tal silêncio não passou despercebido na ONU, ou na comunidade internacional, cujo alguns atores chegaram a questionar o emudecimento brasileiro.

Com o movimento político-militar de abril de 1964, a trajetória política internacional brasileira sofre mudanças, mas as investidas diplomáticas seguirão seu curso sem sobressaltos. O posicionamento neutralista do Brasil, sem alinhamentos diretos que comprometessem a soberania nacional, será perseguido pelo governo civil-militar até 1985. Todavia sem os matizes ideológicos ou afirmativos que caracterizaram a PEI, sobretudo sob João Goulart. Assim, a aliança com as potências julgadas como democráticas e livres, será um ponto pacífico para os governos que se sucederão até 1985. O embate dualista característico da Guerra Fria passa a ser substituído pela convicção do “lado certo” em que se posicionara o Brasil. E na esteira da DSN os inimigos externos serão de pouca monta, já que obviamente não oferecem perigo algum à integridade brasileira.

Pela DSN adotada em 1964, o inimigo interno, este sim haverá de ser perseguido, identificado e eliminado, pois causaria o caos a partir de dentro. Deve ser notado que para o Brasil, não obstante os embates mantidos com o governo americano por ocasião das crises de Cuba, e da situação

economicamente crítica – o que levava a uma certa sujeição perante os EUA e às IFIs – nada nem ninguém no Catete, no Planalto ou no Itamaraty pensavam em turvar as relações com a superpotência. Assim que se explica a manutenção e a constância no diálogo bilateral com Washington. A continuidade da participação brasileira na UNEF I é reflexo dessa constância nas relações com os Estados Unidos, em primeiro lugar, e com as Nações Unidas e “comunidade internacional” mais amplamente. Por isso, altera-se substancialmente o regime político interno, cuja dimensão mais marcante é a ausência de democracia e liberdades individuais. Mas por outro lado, não há alteração na política militar de defesa que desde os tempos de JK, é conduzida a solavancos pela ESG e EME. Agora, com um governo “revolucionário” saído das entranhas da Escola, e de sua corrente liberal-conservadora, não há mais óbices. A estratégia de defesa concebida pela ESG poderá ser aplicada, como de fato foi no esquadro da aliança com a superpotência. E a Missão Suez com seu Batalhão, é a continuidade daquela política militar esboçada ainda nos anos 1950, em paridade, todavia, com o ativismo internacional do período Kubitschek.

A missão do Brasil na UNEF cuja meta era a garantia da ordem e estabilidade política regional se vê confrontada com um dilema perturbador. Após abril de 1964, a Missão Suez prosseguirá como parte de uma instituição nacional (Exército) responsável pela quebra da ordem democrática em seu próprio país. E isso sem que qualquer Estado participe na Força de Paz, ou a superpotência democrática americana, ou a ONU, pusessem em causa a legitimidade do Exército brasileiro. De fato, aos olhos daqueles oficiais politicamente esguianos, o papel das FFAA em abril de 1964 foi de restaurador da ordem democrática e da estabilidade política.

Portanto, mesmo com a quebra democrática em 1964, nenhum Estado – membro da Força de Paz ou não – colocou em xeque a presença do Brasil na UNEF. Até onde esta investigação pode checar, nem nos contingentes iugoslavo e indiano, houve manifestações pelo sucedido no Brasil. Ressalte-se que neste exato momento da ruptura democrática, o comandante da UNEF I era o general Paiva Chaves, que assume incontinenti o comando dos peacekeepers em Chipre. Em agosto de 1964, o general Paiva Chaves é substituído pelo coronel iugoslavo Lazar Musicki, em exercício até janeiro de 1965, quando o comando é confiado a outro brasileiro, o general de divisão Syzeno Sarmiento, no posto até janeiro de 1965.

Assim, a Missão Suez não é afetada pelo desenrolar dos acontecimentos no Brasil, seja da parte das Nações Unidas, ou da parte americana. Está virtualmente incólume dos momentos turbulentos pelos quais passam o Estado e a sociedade brasileiros. E assim permanece, devido basicamente a um fator: as Forças Armadas brasileiras – tendo à frente o núcleo dirigente da Escola Superior de Guerra – é a responsável pela perpetuação da Missão Suez em terras do Oriente.

Quando as Nações Unidas noticiam o encerramento das atividades da UNEF no Egito no dia 03 de junho de 1967, por decisão expressa do presidente Gamal Abdel Nasser de evacuar os peacekeepers, toda a cadeia de comando se surpreendeu. O general indiano Indar J. Rikhye comandante da Força, é obrigado a retirar todo o seu pessoal da área, não sob a iminência de

um ataque egípcio, mas de bombardeios israelenses, que se preparavam para realizarem seus *raids* aéreos sobre o Egito. Como acentuou na época o então Vice Presidente egípcio Anwar Sadat – ele próprio general de exército – seu país temia que as tropas da ONU fossem estorvar o avanço das divisões e da aviação egípcia sobre Israel, já que se encontravam ao longo da fronteira, no Sinai, e exclusivamente do lado egípcio. Temendo contratempos na movimentação da artilharia mecanizada egípcia e de que pudessem sofrer baixas involuntárias, Nasser exige, conforme constava na Resolução 55 de novembro de 1956, que o Egito, a qualquer momento, poderia determinar a retirada dos *peacekeepers*, devendo apenas comunicar à Secretaria-Geral da ONU com antecedência.

Dispensadas as tropas que formavam a UNEF, os militares brasileiros retornaram a seu país, com a certeza do dever cumprido pelos quase onze anos de serviço. De fato, o Batalhão Suez foi a primeira de muitas empresas de manutenção da paz a serviço das Nações Unidas que o Brasil protagonizou. O caráter profissional, apolítico, juridicamente técnico e voluntarioso, afiançou as Forças Armadas brasileiras a estarem em importantes missões de paz até o presente. Suez foi a pioneira delas, e a mais duradoura, porquanto bem sucedida sob todos os aspectos. Sobreviveu a agitados momentos da vida política brasileira, a governos cujo timbre político oscilava ora para o Ocidente, ora para o Leste, e, definitivamente, alinhara-se com a superpotência ocidental. Nas palavras do ex-chanceler João Augusto de Araújo Castro, *“Nem tudo é Leste ou Oeste no mundo atual, nem as coisas necessariamente se apresentam em termos de preto ou branco, de oito ou oitenta. (...) O dever de nossa diplomacia é representar o Brasil com seus anseios, dúvidas e apreensões.”*

Também o Batalhão Suez não foi a realização por excelência da política militar de defesa ou da política internacional do Brasil. Em seu tempo, constituiu dos mais importantes ativos nestas duas searas, como tentou demonstrar essa investigação. Foi a manifestação da sobrevida dos laços entre as Forças Armadas brasileiras e a nação hegemônica no hemisfério, num momento de quase ruptura entre os dois países. E por isso, logrou ainda assegurar aqueles mesmos laços com a superpotência no âmbito das Nações Unidas, consignando credibilidade ao Exército brasileiro. A alta oficialidade liberal-conservadora, tantas vezes mencionada, agiu magneticamente, buscando atrair a lealdade militar para sua causa, e atrair a confiança da oficialidade e diplomacia americanas. Tudo com o propósito de fazer das Forças Armadas o baluarte da segurança e defesa nacionais, pavimento para o desenvolvimento, pensavam. Destarte, trabalhara para a manutenção da Missão Suez como trunfo e ativo estratégico que poria as Forças Armadas do Brasil em realce no continente e no mundo.

Assim sendo, a temática que se insere o Batalhão Suez, História Militar, com ênfase nos aspectos políticos e nas relações de poder que se estabelecem, conforma inesgotável campo de investigação historiográfico. A pluralidade com que essa pioneira empresa do Brasil na ONU transcorreu seus dez anos de existência, convida a uma constante exploração. O cotidiano da tropa bem como sua trajetória em campo, numa área tensa que era, e continua sendo, a região de Gaza. Nas experiências do soldado brasileiro em terras distantes, num meio sócio-cultural onde a maioria desconhecia a realidade

mais elementar da cultura árabe. E ainda explorar as relações cotidianas marcadas pela hierarquia das Nações Unidas e os distintos contingentes partícipes, com seus interesses (políticos?) e idiossincrasias.

Explorar também no tocante à administração e coordenação militar que muito trabalho deu aos servidores do antigo Ministério da Guerra, bem como ao MRE. Tema um tanto discutido na pesquisa, com o emprego da narrativa descritiva e analítica. Mas ainda cabe a explorar o próprio cerne temático da pesquisa: as condicionantes políticas que engendraram o Batalhão Suez, e que permitiram sua manutenção situando-o como importante ativo estratégico para o Brasil. Tanto como objeto do movimento nacionalista nas Forças Armadas, como objeto do majoritário movimento conservador, que afinal, açambarcou-o. Assim como hegemonizou também toda a política militar de defesa do Brasil.

Por fim, a investigação ainda tenciona suscitar a exploração da massa documental que aborda a Missão Suez, localizada nos seguintes acervos: Arquivo Histórico do Exército – Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, e Palácio Itamaraty, Brasília. Além dos acervos históricos e diplomáticos dos Estados envolvidos na UNEF I, dos quais o de mais prático acesso é o do Departamento de Estado dos EUA; nas Nações Unidas, a fonte que mais aporta informações é o livro do tenente-general canadense Eadson L. M. Burns, digitalizado pela organização. O livro é basicamente as memórias do primeiro comandante da UNEF, e antigo chefe-inspetor da ONU para o Armistício israelo-árabe de 1949; a pesquisa suscita ainda as fontes documentais dos Estados partícipes da UNEF, onde certamente constam informações valiosas quanto o que se considerava em relação ao Brasil naquele momento histórico. Infelizmente, não foi possível chegar até essas fontes estrangeiras, dados os limites da investigação.

Por fim, é um trabalho que não se pretende conclusivo, más colaborativo, quanto à apresentar para a academia e, ao público brasileiro, uma versão analítica e investigativa do tema. Tema este que, com a chegada do bicentenário da Independência do Brasil, concorrerá com outros que marcam relevantes passagens do devenir histórico do país.

REFERÊNCIAS

Em meio eletrônico

O Canal dos Conflitos: brasileiros movimentam-se para Suez. Última Hora. Disponível em: <<http://www.acervo.oglobo.globo.com/fotografias/jornal-ultima-hora-samuel-wainer-19423729/busca/Suez>> 20 de novembro de 1956. Acesso em: 12/07/2019.

Henrique Lott. Biografia. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-biografico/henrique-lott>> Acesso em: 12/07/2019.

Castro, Josué. O Brasil e o Caso Suez. Disponível em:
<<http://www.batalhaosuez.com.br/obrasilEcasoSuez.htm>> Acesso em: 11/07/2019.

Centro de Pesquisa e Documentação – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete>> Acesso:20/07/2019.

National Security Archives. The Presidential Recordings. The Great Crises. Disponível em:<<http://www.nsarchives.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Documents>> Acesso em: 30/06/2019.

Biblioteca Nacional – Hemeroteca. Disponível em:
<<http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/acervodigital>> Acesso em: 20/06/2019.

Sítio Histórico do Batalhão Suez. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:
<<http://www.batalhaosuez.com.br>> Acesso em: 20/06/2019.

Tibola, Ana Paula. Geopolítica e Poder no Brasil. Disponível em:
<<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/3800-a-dsn-esg-1949-1966>> Acesso em: 25/06/2019.

Diário do Congresso Nacional. Diário do Senado Federal. Números: 201 a 213. 10 a 27 de novembro de 1956. Disponível em:
<<http://www.legis.senado.leg.br/busca/?colecão=Di%C3%A1rios&q=batalh%C3%A3o+suez+1>> Acesso em: 30/06/2019.

Organização das Nações Unidas. Força de Emergência das Nações Unidas I (em inglês) Disponível em:
<<http://www.peacekeeping.un.org/en/mission/past/unefi.htm>> Acesso: 20/06/2019.

Burns, E.L.M. Between Arab and Israeli. Beirute: The Institute for Palestinian Studies. 1969. Disponível em:
<<http://www.archive.org/details/BetweenArabAndIsraeli>> Acesso em: 19/06/2019

Mundim, Luiz F. C. Juarez Távora e o Pensamento Estratégico Brasileiro. Revista Antíteses. V8 Nº16. 2015. P. 327-350. Disponível

em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/articles/download/21081/17815>> Acesso em: 30/06/2019.

Banco Mundial. Disponível em:

<<http://www.data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=BR&view=chat>> Acesso em: 20/08/2019.

Joint Staff Papers. (Escritos da Junta de Estado Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos). Nature and Role of Latin American Military, Dezembro 1964. Disponível em: <<http://www.macrotrends.net/countries/BRA/brazil/military-spending-defense-budget>> Acesso em: 20/08/2019.

Scholl, Camile Johann. Senghor visita o Brasil. Disponível em:

<http://www.eeh2018.anpuhrs.org.br/resources/anais/8/1530900302_ARQUIVO_Textoanpuhrs.pdf> Acesso em: 20/08/2019.

Doratioto, Francisco. O Brasil no Rio da Prata. Cap. V. p. 135-141. Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/biblioteca/download/1089O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf> Acesso em: 18/08/2019.

Corrêa, Luiz Felipe de Seixas. As Relações Internacionais do Brasil. Cap. 18.

Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/download/1177-relacoes-internacionais-ihgb.pdf>> Acesso em: 19/08/2019.

Artigo em publicação periódica

Cadernos de Política Externa. Brasília: IPRI-FUNAG. Ano III. N6. 2/2017. A Política Externa de Jânio Quadros e João Goulart.

REZEK, Francisco. A Política Externa do Brasil. Revista da Escola Superior de Guerra. Ano VII-Nº19. 1991.

TAVARES, Aurélio de Lyra. A Missão Militar Brasileira em Berlim de 1946 a 1950. Revista da Escola Superior de Guerra. Ano VI. Nº16. 1990.

SANTOS, Luiz Carlos de A. Segurança e Defesa do Continente Americano. Ano III. Nº6. Agosto de 1985.

MONTEIRO, Pedro da Silva. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961-1974). Revista Militar Portuguesa. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/artigo/844>> Acesso em: 19/08/2019.

Monografia no todo em meio eletrônico

LIMA, Sebastião André Alves. O que a Escola Superior de Guerra ensinava. Universidade Federal do Ceará. 2011. Disponível em:

<http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/UFC_b2e22990175bcc5fa6037b061d81bb9c> Acesso em: 22/06/2019.

XAVIER, Júlio Ribeiro. A História do Batalhão Suez: reações e articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967). Disponível em: <<http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=batalh%C3%A3o+Suez>> Acesso em: 19/06/2019.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. O Batalhão Suez e a Força de Paz da ONU: Memória e História Militar. Universidade Estadual Paulista. 2009. Disponível em: http://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_a528f24b054676> Acesso em: 10/07/2019.
Batalhão Suez. Sítio dos Veteranos do Batalhão Suez. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>> Acesso em: 02/08/2019.

Monografia no todo

ARRAES, Ricardo. Batalhão Suez: História, Memória e Representação dos Soldados Brasileiros (1957-1967). São Paulo: Editora Multifoco. 2013. P. 55-69.

BANDEIRA, Luís A. Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 339-342.

BANDEIRA, Luís A. As Relações Perigosas: Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004. P. 25-26.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. São Paulo: Círculo do Livro. 1984. Cap. VI: A reação da África e da Ásia à hegemonia europeia. P. 139-170.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luís. História da Política Exterior do Brasil. 5ª edição. Brasília: Editora UnB. 2015. P. 322-324.

CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005. P. 114-115.

CERVO, Amado Luís. Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva. 2008. P. 128-131.

CHAGAS, Carlos. A Ditadura Militar e os Golpes Dentro do Golpe. 1964-1969. São Paulo: Record. 2013. P. 13-20.

CHOMSKY, Noam. Novas e Velhas Ordens Mundiais. São Paulo: Scritta. 1996. P. 59.

DIAS, Carlos Manuel Mendes. Kissinger e Brzezinski: Estratégia e Política Externa. Lisboa: Editora Prefácio. 2006. P. 61-63.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes. 1981. P. 77-81.

DUROSELLE, Jean Baptiste. Todo Império Perecerá. Tradução Ane Lize Spaltemberg. Brasília: Editora UnB: São Paulo. 2000. P. 323-327

ESTEVES, Diniz. Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. Brasília: Edição do EME. 1996. P. 361-370.

FINKELSTEIN, Norman G. Israel-Palestina: Imagem e Realidade do Conflito. Tradução: Clóvis Marques. São Paulo: Record. 2005. P.117-125.

FIORI, José Luís. (organizador) O Poder Americano. 2ª edição. Petrópolis: Vozes. 2005. II. Geopolítica e Geoeconomia. P. 67-110.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 2004. Capítulos 2 e 3.

FROTA, Sylvio. Ideais Traídos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Cap. 5: Nos Primórdios do Movimento de 1964. P. 66-69 e 70-75.

GADDIS, John Lewis. A Vida de George F. Kennan. Tradução: Jubert de Oliveira. 1ª edição. São Paulo: Editora Globo SA. 2014. P. 225.

GELLNER, Ernest. Naciones y Nacionalismo. Traducción: Javier Setó. 2ª edición. Madrid: Alianza Editorial. 2008. P. 73-77.

HOBBSBAWM, Eric J. Historia del Siglo XX. Traducción: Carmen Castells. Buenos Aires: Editorial Planeta. 2003. Cap. XIII: el tercer mundo. P. 346-370.

IANNI, Octávio. Imperialismo na América Latina. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988. Capítulo 10.

JAHSHAN, Michael Ghattas. Gobierno de Toda Palestina. Traducción: Melchior Cano. Salamanca: Editorial Tesitex. 1997. Cap 2: Hacia una Entidad Nacional Palestina. P. 45-52.

JANSEN, Godfrey H. Afro-Asia and Non-Alignment Countries. First edition. London: Faber.1966.

KENNEDY, Paul. Auge y Caída de las Grandes Potencias. Barcelona: Random House Mondadori S.A. 2012. P. 622-625

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Tradução: Saul Gefter. São Paulo: Editora Saraiva. 2012. P. 475-482.

KUNIHOLM, Bruce. The Origins of the Cold War in the Near East: Great Power Conflict and Diplomacy. Princeton, NJ: Princeton Legacy Library. 1980. P. 46-81.

LEACH, Norman S. Canadian Peacekeepers: Ten Stories of Valour in War-Torn Countries. Edmonton, AB: Folklore Publishing. 2005.

LIMA, Sérgio E. Moreira. (org.) A Palavra dos Chanceleres na ESG. Brasília: FUNAG. 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica. Rio de Janeiro: FGV Editora/BIBLIEX. 2011.

MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil. São Paulo: Editora Siciliano. 2005 P. 79.

MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2010. P. 40-41.

MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões. Petrópolis: Vozes. 1998. P. 28-29

NASSER, Gamal Abdel. Minha Missão no Mundo Árabe. Tradução: Amílcar Alencastre. Rio de Janeiro, GB: Editora Paralelo. 1972. Cap. IV: Correspondência entre o Presidente Kennedy e o Presidente Nasser 11 de maio-22 de agosto de 1961.

OREN, Michael B. Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Editora Bertrand Brasil.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. P. 294-295.

ROSAVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda. 2010. P. 33.

RUSINOW, Dennison Ivan. The Yugoslav Experiment: the Astounding Flexibility and Adaptability of the Yugoslavs both Leaders and Led. (1948-1974). Berkeley: University of California Press. 1977.

SADAT, Anwar el. Autobiografia. Tradução: Francisco da Rocha Filho. São Paulo: Difel. 1978. Cap. 6: A Ineficácia do Poder: o Egito sob o Governo de Nasser de Julho de 1956 a Junho de 1967. P. 131-164.

SAND, Shlomo. A Invenção da Terra de Israel: Da Terra Santa à Terra Pátria. Tradução: Lúcia Brito. São Paulo: Benvirá. 1ª edição. 2014. Cap. 4: A Geopolítica Sionista. P. 264-271.

SHLAIM, Avi. A Muralha de Ferro. Tradução Maria Beatriz Vogell. Rio de Janeiro: Fissus. 2004. P. 77-79

SILVA, Golbery do Couto. Planejamento Estratégico. Brasília: Editora UnB. 1981a.

SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura Política Nacional, Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1981b.

SILVA, Hélio. O Poder Militar. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM. 1987. P. 228-230

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Descompasso entre as Nações. Organização: Emir Sader. São Paulo: Record.2004. Capítulo 13.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Projeção Internacional do Brasil. 1930-2012. São Paulo: Elsevier Editora. P. 36-57.

WEBER, Max. Ciência e Política, duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2000. P. 27-29.

ANEXOS

ANEXO A - Acervo do Departamento de Estado³³¹

535. Message From Prime Minister Eden to President Eisenhower¹

London, November 7, 1956.

Dear Friend: Thank you so much for your message.² I am so grateful for the help which you are giving us.

I entirely understand the force of what you say. As regards your point (a) I do not think there need be any difficulty. In our reply to the Secretary General, we did not in fact make it a condition of our acceptance of the cease-fire and entry of a United Nations Force that the obstructions in the Canal should be cleared by our troops. This is however something which has got to be done most urgently in the interests of the world. We are on the spot and the only people who can do it quickly. We therefore think it right that we should be allowed to carry it through unhindered. I am personally inclined to agree with your point (b) namely that the Big Five should be excluded from the United Nations Force. This is however a matter on which there are very deep feelings here. I could not take a decision of such magnitude without consulting my colleagues and I will do so as soon as possible in the morning. I think that before we can take a decision we may want to know more about what the functions of the United Nations Force are to be.

I am asking our Representative at the United Nations to explain matters to Hammarskjold on the above lines. Do please believe that I am sincerely anxious that we should work together in all this. But these are matters of such importance for our country that I must ask for a little further time to consider them.

I too was delighted to hear your voice this evening. I hope that we can keep in close touch.

Yours ever,

Anthony³

527. Message From President Eisenhower to Prime Minister Eden¹

Washington, November 6, 1956.

Dear Anthony: I was delighted at the opportunity to talk with you on the telephone and to hear that the U.K. will order a cease-fire this evening. On thinking over our talk I wish to emphasize my urgent view a) that the UN Resolution on cease-fire and entry of a UN force be accepted without condition so as not to give Egypt with Soviet backing an opportunity to quibble or start negotiations; items such as use technical troops to clear canal can be handled later; b) that it is vital no excuse be given for Soviet participation in UN force, therefore all big five should be excluded from force as UN proposes. Any attack on UN force would meet immediate reaction from all UN; c) I think immediate consummation UN plan of greatest importance otherwise there might be invitation to developments of greatest gravity.

Sincerely hope you find it possible to agree with these views and can so inform Hammarskjold before tonight's meeting.

[Page 1029]

Let me say again that I will be delighted to have you call me at any time. The telephone connection seemed very satisfactory.²

Warmest regard,

331 Disponível em <<http://www.state.gov/historicaldocuments/frus/1955-57v16/d440>> Acesso em 09/07/2019.

538. Transcript of a Telephone Conversation Between President Eisenhower in Washington and Prime Minister Eden in London, November 7, 1956, 9:55 a.m.¹

November 7, 1956, 9:55 a.m.
9:55 a.m.—Sir Anthony Eden.

President: I wanted to talk to you about your visit—so we can't have any misunderstanding & later regret it. As you know, we are committed to Hammarskjold's plan—& very definitely. If the purpose of the visit would be to concert ourselves in NATO & what we are going to do in the future, then we have nothing to fear. If we are going to discuss this plan & your people would find it necessary to disagree with us, then the resulting divided communiqué would be unfortunate.

Eden: We have meeting scheduled for 3 o'clock—trying to hammer out something for Hammarskjold. We will go along as far as we can on the lines you mentioned last night. I think we can pretty well agree to any scheme that will work—as long as we are in the dark ...² But I don't want to come to talk about that.

President: I think that is very good. The only thing I didn't want for us to have to say we would discuss points that are up for discussion (before the UN).

Eden: I imagine they will discuss them long before I leave. I think at the worst we can always stay or make some declaration that we are in favor of any organization that will work. I don't want to block that any more than I can.

President: I don't want to put us in a false position. Then it is all right.

Eden: That isn't the thing in my mind at all.

President: Does Mollet understand that?

Eden: I never mentioned anything about the UNO to him. But I am sure he does understand it. I am taking Selwyn Lloyd who is going to the UN. He³ speaks very good English. They might go along to UNO. That is all I said to him—never mentioned the business about the international force. I never referred to it at all.

Eden call of 9:55 (2)

President: Then I think my fears are groundless. But I was afraid we would get to talking about certain features & you would [Page 1043]feel that you couldn't go along with the UN plan. If that were brought up at all—or any thought of it—then we would be in a bad spot, if we had to have a divided communiqué. But if we are going to talk about the future & about the Bear⁴—okay.

Eden: We have had two London undisguised observation planes (?).⁵ Your people know it. Ask them. I think we ought to talk about what we should do with them. I think, on the kind of international force ... as long as it works, I don't care what kind of international force we have.

President: I don't know exactly what the timing is.

Eden: The take-over (?) is perfectly all right... about getting out.

President: do you want us to announce this at 11 o'clock?

Eden: Is that time all right with you?

(Agreed on 11 o'clock announcement.)

ANEXO B - Fotografias

No. *SG/DPO/122/602.04*

Em 8 de novembro de 1956

*Indíce: Canal de Suez.
Força Internacional das
Nações Unidas.*

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Presidente da República.

Senhor Presidente,

Pela Exposição de Motivos n. *DPE/122
SG/DPO/1602.04*
, desta data, permiti-me sugerir a Vossa Excelên-
cia a conveniência de atender o Brasil ao apêlo formula-
do pelas Nações Unidas aos Estados Membros da Organiza-
ção para a constituição de uma Fôrça Internacional des-
tinada ao policiamento da área conflagrada do Oriente
Médio.

2. Caso Vossa Excelência haja por bem apro-
var a proposta a que me refiro, tornar-se-á necessário,
~~nos termos do art. da Constituição,~~ solicitar ao
Congresso Nacional a abertura de um crédito especial pa-
ra atender às despesas decorrentes da participação de um
contingente brasileiro na Força Internacional de Emergên-
cia das Nações Unidas.

3. Nestas condições, submeto à consideração
de Vossa Excelência a conveniência de que o Ministério
da tome as providências necessá-
rias para que seja solicitado ao Congresso Nacional o
crédito especial em questão.

Aproveito a oportunidade para renovar a

SECRETARIA DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No.

Em de

de 19-

- 3 -

Índice:

Entre os pontos desde logo assentados pelo Senhor Hammarskjöld figuram o da escolha do General canadense E.L. Burns, atual Chefe da Comissão de Armistício da Palestina, para comandar a projetada Força Internacional, para a qual não deveriam contribuir os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança, e de que os contingentes de cada país deveriam ser de tropas de infantaria de ^{efetivos} 500 a ^{reduzidos} 1000-homens, não se aceitando a participação de oficiais sem tropa. ~~São membros permanentes do Conselho de Segurança os Estados Unidos da América, a Rússia, a França, a Inglaterra e a China, o que demonstra o acerto daquela medida.~~

8. Vários Governos manifestaram imediatamente ao Secretário Geral ~~seu~~^o propósito de contribuir com contingentes para a Força Internacional, estando entre os primeiros o Canadá, autor da proposta de sua criação, e a Colômbia, único país sul-americano que já havia contribuído com efetivos militares para as forças das Nações Unidas nas operações da Coréia. Além desses, ofereceram-se logo após para enviar forças a Birmânia, Nova Zelândia, Dinamarca, Noruega, Paquistão, Suécia, Finlândia, Ceilão, Índia, România e Tchecoslováquia, num total de 13 países.

9. Em seus entendimentos com o nosso representante, o Secretário Geral mostrou-se especialmente interessado em que o Brasil contribuisse para a constituição dessa Força, ainda que com um contingente de apenas 500 homens. *Equivalente, o governo da Suíça sob o pretexto da participação do Brasil na projetada Força da base da*

10. O relatório final apresentado pelo Senhor

SECRETARIA DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ao Estado Maior das Forças
Armadas.

U R G E N T E

No. G/DP/1/522.4

Em 9 de fevereiro de 1956

Indice: Curso Superior de Guerra.
Indicação de candidatos.

Senhor General,

Tenho a honra de acusar recebimento do
ofício nº 17-C, de 19 de janeiro último, pelo qual Vos-
sa Excelência houve por bem requerer a designação dos
candidatos do Ministério das Relações Exteriores às va-
gas existentes no Curso Superior de Guerra, para o ano
letivo de 1956.

2. Em resposta, apraz-me indicar a Vossa
Excelência, para preenchimento da vaga referente ao
artigo 52 do Regulamento da Escola Superior de Guerra,
o nome do Embaixador Moacyr Ribeiro Briggs.

3. Para as vagas relativas ao artigo 26,
permito-me apresentar os nomes dos senhores Ministro
Fernando Ramos de Alencar; Primeiro Secretário Luiz de
Souza Bandeira; Primeiro Secretário Paulo Henrique de
Paranaguá; e Segundo Secretário Luiz Octávio de Morin
Parente de Mello.

Aproveito a oportunidade para renovar a
Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e
mais distinta consideração.

a) José Carlos de Macedo Soares.

A Sua Excelência o Senhor
General de Exército Anor Teixeira dos Santos,
Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.



Delivered
8-2-5

AO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS.

SECRETARIA DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No DP/DA/SG/G/ 2 /312.4

Em 20 de fevereiro de 1956

Indice: ^{cc} Proposta de nomeação para o Departamento de Estudos da E.S.G. do Conselheiro Luiz Leivas Bastian Pinto.

[Handwritten signature]
P. S. L. S.



Senhor General,

Tenho a honra de acusar recebimento do ofício nº 43/G, de 24 de janeiro último, pelo qual Vossa Excelência consulta o Ministério das Relações Exteriores sobre a conveniência de propor ao Senhor Presidente da República a nomeação do Conselheiro Luiz Leivas Bastian Pinto para o Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.

2. Em resposta, apras-me comunicar a Vossa Excelência que o Itamaraty nada tem a opor à indicação do funcionário em apreço.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha ^{acta} ~~resposta~~ estima e ^{mais} distinta consideração.

(H. de Sousa Lima)
Pelo Ministro de Estado
a) José Carlos de Macedo Soares

A Sua Excelência o Senhor
General-de-Exército Anor Teixeira dos Santos,
Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

[Handwritten mark]

COPIADO PARA O V

ao DPC

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Departamento de Liberdade Nacional - 16.464

ASSUNTO

NOTA DO SENH
PRESIDENTE

JAIME GONÇALVES WETZEL
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PELOTAS - RS

940.000

Protesta contra o envio de
soldados brasileiros, para integra-
rem a Polícia Internacional da
ONU.

97.

Ao MRE
para cumprir resp
12/11/56

Em 12 de novembro de 1956

APP

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO TELEGRÁFICO

CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO - 1.ª VIA

Presidência 147 PRAÇA 15 RIO DF
306

Pls: 170 Data 3 Via Hora 1330

PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK
PALACIO CATETE

RECEBIDO
1 NOV 1958
SERVIÇO TELEGRÁFICO
NOTA DE CÓPIA
EWERTON
PROTOCOLO DA SECRETARIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
055072 - 7 NOV. 1958
SECRETARIA

A UNIÃO SIRIO BRASILEIRA VG ENTIDADE QUE CONGREGA TODA A COLONIA SIRIA E SEUS DESCENDENTES BRASILEIROS VG DIRIGE-SE RESPEITOSAMENTE A V. EXCIA. VG PARA CONDENAR COM VEEMENCIA A GRANDE TRAIÇÃO E A LOUCA AGRESSÃO QUE ACABA DE SOFRER O BRAVO E HEROI POVO EGIPCIO PT AS FORÇAS DO MAL VG NUM GESTO ABOMINAVEL E CHOCANTE VG GOLPEARAM RUDEMENTE A SOBERANIA E LIBERDADE DE UMA NAÇÃO VG CERCANDO OS SEUS MAIS SAGRADOS DIREITOS DE AUTO DETERMINAÇÃO PT E DE SE ESPERAR QUE A VOZ DEMOCRATICA DO BRASIL SE LEVANTE VG NESTE MOMENTO DRAMATICO DOS DESTINOS DA CIVILIZAÇÃO VG FIEL AOS PRINCIPIOS E TRADIÇÕES DO SEU GLORIOSO PASSADO VG PARA IMPUGNAR A IGNOMINIA QUE AGORA ENVOLVE UM POVO DE EDUCAÇÃO ESPIRITUAL ELEVADA VG QUAL SEJA O DO EGITO QUE REAGE E MAIS TARDE QUALQUER OUTRA NAÇÃO QUE SE DETERMINE A VIVER OU MORRER SOBRE O ROCHEDO DA SUA AUTONOMIA E LIBERDADE PT

SAUDAÇÕES RESPEITOSAS
JORGE SABA, PRESIDENTE.

ao Sr. Catete
Assessor
14/11/58

Página 3 de 3

SERVIÇOS INTELENTES

SEGUIU UMA CÓPIA POR VIA AÉREA

DR
541



CLASSIFICAÇÃO
15 DEZ 1956
SAÍDO

MISSÃO DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS.

RESERVADO

Nova York, em 18 de novembro de 1956.

Nº 417

Questão do Egito.

602. (DR) RB

Senhor Ministro,

Ao terminar a Primeira Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral das Nações Unidas, convocada por decisão do Conselho de Segurança para tratar da Questão do Egito, parece oportuna uma análise dos resultados da ação empreendida pelos Governos diretamente interessados e suas conseqüências sobre a posição, no cenário internacional, dos Estados Unidos da América, da União Soviética e das Nações Unidas.

2. A situação não se cristalizou a ponto de permitir um balanço particularizado, mas creio que certos elementos básicos de raciocínio podem, desde já, ser inferidos.

3. Os resultados imediatos da ação militar no Oriente Médio sugerem uma considerável perda de prestígio e força por parte do Reino Unido e da França. Deixam mais ou menos inalterada a posição de Israel e do Egito, indicam importantes vantagens para a União Soviética e prejuízos limitados para os Esta-

A Sua Excelência o Senhor José Carlos de Macedo Soares,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Estados Unidos da América.

4. O Reino Unido e a França, ao se lançarem em uma aventura guerreira contra o Egito, violaram abertamente e sem remissão os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e repudiaram os compromissos formais assumidos pela Declaração tripartida para manutenção da paz e da segurança no Oriente Médio, compromissos êsses reafirmados pelo Governo dos Estados Unidos na véspera do ultimatum franco-britânico. A ação militar inconclusa e de êxito discutível acentua, na opinião pública mundial, o caráter repreensível da transgressão deliberada às regras usuais de conduta internacional. As razões invocadas pelo Reino Unido e pela França para justificar moralmente a intervenção armada no Egito não encerram nem mesmo o mínimo de plausibilidade necessária para que possam ser admitidas pelos seus próprios aliados ou discutidas, de boa fé, por observadores imparciais. É por demais evidente que o intuito confessado de separar os contendores e proteger a liberdade de navegação no Canal de Suez não se atinge pelos meios e processos utilizados na conjuntura.

5. Esse é, portanto, o primeiro prejuízo franco-britânico: perda de prestígio moral, obrigando a um processo lento de recuperação da respeitabilidade internacional comprometida.

6. Passando do plano moral ao terreno dos fatos, forçoso é reconhecer que a ação militar empreendida pelas duas Potências Ocidentais não produziu os resultados almejados. A França tinha em vista, principalmente, pôr fim ao Governo Nasser, cuja ação anticolonialista na Argélia é diretamente responsável pelas dificuldades com que se defronta, naquela região, o Governo francês. O Reino Unido buscava reassumir o contrôles do Canal de Suez e re-introduzir suas forças armadas no Egito. Nenhum dêsses objetivos

Soviética.

22. Em compensação às vantagens apontadas como consequência dos acontecimentos militares, o Egito perdeu mais de dois terços dos armamentos recentemente adquiridos à União Soviética. Sua aviação de caça foi destruída, seus aerodromos danificados, vinte a trinta mil soldados caíram prisioneiros de Israel e sua marinha de guerra foi praticamente liquidada. O Canal de Suez foi abstruído, com sérias implicações para a economia egípcia. A presença da Força Internacional é, porém, o que mais deve preocupar o Governo do Cairo. A relutância com que o Egito aceita a presença dessa força mostra o receio de que venha a transformar-se em um elemento útil aos interesses das Potências Ocidentais. É cedo para dizer que influência terá essa tropa internacional no desenvolvimento dos problemas em foco. O Egito fará o que estiver a seu alcance para evitar que possa interferir com os planos já delineados claramente em relação ao Canal e à questão com Israel. É muito provável que, uma vez efetuada a retirada dos exércitos invasores, o Egito peça, com insistência, a evacuação da Força Internacional.

23. A necessidade de negociar a paz com Israel se torna mais premente à medida que passam os anos. Creio que os últimos acontecimentos tenham acentuado êsse aspecto do problema. Quanto mais fraco esteja o Egito, maior as probabilidades de que se decida a reconhecer oficialmente a existência de Israel. Caso saia fortalecido da situação, continuará a oper-se a um entendimento com o Estado israelense.

24. Resta, agora, considerar os efeitos da intervenção armada no Egito na política externa dos Estados Unidos da América e da União Soviética.

Soviética.

25. Os Estados Unidos da América se viram, pela primeira vez, isolados de seus aliados tradicionais. Não me inclino, porém, a dar a êsse fator demasiada importância porque estou convencido de que a aliança com a França e com a Grã-Bretanha se restabelece facilmente e talvez em bases mais sólidas. Ficou claro que as duas Potências não têm possibilidade de empreender isoladamente nenhuma ação militar de grandes proporções.
26. O enfraquecimento da NATO se acentua, como resultado dos acontecimentos no Oriente Próximo. Um Egito hostil aos interesses franceses na África do Norte obriga o Governo de Paris a conservar, por tempo indeterminado, na Argélia as tropas que retirou da Alemanha.
27. A crescente influência soviética, no Oriente Médio, é também causa de apreensões em Washington. Essa influência aumentou consideravelmente com o apoio emprestado pela Rússia à causa dos países árabes e com o efeito imediato que as ameaças comunistas produziram sobre os países agressores. A aliança com a Síria abre o caminho para a participação de voluntários soviéticos nas contendas do Oriente Médio. O Governo do Cairo informa que 50 mil "voluntários" soviéticos se apresentaram à Embaixada egípcia em Moscou. O território sírio serviria de base para a organização dessa força expedicionária.
28. Do lado positivo, os Estados Unidos da América contam, além da formação da Força Internacional, que apoiaram decididamente, um aumento considerável de prestígio entre os Estados Árabes. O fato de o Presidente Nasser ter declarado que os Estados Unidos da América tinham sido fiéis ao Egito durante o decorrer da crise restabelece, em grande parte, a posição que o Governo americano vinha perdendo no Oriente Próximo, desde que negou auxílio finan-

MISSÃO/BRAS/ONU/417/1956/11.

financeiro para a construção da represa de Assuan. A necessidade de manter a aliança com a Grã-Bretanha e com a França não deve permitir aos Estados Unidos da América gozar por muito tempo dessa popularidade a que já se vinha desabitando.

29. A União Soviética parece ter sido quem maiores lucros obteve com o insucesso da intervenção franco-britânica no Egito. Com a crescente diminuição da influência européia no Oriente Próximo, cria-se um vácuo que vai sendo preenchido pouco a pouco pela União Soviética. A presença de "voluntários", se concretizada, pode ter consequências gravíssimas. O Governo americano certamente não cruzará os braços, mas não é certo que possa impedir a Síria ou o Egito de receber em seus respectivos territórios forças soviéticas.

30. O Governo de Moscou ganhou, no mundo árabe, extraordinário prestígio. O Oriente Médio está convencido, e o Egito o afirmou explicitamente, que o cessar-fogo e a promessa de retirada das forças agressoras se deve, principalmente, à atitude enérgica assumida pelo Governo soviético. O receio expressado pela França e Grã-Bretanha frente às ameaças russas contribuiu também para aumentar, aos olhos de todo o mundo, a importância da União Soviética.

31. Do lado negativo, a U.R.S.S. deve contar a formação da Força Internacional, a que já se começa a opor com violência, e a melhoria da posição americana entre os Estados árabes.

32. Para concluir este rápido balanço de um problema em plena evolução e em sua fase inicial deve-se acrescentar que as Nações Unidas, cujo futuro estava definitivamente comprometido caso a ação militar prosseguisse em desrespeito às resoluções aprovadas, saem relativamente fortalecidas dessa crise interna-

MISSÃO/BRAS/ONU/ 417/1956/12.

internacional. A criação da Força militar sob o comando da Organização pode vir a constituir o elemento de ação que até hoje faltou para que as decisões quer da Assembléia, quer do Conselho de Segurança sejam obedecidas. É cedo para afirmar que terá êsse efeito. É mesmo problemático em extremo que a criação da Força Internacional possa produzir êsses resultados no futuro, mas é certo que um passo importante na direção indicada foi dado pela Primeira Assembléia Especial de Emergência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Edelweiss

EMB. WASHINGTON/311/539.45(22)/1956. T. 2. 11/26/56

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Washington, em 26 de novembro de 1956.

CONFIDENCIAL

311/539.45(22)

Senhor Secretário de Estado,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro está interessado em obter a colaboração da Marinha de Guerra americana para a criação de três novas unidades aero-navais destinadas a tarefas específicas de defesa e ataque na luta anti-submarina.

2. A primeira unidade compor-se-á de um grupo aéreo de patrulha e exigirá o treinamento de oficiais em aviões P2V5, cuja cessão foi aprovada pelo Governo estadunidense, havendo sido iniciados entendimentos preliminares, neste sentido, com a Marinha dos Estados Unidos da América.

3. A fim de operar os quatro helicópteros, reconhecidos ao Brasil, de conformidade com as cláusulas do Acordo de Assistência e Defesa Mútua, a Força Aérea brasileira considera, igualmente, a necessidade de formação, em centros americanas de preparação, de um grupo especializado de aviadores.

4. Finalmente, uma terceira unidade de pilotos, PA

A Sua Excelência o Senhor Herbert Hoover Jr.,
Secretário de Estado Interino dos Estados Unidos da América.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,
Washington, em 26 de novembro de 1956.

CONFIDENCIAL

315/539.45(22)

Senhor Secretário de Estado,

Com referência à nota de Vossa Excelência nº 732.5 - M.S.P./5-2956, tenho a honra de informá-lo de que a Administração de Cooperação Internacional comunicou ao Adido Aéreo a esta Embaixada sua aquiescência ao plano de pagamentos parcelados para a aquisição, pelo Governo brasileiro, de 36 aparelhos B-26 e 14 SA-16A, de conformidade com a seção 106b do Mutual Security Act of 1954 (as amended).

2. Na referida comunicação, todavia, aquela repartição menciona a circunstância de serem cobrados juros de 3% pagos, parceladamente, à medida for amortizado o principal, o que significaria um acréscimo considerável sobre o pagamento total que o Governo brasileiro, com sacrifício de divisas, se propõe a efetuar.

3. Uma vez que o espírito de instrumento de defesa mútua mencionado procura criar condições capazes de arti-

A Sua Excelência o Senhor Herbert Hoover Jr.,
Secretário de Estado Interino dos Estados Unidos da América.

Emb. Washington/311/539.45(22)/1956/pág. 2 e última.

para a criação de um núcleo capaz de assumir missões táticas da aviação embarcada, mereceu estudos especiais do Estado-Maior das Forças Armadas que opinou pela formação e treinamento de oficiais brasileiros, com a máxima urgência.

5. Muito agradecerá a cooperação de Vossa Excelência para a consecução dos estudos realizados no Rio de Janeiro, e acertados em comum acôrdo entre os membros da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, no seu empenho de reativar os planos conjuntos de defesa continental.

Aproveito a oportunidade para reenviar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Luiz de Jesus Pereira

The first part of the message is in Portuguese and the second part is in English.

The first part of the message is in Portuguese and the second part is in English.

In order to operate the first independent, centrally controlled to Brazil under the provisions of the Mutual Defense Assistance Agreement, the Brazilian Air Force considers it necessary to set up a specialized group of air officers to be trained at preparatory centers in the United States.

The Brazilian Armed Forces General Staff has no

The Brazilian Armed Forces General Staff has no

The Brazilian Armed Forces General Staff has no

Apêndices

Foram retirados dos capítulos, das respectivas páginas que seguem;

Página 104

“... (1) maior confiança de poder em relação as armas nucleares, aproveitando a vantagem com as tais armas que os Estados Unidos tinha sobre a União Soviética; (2) aumento do poder aéreo estratégico, o principal meio de entrega de armas nucleares, para uma posição mais importante (não uma expansão em relação ao número de alas da Força Aérea, mas o desenvolvimento e produção de melhores equipamentos); (3) cortes nas forças terrestres convencionais, com base na dependência de armas nucleares estratégicas e táticas e também na expectativa que os aliados dos EUA forneçam tropas terrestres para sua própria defesa; (4) um programa extenso de defesa continental, que, em parceria com o poder aéreo estratégico, serviria como ingrediente principal da base de mão-de-obra militar, reduzindo as forças de serviço ativo.

Página 108/109

A Reunião Peixoto – Strauss (Departamento 371) 2, realizada no dia. Peixoto não pediu cooperação específica para novas áreas, mas falou detalhadamente sobre o ambiente agora era tido como favorável da cooperação entre Estados Unidos e Brasil. Disse que não sabia o porquê as instruções do reator de energia ainda não haviam sido recebidas, mas, se não recebidas dentro de um mês, o Brasil endireitará as coisas.

Strauss garantiu a Peixoto que nosso desejo de cooperar totalmente resultou em um programa sólido de energia atômica com o Brasil, mas indicou problemas técnicos causados pelo resultado do status incerto dos acordos existentes e que começaram a causar certas dificuldades. Peixoto disse que recomendou a retomada da prospecção. Além disso, embora a GOB tenha aprovado a recomendação do NSC brasileiro, não há intenção de cancelar contratos de venda. Ele acrescentou uma nova comissão boa; o presidente, seu amigo pessoal e outros membros, três homens bem preparados e dispostos.

Hoover

Página 109

Sabendo do atraso contínuo nas instalações militares, o oficial da Embaixada discutiu a situação em 30 de novembro de maneira informal e pessoal, com o Embaixador Carvalho e Souza, que é chefe do departamento político e que nas últimas semanas assumiu um papel de liderança nos esforços do Ministério das Relações Exteriores para obter as autoridades militares em resposta afirmativa (um projeto de mísseis guiados) O embaixador Carvalho declarou que, apesar de todos os esforços, o acordo final ainda não havia sido obtido. Representantes do Conselho de Segurança Nacional

na reunião de 29 de novembro insistiram que instalações usadas na ilha de Fernando de Noronha devem ser limitadas ao período remanescente da administração de Kubitschek, ou seja, quatro anos. Com o argumento de que a próxima administração poderia estender o acordo. (Conforme relatado, o rascunho do Ministério das Relações Exteriores da Embtel de 4464, previa um período de dez anos renovável por outros dez e denúncias com aviso prévio de um ano.)

Página 135

“Embora possa parecer interessante uma especulação sobre o que poderia ter acontecido, logo ficou claro que a solução não era politicamente possível, ainda mais considerando a visão da maioria da Assembleia Geral da ONU. O Egito não ouviria falar de Israel mantendo a Faixa de Gaza, e o bloco afro-asiático apoiou o Egito, como apoiou na maioria de suas outras demandas, e o bloco soviético também. Os Estados Unidos estavam preocupados principalmente em desfazer os estragos à posição do Ocidente no Oriente Médio e na Ásia, causados pelo ataque de Israel, França e Grã-Bretanha ao Egito. ”

Página 191

Ainda há um reservatório significativo nas forças armadas de boa vontade real e potencial em relação aos Estados Unidos, principalmente na Embaixada Americana e na ONU desde Kubitschek.

As forças armadas aparentam ser a única força capaz de manter e restaurar a ordem pública - e, se necessário, o governo ordenado - caso a deterioração política e econômica produzida pelas políticas do atual regime "saia do controle".

Página 191/192

Devo acrescentar que existe nas forças armadas um reservatório considerável de boa vontade em relação aos Estados Unidos e simpatia pelos objetivos e políticas do país; evidências disto surgiram em muitos setores no momento da crise dos mísseis cubanos. Por esse motivo e por causa das considerações expostas acima, assumimos a posição de que o cultivo das forças armadas brasileiras tem alta importância política e, portanto, avançamos, por exemplo, em um programa de empréstimos de defesa para C-130. 3

Acredito que o exposto acima é um reflexo basicamente preciso do pensamento do embaixador Gordon, exceto que ele poderia falar com mais vigor em vista das dificuldades e atrasos que tivemos que superar antes de conseguirmos implementar suas recomendações do C-130.

Por outro lado, os militares podem ser uma força restritiva contra extremistas e excessos não democráticos. Penso que é geralmente reconhecido que o adido do exército no Brasil, coronel Walters, sente que Goulart está provocando uma erosão política nas forças armadas. No entanto, o coronel Walters apenas em agosto passado me reconheceu que, se Goulart tentasse avançar para a ditadura em violação à constituição, haveria, no mínimo, disparos. Embora Goulart tenha demonstrado uma grande propensão a gerar agudas tensões políticas e crises em intervalos periódicos, a história passada indica uma tendência considerável de sua parte em recuar e se comprometer - para evitar a explosão final. Por esse motivo, os militares devem ser vistos como uma força restritiva em potencial politicamente forte contra os excessos não democráticos goulartistas. Nossa principal preocupação deve ser a de que os

militares possam ser confundidos e imobilizados por manobras políticas contínuas e sutis de Goulart.

Página 193

Goodwin: Ele mudou muitos comandantes, comandantes militares nas guarnições?

Gordon: Ele mudou um número e está ameaçando mudar os outros. Até onde ele vai chegar em tais mudanças, depende um pouco da resistência das forças armadas. Eu acho que um dos nossos trabalhos importantes é fortalecer os militares. Para deixar claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, se estiver claro que o motivo da ação militar.

Presidente Kennedy: Contra a esquerda.

Gordon: - ele está dando o maldito país ao Presidente

Kennedy: Comunistas.

Gordon: Exatamente. E há muitas evidências de que Goulart, de boa ou má vontade. Tem sido [claro] isso.

Algumas semanas atrás, logo após Dantas ser derrotado no Congresso, ele [Goulart] tinha um plano específico, que ele disse a Kubitschek. Kubitschek disse em primeira mão. Um plano para nomear um gabinete próprio sem uma premissa de ministro. Ele disse ao Congresso que não esperava que este congresso se ratificasse [isso]. Mas ele esperava que o próximo Congresso fosse; o que será eleito em outubro. E pedir um plebiscito agora para um retorno a uma presidência regime em outubro.

Kubitschek levou isso para trinta altos oficiais militares e eles disseram a ele por unanimidade, que isso era obviamente inconstitucional e se Goulart era contrário a ele. Todos eles disseram que sim, e alguns disseram: Bem, seria melhor assinar nossos nomes a uma declaração: E ele voltou para Goulart e Goulart se retirou.

Você vê o tipo de coisa que está em sua mente. Isso é ... ele está pensando claramente sobre uma espécie de golpe branco, como eles chamam. E se os militares são assustados demais, se eles sentem que não há suporte em lugar algum. Dentro ou fora, especialmente fora - o que significa nós - se eles agirem. Eles foram, me disseram. Eu estava infelizmente doente na cama na semana anterior, ficando gradualmente de pé- Presidente Kennedy: Sim. Gordon: - isso na semana passada antes de eu aparecer na quarta-feira. Eu me mantive lá para ver Goulart, e o novo ministro das Relações Exteriores e o primeiro ministro, Terça à noite e Walter Moreira Sales no domingo.

Gordon: Os militares, posso ver que eles são muito amigáveis conosco, e comunista, muito desconfiado de Goulart. E eles expressaram grande consternação com a nossa posição no Peru.

Bem, posso explicar a eles quais são as circunstâncias políticas. Eu acho importante que deixemos claro para essas pessoas amigáveis, que somos amigáveis também.

Presidente Kennedy: Mas, por quê?

Gordon: Que o caso peruano não é necessariamente...

Presidente Kennedy: Sim, mas nesta semana já voltaremos a reconhecer o governo peruano.

Goodwin: Bem, eu acho que sim, desde que eles entendam que um exército tem ação para salvar a constitucionalidade.

